

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,**  
**CULTURA E FRONTEIRAS-NÍVEL DE MESTRADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

JULIANA SONAGLIO

**PRODUTIVIDADE PARA A COESÃO SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO  
DEPENDENTE É A SOLUÇÃO PARA O TRABALHO NA AMÉRICA LATINA?**

FOZ DO IGUAÇU – PR  
2012

JULIANA SONAGLIO

**PRODUTIVIDADE PARA A COESÃO SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO  
DEPENDENTE É A SOLUÇÃO PARA O TRABALHO NA AMÉRICA LATINA?**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador (a): Prof. Dr. Geraldo Augusto Pinto.

FOZ DO IGUAÇU – PR  
2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

S698 Sonaglio, Juliana

Produtividade para a coesão social: o desenvolvimento dependente é a solução para o trabalho na América Latina? / Juliana Sonaglio – Foz do Iguaçu, 2012.  
180 f., tab.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto Pinto.  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

1. CEPAL. 2. América Latina – Desenvolvimento econômico. 3. América Latina – Desigualdades sociais – Fatores econômicos. 4. Pobreza. 5. Política social. 6. Trabalho - Exploração. I. Título.

CDU 061.61: 338.1(7/8=6)  
316.344.2(7/8=6)

JULIANA SONAGLIO

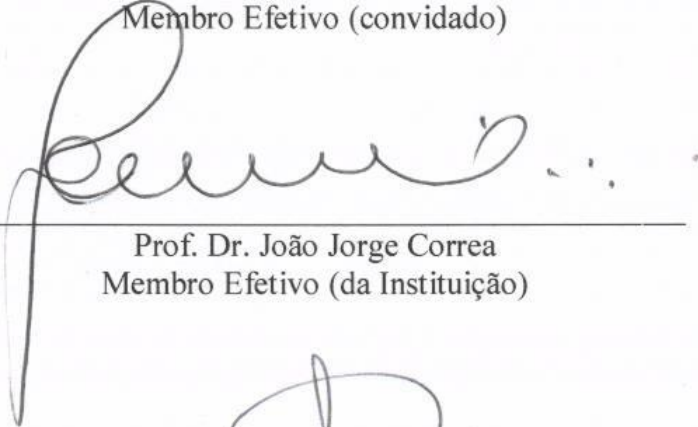
**PRODUTIVIDADE PARA A COESÃO SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO  
DEPENDENTE É A SOLUÇÃO PARA O TRABALHO NA AMÉRICA LATINA?**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

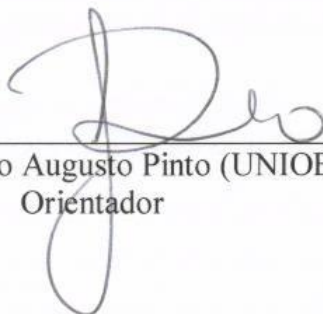
**COMISSÃO EXAMINADORA**



Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA  
Membro Efetivo (convidado)



Prof. Dr. João Jorge Correa  
Membro Efetivo (da Instituição)



Prof. Dr. Geraldo Augusto Pinto (UNIOESTE)  
Orientador

Foz do Iguaçu, 24 de abril de 2012.

SONAGLIO, Juliana. **Produtividade para a coesão social: o desenvolvimento dependente é a saída para o trabalho na América Latina?** 2012. 180f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu.

## RESUMO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tem difundido amplamente, a partir dos anos 1990, a proposta da Transformação Produtiva com Equidade, como base para a consolidação de um desenvolvimento econômico capaz de aliar crescimento com a redução da pobreza. Sendo o trabalho o eixo central de tal proposta, a conciliação entre produtividade e coesão social – entendida como o acesso das pessoas a um nível mínimo de bem-estar, como a inserção no emprego –, ganha força na CEPAL cujo pensamento assume-se como objeto de reflexão desse estudo proposto. Para a CEPAL, a heterogeneidade estrutural – debilidade da difusão do progresso técnico, o desemprego e a informalidade – tem inibido o crescimento da economia, contribuindo para o agravamento da pobreza na América Latina. Tendo em vista o enfrentamento de tal heterogeneidade, a CEPAL enfatiza a importância do trabalho para o processo de crescimento, definindo-o como determinante de uma economia significativa e impulsionador da difusão do progresso técnico, ao mesmo tempo, concebendo-o como o pilar da coesão social na América Latina, por ser o marco da distribuição de renda que permite à população participar ativamente no desenvolvimento econômico. Compreender o papel do trabalho no contexto da CEPAL é o objetivo desse estudo exploratório, que busca evidenciar que, ao longo de seu pensamento, a CEPAL tem ocultado a exploração na qual o trabalho é submetido no modo de produção capitalista, ao negá-lo como mecanismo reprodutor da pobreza e das relações de dominação vigentes na contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1. CEPAL. 2. América Latina – Desenvolvimento econômico. 3. América Latina – Desigualdades sociais – Fatores econômicos. 4. Pobreza. 5. Política social. 6. Trabalho – Exploração.

SONAGLIO, Juliana. **Productivity making social cohesion: the dependent development is the solution for labour in Latin American?** 2012. 180f. Dissertation (Master in Society, Culture and Frontiers) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu.

### **ABSTRACT**

The Economic Commission for Latin American and Caribbean (ECLAC) has spread widely from 90's, the propose of Productive Transformation with Equity, as basis for the consolidation of economic development able to ally progress with the reduction of poverty. Being the labour the central axis of this propose, the conciliation between productivity and social cohesion – understood as the people access to a minimum of well-being, as the insertion in the job –, gain strength in the ECLAC that his thinking is assumed as object of reflection of this proposed study. To the ECLAC, the structural heterogeneity – the debility of the diffusion of the technical progress, the unemployment and informality – has inhibited the growth of economy, contributing for the worsening of poverty in Latin America. In view of this confront of such heterogeneity, the ECLAC emphasize the importance of work for the process of growth by defining it as a determinant of significant economy and stimulating the diffusion of the technical progress, and at the same time, conceiving it as the pillar of the social cohesion in Latin America, for being the mark of income distribution that allows people to actively participate in economic development. Understand the paper of work in the ECLAC's context is the aim of this exploratory study, that search to evidence that, over his thinking, the ECLAC has hidden the exploitation in which the work is submitted in this capitalist mode of production, and deny it as a mechanism of poverty and reproductive existing relations of domination in contemporary times.

**KEYWORDS:** 1. ECLAC. 2. Latin America – Economic Development. Latin America – Social Inequalities – Economic Factors. 4. Poverty. 5. Social Policy. 6. Work – Exploitation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>A PESQUISA E SEUS EIXOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>	<b>14</b>
1 Mapeamento da pesquisa: material e métodos .....	14
2 A perspectiva marxiana do trabalho .....	19
3 Interdisciplinaridade e materialismo histórico.....	25
<b>APRESENTAÇÃO: A AMÉRICA LATINA NO PENSAMENTO DA CEPAL .....</b>	<b>27</b>
1 A heterodoxia de Raúl Prebisch e de Celso Furtado como embasamento .....	27
2 O estruturalismo cepalino e suas categorias .....	31
<b>PARTE I.....</b>	<b>37</b>
<b>A CEPAL E A PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTISTA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>38</b>
1 A questão da heterogeneidade estrutural no capitalismo latino-americano .....	38
2 O excedente da força de trabalho e sua superexploração .....	59
<b>PARTE II .....</b>	<b>84</b>
<b>REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: CRÍTICA À RECENTE ABORDAGEM CEPALINA DO TRABALHO .....</b>	<b>85</b>
1 Questões Preliminares .....	85
2 A produtividade do trabalho como elemento impulsionador para o crescimento econômico .....	86
3 Os ajustes neoliberais na CEPAL: a reestruturação produtiva como alternativa para o desenvolvimento da América Latina .....	93
4 A relação capital-trabalho na economia dependente: a produtividade é a saída para reverter a vulnerabilidade social? .....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>173</b>

## INTRODUÇÃO

Compreender o *locus* do trabalho na perspectiva de desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é a tarefa desse estudo exploratório cujo período coincide com o momento em que a CEPAL completa sessenta anos de existência, como órgão representativo dos países latino-americanos e caribenhos na Organização das Nações Unidas (ONU).

Esse empenho deve-se a uma questão de ordem geral, que constitui o cerne da temática apresentada: o desenvolvimento, nas condições da dependência, é a solução para o trabalho na América Latina? Essa interrogativa constitui-se a contrapartida às formulações e abordagens recentes da CEPAL cujos apontamentos pressupõem a qualificação do trabalho, em sua articulação ao capitalismo competitivo, enquanto viés para o enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade social nos países dependentes, como os latino-americanos e caribenhos.

Essa ideia tem sido difundida amplamente pela CEPAL a partir dos anos 1990 na proposta da Transformação Produtiva com Equidade (TPE)<sup>1</sup>. Pelo intercruzamento da dimensão econômica e social do desenvolvimento, a proposta cepalina da transformação produtiva concebe a qualificação do trabalho como eixo da transformação produtiva e pilar da coesão social na América Latina e no Caribe, com vistas à consolidação de um desenvolvimento econômico que, apoiado, principalmente, na industrialização, seja capaz de aliar crescimento com a diminuição da pobreza.

Para a CEPAL, tal aliança implica o enfrentamento da heterogeneidade estrutural que, ao longo da história da América Latina, vem culminando na exclusão da população trabalhadora das atividades produtivas, especialmente a industrial, agravando, desse modo, as desigualdades sociais. Isso porque, a heterogeneidade estrutural tem inibido o desempenho dos segmentos da economia, especialmente o industrial, provocando a retração de sua participação no intercâmbio internacional e, por conseguinte, sua capacidade de geração de emprego. Desse modo, segundo a CEPAL, a heterogeneidade estrutural tem provocado a estagnação da economia e a acentuação da pobreza na América Latina e no Caribe.

---

<sup>1</sup> Embora a expressão equidade (cujo significado será esboçado posteriormente) esteja presente na CEPAL, preferimos dar ênfase a aceção da coesão social. Tal ênfase justifica-se pelo fato de que, diferente da equidade, a ideia da coesão social na CEPAL, como colocaremos, respalda-se no patamar da relação entre o capital e o trabalho, onde o capitalismo competitivo é concebido como o centro das transformações econômicas e, sobretudo, sociais.



Para superar tal heterogeneidade, a Comissão enfatiza a importância do trabalho como determinante de uma expansão econômica significativa, caracterizando-o como o impulsionador da inovação tecnológica na esfera produtiva e o propagador da coesão social na América Latina, justamente por ser um elemento chave da distribuição de renda que permite à população participar ativamente no desenvolvimento.

Por que a CEPAL constitui o objeto desse estudo? Dotada de uma ampla produção analítica, conhecida como pensamento estruturalista, a CEPAL, desde seu surgimento na ONU nos anos 1940, tem ocultado a exploração do trabalho como fator determinante para a ausência de condições dignas de sobrevivência nos países dependentes, que se fundamenta, substancialmente, na pauperização do trabalhador. Esse ocultamento opera-se quando a CEPAL acusa o trabalho informal<sup>2</sup>, entendido pela Comissão como o conjunto de trabalhadores sem qualificação, como uma das causas explicativas da pobreza e da vulnerabilidade social na América Latina, sem, no entanto, acolher o fato de que o trabalhador qualificado, incluso no modo de produção capitalista, também tem se deparado diante de tais enlaces.

Guiando-se nessa hipótese, a CEPAL concebe o capitalismo competitivo e a qualificação dos trabalhadores como possibilidade das economias dependentes de empreenderem um desenvolvimento econômico e social favorável à população. Segundo a CEPAL, para tornar uma economia competitiva é necessário elevar a produtividade dos trabalhadores para o ajustamento dos mesmos às mudanças nos padrões tecnológicos vigentes como a reestruturação produtiva. É por meio da produtividade que a competitividade capitalista se orientará para promover melhorias no nível de vida dos cidadãos que, por um lado, implica a inserção do trabalhador no modo de produção capitalista, por outro, a sua mobilização pelo aperfeiçoamento de suas habilidades com vistas a empreender a difusão do progresso técnico. Nessas vertentes, a redução da pobreza e da vulnerabilidade social consubstanciar-se-ia por meio de uma distribuição de renda mais “equitativa” proporcionada pelo acesso dos trabalhadores assalariados aos benefícios do crescimento econômico, com a sua inserção/reinserção nos meios de produção e de circulação capitalista.

Nessa perspectiva, a conciliação entre a produtividade (sendo essa entendida pela CEPAL como a elevação da capacidade produtiva dos trabalhadores mediante a difusão do

---

<sup>2</sup> Para Pierre Salama (2002, p. 190), a informalidade ou setor informal compreende “[...] um conjunto profundamente heterogêneo não só feito pelo tipo de ofícios que o compõem, pelas suas relações com o Estado e com a legalidade, mas também por suas origens. A terminologia setor informal é ambígua: ela não sublinha a especificidade das situações e não permite analisar as evoluções possíveis dos diferentes empregos informais [...]”.

progresso tecnológico) e a coesão social (que diz respeito à relação de mutualidade entre capital-trabalho), ganha expressão nos documentos contemporâneos da CEPAL, onde a proposta da TPE constitui-se como seu pontapé inicial, por supor o capitalismo competitivo como o *locus* das transformações econômicas e, sobretudo, sociais. Diante dessa concepção cepalina da competitividade capitalista pautada na produtividade surgem dúvidas: Quais têm sido as implicações da competitividade capitalista aos trabalhadores assalariados? Qual é a função social da propriedade privada na sociedade contemporânea? Quais são as condições impostas pelos capitalistas para o acesso ao emprego? E, por fim, a produtividade no capitalismo dependente orienta-se para assegurar um melhor bem-estar econômico e social aos trabalhadores latino-americanos?

Essas são apenas algumas das interrogativas que nortearão a presente análise. Evidentemente, esse esforço analítico não pretende oferecer uma resposta para todas as dúvidas que surgirão. Entretanto, acreditamos que a relevância de sua contribuição se deve a adoção de uma posição crítica das perspectivas cepalinas do trabalho, buscando mostrar que ao longo do seu pensamento estruturalista, a CEPAL obscurece a exploração na qual o trabalho é submetido em sua subsunção ao modo de produção capitalista, como meio de valorização do capital e, por suposto, mecanismo reprodutor da pobreza e das relações de dominação vigentes – sobretudo, em meio às formas contemporâneas da chamada acumulação flexível.

Opondo-se ao pressuposto da CEPAL de que a produtividade é a alternativa para a redução das distâncias sociais entre ricos e pobres, desmistificaremos, portanto, a produtividade do trabalho enquanto condição inerente para intervir na redução da pobreza e da vulnerabilidade social nos países latino-americanos e caribenhos. Com base nos instrumentos teóricos que problematizam a subsunção do trabalho ao capitalismo, propomos refletir a produtividade na esfera das relações de produção atual, a fim de evidenciar que a sua lógica não é beneficiar os que vivem do trabalho, mas expandir o capital dos que detêm o controle sobre os meios de produção sendo a pobreza e a desigualdade social os reflexos da lucratividade e da concentração de riqueza do capitalista.

Nesse sentido, iniciaremos a Parte I desse trabalho na tentativa de ressaltar que a pobreza e a exclusão social são encaradas pela CEPAL como decorrentes do desenvolvimento insuficiente do capitalismo nas economias dependentes, refletido pela presença da heterogeneidade estrutural. Tal hipótese vem sendo defendida pela CEPAL desde os primórdios da fase estruturalista inicial que compreende o período 1948-1990. Através das interpretações dos desenvolvimentistas como Raúl Prebisch e Celso Furtado da dinâmica das

economias dependentes, a CEPAL, nos anos 1950, tem apontado a heterogeneidade estrutural enquanto um retrocesso decorrente da insuficiência do desenvolvimento capitalista na América Latina, por ser esta heterogeneidade um obstáculo em potencial ao processo de industrialização nos países dependentes quando estes se encontravam na fase da substituição de importações.

Sinalizada pela debilidade de incrementar o progresso técnico, sendo tal debilidade associada às dificuldades dos sujeitos de adaptação aos avanços tecnológicos pela introdução de técnicas mais “modernas” e ao excedente dos trabalhadores que buscam se integrar nas atividades industriais, incluindo os que se encontram na informalidade, a heterogeneidade estrutural tem afetado o patamar econômico contribuindo para a retração das exportações baseadas nos produtos industrializados, o que contrasta com as de bens primários. Ao mesmo tempo, tem atingido o patamar social por trazer à tona a incapacidade da industrialização de incorporar o contingente de trabalhadores, incapacidade essa que vem promovendo o desemprego e a informalidade, acarretando, desse modo, o debilitamento do âmbito social. Nessa vertente, a CEPAL justifica o despreparo dos trabalhadores enquanto agravante da heterogeneidade estrutural, afirmando que a difusão do progresso técnico é inibida pela falta de qualificação dos mesmos, uma vez que essa tem conduzido as empresas às demissões em massa.

Essas demissões expressam-se no desemprego e na informalidade que, segundo a CEPAL, têm crescido significativamente na América Latina nos últimos tempos. De um modo especial, a informalidade tem ocupado no pensamento estruturalista da CEPAL um lugar de destaque por ser concebida como uma das causas cruciais para os desacertos das economias e do agravamento da pobreza e da desigualdade de distribuição de renda prevalentes na América Latina e no Caribe. Tendo em vista essas circunstâncias, os desenvolvimentistas pregavam que a industrialização, por um lado, era uma medida estrategicamente emergencial para a inserção das economias dependentes no intercâmbio internacional perante a desaceleração das exportações de produtos primários exportados aos países centrais. Por outro, a industrialização reverteria o quadro da pobreza e da vulnerabilidade social na região por significar a oportunidade da inclusão dos segmentos da população nas atividades produtivas, atribuindo a esses o acesso a bens produzidos, como roupas, alimentos, eletrodomésticos, habitação etc. bem como a serviços oferecidos como saúde e educação.

Não obstante, esses papéis atribuídos à industrialização não implicavam o rompimento da América Latina e do Caribe da condição de dependência, ou seja, da subordinação desses

países ao centro no quadro da divisão internacional do trabalho. No decorrer dos acontecimentos que se desencadearam nos anos 1950 em diante, a industrialização mostrou que não conduziria, por si mesma, a uma reversão da desigualdade social. Diante disso, a CEPAL, centrada no problema da heterogeneidade estrutural, apontava o desenvolvimento insuficiente do capitalismo nas economias dependentes como a explicação de tal enlace, atribuindo a essa insuficiência a justificativa para a existência dos antagonismos, como a expansão do desemprego e da informalidade, portanto, a exclusão dos trabalhadores do modo de produção capitalista.

Entretanto, esse posicionamento cepalino, de acordo com o que será sublinhado nessa primeira parte, não leva em consideração que a integração da América Latina no intercâmbio internacional sob o modo de produção capitalista, desde sempre impôs esses antagonismos como suas condições inerentes, bem como a pobreza e a desigualdade social. Através das contribuições de autores marxistas como Florestan Fernandes e, em especial, Ruy Mauro Marini, apontaremos que esses retrocessos não se devem ao desenvolvimento insuficiente do capitalismo e sim à contribuição das economias dependentes para o desenvolvimento industrial dos países centrais que se dava: por um lado, pela interferência predatória do capital estrangeiro na América Latina, o qual, detendo o controle dos lucros produzidos na atividade exportadora latino-americana, destinava-os aos seus países de origem; por outro, pela necessidade da região, diante do barateamento de bens primários, exportar cada vez mais para o centro, promovendo, dessa forma, a produção mais que devida de matérias-primas<sup>3</sup>. Essa inserção dos países dependentes na divisão internacional do trabalho só foi possível, segundo Marini, pelo mecanismo da “superexploração do trabalho” que serviu de engrenagem para a dinâmica das economias capitalistas latino-americanas sob o invólucro da dependência.

Na década de 1990, a heterogeneidade estrutural, ainda prevalecente na América Latina, comprometia o ajustamento das economias à reestruturação produtiva que, por sua vez, passou a significar o elemento-chave para acirrar a competitividade internacional. Diante desse contexto, a CEPAL, tendo à frente Fernando Fajnzylber, inicia sua etapa neoestruturalista apresentando nos anos de 1990 a ideia da Transformação Produtiva com Equidade, situando o trabalho como eixo da transformação produtiva, definindo-o como determinante do crescimento econômico e impulsionador da difusão do progresso tecnológico na esfera produtiva, apontando, assim, a produtividade, por via da qualificação do trabalho,

---

<sup>3</sup> Marx (1999b) define a matéria-prima como o objeto de trabalho que, extraído da natureza, é modificado pelo trabalho humano. Esse, segundo ele “[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...]” (Ibid., p. 211).

como o impulso para acirrar a competitividade pela difusão do progresso técnico e a forma desse de se adaptar às transformações do capitalismo como a reestruturação produtiva, o que será esboçado na Parte II dessa análise.

O propósito da referida seção centra-se em enfatizar que a proposta da transformação produtiva, sendo uma das mais importantes agendas positivas cepalinas, constitui o produto das recomendações neoliberais do FMI e do Consenso de Washington que previam a adequação da América Latina e, conseqüentemente, da população trabalhadora à reestruturação produtiva do capital. Essa adequação é defendida pela CEPAL quando esta encara a reestruturação produtiva como um momento oportuno para a América Latina desenvolver-se economicamente pelo aproveitamento das suas estruturas sócio-produtivas com vistas a uma inserção mais competitiva no mercado globalizado. Longe de questionar as condições da reestruturação produtiva nos países latino-americanos, especialmente suas implicações ao trabalho, a CEPAL a defende como a alternativa para a América Latina, apontando a necessidade da qualificação dos trabalhadores incluídos no emprego para o aumento da produtividade, o que não significa a elevação nas remunerações desses sujeitos, bem como a da flexibilização das contratações de força de trabalho<sup>4</sup> pelo fornecimento de empregos de curta duração e de baixos salários a trabalhadores semiquilificados ou sem qualificação profissional nos momentos de retração econômica.

Para reforçarmos essa ideia recorreremos à literatura sobre a emergência e difusão internacional das formas flexíveis de gestão da produção e do trabalho nas empresas a partir das crises da década de 1970. Denominada por uns como um processo de reestruturação produtiva, por outros como uma reestruturação do capital, esse debate tem sido um dos temas de destaque da análise do capitalismo contemporâneo. Afinal, para além de novos conceitos de gestão, tal processo tem sido acompanhado por uma crescente concentração, em nível mundial, da propriedade de capital sob o domínio de poderosos oligopólios transnacionais, principalmente pela aquisição que vem empreendendo de numerosas empresas nacionais (privadas e públicas) nos países dependentes – o que não raro ocorre com o auxílio dos próprios Estados. No interstício dessas transformações, se verifica, também, um aumento da desigualdade nestes países, em meio à retração das políticas sociais e à elevação (ou manutenção crônica) do desemprego, da informalidade e de formas de precarização nos

---

<sup>4</sup> Na abordagem de Marx (FOLEY, 2001, p. 156) “força de trabalho é a capacidade de realizar trabalho útil que aumenta o VALOR das mercadorias [...]. É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de um salário em dinheiro. A *força de trabalho* deve ser diferenciada do *trabalho*, que é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor [...] (Ibid., grifo do autor)”.

contratos e usos da força de trabalho, fatos que têm abalado o sindicalismo e exigido novas formas de luta da classe trabalhadora. Nessas condições colocadas, sustentaremos que a reestruturação produtiva manifesta uma nova dimensão da superexploração do trabalho nos países dependentes, tendo em vista o seu mecanismo enquanto novas técnicas de extração de mais-valia pelas empresas, entre elas, a flexibilização laboral, a pauperização salarial e a sua apropriação das habilidades produtivas dos trabalhadores.

Compreender, portanto, a concepção do trabalho no pensamento da CEPAL é o objetivo deste estudo, buscando principalmente evidenciar que documentos produzidos oficialmente pela CEPAL têm ocultado o sentido que o trabalho assume nas relações sociais de produção capitalistas, olvidando a sua exploração pelo capital na forma de trabalho assalariado, sobretudo, nas formas contemporâneas desta exploração, conformando um mecanismo reprodutor da pobreza e de reposição das relações de dominação vigentes, inclusive no quadro da divisão internacional entre países capitalistas centrais e dependentes.

Para o cumprimento desse propósito, a presente pesquisa centra-se na análise de algumas publicações da CEPAL que compreendem ambas as etapas do pensamento da Comissão (a etapa estruturalista desenvolvimentista 1949-1990, e a neoestruturalista que, tendo início nos anos 1990, caracteriza o pensamento cepalino na contemporaneidade). Expondo as abordagens cepalinas presente em ambas as fases de seu pensamento estruturalista, mostraremos que a CEPAL aponta a heterogeneidade estrutural como a explicativa para os problemas do desenvolvimento da economia e da desigualdade social nos países latino-americanos e caribenhos. Frente à temática da heterogeneidade estrutural, esse estudo buscará compreender a relação de interdependência entre a produtividade e o crescimento econômico, que coloca a qualificação do trabalhador enquanto estratégia para o desenvolvimento e a redução da pobreza, centrando o trabalho como o *locus* da inovação produtiva e condicionante da coesão social na América Latina e no Caribe.

O desenvolvimento do tema proposto se orientará na problematização das seguintes vertentes: i) compreender de que forma o trabalho é colocado como eixo da transformação produtiva; ii) ressaltar a relação entre a heterogeneidade estrutural e a estagnação da economia na América Latina dada a sua implicação para o crescimento e a produtividade dessa região; iii) desvendar a ideia base da CEPAL ao enfatizar o trabalho como o fator estrutural que tem contribuído para a acentuação da pobreza e da desigualdade social na América Latina nas últimas décadas e; iv) entender como o trabalho é contextualizado como o pilar da coesão social na América Latina, tendo em vista o seu papel enquanto determinante do crescimento econômico e impulsionador do progresso tecnológico.

Dados esses objetivos, não pretendemos, por suposto, analisar todas as causas da prevalência da pobreza e da desigualdade social na América Latina, o que certamente extrapolaria as dimensões dessa análise. Mas, a fim de superar esta espécie de discurso que, em linhas gerais, justifica o aumento da produtividade do trabalho como uma condição viável para a redução das distâncias sociais entre ricos e pobres (por proporcionar benefícios aos segmentos desfavorecidos pela via do crescimento econômico), partiremos de uma análise teórica dos fundamentos da divisão do trabalho e do progresso tecnológico sob o capitalismo, verificando, de uma perspectiva crítica, as impossibilidades de emancipação social advindas do capitalismo competitivo. Ademais, buscaremos tratar destas questões sem deixar de considerá-las no âmbito das singularidades do capitalismo dependente presente no contexto da América Latina.

Por fim, e como contraponto empírico às teses cepalinas, mostraremos, com base na literatura especializada no assunto, que o avanço do processo de reestruturação produtiva na América Latina foi pontuado por uma significativa desnacionalização de setores não somente produtivos, mas também de serviços, ambos intensivos em força de trabalho. Do que resultou – e muito contribuiu para tal a abertura comercial e as políticas de ajuste – um recondicionamento estrutural da autonomia de inserção desses países e seus setores produtivos genuinamente nacionais, na teia da divisão do trabalho e da tecnologia global, preposta e guiada pelos interesses das potências de centro. Além disso, e paralelamente, citaremos análises que apontam ter a pobreza e a desigualdade social se elevado, sobretudo, durante as últimas três décadas, apesar de a reestruturação produtiva ter avançado fortemente em diversos setores estratégicos e em países com maior poder econômico, como o Brasil. Tais fatos põem à prova, enfim, as análises da CEPAL, ao evidenciar que tais movimentos têm intensificado a exploração predatória da força de trabalho pelo capital, confirmando a superexploração como sua tendência, que apontada em estudos da década de 1970 por Ruy Mauro Marini, se confirma nas abordagens contemporâneas sobre o trabalho na América Latina.

## A PESQUISA E SEUS EIXOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 1 Mapeamento da pesquisa, material e métodos

Delimitar os caminhos a serem seguidos numa pesquisa certamente constitui uma tarefa primordial e desafiante para um pesquisador. Dada a complexidade do seu objeto de trabalho, é preciso recorrer ao recorte do mesmo diante da impossibilidade de contemplá-lo em todas as suas dimensões. Além disso, se exige do pesquisador fundamentar-se numa concepção teórica previamente construída para o aprofundamento e desvendamento das contradições que se apresentam na realidade.

Apesar de a presente pesquisa ser de natureza bibliográfica, isso não significa que a mesma carece de rigor científico pela ausência de um método de análise já pronto e formulado para a interpretação dos dados que se dispõem. Existem contribuições teóricas que, embora sejam contestadas por alguns ou aceitas por outros, têm servido de elementos instrumentalizadores por permitirem uma aproximação a um específico problema ou fenômeno que se manifesta e, sendo assim, cabe ao pesquisador avaliar e selecionar as concepções teóricas que melhor correspondem ao desenvolvimento de seus objetivos e que contribuem para a problematização do seu objeto de estudo.

Diante dessa condição que se coloca, esse trabalho se ancora na teoria materialista histórico-dialética formulada por Karl Marx e Friedrich Engels, bem como nas contribuições de Ruy Mauro Marini que, ancoradas no referido materialismo, permitem compreender as singularidades do capitalismo na América Latina e no Caribe e as formas de exploração do trabalhador nesses países. A escolha de tal eixo teórico se justifica pela sua relevância e pertinência para o debate aqui proposto, ou seja, para entendermos as contradições e os limites que têm se mostrado inerentes no objeto desse estudo, a CEPAL, especificamente seu pensamento estruturalista que pressupõe que o enfrentamento das problemáticas do trabalho, bem como do agravante da pobreza e da vulnerabilidade social na América Latina, não significa o rompimento com a condição da dependência.

Durante seus sessenta anos de existência, a CEPAL atribui-se da tarefa em apontar os caminhos do desenvolvimento para os países latino-americanos e caribenhos pela formulação de orientações e políticas voltadas aos governos. Além de formuladora de políticas, a CEPAL tem uma atuação significativa na interpretação das tendências e transformações das economias desses países, veiculadas em uma ampla e diversificada produção intelectual conhecida como “pensamento econômico”; “escola de pensamento”; “pensamento



desenvolvimentista”; “pensamento cepalino”, só para citar algumas das alusões presentes nas abordagens de estudiosos do pensamento da CEPAL<sup>5</sup>.

Entretanto, definir o pensamento da CEPAL não é tarefa fácil. Em seus trabalhos, o economista brasileiro Ricardo Bielschowsky (2004)<sup>6</sup> empreende um esforço nesse sentido, apresentando as ideias e formulações que caracterizam o pensamento da CEPAL, entre elas, a Tese estruturalista do processo inflacionário; a Teoria da economia internacional e a Teoria do Estado como ideia força do desenvolvimento<sup>7</sup>. Essas teses cepalinas são as mais conhecidas entre os autores que estudam o pensamento da Comissão, citando os trabalhos de Estela G. Garza (2009)<sup>8</sup> cujos apontamentos observam que tal pensamento foi estruturado sob os três eixos teóricos referenciados. O que conduz a mesma autora à conclusão de que a CEPAL, em seu intuito de apontar os rumos para o desenvolvimento econômico aos governos latino-americanos e caribenhos, empreendeu a formulação de um pensamento econômico devido à “[...] preocupación intelectual y política de encontrar un rumbo para el desarrollo económico y social de América Latina [...]” (Ibid., p. 13).

Não obstante, não podemos restringir as interpretações da CEPAL como meramente econômicas. Embora autores como Garza (Ibid.) as encaram como tais, essa forma de concebê-las possui seus limites por sugerir a desconsideração dos temas sociais abordadas pela CEPAL, como verificaremos nos debates de Raúl Prebisch (1963; 1998) acerca da industrialização da América Latina e nas abordagens de Ricardo Bielschowsky (1998; 2009; 2010) que dão destaque às questões sociais que fazem parte do pensamento da CEPAL.

O pensamento da CEPAL é dividido em duas etapas: a estruturalista que compreende o período entre 1948-1990 e a neoestruturalista que, iniciada a partir dos anos 1990, caracteriza o pensamento contemporâneo da Comissão. O neoestruturalismo significou um aspecto de mudança no pensamento cepalino representando, por um lado, a continuidade do estruturalismo cepalino como instrumento interpretativo das transformações econômicas e, por outro, a “adequação” das análises e interpretações da CEPAL de acordo com a “nova” realidade econômica e social que ora estava se assinalando na América Latina mediante a globalização das economias que recém se perfilava na região (BIELSCHOWSKY, 2010a).

---

<sup>5</sup> É o que podemos constatar nos trabalhos de Ricardo Bielschowsky (2004), Theotônio dos Santos (2000) e Estela G. Garza (2009).

<sup>6</sup> Ricardo Bielschowsky é doutor em economia e oficial de assuntos econômicos da CEPAL.

<sup>7</sup> O leitor pode encontrar mais informações sobre essas e outras teses formuladas pela CEPAL em BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

<sup>8</sup> GARZA, E. G. La teoría de la CEPAL. In: \_\_\_\_\_. *Teorías del desarrollo en América Latina*. México: Trillas: UAML, 2009.

Certamente, o neoestruturalismo empreendeu rupturas com ideias e argumentos que, até então, eram defendidos pela CEPAL e seus economistas. Entretanto, é preferível falar em mudança de enfoque do pensamento cepalino, se considerarmos dois exemplos primordiais que convergem nesse sentido: o papel que o Estado e a industrialização cumpriam no desenvolvimento da economia, no estruturalismo inicial, e o contexto em que são colocados no neoestruturalismo contemporâneo. Se no estruturalismo o Estado deveria intervir na organização da economia, no neoestruturalismo essa atuação estatal cede lugar à empresa de iniciativa privada, levando a CEPAL a reconsiderar a função estatal na economia capitalista. Por sua vez, a industrialização, embora continue apresentando insuficiências como a heterogeneidade estrutural, é concebida como elemento-chave do desenvolvimento, porém, enquanto que no estruturalismo, a industrialização era o meio de promover a difusão do progresso técnico e a superação da pobreza por assegurar uma melhor mobilidade social, na etapa neoestrutural essa função centra-se enfaticamente sobre a força de trabalho, sendo essa destacada como determinante do crescimento econômico, ao mesmo tempo, o pilar da coesão social na América Latina por, supostamente, influir na pobreza e nas desigualdades sociais na região.

Sem pretender aprofundar na influência dessa realidade sob a mudança de perspectiva no pensamento da CEPAL, pois esse não só se caracteriza pela continuidade de suas ideias (citando o papel do progresso técnico para dirimir a pobreza), mas pela ruptura das mesmas, podemos citar a informalidade como outro exemplo dessa mudança no pensamento cepalino. Na etapa estruturalista, a informalidade recebia a denominação de “subemprego” presente nas abordagens de Celso Furtado sobre a industrialização da América Latina. No entanto, segundo Bielschowsky (2010a), no neoestruturalismo, a expressão subemprego dá lugar a da “informalidade” concebida como a “nova roupagem” da heterogeneidade estrutural na América latina, pois conforme o autor (Ibid., p. 31), a informalidade “[...] sería la razón fundamental de la persistencia de la pobreza y la concentración del ingreso, junto con la concentración de la propiedad y das insatisfactorias políticas sociales [...]”.

No decorrer do período neoestruturalista, a CEPAL foi desenvolvendo uma diversificada produção bibliográfica a partir de quatro campos temáticos: macroeconomia e finanças; desenvolvimento produtivo e exportador; desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental (BIELSCHOWSKY, 2010a). Tais temáticas são desenvolvidas em uma série de periódicos, revistas, documentos e livros que se encontram disponíveis no site oficial da CEPAL. Contemplando essas áreas de abordagem, esse material bibliográfico consiste em publicações diversificadas que indicam que a instituição tem recorrido à multiplicidade de

enfoques, pois além de se concentrar nas questões econômicas, políticas e institucionais, que continuam a ocupar o lugar central, a CEPAL tem se dedicado às problemáticas de diferentes âmbitos, como assuntos de gênero, demográfico, racial, ambiental, entre outros. Somam-se a isso as temáticas sobre o desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, segurança energética, e os temas sociais como a educação e saúde.

Diante dessa diversidade temática do pensamento da CEPAL, abre-se a oportunidade de esboçar os temas cepalinos apreciados nesse trabalho, bem como apresentar os textos e documentos aqui contemplados. Adotando como critério as abordagens da CEPAL que exprimem sua concepção sobre o trabalho na América Latina e no Caribe, optemos pela escolha de dois temas que, do ponto de vista dessa pesquisa, se traduzem como questões chave dos debates cepalinos sobre o trabalho: industrialização e Transformação Produtiva com Equidade (TPE).

As reflexões da CEPAL sobre a industrialização na América Latina tiveram início na primeira etapa do seu pensamento nos anos 1950. O processo de industrialização substitutiva de importações tornou-se o foco das reflexões dos economistas cepalinos que buscavam evidenciar seus retrocessos, entre elas, a debilidade da difusão do progresso técnico, o desemprego e a insuficiência na incorporação do excedente de trabalhadores, sem perder de vista os seus impactos sobre o patamar social. Na primeira parte dessa pesquisa que compreende a etapa estruturalista inicial da CEPAL, centraremos nesses retrocessos da industrialização substitutiva de importações com base nos trabalhos de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto. Ambos os autores, em especial Prebisch, se centraram nesses desacertos da industrialização latino-americana, enfatizando, ao mesmo tempo, a importância da industrialização de promover transformações econômicas (pela ampliação do progresso técnico) e sociais (na redução da pobreza e do desemprego). Além dos debates desses autores, resgataremos as principais ideias sobre o desenvolvimento, defendidas pelos teóricos que destacaram na CEPAL, como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra.

Por sua vez, a Transformação Produtiva com Equidade (TPE) receberá atenção especial na segunda parte dessa reflexão. A CEPAL e Fernando Fajnzylber iniciam a fase neoestruturalista apresentando a proposta da transformação produtiva que, centrada, sobretudo, nos problemas que a industrialização latino-americana ainda enfrenta (debilidade da difusão do progresso tecnológico e a insuficiente absorção de trabalhadores) e, visando o enfrentamento de tais desacertos, tal proposta concebe o trabalho qualificado como eixo dessa transformação apontando a necessidade de sua adequação, por via do aperfeiçoamento de suas habilidades, às mudanças da economia capitalista, entre as quais a reestruturação produtiva do

capital. Tal ideia é defendida nos seguintes documentos, julgados aqui como pertinentes por melhor possibilitar o cumprimento dos objetivos colocados na introdução desse trabalho: *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa* (CEPAL, 1990); *Transformación Productiva 20 años después: viejos problemas, nuevas oportunidades* (2008); e *Coesão social e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe* (CEPAL, 2007a).

Convém assinalar que a produção bibliográfica da CEPAL caracteriza-se pela distinção de autoria entre os textos publicados pelos economistas cepalinos, veiculados sob o nome dos próprios autores, e os documentos da CEPAL difundidas sob sua autoria. Essa distinção remete-se à hipótese da existência de divergências de ideias entre esses teóricos e a CEPAL, no entanto, a presente pesquisa, não se prendendo em supostas divergências, buscou contemplar os trabalhos que contribuíram para a construção do pensamento da CEPAL, que abrangem os textos dos economistas cepalinos e os documentos da Comissão.

Para o aprofundamento das características do pensamento estruturalista da CEPAL, o estudo tem como respaldo dois livros: *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL* (CEPAL, 1998a) – constituído por dois volumes – e *Sesenta años de la CEPAL* (BIELSCHOWSKY, 2010b). Sendo organizados pelo economista e teórico cepalino Ricardo Bielschowsky, ambos os livros, como seus próprios títulos sugerem, simbolizam a data comemorativa do pensamento da CEPAL na América Latina pela publicação de textos e documentos considerados relevantes na atividade intelectual da Comissão.

O livro *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL* (CEPAL, 1998a), comemorando os cinquenta anos da comissão, faz a exposição dos textos originalmente escritos pelos autores cepalinos. Os textos de Raúl Prebisch, Aníbal Pinto e Fernando Fajnzylber, consultados durante essa pesquisa, bem como os documentos produzidos pela CEPAL<sup>9</sup> encontram-se nessa coletânea que significou um imprescindível material de pesquisa.

Semelhante à obra anterior, o livro *Sesenta años de la CEPAL* (BIELSCHOWSKY, 2010b) também faz uma síntese das principais ideias da CEPAL formuladas durante seus sessenta anos de existência (1948-2008). Embora sejam apresentados somente os documentos oficiais da CEPAL (boa parte deles encontra-se disponível em sua versão integral no site da CEPAL), sua importância deve-se ao trabalho de Ricardo Bielschowsky (Ibid.) que, na introdução do referido livro, reconstitui a trajetória intelectual da instituição esboçando as principais ideias cepalinas em sua articulação ao contexto temporal, ou seja, com o momento

---

<sup>9</sup> Os referidos textos dos autores mencionados, e os documentos que, formulados pela CEPAL encontram-se nessa coletânea serão expostos durante esse trabalho.

histórico-econômico vivenciado pela América Latina que contribuiu para a formulação das ideias de grande destaque da CEPAL<sup>10</sup>.

Nas entrelinhas dessa análise, o leitor perceberá a menção a outros documentos da CEPAL que, complementares do ponto de vista desse trabalho, evocam a dimensão social do desenvolvimento da CEPAL como *Equidad, desarrollo y ciudadanía* (CEPAL, 2000) que estabelece a relação entre o trabalho e a pobreza nos países latino-americanos e caribenhos. Nesse documento, a CEPAL busca mostrar que o trabalho tem aprofundado a pobreza e a vulnerabilidade social e tal argumento também é colocado pela CEPAL nos “Panoramas sociais da América Latina” (CEPAL, 2009; 2010c) que consistem as principais publicações da CEPAL na área social.

## 2 A perspectiva marxiana do trabalho

A teoria histórica materialista-dialética é formulada por um conjunto amplo de pressupostos e categorias que a ancoram. Partindo de uma perspectiva de recorte, far-se-á, a seguir, uma apresentação prévia de alguns dos pontos considerados pertinentes tendo em vista a sua correlação com a categoria do trabalho, pois essa não só se constitui como o pilar central da abordagem histórica materialista, como representa o elemento fundante para o desvendamento das contradições cepalinas e a consolidação dos objetivos ora aqui determinados.

Preliminarmente, convém ressaltar, de antemão, que quem busca encontrar uma simples metodologia de pesquisa no materialismo histórico proposto por Karl Marx e Friedrich Engels (1999a), como na clássica obra *A ideologia alemã*, se depara com a complexidade da abordagem marxiana sobre a realidade. De fato, como observa György Lukács (1979) em sua *Ontologia do ser social*, embora Marx jamais tenha elaborado uma obra específica sobre metodologia, a contundência transformadora de seu pensamento se inaugurou antes de tudo no plano filosófico e científico, para depois desaguar no plano da Economia Política, por exemplo. Assim, o reconhecimento da viabilidade das suas abordagens se confirma em vários trabalhos empreendidos por aqueles que se dedicam à reflexão das relações de trabalho sob o capitalismo, entre esses, Ruy Mauro Marini (2008a;

---

<sup>10</sup> BIESLCHOWSKY, Ricardo. *Sesenta años de la CEPAL y el pensamiento reciente*. In: \_\_\_\_\_ (Comp.). *Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2010a.

2008c) que, partindo das contribuições de Marx, problematiza a superexploração do trabalho e as formas que a mesma se assume no contexto da América Latina.

Como foi anteriormente mencionado, esse estudo tem como eixo embasador a perspectiva do materialismo histórico e da dialética que o fundamenta, na qual o homem é reconhecido pelas ações que exerce sobre a vida material – a natureza –, por ser mediador ao fazer o uso de instrumentos historicamente construídos que o proporcionam à manutenção de suas condições básicas de vida, ao mesmo tempo em que é mediado pelos limites e possibilidades que as propriedades materiais da natureza impõem ao mesmo, conduzindo-o à ampliação de seus conhecimentos na produção de novos instrumentos que possam suprir outras necessidades.

Lukács (1979) assevera que tal ponto de partida é imprescindível para a compreensão da realidade histórica, construída pelas muitas formas de sociabilidade humana. O autor argumenta que o rompimento com o idealismo filosófico de Hegel inaugurou o materialismo histórico de Marx e Engels, onde o sujeito ocupa um lugar central pelo reconhecimento de ser possuidor de uma função prático social: o trabalho.

No materialismo histórico-dialético, o trabalho é encarado como o conjunto das determinações essenciais que caracterizam o processo de reprodução do homem, sendo, por um lado, o recurso interventor que permite ao ser social responder às imposições de sobrevivência pela transformação da natureza e, por outro, a humanização do homem que, pela produção dos instrumentos mediadores, intervém em seu ambiente natural, adaptando-o conforme as suas necessidades. Segundo Ivo Tonet (2005), a perspectiva de Marx supõe que só é possível compreender a realidade social no momento em que se leva em conta um indivíduo enquanto ser que conhece e faz, dentro de uma “totalidade social”, ainda que em última instância esteja sendo conduzido pela necessidade de sobrevivência.

Marx não reduz o homem ao trabalho, nem o afirma como elemento determinante da vida humana (TONET, 2005). Em *O capital* (1999b), Marx aprecia o trabalho como processo de produção de “valores de uso” – materiais da natureza adaptados às necessidades humanas – em que o homem, pelo movimento das forças naturais de seu corpo (mãos, pernas, braços, cérebro etc.) regula, impulsiona e controla sua ação exercida sobre a natureza a fim de se apropriar de seu subtrato material. Para Marx (Ibid.) o homem, ao modificar a natureza, transforma a si próprio desenvolvendo suas potencialidades adormecidas, submetendo ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Trata-se da “dupla processualidade do trabalho” que origina e caracteriza o ser social. Para Ivo Tonet (2005, p. 58), o trabalho, sendo uma atividade vital, é a expressão da

autoconstrução humana onde o homem tem a possibilidade de “[...] estabelecer seus próprios fins e de orientar a atividade no sentido de alcançá-los [...]”. Conforme Lukács (1979), Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central da filosofia, contemplando o surgimento dessa dupla processualidade que se dá no próprio homem, como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. de uma insuperável base material e de sua ininterrupta transformação social por meio do trabalho.

O trabalho na perspectiva marxiana é uma atividade orientada à produção dos meios de vida. Pela sua consciência, o homem se distingue dos animais que trabalham, pois no estabelecimento de seus próprios objetivos pela mentalização dos objetos sensíveis, os quais serão transformados em realidade, ele produz seus meios de vida, ou seja, a própria vida material sendo essa o objetivo do processo de trabalho, “[...] um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador [...]” (MARX, 1999b, p. 212). Diferentemente dos animais que trabalham para a reposição permanente da sua mera existência material, o homem, ao conduzir tal reprodução, transforma o seu entorno e a si mesmo, criando algo definitivamente “novo”, tal é a característica transformadora do trabalho enquanto atividade mediadora entre ser social e natureza (TONET, 2005).

Se o trabalho em Marx é a atividade orientada a um determinado fim, quando se dá o encerramento de seu processo? Para ele, o trabalho extingue-se no momento em que se objetiva o valor de uso, sendo esse um bem que pelas suas propriedades satisfaz necessidades básicas como a alimentação, vestuário etc. Assim, fica evidente em Marx (1999b, p. 60) que o trabalho é a substância criadora de “valor”, pois “[...] um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato [...]”. Para entender melhor isso, é necessário retomar uma distinção importante que Marx faz entre trabalho concreto (ou útil) e trabalho abstrato.

Em Marx (Ibid.), o trabalho concreto diz respeito a seu caráter útil cujo produto é um valor de uso como ferro, papel, roupas, etc. cujas propriedades consistem na capacidade de prover as necessidades ou satisfazer as comodidades da vida humana. Nesse sentido, o trabalho concreto conduz-se essencialmente para a manutenção da existência humana, independentemente da forma de sociedade, enquanto criador de valor de uso “[...] que não tem valor senão para o uso, e não adquire realidade senão no processo de consumo [...]” (MARX, 2007, p. 50).

Semelhantemente com o que ocorre ao trabalho concreto, o trabalho abstrato remete-se ao dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual para a produção de valores de uso. Entretanto, esse se orienta a produção de valores de troca, ou seja, um equivalente geral

que torna todos os valores de uso intercambiáveis entre si, tornando-se mercadorias, sendo essas, nas palavras de Marx (Ibid.), resultantes de uma forma de trabalho especificamente social.

Nessas circunstâncias, subentende-se que com a produção de mercadorias surge o trabalho abstrato e, a partir daí, ocorre uma mudança significativa no sentido do trabalho, quando esse perde o caráter essencial de suprir as necessidades humanas, submetendo-se aos imperativos do capital. Sob tais condições, os indivíduos, na mutualidade com a natureza e com seus semelhantes, não só passam a estabelecer as suas próprias condições de existência, como imprimem relações de conflito sendo essas manifestas, sobretudo, no domínio do homem sobre o homem. Essas relações contraditórias podem ser apreciadas numa das categorias mais importantes na abordagem marxiana: a mais-valia.

Se para Marx (1999a), o trabalho é imprescindível para a reprodução humana, qual é o seu “caráter negativo”? Segundo Marx (2007), a face negativa do trabalho se deve ao momento em que o ser humano deixa de ser a finalidade das forças produtivas<sup>11</sup>, ou seja, quando as mesmas se orientam a produção generalizada de mercadorias, o que ocorreu no aparecimento do trabalho abstrato, seguido pela relação de assalariamento.

Tal evento culminou para o desencadeamento de um mecanismo que, desde então, vêm se manifestando nas relações de trabalho, se mantendo na contemporaneidade, a mais-valia. Tratando-se de uma importante categoria da abordagem marxiana, a mais-valia é contemplada como instrumento de análise dos antagonismos do processo produtivo que ocorrem sob o âmbito do capitalismo.

A mais-valia é um elemento social de extração de uma quantidade excedente de trabalho concreto. Extração esta que é possibilitada pela relação de assalariamento estabelecida entre compradores e vendedores de força de trabalho, respectivamente, capitalistas e trabalhadores assalariados. Relação esta, do assalariamento, que se fundamenta na transfiguração do trabalho concreto em trabalho abstrato, medido por tempo. Apropriada pelos compradores de força de trabalho, a mais-valia advém da imposição de um prolongamento da jornada de trabalho aos assalariados, excedendo o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos valores contidos em seus salários. Gera-se, então, por meio desse processo, um excedente de “valor” resultante do trabalho, que, acumulado na forma de capital, não é apropriado pelos assalariados. Desenvolvendo esse argumento, Marx

---

<sup>11</sup> De acordo com Laurence Harris (2001, p. 157), “o conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos com o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado [...]”



(1999b) conclui que a redução do tempo de trabalho socialmente necessário se dá tanto pela organização dos processos de trabalho, como pelo emprego de novas maquinarias, equipamentos eficazes, capazes de substituir parcialmente ou integralmente o trabalho humano. Além de elevar a produtividade do trabalho, essas maquinarias permitem ao capitalista subtrair o excedente de trabalho disponível, e assim, o trabalhador, pela sua subsunção à máquina, vê-se diante da elevação da sua capacidade produtiva produzindo cada vez mais para o capitalista.

Em termos didáticos, Marx (1989) desenvolveu dois conceitos de mais-valia: a absoluta e a relativa. De acordo com esse autor, a mais-valia absoluta ocorre exclusivamente em torno do prolongamento do tempo de duração da jornada de trabalho para a produção das mercadorias, ao pressupor a divisão desta jornada em duas partes, trabalho necessário e excedente, após o que se estende ao máximo a última destas partes. A partir da mais-valia absoluta, edifica-se outro mecanismo de exploração do trabalho, – a mais-valia relativa – que, segundo Marx (Ibid.), se opera quando avançam as revoluções tecnológicas nas indústrias, com novos métodos de produção. A mais-valia relativa corresponde ao aperfeiçoamento da maquinaria pelo incremento de novos métodos, meios e condições de produção, os quais promovem a contração do tempo de trabalho socialmente necessário para o aparecimento do trabalho excedente (Ibid.).

Assim, a mais-valia relativa torna-se absoluta quando há a prolongação da jornada de trabalho; e a mais-valia é relativa quando há a exigência do desenvolvimento da produtividade do trabalho visando à redução do seu tempo de execução necessário a uma parte de sua jornada (Ibid.). Percebe-se diante disso que tanto a categoria marxiana da mais-valia como seus conceitos (mais-valia relativa e absoluta) são interdependentes entre si, se constituindo como abstrações criadoras de valor (valor de uso e valor de troca) por serem necessidades socialmente criadas pelo capital. Portanto, a relevância da categoria da mais-valia justifica-se por constituir-se numa das formas de contradição que emergiram no capitalismo a partir do momento em que o trabalho passou a ser orientado para a ampliação da riqueza. Ela é o mecanismo social de aprisionamento do trabalho, a veículo de autoexpansão do capital, pelo emprego de mecanismos que permitem a concentração do poder de riqueza do proprietário burguês, contribuindo, assim, para o empobrecimento e a exploração do trabalhador.

Portanto, a abordagem marxiana da mais-valia permite compreendermos as formas de exploração do trabalho assalariado que residem no capitalismo contemporâneo, possibilitando, por outro lado, a apreensão das suas particularidades que se assumem no panorama das economias dependentes. Respalda no materialismo dialético de Marx e

Engels, Ruy Mauro Marini em sua *Dialéctica de la dependencia* (2008a) destaca a superexploração do trabalhador como a natureza contraditória da dependência latino-americana, concebendo-a como categoria de análise para entendermos a subsunção dos países dependentes às economias centrais na divisão internacional do trabalho, e, por fim, as implicações de tal subsunção aos trabalhadores latino-americanos e caribenhos.

No que tange a dependência, essa é entendida por Marini (Ibid., p. 111) como uma relação de subordinação entre nações “[...] en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia [...]”. Essa reprodução dá-se, substancialmente, no intercâmbio internacional calcado na exportação de bens primários barateados aos países centrais, o que conduz os países latino-americanos a produção mais que devida de bens primários, aprofundando a condição de dependência desses países às economias centrais.

Essa produção mais que devida se apoia na superexploração do trabalho, sendo essa a engrenagem das relações capitalistas das economias dependentes. A superexploração tanto significa a negação ao trabalhador das condições necessárias para repor sua força de trabalho, portanto para assegurar a sua sobrevivência, como a intensificação e a prolongação da jornada de trabalho não compensadas pelo aumento da remuneração, que conforme Marini (Ibid., p. 127), “[...] en términos capitalistas, estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor [...]”.

De acordo com Jaime Osorio (2009, p. 172), a superexploração “[...] explica a forma como o capitalismo se reproduz nas economias dependentes [...]”, e o mesmo autor salienta que embora não seja encontrada em Marx, a superexploração nos provoca a pensar o capitalismo latino-americano da atualidade. A atualidade da superexploração reafirma-se pelos métodos contemporâneos de extração de mais-valia, como a reestruturação produtiva, pautada na flexibilidade laboral e na pauperização salarial, e o aumento da produtividade por via da qualificação do trabalhador, e tal atualidade constitui-se um consenso entre os teóricos do trabalho como Adrián Sotelo Valencia (2007), Ricardo Antunes (2011) e outros autores empenhados nos debates sobre a exploração dos trabalhadores latino-americanos e caribenhos.

Portanto, a subsunção do trabalho ao capitalismo, sendo assentada na superexploração é o núcleo problematizador das categorias marxianas, que segundo Marini (2008a; 2008c) devem se aplicar à realidade como instrumentos de análise e desenvolvimento ulterior, sem poder substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam. E sob essa perspectiva que esse

estudo se orienta na sua tentativa de identificar e desmistificar os antagonismos do trabalho que se assentam na contemporaneidade.

### **3 Interdisciplinaridade e materialismo histórico**

Esse estudo contempla a interdisciplinaridade ao apreciar, como pressupõe a própria abordagem histórico-materialista da qual se parte, vertentes de pensamento que abarcam, no mínimo, três diferentes áreas: a Sociologia, a Economia política e a Filosofia. Sendo um termo de acepção ampla, a interdisciplinaridade abrange a interação de diversas disciplinas do saber, que permitem a apreensão do objeto de estudo em suas complexas dimensões (VASCONCELOS, 2002). Segundo a CAPES (2009, p. 06), “[...] entende-se por interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas de conhecimento, não pertencentes à mesma classe [...]”.

Quando se recorre à interdisciplinaridade não se trata de adotar um ecletismo com o uso indiscriminado de uma variedade de perspectivas com suas diferenças entre suas bases políticas, conceituais e epistemológicas (VASCONCELOS, 2002). Trata-se mais do que isso: de ampliar o conhecimento em torno do que está sendo tratado com a contribuição de diferentes pontos de vista teóricos. Para a CAPES (2009), o papel estratégico da interdisciplinaridade é o estabelecimento da relação entre os saberes que conduzam a construção de um conhecimento que responda aos desafios do saber complexo.

Esse estudo preocupou-se em recorrer à interdisciplinaridade por razões teórico-metodológicas: dada a complexidade da temática proposta, a sua compreensão requereu a obtenção de uma combinação de abordagens provenientes de várias áreas das humanidades – Filosofia, Economia e Sociologia – para dar continuidade ao andamento da pesquisa.

Além da diversidade da bibliografia referenciada, fica evidente, também, que a própria metodologia empregada nessa análise, fundamentada no materialismo histórico, assume, entre seus elementos fundantes, a interdisciplinaridade para a compreensão da realidade. Elementos que foram desenvolvidos por Marx, no século XIX, partindo basicamente de duas áreas: a Filosofia e a Economia. Em *O capital* (1999b) percebe-se o intercruzamento entre as reflexões filosóficas e econômicas quando Marx trata da “abstração” do trabalho enquanto elemento criador de “valor”. A própria Sociologia, pela mesma época, surgia muito influenciada por estes intercruzamentos, embora em sua fase inicial tivesse sido o produto das reflexões de Comte e Durkheim na França.

Uma consideração muito importante é que ao ser conduzido pelo interesse da fundação

de uma ciência da Economia, Marx não se afastou da Filosofia para se especializar em Economia. Conforme Lukács (1979, p. 21), “[...] Marx não se tornou ‘menos filosófico’; mas, ao contrário, aprofundou notavelmente, em todos os seus campos, as suas visões filosóficas [...]”. Apesar de centradas na cientificidade da economia, as obras econômicas de Marx nada têm a ver com a ideia de a Economia ser uma ciência particular “[...] na qual os fenômenos econômicos puros são isolados das inter-relações complexas do ser social [...]” (Ibid., p. 22).

Com isso, temos no materialismo histórico de Marx uma tentativa de dar um passo à frente das fronteiras disciplinares que se impõem, constituídas de visões de mundo deterministas que parecem subordinar a história ao seu controle. Conforme Rushdie (2007), a “fronteira” é um chamado para acordar, e a ideia da superação das fronteiras que nos prendem, superando os limites de nossa natureza, está no centro de todas as histórias de buscas. Pois, “[...] em nossa natureza mais profunda, somos seres que atravessam fronteiras. Sabemos disso pelas histórias que contamos a nós mesmos; pois somos animais contadores de histórias também” (Ibid., p. 339).

A interdisciplinaridade serviu como a possibilidade de um enfrentamento lúcido das dificuldades e dos desafios que foram postos durante o desenrolar dessa pesquisa. Tal enfrentamento, não só levou em consideração que a história é um processo dinâmico, complexo e inconcluso, como reafirmou os limites e, sobretudo, as dúvidas, enquanto elementos imprescindíveis para a ampliação e o enriquecimento da subjetividade humana. O conhecimento e a contribuição científica que ora aqui se apresenta não pretendeu oferecer respostas para todas as dúvidas, mas juntar-se à inquietude dos que, num percurso incessante, buscam compreender a realidade latino-americana sem ignorar seus dilemas e conflitos.

## APRESENTAÇÃO: A AMÉRICA LATINA NO PENSAMENTO DA CEPAL

### 1 A heterodoxia de Raúl Prebisch e de Celso Furtado como embasamento

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tem um papel representativo na interpretação das tendências e transformações das economias latino-americanas e caribenhas.

Enquanto instituição, a CEPAL foi estabelecida pela resolução do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo criada em fevereiro de 1948 sob a liderança do primeiro secretário executivo Gustavo Martínez Cabañas. Adotando como sede a cidade de Santiago de Chile, a instituição detém duas sedes sub-regionais, uma na América Central e outra no Caribe, além de escritórios nacionais espalhados em vários países latino-americanos. No Brasil, a CEPAL possui suas instalações em Brasília, tendo como atual diretor o economista brasileiro, responsável pelos assuntos econômicos da CEPAL, Ricardo Bielschowsky. Sendo inaugurado no Rio de Janeiro em 1960 e, posteriormente, transferido para Brasília em 1978, o escritório da CEPAL no Brasil, pelo convênio com o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA) e outros órgãos da administração federal, coordena cursos de capacitação técnica, pesquisas, treinamento de recursos humanos, organização de seminários, intercâmbio de técnicos, bem como dá apoio a estados, municípios, entidades de classe e universidades, além de divulgar os cursos e publicações oferecidos pelo Sistema CEPAL em sua sede no Chile. A CEPAL conta com 33 países da América Latina como membros, além de algumas nações da América do Norte e Europa como Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Espanha (CEPAL, 2010a).

A CEPAL desenvolve uma multiplicidade de atividades de investigação e pesquisa tendo como objetivo fundamental contribuir para o desenvolvimento econômico latino-americano e caribenho pela proposição de políticas de assessoria aos governos e a interpretação e difusão de informações e dados relativos sobre o desenvolvimento econômico e social dessa região (Ibid.). Para tanto, a CEPAL constitui-se por doze unidades de trabalho, entre elas, a Divisão Desenvolvimento Econômico, a Divisão do Desenvolvimento Social e a do Desenvolvimento Produtivo e Empresarial (Ibid.)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Além dessas divisões citadas, acrescentam-se a de Estatística e Projeções Econômicas; População e Desenvolvimento; Comércio Internacional e Integração; Planificação Econômica e Social; Desenvolvimento Sustentável; Recursos Naturais e Infraestrutura, e Assuntos de Gênero (CEPAL, 2010a).

A CEPAL tem como atual secretária executiva a mexicana Alicia Bárcena Ibarra que, assumindo a secretaria em julho de 2008, tornou-se a primeira mulher a ocupar esse cargo na instituição. Desde a sua criação, a CEPAL já contou com a atuação de nove secretários executivos que estão relacionados abaixo, sendo representados, respectivamente, de acordo com o seu país de origem e com o período em que atuaram na Comissão:

<b>SECRETÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>PAÍS DE ORIGEM</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO NA CEPAL</b>
José Luis Machinea	Argentina	Dezembro de 2003 – Junho de 2008
José Antônio Ocampo	Colômbia	Janeiro de 1998 – Agosto de 2003
Gert Rosenthal	Guatemala	Janeiro de 1988 – Dezembro de 1997
Norberto González	Argentina	Março de 1985 – Dezembro de 1987
Enrique V. Iglesias	Uruguai	Abril de 1972 – Fevereiro de 1985
Carlos Quintana	México	Janeiro de 1967 – Março de 1972
José Antonio Mayobre	Venezuela	Agosto de 1963 – Dezembro de 1966
Raúl Prebisch	Argentina	Mai de 1950 – Julho de 1963
Gustavo Martínez Cabañas	México	Dezembro de 1948 – Abril de 1950

(Fonte: <http://www.eclac.org>).

Nos parágrafos anteriores, a CEPAL foi apresentada enquanto órgão que elabora e oferece assessoria aos governos no que tange à preposição de políticas de desenvolvimento das economias latino-americanas e caribenhas. O esforço para o cumprimento dessa tarefa primordial tem gerado como resultado uma vasta produção intelectual que, comumente conhecida como “pensamento cepalino”, é fruto de um trabalho de sessenta anos de atuação que vem empreendendo o desenvolvimento de uma teorização “autônoma”, levando-se em conta as condições próprias das economias latino-americanas (BIELSCHOWSKY, 1998).

Essa teorização autônoma refere-se à heterodoxia do pensamento cepalino, sendo essa o marco das contribuições analíticas e formulações acerca da realidade da América Latina que reafirmariam o papel da CEPAL na ONU. Para compreender a heterodoxia da CEPAL, pode-se recorrer a uma das mais importantes obras do pioneiro do estruturalismo cepalino, Raúl Prebisch: *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano* (PREBISCH, 1963). Ex-gerente do Banco Central argentino, Prebisch assumiu a secretaria executiva da CEPAL em

1950, mas chegou à Santiago ainda em 1949, encarregado de contribuir para o estudo econômico da América Latina (BIELSCHOWSKY, 1998). Na segunda metade dos anos 1950, Prebisch participou da criação da Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC) e, mais tarde, seria protagonista na criação da Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) (Ibid.).

Prebisch completava quinze anos como secretário executivo da CEPAL quando apresentou a introdução de *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano* (PREBISCH, 1963), feita em Genebra em julho de 1961. Resumindo o referido livro como uma análise contínua e sistemática da realidade da América Latina, Prebisch (Ibid., p. XII) formulava as bases da heterodoxia cepalina mostrando que o pensamento da CEPAL contribuía para a abertura de novos rumos “[...] gracias a que ha podido gozar de esa independencia cuya primera manifestación fue la de abordar con sentido crítico las teorías económicas formuladas en los grandes centros industriales [...]”. Sem pretender romper com tais teorias<sup>13</sup>, que serviam de respaldo aos teóricos “ortodoxos” da ONU, Prebisch (Ibid.) enfatizava que as mesmas manifestavam um interesse marginal sobre os problemas econômicos latino-americanos, porque a “ortodoxia” da ONU ancorava-se numa concepção de economia universal<sup>14</sup> para examinar o desenvolvimento dos países, sem, no entanto, contemplar as peculiaridades que caracterizam tais economias. Essa visão ortodoxa, preponderante entre os teóricos da ONU, pressupunha que tal universalidade é aplicável tanto nas economias “ricas” como nas consideradas “problemáticas”.

Sob tal impressão, Prebisch (Ibid., loc. cit.) convencia-se de que essa ortodoxia não se adequava para a interpretação e a análise das especificidades do desenvolvimento econômico da América Latina, pois “[...] era tan grande la contradicción entre la realidad y la interpretación teórica elaborada en los grandes centros, que la interpretación no sólo resultaba inoperante cuando se llevaba a la práctica, sino también contraproducente [...]”. Além disso, as tendências da economia internacional que se manifestavam após a Grande Depressão

---

<sup>13</sup> O que pressupõe esta colocação de Prebisch (Ibid., p. XII): “[...] cada pensamiento y cada idea que nos venga de éstos, por brillante que sea, debe ser tamizado y sometido a análisis para cerciorarse si está de acuerdo con las condiciones latinoamericanas [...]”.

<sup>14</sup> De acordo com Milone (1998, p. 512), alguns economistas como Rostow, Colin, Clark, “[...] tentaram desenvolver teorias do estágio do crescimento, pelos quais a economia de qualquer sociedade deveria necessariamente passar [...]”. Baseados na identificação e análise dos problemas observados no crescimento econômico dos países desenvolvidos, as teorias de crescimento econômico como a clássica, representada pelos trabalhos de Adam Smith, David Ricardo, e as Neoclássicas tendo em Schumpeter como principal idealizador, “[...] consideram o crescimento econômico sendo um processo gradual e contínuo, harmonioso e cumulativo” (Ibid., p. 525). Porém, verificou-se que esse processo uniforme de desenvolvimento não é aplicável às economias de países, como os latino-americanos, na medida em que tais economias manifestam características específicas, o que culminou para as dificuldades de ordem teórica e prática que tornaram essas teorias abstratas às necessidades dos países subdesenvolvidos (Ibid.).

conduziram esse economista à tese da impossibilidade de reproduzir na América Latina “[...] el proceso histórico de la evolución capitalista de los grandes centros [...]” (Ibid., p. XIV), reforçando a hipótese que o seu desenvolvimento econômico possuía traços completamente distintos ao das economias dos grandes centros industriais.

Esse posicionamento de Prebisch não foi acolhido positivamente pelo Banco Mundial e o Departamento de Estado do governo estadunidense que, ancorados na concepção de economia universal, viram com muita desconfiança as ideias de Prebisch (BIELSCHOWSKY, 1998). Não obstante, as críticas em torno do princípio de universalidade ortodoxa ganharam reforço pelas formulações do intelectual brasileiro Celso Furtado.

A heterodoxia cepalina adquiriu, portanto, força significativa pela contribuição de Celso Furtado que, ao lado de Prebisch, foi o intelectual que não só se dedicou a apontar a legitimidade do método estruturalista cepalino<sup>15</sup>, como reafirmou que o exame do desenvolvimento latino-americano requer levar em consideração uma teorização própria para tal, centrou-se na reflexão da problemática do “subdesenvolvimento”.

De uma intelectualidade brilhante, Celso Furtado (1983) esforçou-se em mostrar que o subdesenvolvimento não é uma etapa pela qual todas as economias, que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento, deveriam necessariamente passar. Segundo o autor, essa peculiaridade deve ser levada em conta por aqueles que buscam captar a natureza das economias subdesenvolvidas. Sob tal peculiaridade, Furtado (Ibid.), ao explicar a formação histórica do subdesenvolvimento, conclui que a emergência de um núcleo industrial na Europa no século XVIII condicionou o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. Em regiões ocupadas com sistemas econômicos de cunho pré-capitalista, o contato das vigorosas economias com essas regiões dotadas de velhas estruturas sociais não se fez de maneira uniforme devido a um jogo de interesses, entre as quais, o fomento da produção de produtos primários cuja procura crescia nos centros industriais (Ibid.).

A abertura do comércio e a procura de matérias-primas seriam alguns dos exemplos do tipo de relação que se estabelecia entre as ricas economias e países como os da América Latina, e de acordo com Furtado (Ibid.) tal relação, ao longo da história da economia latino-americana, contribuiu para o estabelecimento da condição de “subdesenvolvimento”. Para o autor, o subdesenvolvimento, portanto, é “[...] uma situação particular, resultante da expansão

---

<sup>15</sup> Segundo Bielschowsky (2010a), a obra de Furtado *Formação Econômica do Brasil* pode ser considerado como referência mais importante quanto à utilização do método histórico-estrutural para o estudo da economia.



das economias capitalistas que visavam a utilização de recursos naturais e de mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista [...]” (Ibid., p. 195).

Conforme Furtado, as condições do subdesenvolvimento apresentam-se sob diferentes estágios. A etapa mais simples diz respeito à existência de empresas estrangeiras que, produtoras e exportadoras de bens primários, coexistem com economias de subsistência, caracterizadas, sobretudo, pelo emprego de técnicas rudimentares de exploração dos recursos naturais. Por sua vez, a etapa complexa compreende três setores da economia subdesenvolvida: “[...] um principalmente de subsistência; outro voltado, sobretudo, para a exportação, e o terceiro, com um núcleo industrial ligado ao mercado interno [...]” (Ibid., loc. cit.). Em longo prazo, esses estratos da economia subdesenvolvida contribuiriam para o estabelecimento de um mecanismo que se constituiria como a problemática para a industrialização da América Latina, que definiria mais tarde o perfil de progresso técnico e, conseqüentemente, de absorção de força de trabalho que se preponderaria nas forças produtivas dessa região: a heterogeneidade estrutural.

## **2 O estruturalismo cepalino e suas categorias**

Vimos que o pensamento heterodoxo da CEPAL é caracterizado pelo esforço de uma interpretação teórica autônoma que leva em conta as transformações e problemas das economias latino-americanas e caribenhas. As contribuições de Raúl Prebisch, que enfatizou sobre a importância de empreender uma interpretação que partisse do contexto da América Latina, e o aprofundamento da temática do subdesenvolvimento empreendido por Celso Furtado foram o ponto de partida para a CEPAL elaborar um conjunto de categorias analíticas que caracterizam o estruturalismo cepalino.

O termo estruturalismo faz referência ao método histórico estrutural, sendo esse o amplo e original sistema analítico empregado pela CEPAL para a análise das especificidades produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional das economias dos países latino-americanos. De acordo com Bielchowsky (2004, p. 21), o estruturalismo consistiu em dar apoio às políticas desenvolvimentistas que defendiam a industrialização da América Latina, pela formulação de explicações sobre as causas da inflação e dos problemas do balanço de pagamentos.

A abordagem estruturalista foi formulada, gradualmente, ao longo da década de 50, como parte de um esforço para entender o processo inflacionário nos

países latino-americanos, particularmente no Chile, e para criticar as políticas ortodoxas.

Por outro lado, o estruturalismo, com base na interação entre o método indutivo<sup>16</sup> e o histórico-interpretativo – que leva em conta as relações históricas e comparativas sobre o comportamento dos agentes sociais e instituições – tem como ponto de partida a análise do padrão de transformação das economias latino-americanas e caribenhas cujo progresso técnico, por se diferir ao dos países considerados de economias “avançadas” (que apresentam alto nível de industrialização), exprime as características de uma industrialização “tardia” (BIELSCHOWSKY, 1998). Seu instrumento de análise compreende a categoria centro-periferia que, sendo um importante componente analítico da CEPAL, é empregada para a problematização do processo de difusão do progresso tecnológico na economia mundial (Ibid.).

Formulado por Prebisch, centro-periferia remete-se às economias de industrialização “avançada” definidas como “economias do centro”, enquanto que as da América Latina são evocadas sob a alusão de “economias periféricas”. Ao tentar explicar o processo histórico da industrialização na América Latina, a categoria centro-periferia busca identificar os problemas das economias latino-americanas a partir do contraste existente entre as economias dos países do centro e as dos periféricos, sendo esse contraste “[...] um expediente empregado para destacar as características especiais da industrialização em países subdesenvolvidos [...]” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 18).

A temática da industrialização foi o ponto de partida do estruturalismo para a discussão das características das economias latino-americanas. Na década de 1950, a CEPAL focou-se na industrialização substitutiva de importações para abordar o processo de difusão do progresso técnico na América Latina, com o objetivo de difundir a tese de que tal processo se consolidou de forma distinta daquele que ocorreu nos países desenvolvidos. Dando fundamento para tal assertiva, a CEPAL, junto com Prebisch, observaria os condicionantes da transformação das economias da América Latina, colocando em questão os embates e as problemáticas que delineavam o percurso de tais economias, especialmente após a queda das exportações de bens primários. Pela análise das características do processo de industrialização latino-americana a partir dos anos 1950, Prebisch e a CEPAL anunciavam que as estruturas econômicas e sociais, sendo essas as consequências das primeiras, apresentavam, em contrapartida das economias centrais, limitações que se constituiriam como um entrave para o

---

<sup>16</sup> O método indutivo tem como ponto de partida os fatos específicos para se chegar a conclusões gerais (MONTORO FILHO et. al., 1998).

crescimento econômico da América Latina, entre elas, a heterogeneidade estrutural.

Entre esses problemas apontados pela CEPAL se destaca a heterogeneidade estrutural. Com relação ao binômio centro-periferia, a heterogeneidade estrutural recebe uma ênfase especial nesse trabalho, por essa categoria melhor conformar os princípios fundantes da concepção cepalina acerca do trabalho. Compreendendo a debilidade da difusão do progresso técnico, o desemprego e a informalidade, a heterogeneidade estrutural constitui-se, ao longo do pensamento da CEPAL, o respaldo para a problematização do trabalho na América Latina e no Caribe, sendo o pano de fundo dos debates cepalinos acerca da industrialização e da transformação produtiva.

A heterogeneidade estrutural é o foco das reflexões cepalinas acerca da industrialização e da transformação produtiva, e como já salientamos, enquanto que a primeira pertence à etapa estruturalista, a segunda constitui-se o pontapé inicial da etapa neoestruturalista. De acordo com Bielschowsky (2010a), apesar dessa segmentação temporal que divide o pensamento da CEPAL, a heterogeneidade estrutural é o ponto de convergência de ambas as etapas, portanto, um importante eixo de intercâmbio que une ambos os períodos do estruturalismo cepalino.

A partir do início do processo de industrialização substitutiva de importações dos anos 1930, a CEPAL, através de Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, se empenhou nos debates sobre a heterogeneidade estrutural. Encarada pela CEPAL como característica inerente das economias periféricas, bem como a resultante do desenvolvimento insuficiente do capitalismo em tais economias, a heterogeneidade representava (e ainda representa) um obstáculo à industrialização da América Latina e do Caribe. As dificuldades da atividade industrial do incremento do progresso técnico, apontadas por Prebisch nos anos 1950, conduziram a CEPAL a insistir na importância dos investimentos no processo industrial, situando-o como o núcleo da irradiação tecnológica e das transformações sociais nas economias latino-americanas e caribenhas, como o acesso da população ao emprego e a redução da pobreza.

O excedente de trabalhadores assalariados que buscavam se integrar nas atividades industriais, quando essas se encontravam na fase de substituição de importações, levou Celso Furtado a defender a tendência do desemprego e da informalidade na América Latina. Sendo outro elemento da heterogeneidade estrutural, a informalidade foi encarada por Furtado (1983) enquanto tendência que seria permanente na industrialização da América Latina, porque, como observava o autor, embora houvesse o crescimento do setor industrial, esse não assegurava uma maior absorção de trabalhadores, o que provocava o desemprego e o estabelecimento de atividades que, de acordo com a concepção furtadiana, carecem de

organização de produção capitalista, como o setor informal, refletida pela ausência do progresso técnico. Nessas condições a CEPAL, desde o início do seu pensamento estruturalista, centra-se na informalidade apontando seus impactos sobre os âmbitos do emprego e da distribuição de renda na América Latina (BIELSCHOWSKY, 2010a, p. 23), a encarando como uma “[...] nova modalidad de pobreza y desequilibrio social, crecientemente urbano y simultáneo a la modernización promovida por la industrialización [...]”.

Se na década de 1950 a industrialização era concebida como a forma de diminuir o contraste entre o progresso técnico das economias do centro e às periféricas, sendo ao mesmo tempo a alternativa para a superação da pobreza na América Latina, com o passar do tempo, a heterogeneidade estrutural se confirmaria como problema crônico da industrialização latino-americana e caribenha. Na década de 1990, as manifestações de tal heterogeneidade ainda eram prevaletentes (inclusive se mantêm na contemporaneidade) e a CEPAL, visando a necessidade de seu enfrentamento, inaugura sua etapa neoestrutural apresentando aos países latino-americanos a proposta da Transformação Produtiva com Equidade.

Tal proposta, encarada pela CEPAL como um dos temas de ênfase da Comissão, também empreende a interpretação das tendências e, sobretudo, dos dilemas da transformação econômica da América Latina e do Caribe. Em tais interpretações, a CEPAL ainda reafirma a heterogeneidade estrutural como a principal causa da estagnação das economias latino-americanas, sendo encarada como o entrave para a consolidação de um desenvolvimento econômico que tem como ponto de partida a aliança entre o crescimento da economia e a redução da pobreza.

O texto *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa* (CEPAL, 1990), sendo o carro-chefe da etapa neoestruturalista, trata-se de uma perspectiva de enfrentamento da heterogeneidade estrutural na América Latina e no Caribe, pois no contexto da temática da transformação produtiva, a industrialização aparece como *locus* de tal transformação por essa ainda tropeçar na heterogeneidade estrutural. No patamar da transformação produtiva, a qualificação do trabalho é situada como determinante do crescimento econômico (na condição de impulsionador do incremento tecnológico), o trabalho é um instrumento para o enfrentamento da heterogeneidade estrutural e as suas causas estruturais (como a diferença de difusão de progresso técnico) e, ao mesmo tempo em que se assume como propagador da coesão social na América Latina.

Para a CEPAL, a heterogeneidade estrutural ainda persiste nas estruturas produtivas latino-americanas sendo agravada, sobretudo, pelo trabalho assalariado. Tal ideia é apontada

nos exemplos empíricos sobre a dinâmica das estruturas produtivas da América Latina presente nos documentos recentes da instituição *Progreso técnico y cambio estructural en América Latina* (2007b) e *Transformación productiva 20 años después: viejos problemas, nuevas oportunidades* (2008). Comparando a evolução da atividade industrial entre a América Latina (considerada em seu conjunto) e os países do centro como os Estados Unidos, e economias em desenvolvimento como as asiáticas, esses documentos reafirmam a persistência da heterogeneidade estrutural evidenciando que as estruturas produtivas latino-americanas têm tendido a se concentrar em atividades que pouco incrementam o progresso técnico e, de acordo com a CEPAL, tal processo evidencia não só a debilidade em termos de inserção tecnológica, como também em formação humana e disponibilidade de trabalho qualificado, o que, por outro lado, prejudica a esfera social por contribuir para o aprofundamento da pobreza e da vulnerabilidade social.

Nessas circunstâncias, a CEPAL passa a incluir em suas abordagens a expressão coesão social. Como mostraremos, a coesão social para a CEPAL (2007a) pressupõe a relação entre o capitalismo competitivo e os trabalhadores assalariados cuja “eficiência produtiva” deverá viabilizar a coesão social na América Latina e no Caribe por determinar sua inserção no emprego, e por fim, a redução da pobreza e da desigualdade social. Subentende-se com isso que o desenvolvimento produtivo e social estão vinculados no contexto da CEPAL sendo esses interdependentes, pois conforme Bielschowsky (2010a, p. 23), perante os reflexos da heterogeneidade estrutural que se estendem no âmbito social por acarretar o desemprego e a informalidade “[...] los análisis de la CEPAL vincularon la pobreza y la distribución del ingreso a la evolución de las disparidades en la productividad y en la remuneración del trabajo entre personas, sectores y regiones [...]”.

Essa conexão entre as dimensões econômicas e sociais ganha expressão nas contribuições de José Luís Machínea que, assumindo a secretaria executiva da CEPAL entre os períodos 2003 e 2008, foi sucedido pela atual secretária Alicia Bárcena Ibarra. Em *Coesão social e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe* (2007a), Machínea apresenta o referido documento, preparando “[...] un proyecto de largo alcance basado en el concepto de cohesión social, a partir de la cual la CEPAL inició la prometedora experiencia de colocar el aspecto sociológico en el núcleo central de su análisis” (BIELSCHOWSKY, 2010a, p. 37).

Conforme Bielschowsky (Ibid.), embora sejam numerosas as formulações que atrelam os enfoques estruturalistas e neoestruturalistas que compõem o pensamento cepalino, a sua conexão central reside no diagnóstico que identifica na América Latina uma insuficiente atividade exportadora baseada no seu setor industrial, e essa insuficiência é uma das

consequências da perpetuação da heterogeneidade estrutural que tem limitado o aumento do crescimento econômico. Embora pertençam a etapas diferentes do pensamento cepalino, os temas da industrialização e a “transformação produtiva” se inter-relacionam por um núcleo comum: ambas conferem ao trabalho assalariado como a causa da heterogeneidade estrutural na América Latina e no Caribe, bem como da amplitude da pobreza e da vulnerabilidade social que assola seus países.

**PARTE I**

## **A CEPAL E A PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTISTA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

### **1 A questão da heterogeneidade estrutural no capitalismo latino-americano**

Compreender o *locus* do trabalho no pensamento contemporâneo da CEPAL se agrega às tentativas de entender as tendências da economia capitalista na atualidade que, nas palavras de Theotônio dos Santos (1999), requer a definição da natureza das transformações que vêm ocorrendo no patamar das estruturas produtivas, com uma determinada organização e exploração do trabalho.

Tendo em vista essas transformações, nessa seção centraremos nos principais acontecimentos verificados durante o percurso do processo industrial da América Latina, que compreende o período 1930-1970. Focaremos, de início, nos apontamentos iniciais da CEPAL que exprimiam a sua perspectiva estruturalista desenvolvimentista que, nos primórdios da década de 1950, defendiam a industrialização da América Latina, que ora estava em curso através do processo de substituição de importações<sup>17</sup>, bem como aludiam para a existência de problemáticas que ameaçavam tal processo, entre as quais, a heterogeneidade estrutural, que tem impedido a América Latina, mediante a industrialização, ascender um desenvolvimento econômico satisfatório com vistas a reverter as situações de vulnerabilidade e exclusão sociais que, ao longo da sua história têm sido marcantes na região.

Em meados dos anos 1950, após a Segunda Guerra Mundial, a CEPAL, tendo a frente Raúl Prebisch, surgiu enquanto entidade militante na defesa da industrialização da América Latina. O papel em apontar os rumos para o desenvolvimento econômico aos governos latino-americanos conferiu à CEPAL a atuação em várias vertentes, entre as quais, a proposição de políticas destinadas a incentivar o processo de industrialização nas economias dependentes, como bem sintetiza Theotônio dos Santos (2000, p. 81):

A CEPAL era uma organização emanada dos governos latino-americanos e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria aos governos. Seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização, buscando superar os obstáculos ao desenvolvimento.

---

<sup>17</sup> Não é nosso objetivo o aprofundamento da dinâmica da industrialização substitutiva dada sua diversidade manifestada nos países latino-americanos, em sua particularidade, como o Chile, Colômbia, Uruguai, Argentina, México e o Brasil. Esse último serviu de referência ao trabalho de Maria da Conceição Tavares – *Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil* (1998) cuja relevância deve-se à problematização das particularidades da dinâmica da industrialização substitutiva assentadas no contexto brasileiro. Esse documento foi originalmente publicado como parte do capítulo 1 (páginas 1 a 7) “El proceso de sustitución de importaciones como modelo de desarrollo reciente en América Latina, en CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. 9, N° 1, Nueva York, marzo de 1964. Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: 64.II.G.8” (CEPAL, 1998a, p. 207).



Tais políticas consistiam em um conjunto de estratégias de desenvolvimento para a América Latina que, conhecidas como políticas desenvolvimentistas objetivavam o apoio ao processo de industrialização.

Centrada nesse objetivo, o desenvolvimentismo cepalino adquiriu força representativa nos trabalhos sobre a dependência latino-americana formulados por Raúl Prebisch, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, José Serra, Aníbal Pinto, citando alguns dos teóricos estruturalistas que se destacaram na CEPAL.

Tendo como respaldo as experiências da industrialização substitutiva de importações que se perfilava nos países latino-americanos desde os anos 1930, a CEPAL focou-se, substancialmente, nas análises e interpretações de Raúl Prebisch sobre a desaceleração das exportações latino-americanas de bens primários, verificada durante o período do padrão de desenvolvimento para fora, quando as economias dependentes eram regidas pela exportação de produtos não industrializados para os centros industriais. Prebisch vai fundamentar-se em tal cenário para aludir às insuficiências da dinâmica das economias da periferia que, segundo ele, deveriam ser erradicadas pela industrialização. Entre essas insuficiências, se destacava a heterogeneidade estrutural que, implicando a debilidade na difusão do progresso técnico, trouxe como resultado os contrastes do desenvolvimento econômico e tecnológicos entre a América Latina e o centro. Acrescentado a isso, havia ainda o excedente de força de trabalho que, sendo, a princípio, o reflexo da desaceleração das exportações primárias, adquiria expressão pela expansão do desemprego e da informalidade o que, segundo Prebisch, tem agravado a desigualdade e a indigência social na região.

A industrialização na América Latina emergiu como resultado das crises e contrações do comércio mundial marcadas pela Grande Depressão (DOS SANTOS, 2000). Ela enfrentava tropeços, entre os quais, a ausência de planejamento econômico por parte do Estado que, segundo a CEPAL, comprometia o desempenho da atividade industrial que não contava com políticas que estimulassem o seu desenvolvimento. Durante esse interstício, a industrialização se processava de uma forma espontânea, ou seja, sem o respaldo de políticas que, apoiadas pelo Estado, oferecessem condições para intervir em supostos obstáculos com a finalidade de assegurar o seu andamento. Diante dessas circunstâncias, o desenvolvimentismo cepalino pregava que as transformações da economia, por via da industrialização, pressupunham o protecionismo e o planejamento econômico apoiados na intervenção do Estado na economia.

Partindo da perspectiva keynesiana que coloca o Estado à frente da organização econômica, o desenvolvimentismo da CEPAL ponderava que a maior participação estatal deveria ocorrer na implantação de estruturas como energia, transportes, comunicação etc. (SOUZA, 1999). A contribuição na formação de capital, principalmente no planejamento da industrialização pela captação de recursos, era um dos papéis atribuídos pela CEPAL ao Estado e, sendo assim, o Estado, no projeto de desenvolvimento econômico da CEPAL, aparecia como a ideia-força do desenvolvimento da América Latina (GARZA, 2009)<sup>18</sup>.

Para a CEPAL e Prebisch (1963), na planificação econômica, o empenho em intervir sobre as forças do desenvolvimento significa atribuir ao Estado um poder considerável para a formulação e execução de uma política racional de desenvolvimento. De acordo com Prebisch (Ibid., p. 63) esse poder, sem pretender influir na conduta dos indivíduos sobre suas decisões na atividade econômica “[...] tiene que ejercitarse fundamentalmente por medio de incentivos a la acción económica [...]”. Como bem assinala Bieslchowsky (1998, p. 10), a CEPAL se respaldava no princípio da “[...] necesidad de que el Estado contribuya al ordenamiento del desarrollo económico en las condiciones de la periferia latinoamericana [...]”.

Além do Estado, o desenvolvimentismo reservou ao capital estrangeiro a função de incentivar o desenvolvimento econômico periférico pelos seus investimentos em capital fixo e, sobretudo, na difusão do progresso tecnológico na América Latina. Atrair a atenção do centro para a periferia foi uma das medidas veemente defendidas pelo desenvolvimentismo cepalino, pois embora fosse entidade criada pela ONU, a CEPAL enfrentou resistências por parte dos integrantes das Nações Unidas, especialmente os norte-americanos que, ao priorizarem a recuperação das economias centrais das devastações da Segunda Guerra Mundial, adotaram uma atitude hostil quanto ao seu apoio à industrialização da América Latina. Vale acrescentar que o contexto histórico da década de 1950 estava traçado pelas contrações que configuravam o cenário mundial após a Segunda Guerra Mundial diante da devastação da Europa e, por conseguinte, da emergência da sua reconstrução e, frente a isso, os Estados Unidos, colocando em prática o Plano Marshall, destinavam boa parte de seus recursos à reconstrução da Europa. Perante essa mobilização norte-americana, os governos latino-americanos entendiam que o referido plano também deveria ser estendido à América Latina, defendendo a todo custo que os Estados Unidos orientassem seus investimentos para o

---

<sup>18</sup> Essa concepção de governo concebida pela CEPAL se agrega a outras ideias sobre o Estado, difundidas tanto nos países dependentes como também nos desenvolvidos. Para mais informações, cf. GARZA, Estela Gutiérrez. *Teorías del desarrollo en América Latina*. México: Trillas, 2009.

desenvolvimento econômico latino-americano<sup>19</sup>. Além disso, os governos latino-americanos e a própria CEPAL estavam temerosos com relação às possíveis consequências da Segunda Guerra Mundial para a América Latina, entre as quais, a desaceleração da entrada de capital estrangeiro na região.

Ao lado desses desacertos nos quais a industrialização tropeçava nas economias dependentes, a CEPAL, através de Prebisch, vai contestar o predomínio da atividade exportadora de bens primários, que do seu ponto de vista, é a explicativa para o problema da heterogeneidade estrutural da América Latina. Para entendermos isso, partiremos para a problemática da debilidade da difusão do progresso técnico contemplando as análises de Prebisch quanto ao predomínio do setor de bens primários nas “economias periféricas”, mencionando a expressão prebischiana.

Nesses apontamentos, Prebisch (1998a)<sup>20</sup> argumentava que, enquanto havia a intensa demanda dos países centrais pelas mercadorias não industriais, na América Latina imprimiu-se a exploração de recursos naturais que, do seu ponto de vista, pouco estimulou o incremento do progresso técnico e, por fim, o desenvolvimento da atividade industrial na região. Para fortalecer essa tese, Prebisch buscou problematizar a viabilidade das formulações do economista clássico David Ricardo que abordavam as vantagens<sup>21</sup> do intercâmbio de mercadorias concernentes à relação centro-periferia na divisão internacional do trabalho. Adotando como referência o enfraquecimento das exportações primárias latino-americanas que se verificou desde os anos 1930, Prebisch, em seus ensaios (PREBISCH, 1998a; 1998b; 1963), procurou desvelar as desvantagens da América Latina na divisão internacional do trabalho, que segundo ele, se manifestam pela “ausência” da atividade industrial perante o

---

<sup>19</sup> De acordo com Garza (2009), o investimento em capital foi a questão chave da política desenvolvimentista cepalina. Embora dependesse da poupança interna da América Latina, essa não seria o suficiente para o acúmulo de capital dado a sua escassez para a satisfação das exigências do crescimento. Como bem sabemos, a escassez em poupança é um dos problemas das economias dependentes, pois, ao contrário dos países ricos onde há investimentos maciços no acúmulo de capital graças à alta arrecadação de poupança, nos países periféricos, como já vimos em Feijó (2007), o investimento em poupança se dá em pequenas proporções já que a renda gerada ali, por ser baixa com relação aos países ricos, não assegura maiores investimentos no acúmulo de capital e na captação de recursos, o que torna as economias dependentes dos investimentos do capital estrangeiro.

<sup>20</sup> Texto originalmente publicado “[...] en 1949 como introducción al *Estúdio económico de la América Latina, 1948* (E/cn.12/89) y publicado posteriormente en CEPAL, *Boletín económico de América Latina*, vol. VII, Nº1, Santiago de Chile, 1962. Publicación de las Naciones Unidas, nº de venta: 62.II.G.1.” (CEPAL, 1998a, p. 63).

<sup>21</sup> As vantagens do aumento do volume das mercadorias se referem ao preço dos mesmos que se atrela ao aumento da produtividade. A ideia de Ricardo (1985) era de que quanto maior era a abundância dessas mercadorias produzidas, mais barato era o custo dos mesmos, ou seja, o aumento da produtividade implica o decréscimo dos preços desses produtos, o que daria mais impulso às relações comerciais entre países. Em outras palavras, no intercâmbio entre nações de diferentes níveis de produtividade, o aumento da produtividade em um deles, ao provocar a redução dos preços de seus produtos, favorece o país que registrou a baixa produtividade, assegurando ao mesmo o acesso a essas mercadorias produzidas nas economias que atingiram maior crescimento (GARZA, 2009). Quanto às economias de pequeno crescimento, a baixa produtividade promoveria o aumento do preço de seus produtos demandados pelas economias onde concentram maiores níveis de crescimento.

predomínio da produção primária e o incremento do progresso técnico na região que, não sendo estimulado pela atividade industrial, impediu à América Latina o aproveitamento das vantagens da difusão da técnica moderna no desenvolvimento das suas economias.

O predomínio do setor exportador, calcado na especialização de bens primários, se refletia na América Latina quando sua economia era regida pelo padrão de desenvolvimento para fora. Enquanto fornecedora de matérias-primas e alimentos para os países do centro, os países latino-americanos se integravam no intercâmbio internacional abastecendo os grandes centros industriais com produtos não industrializados.

No padrão de desenvolvimento para fora, a América Latina dedicava-se na produção de matérias-primas que eram exportadas, ao mesmo tempo, comprava produtos industrializados que, oriundos de outros países, eram importados para o consumo local. Através do consumo de manufaturados, os países dependentes obtinham o acesso ao progresso técnico que, gerado nos países ricos, estava introduzido nesses produtos comprados. A característica principal desse tipo de intercâmbio, que faz parte da história da formação econômica latino-americana, residia na demanda elevada dos países do centro pelas mercadorias provenientes das periferias conduzindo-as à especialização na produção primária. Pelos rendimentos gerados na atividade exportadora, os países periféricos adquiriam os produtos industrializados provenientes do centro, que continham um grau incorporado de progresso técnico.

O período de expansão para fora compreendeu a etapa da colonização latino-americana<sup>22</sup> por Portugal e Espanha que, pelo “antigo sistema colonial”, exerceram o controle político e econômico dos países latino-americanos influenciando na ascensão das colônias à condição de Estados nacionais.

Foge do nosso alcance o debate sobre o contexto histórico, político e social que marcou o período de expansão para fora. Basta assinalar que partir da década de 1930, o fenômeno da desaceleração das exportações primárias latino-americanas representou um sinal de alerta a estas economias como alude Prebisch (1998a, p. 65):

La realidad está destruyendo en la América Latina aquel pretérito esquema de la división del trabajo que, después de haber adquirido gran vigor en el siglo XIX, seguía prevaleciendo doctrinariamente hasta muy avanzado el presente. En ese esquema a América Latina venía a corresponderle, como parte de la periferia del sistema económico mundial, el papel específico de

---

<sup>22</sup> O leitor pode encontrar ricas referências sobre o período da colonização da América Latina e do rompimento do pacto colonial pela ascensão das ex-colônias à Estados Nacionais nos trabalhos de Eduardo Galeano – *As veias abertas da América Latina* (2010) – e de Florestan Fernandes – *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (2009). Mais detalhes, cf. Referências Bibliográficas.

producir alimentos y materias primas para los grandes centros industriales. No tenía allí cabida la industrialización de los países nuevos. Los hechos la están imponiendo, sin embargo [...].

Sendo a desaceleração das exportações de bens primários a realidade imposta ao “velho” esquema da divisão internacional do trabalho, esse fenômeno ganhou reforço pela grave recessão econômica que, desde a I Guerra Mundial, afetou as nações em âmbito global promovendo consequências fatalmente negativas para os países periféricos, como a queda das exportações de bens primários. Em 1929, os países do centro registraram uma profunda crise em suas economias. Nesse período de instabilidade econômica, conhecido como a Grande Depressão, houve uma drástica diminuição da demanda do centro pelos produtos primários oferecidos pela periferia provocando ali o fraco dinamismo que as suas economias passaram a sofrer pela redução das exportações de bens primários, o que anunciava o colapso do padrão de crescimento para fora, iniciada nos anos 1930.

A redução das exportações primárias nos anos 1930, por persistir nas décadas posteriores, foi o estopim das críticas de Prebisch (Ibid.) sobre a teoria das vantagens comparativas desenvolvida pelo economista clássico David Ricardo. Os postulados de Ricardo, sendo referências para os estudos sobre o comércio internacional, respaldavam a concepção de desenvolvimento econômico dos teóricos ortodoxos da ONU que não apoiavam a industrialização da América Latina. A CEPAL, enquanto instituição recém-surgida na ONU nos anos 1950 se deparou diante desse ambiente desfavorável à modernização da América Latina enfrentando dois dilemas: i) como promover mudanças simultâneas nas economias através da industrialização e, ii) de que forma o capital internacional atuaria para o desenvolvimento econômico e industrial da América Latina (SANTOS, 2000).

No intento em lançar luz sobre essas interrogativas, Prebisch (1998a) buscou apontar a inviabilidade da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo para a América Latina no intercâmbio internacional, tendo em conta a desaceleração das exportações das periferias:

La discusión doctrinaria, no obstante, dista mucho de haber terminado. En materia económica, las ideologías suelen seguir con retraso a los acontecimientos o bien sobrevivirles demasiado. Es cierto que el razonamiento acerca de las ventajas económicas de la división internacional del trabajo es de una validez teórica inobjetable. Pero suele olvidarse que se basa sobre una premisa terminantemente contradicha por los hechos [...] (Ibid., p. 65).

Em Prebisch (Ibid.), essa contradição da premissa ricardiana sobre as vantagens da América Latina no intercâmbio internacional se refere a dois aspectos: o papel que, segundo Ricardo, os países deveriam cumprir na divisão internacional do trabalho, e a forma com que

os mesmos ascenderiam às vantagens do intercâmbio internacional como o acesso ao progresso técnico.

De acordo com Ricardo (1985), a especialização dos países na divisão internacional do trabalho está determinada pela diferença de produtividade entre os mesmos. Partindo do exemplo demonstrativo do intercâmbio comercial entre duas nações – Inglaterra e Portugal –, Ricardo (Ibid.) ponderava que o comércio exterior pode ser benéfico para um país na medida em que, pela abundância e barateamento das mercadorias, há o incentivo da poupança e da acumulação de capital. Embora reconheça que a ampliação do mercado internacional contribui para o aumento do volume de mercadorias, Ricardo (Ibid.) salientava que essa ampliação não influi significativamente para o aumento da riqueza das nações do mundo, e sim, a diferença de produtividade entre ambas.

A diferença de produtividade, de acordo com esse economista, é o aspecto de grande valia para o enriquecimento dos países. Para Ricardo (Ibid.), as vantagens lucrativas de um país e seu enriquecimento não são necessariamente decorrentes da ampliação do mercado; apesar de esta influir no aumento do volume das mercadorias ela não determina, por si mesma, a produtividade das nações, pois cada país se orienta à produção de mercadorias tendo em conta que “[...] por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países [...]” (Ibid., p. 103).

A partir desses exemplos, se entende em Ricardo que a diferença de produtividade se assume como o principal eixo para o enriquecimento das nações, pois não só as conduz a se aperfeiçoarem em ramos específicos, como confere aos mesmos a necessidade e o acesso da obtenção de bens e mercadorias produzidos por outros países. Dessa forma, segundo esse economista, para almejar a riqueza, cada país, na divisão internacional do trabalho, dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja benéfica pelo aproveitamento eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza. Assim, esses países se mobilizam na busca da vantagem individual que, tanto se atrela aos interesses comuns e de intercâmbio entre as nações do mundo, como os beneficiam pelo aumento do volume geral de produtos. Para Ricardo (Ibid., p. 104), essa busca é o

[...] princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.

Essa segmentação de especializações entre os países na divisão internacional do

trabalho supõe a não industrialização dos países produtores de matérias-primas e, sendo um dos pontos reveladores da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, essa concepção de desenvolvimento despertou em Prebisch (1998a) sua crítica sobre a ausência da atividade industrial na periferia. Na concepção de Prebisch (Ibid.), a produção primária não favorecia o desenvolvimento industrial na América Latina, já que sua participação no intercâmbio internacional estava assegurada pelo fornecimento de mercadorias provenientes da exploração dos recursos naturais.

Se em Ricardo (1985) se subentende que a América Latina, na divisão internacional do trabalho, deve se dedicar a especialização na exploração de recursos naturais, o que não inclui, portanto, o aperfeiçoamento nas atividades industriais, Prebisch (1998a) vai colocar em manifesto que certos fenômenos na economia internacional, como a redução da demanda dos países por certos tipos de bens, se mostrariam como permanentes, afetando àquele país que se dedicou à especialização de um determinado bem, como no caso da América Latina em sua especialização em bens primários.

Para além da especialização primária da América Latina na divisão internacional do trabalho, Prebisch (Ibid., p. 65-66), aproveitando-se da redução das exportações latino-americanas, vai revelar outra falha da premissa ricardiana das vantagens do intercâmbio, relativa à difusão do progresso técnico que, na periferia, é caracterizada pela heterogeneidade tecnológica:

[...] Según esta premisa [de Ricardo], el fruto del progreso técnico tiende a repartirse parejamente entre toda la colectividad, ya sea por la baja de los precios o por alza de los ingresos. Mediante el intercambio internacional, los países de producción primaria obtienen su parte en aquel fruto. [...]. Antes bien, su menor eficiencia les haría perder irremisiblemente las ventajas clásicas del intercambio.

Prebisch reconhecia a vantagem dos termos de intercâmbio de Ricardo. Os rendimentos gerados pela intensificação das exportações de bens primários permitiam aos países periféricos a aquisição dos produtos manufaturados que, produzidos e vendidos pelos países do centro por um preço relativamente barato, traziam o progresso técnico já incorporado. Tinha-se em mente que uma maior demanda dos países do centro, em virtude do crescimento da sua renda, pelos produtos primários da América Latina, elevasse os preços dessas mercadorias de tal forma que

[...] as relações de troca melhorariam em benefício dos países exportadores de produtos não industriais. Desse modo, os países periféricos não

precisariam industrializar-se para atingir o desenvolvimento econômico (SOUZA, 1999, p. 199).

Supostamente, esse acesso às mercadorias industrializadas era a “vantagem” da divisão internacional do trabalho, já que o progresso técnico gerado nos países ricos estava introduzido nesses bens que eram vendidos aos países latino-americanos. Entretanto, no patamar da desaceleração das exportações primárias, o acesso ao progresso técnico se via dificultado, e esse obstáculo não apenas culminou a redução das exportações, como empreendeu a deterioração dos preços dos produtos primários<sup>23</sup> inibindo o poder de compra da América Latina dos produtos manufaturados. De acordo com Theotônio dos Santos (2000), Prebisch vai mostrar, em seus estudos sobre a história do comércio internacional da América Latina, que o acesso ao progresso técnico estava comprometido pela redução do preço dos produtos primários. Em sua teoria sobre a deterioração dos termos de intercâmbio, esse economista ponderava que a troca entre produtos primários e manufaturas não representava, por muito tempo, a vantagem para a periferia, pois essa conduzia à perda nos termos de intercâmbio da região, pois, como conclui Theotônio dos Santos (Ibid., p. 126) “[...] os preços dos produtos agrícolas e matérias-primas tendiam secularmente a baixar, enquanto os preços dos produtos manufaturados tendiam a se estabilizar-se ou mesmo subir”.

A América Latina na década de 1950 enfrentava a crise do mercado mundial mediante a deterioração dos preços dos bens primários. Conforme Jaime Osorio (2009, p. 169):

[...] A crise regional que a grande crise do mercado mundial propiciou, que vai da Primeira até a Segunda Guerra Mundial, e a queda quase generalizada dos preços das matérias-primas que sustentam o padrão agromineiro exportador dessa zona propiciaram que, na Cepal, se prestasse atenção à chamada “deterioração dos termos de intercâmbio”.

Se a deterioração dos termos de intercâmbio evidenciava outro limite das vantagens comparativas de Ricardo (1985), vimos em Prebisch (1998a) que a desvantagem da América Latina na divisão internacional do trabalho se deveu, ainda, pela forma com que o progresso técnico se delineou na região, pois ao contrário do que ocorreu nos países do centro, nas

---

<sup>23</sup> Não pretendemos explicar de forma exaustiva as razões que influíram na deterioração dos preços dos produtos primários. Assim como Prebisch, Ruy Mauro Marini (2008a, p. 119) em sua *Dialéctica de la dependencia*, também incluiu em suas análises o fenômeno da deterioração dos termos de intercâmbio: “Existe, sin embargo, otro aspecto del problema que debe ser considerado. Se trata del hecho sobradamente conocido de que el aumento de la oferta mundial de alimentos y materias primas ha sido acompañado de la declinación de los precios de esos productos, relativamente al precio alcanzado por las manufacturas. Como el precio de los productos industriales se mantiene relativamente estable, y en todo caso declina lentamente, el deterioro de los términos de intercambio está reflejando, de hecho, la depreciación de los bienes primarios. Es evidente que tal depreciación no puede corresponder a la desvalorización real de esos bienes, debido a un aumento de productividad en los países no industriales, ya que es precisamente allí donde la productividad se eleva más lentamente. Conviene, pues, indagar las razones de ese fenómeno, así como las de por qué no se tradujo en desestímulo para la incorporación de América Latina a la economía internacional”.



periferias o progresso técnico, sendo acessível pelos produtos manufaturados fornecidos pelos países centrais<sup>24</sup>, não foi impulsionado pela industrialização, e sim pelo intercâmbio internacional baseado na produção primária cujos lucros asseguravam à América Latina a aquisição das manufaturas.

Prebisch (1963), em seu último trabalho na CEPAL – *hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano* –, que retomaremos mais adiante, reafirma a desaceleração das exportações primárias como tendência permanente no intercâmbio internacional.

Las exportaciones de América Latina están afectadas, desde luego, por ese fenómeno universal de lento crecimiento de la demanda de productos primarios comparada con la intensa demanda de manufacturas conforme crece el ingreso por habitante. Pero a ese hecho se agregan otros factores de considerable importancia. Por un lado, el ritmo moderado de desenvolvimiento de la economía de los Estados Unidos y sus restricciones de importación han influido en forma adversa sobre las exportaciones latinoamericanas. Y, por otro, el proteccionismo y las discriminaciones del mercado común europeo impiden que podamos aprovechar plenamente el crecimiento sostenido de la demanda de productos primarios [...] (Ibid., p. 08).

Nessa passagem, Prebisch (Ibid.) aponta outras supostas causas da baixa demanda internacional por bens primários anunciando a vulnerabilidade das economias periféricas perante o centro. Além desses contratempos do intercâmbio internacional, Prebisch verificou ainda que a especialização na produção primária não só se restringiu às periferias, pois no centro, ao lado das atividades industriais, foi se desenvolvendo a produção primária, enquanto que na periferia somente esta última se desencadeava. Além disso, havia um aspecto que não foi ignorado por Prebisch em outro ensaio (PREBISCH, 1998b, p. 177)<sup>25</sup>, o fato que a especialização da América Latina na produção primária se perfilava sem o emprego de técnicas modernas, contrastando outra diferença entre a produção primária da periferia e a dos países do centro.

A todo ello hay que agregar otros hechos que son también en parte la consecuencia del progreso técnico. El aumento de productividad en los

<sup>24</sup> Cabe lembrar que atrelado à divisão internacional do trabalho da Revolução Industrial, o progresso técnico foi decisivo para o desenvolvimento das economias em âmbito mundial, pois de acordo com Kon (1997, p. 61), esse significou no decorrer da evolução socioeconômica das nações o elemento-chave para impulsionar as economias melhorando os padrões de subsistência das sociedades. Para essa autora, na economia contemporânea, o progresso técnico é encarado como indutor do crescimento onde “[...] o desenvolvimento de novas tecnologias tem sido, no decorrer da evolução da sociedade, um agente relevante que conduz à expansão das oportunidades de combinações de recursos materiais e humanos disponíveis”.

<sup>25</sup> Texto originalmente publicado em duas versões. Em 1952, como “[...] documento de la CEPAL, bajo la signatura E/CN.12/221” e em 1973 como “[...] capítulo II (páginas 21 a 35) y parte del capítulo III (páginas 36 y 37; 39 y 42 y a 52), en *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*, Santiago de Chile, CEPAL, 1973” (CEPAL, 1998a, p. 173).

centros industriales se manifiesta también en su propia producción primaria y en muchos casos les permite competir favorablemente en los mercados exteriores con la periferia [...].

Como vimos até agora em Prebisch (Ibid.), fica claro que, de acordo com sua perspectiva, os contrastes da América Latina com relação ao centro no patamar da divisão internacional do trabalho se justificam pela distribuição desigual do progresso técnico e a ausência da atividade industrial na periferia. Não descartamos que o incremento do progresso técnico do centro conferiu a esse o abastecimento no mercado externo com produtos industriais e primários, desfavorecendo os países onde não havia o desenvolvimento de técnicas avançadas de produção, como os latino-americanos. No entanto, ao defender que o aumento da produtividade derivado do progresso técnico culminou para a desaceleração das exportações primárias latino-americanas, Prebisch (Ibid.) deixou de acrescentar que tal fenômeno pode também ter se irrompido quando os países centrais atingiram um grau suficiente de desenvolvimento em sua formação industrial, o que, provavelmente, já não requeria dos mesmos o uso intensivo dos recursos naturais disponíveis nas economias dependentes, afetando, desse modo, o comércio de bens não industriais.

Para reforçarmos esse ponto de vista nos respaldaremos nas contribuições de Ruy Mauro Marini (2008a; 2008c), que assim como Prebisch empreendeu o esforço analítico de interpretar a dinâmica do desenvolvimento dependente tendo como respaldo a integração da América Latina na divisão internacional do trabalho.

Se acolhermos as interpretações de Marini (2008a, p. 113) sobre a integração da América Latina no intercâmbio internacional, veremos que as contradições dos países dependentes vão para além das disparidades no desenvolvimento das atividades produtivas interpostas na relação centro-periferia:

[...] el fuerte incremento de la clase obrera industrial y, en general, de la población urbana ocupada en la industria y en los servicios, que se verifica en los países industriales en el siglo pasado, no hubiera podido tener lugar si estos no hubieran contado con los medios de subsistencia de origen agropecuario, proporcionados en forma considerable por los países latinoamericanos. Esto fue lo que permitió profundizar la división del trabajo y especializar a los países industriales como productores mundiales de manufacturas.

Com essa conclusão de Marini (Ibid.), é possível notarmos que Prebisch, em suas críticas a Ricardo sobre a especialização dos países na divisão internacional do trabalho, deixa escapar, conferindo somente à especialização da periferia na produção primária como a causa

determinante dos contrastes do desenvolvimento centro-periferia, não considerando que a dependência dos países centrais pelos recursos naturais da América Latina condicionou decisivamente o êxito dos primeiros no desenvolvimento da sua economia por via da atividade industrial. Marini (Ibid.) revela que a integração da América Latina no intercâmbio internacional não se limitou, apenas, no fornecimento de matérias-primas aos centros industriais:

[...] la creación de la gran industria moderna se habría visto fuertemente obstaculizada si no hubiera contado con los países dependientes, y se debería hacer construido sobre una base estrictamente nacional. En efecto, el desarrollo industrial supone una gran disponibilidad de bienes agrícolas, que permita la especialización de parte de la sociedad en la actividad específicamente industrial [...] (Ibid., loc. cit.).

Se para Prebisch (1998a) a desvantagem da América Latina se explica na sua subordinação à demanda dos centros industriais pelos bens primários, e na debilidade da difusão do progresso técnico, como vimos até agora, em Marini (2008a) entendemos que tais retrocessos tratam-se somente de resultantes do ultimato imposto aos países dependentes no intercâmbio internacional: a sua contribuição para a consolidação do aparato industrial no centro na divisão internacional do trabalho.

A crise econômica internacional pós I e II Guerra Mundiais, que impôs o enfraquecimento das exportações latino-americanas, colocou à prova a industrialização como a saída inadiável para as economias dependentes e, respaldado nesse cenário do comércio internacional, Prebisch (1998a) encarou a especialização da periferia na produção primária enquanto estratégia de crescimento econômico definitivamente inviável para a região e, sendo a atividade industrial a realidade imposta para a mesma dar continuidade à sua participação no intercâmbio internacional, a premissa ricardiana da especialização dos países na divisão internacional do trabalho, diante de tal fato, revela-se inexecutável.

Convicto de que essa escassez continuaria a se acentuar influenciando no esquema de crescimento das economias periféricas, pautado no padrão de desenvolvimento para fora, Prebisch (Ibid., p. 72) chegou à seguinte conclusão:

En otros tiempos, antes de la gran depresión, los países de América Latina crecieron impulsados desde afuera por el crecimiento persistente de las exportaciones. Nada autoriza a suponer, al menos por ahora, que ese fenómeno haya de repetirse, con análoga intensidad, salvo en casos muy particulares. Ya no se presenta la alternativa entre seguir creciendo vigorosamente dese modo, o bien crecer hacia adentro, mediante la industrialización. Esta última ha pasado a ser el modo principal de crecer.

A Grande Depressão de 1929, marcada pelas incertezas e instabilidades que configuraram o cenário econômico internacional, já dava seus sinais de alerta a respeito da necessidade da industrialização da América Latina, devido à baixa demanda dos países do centro pelos produtos primários exportados pela periferia e, do aumento dos preços das mercadorias manufaturadas produzidas no centro, que reduziu a entrada desses produtos nos países latino-americanos. Na realidade, com a política desenvolvimentista,

[...] lo que la CEPAL proponía era sustituir el modelo de crecimiento *hacia afuera* centrado en la producción de materias primas destinadas a la exportación, que desde la época de la Colonia hasta los años de 1930 había caracterizado el desarrollo de América Latina, por otro modelo articulado fundamentalmente por un crecimiento *hacia adentro*, teniendo como fuerza central la industrialización basada en la sustitución de importaciones [...] (GARZA, 2009, p.17, grifo da autora).

Não obstante, essa substituição de modelos de padrão de desenvolvimento se revelou um projeto pretensioso da CEPAL por pressupor o não rompimento da América Latina da sua condição de economia dependente e subordinada às oscilações do capitalismo internacional. De acordo com Prebisch, essa estratégia estava confinada à mobilização dos capitais externos pelos seus investimentos em tecnologias, o que não seria o suficiente só com a participação do Estado na captação de recursos e na formação de capital (SOUZA, 1999).

Se a atividade industrial era a única saída para a periferia reagir positivamente à crise, interessante notar que Prebisch (1998a) reservou à produção primária um atributo fundamental: incentivar a industrialização. Prebisch (Ibid., p. 67) tinha em mente que as exportações primárias favoreceriam tal processo, pois sabia que os investimentos em tal atividade estavam em função dos rendimentos ali gerados:

La industrialización de América Latina no es incompatible con el desarrollo eficaz de la producción primaria. Por el contrario, una de las condiciones esenciales para que el desarrollo de la industria pueda ir cumpliendo el fin social de elevar el nivel de vida, es disponer de los mejores equipos de maquinarias e instrumentos, y aprovechar prontamente el progreso de la técnica, en su regular renovación. La mecanización de la agricultura implica la misma exigencia. Necesitamos una incorporación considerable de bienes de capital, y también necesitamos exportar productos primarios para conseguirla.

Essa assertiva de Prebisch é reveladora por sugerir que o desenvolvimento industrial dependia das atividades exportadoras da América Latina. Prebisch estava certo que a experiência da indústria substitutiva não se vingaria sem contar com os lucros obtidos pelas exportações de bens primários, ou seja, pelos ganhos obtidos pela América Latina no

intercâmbio internacional. Além disso, a atividade exportadora serviu de engrenagem para a integração das periferias no intercâmbio internacional quando estas estavam no período de formação dos Estados nacionais latino-americanos, como veremos em Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970). Desse modo, para que a industrialização iniciasse seu percurso na periferia, as exportações primárias latino-americanas tinham que continuar sem que rompessem com “velhas” relações de intercâmbio que, ao longo da história, vêm aprofundando a debilidade dos países latino-americanos na sua integração comercial.

Assim como Prebisch, Cardoso e Faletto (Ibid.) buscaram compreender a integração das periferias à economia internacional, tendo como enfoque as condições e as possibilidades da atividade exportadora para a formação dos Estados nacionais latino-americanos. Conforme os autores, o controle do processo produtivo da atividade exportadora e, por fim, o intercâmbio internacional, proporcionaram aos Estados nacionais a ascensão à condição de ex-colônias:

Como é natural, o processo de formação nacional realizou-se com maiores possibilidades de êxito no caso das economias que se organizaram como base agrícola da economia metropolitana. Com efeito, tais possessões não só foram organizadas em torno de produtos “coloniais” – açúcar, café, cacau etc. – indispensáveis para as economias centrais, e dos quais por razões diversas – climáticas, tecnológicas etc. – não lhes era possível auto-abastecer-se, o que garantia às antigas colônias continuidade de mercado, mas também nesse tipo de colônias constituiu-se uma elite econômica e política nativa que se apoiava no sistema produtivo local e era mais ou menos idônea para dirigir um aparato estatal (Ibid., p. 41).

De certa forma, as exportações favoreceram o estabelecimento de grupos nacionais que, integrados ao sistema produtivo-exportador, buscavam o controle do setor produtivo que constituía o vínculo principal com o exterior (Ibid.). Conforme Cardoso e Faletto (Ibid.), os grupos sociais que se consolidaram na América Latina no período de expansão para fora compreenderam o grupo “tradicional”, que compreendia as oligarquias locais não associadas à atividade exportadora, e o grupo “moderno” que, contando com o aparato estatal, exerceu um papel vital no setor exportador, representado por plantadores, mineradores e banqueiros. Esses autores sublinham que a fazenda “moderna” (*plantation*), com sua expressão urbana e financeira, e a fazenda “tradicional” foram as duas formas básicas da estrutura social que formaram as bases da organização social e política latino-americana, pelo controle nacional das mercadorias de exportação entre 1850 até os anos de 1930 com a crise do padrão de desenvolvimento para fora.

Mesmo aliados para a ascensão das colônias latino-americanas em Estados nacionais, sabemos que os interesses de ambos serviram de combustível para alimentar seus respectivos antagonismos e divergências. Como lembra muito bem Florestan Fernandes (2009), por um lado, havia uma organização oligárquica da sociedade que sempre buscou concentrar a riqueza de forma extrema, reservando à população o preço alto da indigência e da exclusão sociais. Dentro dessa oligarquia, emergiram os que se rebelaram contra o controle das Coroas Espanholas e Portuguesas sobre as colônias latino-americanas e viram na mobilização para a “independência” a alternativa para alcançarem os requisitos legais da autonomia econômica, o que não significava romper com a exploração. Para almejavam tal propósito, tiveram a atitude conveniente de recorrer ao apoio do segmento exportador que, constituído por produtores rurais e comerciantes, buscavam manter o controle do sistema produtivo.

O segmento exportador sempre se via em conflito com as oligarquias, que apesar de não participarem nos investimentos das atividades exportadoras queriam subtrair as rendas ali geradas (CARDOSO; FALETTTO, 1970). No entanto, as oligarquias não eram o problema maior para o segmento exportador: o capital estrangeiro representava uma ameaça constante para o seu controle na atividade exportadora.

O controle das economias locais sobre o processo exportador era consideravelmente limitado. Segundo Cardoso e Faletto (Ibid.), assegurar o predomínio da produção exportadora era um problema crônico para os Estados nacionais latino-americanos, pois um dos fatores agravantes era a incapacidade destes de crescerem sem depender da inserção de técnicas e capitais externos. Aproveitando-se de tal situação, as economias centrais, no intuito de assegurar seu abastecimento de produtos primários, se disponibilizaram em investir em setores onde a economia não tinha condições de desenvolver – como ocorreu no setor de transportes que recebeu investimentos maciços da Inglaterra no século XIX –, desde que a periferia cedesse o controle de parte considerável do processo produtivo exportador. As denominadas “economias de enclave”, representadas pelo capital estrangeiro, cumpriram bem esse papel na América Latina:

Economicamente, a incorporação ao mercado mundial do sistema exportador desses países através do impulso dinâmico de enclaves externos acarretou, na economia local, a formação de um “setor moderno” que era uma espécie de prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais [...] (Ibid., p. 48).

Entretanto, as economias de enclave pouco contribuíram para expandir o progresso técnico na América Latina. Embora tenha se concentrado em setores diretamente ligados às

atividades exportadoras, o capital estrangeiro pouco empreendeu a difusão do progresso técnico na região, o que confirma a tese de Prebisch (1963) da sua distribuição desigual entre a periferia e o centro, em sua crítica a premissa de Ricardo:

En realidad, la técnica había penetrado muy poco en las épocas del crecimiento hacia afuera. Lo hizo preferentemente en las actividades exportadoras y en las que las servían en una u otra forma. Penetró generalmente en formas simples y compatibles con una estructura social basada en el acaparamiento de la tierra y su explotación extensiva. Y también en formas complejas, pero en estos casos las actividades en que ello ocurría, lejos de consustanciarse con la vida latinoamericana constituyeron por lo general enclaves extranjeros, especialmente en la explotación de los recursos naturales (Ibid., p. 53).

Nesse sentido, as críticas de Prebisch a Ricardo ganharam força significativa nas contribuições de Celso Furtado (1974) que, ao fazer um balanço a respeito da especialização da América Latina na divisão internacional do trabalho, conclui que

[...] o capitalismo industrial levou certos países (os que lideram o processo de industrialização) a especializar-se naquelas atividades em que métodos produtivos mais eficientes penetravam rapidamente, e levou outros a especializar-se em atividades em que essa forma de progresso técnico era insignificante, ou a busca a via da alienação das reservas de recursos naturais não reprodutíveis. A “lei das vantagens comparativas” tão bem ilustrada por Ricardo com o caso do comércio anglo-lusitano, proporcionava uma justificação sólida da especialização internacional, mas deixava na sombra tanto a extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção, como o fato de que o novo excedente criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital [...] (Ibid., p. 79).

Assim, o capitalismo industrial conduziu os países líderes do processo de industrialização à especialização em atividades de métodos produtivos mais eficientes, enquanto os países latino-americanos especializaram-se em outras atividades onde essa forma de progresso técnico era insignificante (Ibid.). Essa disparidade, sendo definido por Furtado (Ibid.) como uma das características do subdesenvolvimento latino-americano, pode ser entendida pelo dinamismo da economia capitalista que se deu sob a instalação de empresas estrangeiras em regiões de atividades produtivas destinadas à exportação.

De acordo com Furtado (Ibid.), sempre que o núcleo capitalista existiu enquanto “uma cunha controlada de fora” pouco se modificaram as “estruturas”, o que pode ser compreendido em algumas das estratégias adotadas pelos países ricos, como o caso exemplar das “economias de enclave”. Pela irradiação do “sistema” de enclave, o centro, limitando-se na abertura de linhas de comércio e no fomento da produção de matérias-primas, pouco

impulsionou o investimento no desenvolvimento tecnológico nos países latino-americanos, resultando, desse modo, a incapacidade da região em produzir tecnologias, conduzindo-a a recorrer à importação tecnológica e científica promovida pelo exterior. Isso porque, a difusão tecnológica, impulsionada pelas instalações e investimentos de empresas estrangeiras nos países latino-americanos, não foi implementada de forma homogênea, por se consolidar em regiões onde haviam atividades produtivas destinadas à exportação de bens primários, enquanto que outras ficaram alheias à irradiação da técnica moderna, como alguns setores da agricultura que permaneceram empregando procedimentos produtivos relativamente “atrasados” (Ibid.). Uma das possíveis causas dessa disparidade do progresso técnico é que, boa parte da lucratividade obtida pela empresa estrangeira, ao invés de ser destinada para o incremento de técnicas modernas nos setores da América Latina onde ainda não foram beneficiados pela difusão tecnológica, era destinada aos seus países de origem, não pertencendo, portanto, à economia local onde tal empresa se instalou (Ibid.).

O capital estrangeiro continuou ganhando terreno nas economias dependentes, dando continuidade à exploração dos recursos minerais e às atividades exportadoras durante a fase da industrialização, ou seja, no padrão de desenvolvimento para dentro (PREBISCH, 1963). Apesar das críticas às “economias de enclave”, os desenvolvimentistas, especialmente Prebisch (1998a, p. 68) apoiavam a intervenção do capital estrangeiro no almejado projeto de industrialização da CEPAL, contemplando essa intervenção como o incentivo à difusão tecnológica:

No se discute que el desarrollo económico de ciertos países de América Latina y su rápida asimilación de la técnica moderna, en todo cuanto fuere aprovechable para ellos, dependen de alto grado de las inversiones extranjeras [...].

Quatorze anos depois, Prebisch (1963, p. 65), em outro ensaio onde se empenha em seu discernimento da dinâmica do desenvolvimento da economia dependente, volta a bater na mesma tecla:

[...] Necesitamos del extranjero para que nos ayude a desenvolver nuestra propia aptitud, para hacerlo incorporando toda la masa de la población al desarrollo. Así pues, la empresa extranjera tiene que ser un núcleo de irradiación tecnológica, como ya lo es en algunos casos.

Essa insistência de Prebisch (Ibid.) na participação do capital estrangeiro no desenvolvimento latino-americano remonta para a impossibilidade de um crescimento econômico autônomo que não esteja estritamente vulnerável aos humores das economias



centrais. A dívida externa foi o preço caro da insuficiência da periferia em investir no setor produtivo como assinalamos antes, pois os empréstimos concedidos pelo Estado para a realização de obras locais serviram de complemento às inversões estrangeiras. Não podemos descartar que, assim como o centro, os segmentos latino-americanos favorecidos economicamente acumularam seus excedentes em benefício próprio. Retomando Cardoso e Faletto (1970), certamente, em decorrência dessa dívida, mesmo a aliança estabelecida entre os Estados nacionais latino-americanos e as oligarquias locais não vinculadas ao sistema produtivo não teve forças o bastante para impedir a continuidade das prescrições do capital estrangeiro às periferias no intercâmbio internacional.

Este processo [as vinculações ao mercado externo pelo controle do sistema produtivo] não se deu de forma homogênea na história dos países latino-americanos nem se produziu sem obstáculos. As declarações de independência foram seguidas em todas as unidades da região por uma fase de lutas agudas entre os vários grupos locais. Através dessas lutas – que caracterizaram o período denominado “anárquico” das histórias nacionais – foram se definindo as alianças a que nos referimos anteriormente e delinearum-se os mercados nacionais [...]. Com esse propósito, os grupos que “forjaram a independência” recuperaram suas vinculações com o mercado mundial e com os demais grupos locais. Perfila-se, então, uma primeira situação de subdesenvolvimento e dependência dentro dos limites nacionais (Ibid., p. 42).

Eis aí a primeira situação de dependência apontada por Cardoso e Faletto (Ibid.). Pelo menos nessa assertiva, esses autores já captavam que a “erva daninha” da dependência já havia fortalecido suas raízes na fragilidade do sistema colonial.

Em seu brilhante ensaio sobre os padrões de dominação externa exercidos na América Latina<sup>26</sup>, Florestan Fernandes (2009) observa que ainda no sistema de exploração colonial, Espanha e Portugal perdiam suas forças perante o financiamento das atividades mercantis relacionadas com a descoberta e a exploração das colônias. Aproveitando-se de tal fragilidade, alguns países europeus, como Veneza e a Holanda, “[...] forneceram o capital, a tecnologia, o equipamento e a base comercial do mercado internacional, convertendo-se nas potências centrais, como núcleos do capitalismo mercantil [...]” (Ibid., p. 23). Isso fez com que a Espanha e Portugal se relegassem ao papel de economias intermediárias.

Com a ascensão das colônias latino-americanas como Estados nacionais, continua Fernandes (Ibid.), as nações europeias que obtiveram o controle sobre as exportações latino-americanas, interessadas no comércio internacional em detrimento da produção local, “[...]”

---

<sup>26</sup> FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: \_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

durante quase quatro ou cinco décadas – do fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro do século XX – esses países ocuparam o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial [...]” (Ibid., p. 24).

Posteriormente, adveio a expansão das empresas multinacionais monopolistas nos países da América Latina. Os Estados Unidos, o Japão e países europeus, como a Inglaterra e a Holanda, organizaram um sólido controle em todos os segmentos da América Latina desde a ordem econômica até, inclusive, a de natureza política<sup>27</sup>. Os mais avançados países da periferia, sentindo a falta dos requisitos necessários para manejar o almejado crescimento acelerado da economia de forma autônoma, se deparam mais uma vez com intervenções feitas pelo estrangeiro, como “[...] a transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro” (Ibid., p. 27).

A impossibilidade do domínio dos Estados latino-americanos sobre as suas próprias atividades produtivas perante a dominação externa desencadeada pelo capital estrangeiro, que empreendeu a retenção sobre os lucros obtidos na periferia, não permitiu à América Latina almejar um crescimento apoiado em seus próprios recursos. Os antagonismos, divergências e a defesa dos interesses dos grupos sociais parecem ter desviado a atenção destes sobre a atuação predatória do capital estrangeiro que se serviu do “farto” terreno das periferias. Em Fernandes (Ibid., p. 25) percebemos que outra realidade inexorável exerceu, sob duras circunstâncias, o atributo de definir o destino da América Latina na economia internacional:

[...] A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os “produtores” de bens primários podiam absorver pelo menos parte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e a cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e os seus agentes ou comerciantes urbanos [...].

A partir dessa colocação de Fernandes (Ibid.), temos uma das causas explicativas que nos permitem compreender por que a construção de uma economia “autônoma” sob a engrenagem do capitalismo dependente tornou-se uma perspectiva defraudada. A cooptação

---

<sup>27</sup> Segundo Fernandes (Ibid., p. 27): “[...] o traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação [...]”.

dos Estados nacionais aos interesses das economias centrais reduziu em ruínas qualquer possibilidade dos países latino-americanos se consolidarem enquanto economias autônomas no patamar do intercâmbio internacional:

[...] O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder prefeririam escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (Ibid., loc. cit.).

Nessas condições, a industrialização teria como desafio se adaptar pela condição de dependência, que se viu reforçada tanto pela dinâmica do padrão de desenvolvimento para fora que restringiu a América Latina à função de fornecedora de bens primários, como pela atuação de empresas estrangeiras que, no decorrer da fase de substituição de importações, não incrementaram o progresso técnico nas estruturas produtivas em sua totalidade. Agregado a isso, a região não conseguiu obter um crescimento econômico suficiente para obter o êxito da industrialização, pois essa requeria amplos investimentos de excedentes que, no entanto, estavam à mercê dos lucros da atividade exportadora cujos produtos eram barateados pela deterioração dos preços de bens primários.

Ao fazer uma comparação entre a dinâmica do desenvolvimento da Europa e da América Latina, Furtado (1983) observa que enquanto no primeiro, a economia estava sendo acelerada pela crescente quantidade de recursos que as sociedades industriais passaram a dedicar ao fomento da ciência e à criação de novas tecnologias, o segundo enfrentava a escassez de investimento em tecnologia e a heterogeneidade tecnológica entre os setores, e tal escassez de investimento se devia, em boa parte, pela sua própria estrutura institucional (Estado, estrutura agrária, composição empresarial, etc.) que se mostrava pouco favorável aos investimentos de capital e a difusão do progresso técnico.

Essa insuficiência no investimento de recursos relegou à América Latina à posição de dependente e subordinada mediante a incorporação de tecnologias irradiadas pelas empresas originadas do centro. Isso porque, a América Latina dependia (e ainda depende) do capital estrangeiro para a transplantação de tecnologia, suprimento de capital, entre outros projetos de modernização que se desencadearam na região, sendo boa parte deles financiados pelos países ricos (FERNANDES, 2009). Essa situação deixou a região vulnerável à iniciativa estrangeira para a transformação das suas forças produtivas durante o processo de industrialização, devido à debilidade das instituições latino-americanas para promover a difusão do progresso

técnico, e dessa forma, podemos compreender as razões que conduziam a CEPAL e Prebisch (1963) a atribuírem ao capital estrangeiro o papel de incentivador da irradiação tecnológica.

Tal panorama já revelava que o desenvolvimento econômico pautado no processo industrial não se vingaria tão cedo nas periferias. Citando Ernest Mandel<sup>28</sup>, Galeano (2010) resgata que a concentração de riqueza empreendida pela Europa impediu à América Latina a acumulação de capital industrial, e que

[...] a dupla tragédia dos países em desenvolvimento consiste em que não só foram vítimas desse processo de concentração internacional, como também foram posteriormente obrigados a compensar seu grande atraso industrial, isto é, realizar a acumulação originária de capital industrial num mundo inundado de artigos manufaturados por uma indústria já madura, a ocidental (MANDEL, 1968, Apud GALEANO, 2010, p. 51).

Esse cenário da história das economias latino-americanas é o pano de fundo de uma das mais importantes teses estruturalistas da CEPAL que buscou empreender a análise do contraste da difusão do progresso técnico entre as economias ricas e as dependentes:

A tese parte da idéia de que o progresso técnico se desenvolveu de forma desigual nos dois pólos. Foi mais rápido no centro, em seus setores industriais, e, ainda mais importante, elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, provendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão dos seus sistemas produtivos. Na periferia, que teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 16).

Esse contraste do progresso técnico entre as estruturas produtivas latino-americanas é apenas uma das evidências que conduziram a CEPAL e Prebisch (1998a, p. 66) a concluir que “[...] las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia [...]”. Através dessa tese, a CEPAL, na etapa estruturalista, entendia que a especialização em bens primários e o tipo de relação comercial estabelecida entre a América Latina e as nações ricas não favoreceram uma inserção comercial alicerçada no desenvolvimento industrial e no investimento tecnológico. Conforme Jaime Osorio (2009, p. 169):

Para a Cepal daqueles anos [de 1950], a solução se encontrava na industrialização, na medida em que esse processo permitiria o progresso

---

<sup>28</sup> MANDEL, Ernest. La teoría marxista de la acumulación primitiva y la industrialización del Tercero Mundo. Amaru: Lima, 1968, Apud GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina* (2010). Mais detalhes, cf. Referências Bibliográficas.

técnico e, dessa forma, poderia inverter ou pelo menos deter a transferência de recursos da “periferia” para o “centro”.

Em Prebisch (1963), se a industrialização, ao lado da tecnologia, era a alternativa para extirpar a pobreza e seus males inerentes, a sua dinâmica no contexto da periferia não tem modificado substancialmente esse cenário. É o que veremos a seguir.

## **2 O excedente da força de trabalho e sua superexploração**

Tendo como horizonte as contribuições analíticas de Marini sobre o processo de industrialização da América Latina, nessa seção empreenderemos alguns dos equívocos e distorções sobre a dependência latino-americana que perduram no pensamento estruturalista da CEPAL. Tentaremos mostrar que tais equívocos operam quando a CEPAL, por meio de seus teóricos estruturalistas desenvolvimentistas, pressupõe que as deformações e os problemas que foram se lançando sobre o processo de industrialização que se perfilava nos anos 1950 se devem ao desenvolvimento insuficiente do capitalismo nos países dependentes, sinalizado, sobretudo, pela incapacidade da atividade industrial de absorver o excedente de trabalhadores assalariados reinante na América Latina. Não obstante, os limites do pensamento da CEPAL fluem ao colocar a industrialização e o progresso tecnológico como instrumentos de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social na América Latina, supondo que esses males afligem somente os que estão paralelos ao processo produtivo que, na realidade, tem se servido da fragilidade da força de trabalho convertendo-a como engrenagem do crescimento da economia capitalista em detrimento do benefício da população latino-americana.

Pois bem, problematizaremos essas perspectivas cepalinas tendo como fundamento duas questões que, consideradas cruciais do ponto de vista da nossa abordagem, foram levantadas por Marini em discernimentos sobre a dinâmica da economia periférica, impulsionada pelo processo industrial: quais são as distorções dos desenvolvimentistas nas suas interpretações da dependência latino-americana que, de acordo com Marini, se isentam do reconhecimento dos antagonismos do capitalismo periférico como sendo obstáculos da suposta superação do quadro da dependência? Que aspectos da realidade são apontados por Marini como limites que, atrelados à dependência, dificilmente permitirão à América Latina uma transformação favorável, tanto em seu aspecto econômico, como social?

Já abordamos que a necessidade da industrialização foi uma das imposições mais cruciais para a América Latina diante do colapso do padrão de desenvolvimento para fora. A

Grande Depressão trouxe como legado um intercâmbio internacional marcado pela escassez da demanda por bens primários por parte das nações industrializadas, e desse modo, a atividade industrial foi entendida como a saída inexorável da periferia perante a crise internacional dos anos 1930, já que a desaceleração das exportações latino-americanas foi cada vez mais se irrompendo. Além disso, a incapacidade de importação da América Latina de bens manufaturados oriundos do centro também se mostrou irredutível, como lembra Eduardo Galeano (2010):

[...] De fato, as duas guerras mundiais e, sobretudo, a profunda depressão que o capitalismo sofreu a partir da explosão da *sexta-feira negra* de outubro de 1929, causaram uma violenta redução das exportações da região, e em consequência fizeram cair, também de repente, a capacidade de importar. Os preços dos artigos industriais estrangeiros, subitamente escassos, subiram verticalmente [...] (Ibid., p. 294-295, grifo do autor).

Esse fenômeno foi interpretado pela CEPAL como a mudança de direção do crescimento econômico que, passando a se orientar para o padrão de crescimento para dentro, representou para a América Latina a “nova” etapa da divisão internacional do trabalho, ancorada na difusão do progresso técnico pela industrialização (BIELSCHOWSKY, 2004).

A continuidade do novo estágio de difusão do progresso técnico, ou seja, o padrão de desenvolvimento voltado para dentro, estaria fortemente ameaçada por características que, de acordo com esta expressão cepalina são “típicas das economias periféricas” (Ibid.). Se durante a década de 1950, o processo de industrialização, fortalecido com a recessão da década de 1930, era a forma da superação da pobreza e da redução dos contrastes crescentes entre a periferia e o centro, os desenvolvimentistas cepalinos vão argumentar que a industrialização na América Latina é problemática devido a existência de uma estrutura social que, de acordo com a CEPAL, tem imposto seus imperativos ao progresso técnico e, o mais importante, ao desenvolvimento econômico e social da região, como aponta Prebisch (1963, p. 03) na passagem abaixo:

Los males que aquejan la economía latinoamericana no responden a factores circunstanciales o transitorios. Son expresión de la crisis del orden de cosas existente y de la escasa aptitud del sistema económico – por fallas estructurales que no hemos sabido o podido corregir – para lograr y mantener un ritmo de desarrollo que responda al crecimiento de la población y a sus exigencias de rápido mejoramiento.

Que falhas estruturais que, de acordo com Prebisch (Ibid.), têm impedido os países dependentes alcançarem um nível satisfatório de desenvolvimento associado aos anseios da população latino-americana? Segundo esse autor, o que tem ocorrido na América Latina é que

os esforços do desenvolvimento econômico não se centravam em intervir nos problemas que considerável parcela da população latino-americana tem enfrentado como a má alimentação, habitação insalubre, analfabetismo, enfermidades, entre outros.

[...] Aquella idea, no extinguida aún, de que éste [o desenvolvimento] se opera en forma espontánea, sin un esfuerzo racional y deliberado para conseguirlo, ha probado ser una ilusión, así en América Latina como en el resto de la periferia mundial. Hace un siglo que nuestras economías se articularon a la economía internacional y la mitad de la población vegeta aún en formas precapitalistas incompatibles con sus crecientes aspiraciones económicas y sociales (Ibid., loc. cit.).

A expressão economias “pré-capitalistas” associa-se à situação de subdesenvolvimento que, segundo Marcelo Dias Carcanholo (2009, p. 251) é concebida “[...] como sendo equivalente à ausência de desenvolvimento, isto é, como “um atraso” em relação às experiências históricas de desenvolvimento [...]”. Em Celso Furtado (1983), o termo pré-capitalismo, frequentemente presente em seus textos<sup>29</sup>, compreende a ideia de uma região ou setor da economia onde o capitalismo não propagou, na mesma proporção, transformações nas estruturas produtivas como a introdução de técnicas avançadas ou de métodos produtivos mais eficazes. Um exemplo apontado pelo autor é o setor exportador de tipo agrícola, que segundo ele, a empresa capitalista, mesmo estabelecendo relações comerciais nessa esfera, não modificou as estruturas produtivas em sua totalidade, pois, por um lado, incrementou técnicas “avançadas” em alguns setores da agricultura, por outro, não abriu mão de métodos de produção considerados “tradicionais” como os de exploração do solo. Para Furtado (Ibid., p. 197) esse exemplo demonstra que mesmo com a expansão do capitalismo nas economias “[...] as formas de produção e o nível tecnológico podem permanecer sem modificações significativas [...]”.

Em Prebisch (1963) e Furtado (1983) economias pré-capitalistas remetem para a ideia, segundo a qual, o capitalismo, mesmo presente em regiões como a América Latina, não se desenvolveu de forma suficiente, não empreendendo, portanto, modificações nas estruturas produtivas, assim também na sociedade. Com base nisso, a CEPAL, no decorrer do seu pensamento estruturalista, vem difundido o pressuposto de que o desenvolvimento insuficiente da economia capitalista e do seu modo de produção na América Latina e no Caribe é uma das causas substanciais dos problemas de ordem econômica, como o fraco incremento do progresso técnico nas estruturas produtivas e o desemprego, e de ordem social como as desigualdades na distribuição de renda e a vulnerabilidade social.

<sup>29</sup> FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983

Estamos diante de uma concepção simplista que não elucida os dilemas e o “tormentoso progredir” dos países latino-americanos e caribenhos resultantes das arbitrariedades do capitalismo mundial. A noção pré-capitalismo é o caso exemplar dos desvios da CEPAL em suas análises sobre a dependência latino-americana, por evocar a presença de “estruturas arcaicas” ou “deformações” não revertidas, portanto, pela dinamicidade do capitalismo nas economias ditas periféricas.

Marini (2008a) opõe-se a esse ponto de vista cepalino. Para ele, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina não transformará certos aspectos da realidade que, segundo esse autor, estão confinados à dependência:

Estas desviaciones nacen de una dificultad real: frente al parámetro del modo de producción capitalista puro, la economía latinoamericana presenta peculiaridades que se dan a veces como insuficiencias y otras – no siempre distinguibles fácilmente de las primeras – como deformaciones. No es por tanto accidental la recurrencia, en los estudios sobre América Latina, de la noción de *precapitalismo*. Lo que habría que decir es que, aun cuando se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que nunca podrá desarrollarse, por su estructura global y su funcionamiento, de la misma forma como se han desarrollado las economías llamadas avanzadas [...] (Ibid., p. 108, grifo do autor).

Um desses aspectos é o papel da industrialização enquanto *locus* do bem-estar econômico e social da população latino-americana em sua totalidade.

Prebisch (1998a), ao apontar a ausência da dimensão social do desenvolvimento<sup>30</sup> alega que essa se dá pela divergência entre as esferas econômicas e sociais. Do ponto de vista desse economista, a dimensão social do desenvolvimento não só deveria contemplar o crescimento econômico, como promover melhores condições à população latino-americana pela redução dos índices de pobreza e exclusão social. Nesse patamar, a industrialização cumpriria um papel fundamental na tentativa de extirpar ou minimizar a pobreza e seus males inerentes.

De ahí el significado fundamental de la industrialización de los países nuevos. No es ella un fin en sí misma, sino el *único* medio de que disponen

---

<sup>30</sup> A contribuição sociológica para a interpretação do desenvolvimento teve suas manifestações nas análises cepalinas no estruturalismo desenvolvimentista. Autores como José Medina Schavarría, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto problematizavam a questão dos conflitos sociais que ocupava o lugar central na dimensão social do desenvolvimento difundida pela CEPAL (BIELSCHOWSKY, 2010a).



éstos para ir captando una parte del fruto del progreso técnico y elevando progresivamente el nivel de las masas (Ibid., p. 66, grifo nosso).

A ideia de Prebisch (Ibid.) nessa assertiva era que a industrialização não deveria se desencadear sem promover transformações na estrutura social, cuja característica tem impedido a América Latina atingir a aceleração do desenvolvimento econômico. O que se sucedia é que o desenvolvimento da industrialização priorizava o aproveitamento intenso de capital escasso sem, no entanto, empreender uma melhor mobilidade social beneficiando, desse modo, a população latino-americana.

Entretanto, com o passar do tempo, o processo industrial, por si mesmo, esgotou suas possibilidades de aceleração do desenvolvimento econômico, não revertendo o quadro dramático da estrutura social, devido à presença de certos aspectos, entre eles, o excedente de trabalhadores assalariados que, abundante na América Latina, não conseguia encontrar ocupação nas atividades manufatureiras. De acordo com Prebisch (Ibid.), o que estava ocorrendo na década de 1950 é que a industrialização pouco empregava a força de trabalho que se encontrava desempregada.

Boa parte desses trabalhadores era proveniente das atividades de exportação de bens primários. Para esse economista, o enfraquecimento das exportações de produtos primários, provocado pela crise mundial dos anos 1930, acarretou, em longo prazo, o desemprego massivo dos trabalhadores atrelados às atividades rurais e de exploração de recursos naturais, culminando para as intensas migrações dos trabalhadores do campo para as cidades<sup>31</sup> onde tentavam buscar trabalho nas atividades industriais. Quando essa população não conseguia se integrar na manufatura, permanecia no desemprego ou exercia atividades consideradas informais que empregava força de trabalho de baixa remuneração e qualificação.

Na tentativa de explicar esses problemas, Prebisch (1963, p. 28), referindo-se a princípio à população destituída das atividades primárias, atribui a desaceleração das exportações latino-americanas de produtos não industriais como o principal agravante da migração massiva da população às cidades:

Las razones del desplazamiento son conocidas. La demanda de productos primarios crece menos que la de productos industriales, conforme aumenta la demanda general por habitante. Basta este solo hecho para que el incremento de la población activa se dirija con mayor amplitud hacia las ciudades. Pero no es eso solamente, pues al aumentar la productividad en la agricultura y otras ocupaciones primarias, mayor tendrá que ser el desplazamiento – a

---

<sup>31</sup> Para Marx (MARX; ENGELS, 1999a, p. 29): “A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses [...]”.

igualdad de otras condiciones – y más intenso también cuanto más fuerte fuera el crecimiento vegetativo de la población rural comparado con el de la población urbana.

Há vários episódios que fundamentam essa assertiva de Prebisch (Ibid.), entre eles, o enfraquecimento das exportações. Esse provocou a destituição dos trabalhadores das atividades primárias ao induzir o empresariado latino-americano, atrelado ao setor primário-exportador, a adotar estratégias na tentativa de reagir à crise da economia provocada pela redução das exportações de matérias-primas. A mecanização de algumas tarefas agrícolas<sup>32</sup>, sendo uma dessas estratégias adotadas, não só significou para o empresariado melhorias no processo produtivo, como determinou a eliminação da força de trabalho, até então incluída nas atividades da exploração de recursos naturais, uma vez que tais técnicas visavam poupar a força de trabalho culminando, desse modo para o desemprego massivo.

Esse fenômeno foi definido por Prebisch (Ibid.) enquanto resultante da “deformação” presente no processo produtivo da periferia que compreende o incremento de técnicas poupadoras de trabalho humano. Segundo ele, essa estratégia foi empregada pelo empresariado latino-americano para reverter à crise provocada pela redução das exportações. Tal atitude imprimiu-se em investimentos que se traduziram em medidas “anti-econômicas” por estarem voltados a economia de força de trabalho, e conforme esse autor, esse investimento tratou-se enquanto emprego de formas de capital que incidiram desfavoravelmente na absorção de força de trabalho.

Essa deformação, porém, não é específica da América Latina. Trata-se de uma das características, talvez, a mais avassaladora, se pensarmos nas consequências funestas que essa trouxe para os trabalhadores assalariados durante o desenvolvimento do capitalismo – a ampliação do trabalho automático ou “morto” – que tange os equipamentos e as maquinarias eficazes à produção generalizada de mercadorias.

Marx e Engels (1999a, p. 86) revelam a dimensão que o trabalho morto<sup>33</sup> alcançou no capitalismo nesta seguinte frase: “aquele trabalho que, desde o início, pressupunha a utilização de uma máquina, mesmo sob forma rudimentar, não tardou a revelar-se como o

<sup>32</sup> Como vimos em Furtado (1974), a transformação de uma agricultura de subsistência em comercial não significou o abandono dos métodos de produção tradicionais, pois esta transformação empreendeu a “modernização” de alguns setores da agricultura, enquanto que, em outros, havia ainda o emprego de técnicas de produção “tradicionais”. Para o autor, isso reflete o contraste de produtividade desencadeado pela incorporação de técnicas “avançadas” que coexistiam com as técnicas “rudimentares” de exploração do solo.

<sup>33</sup> Não podemos confundir o trabalho morto com os meios de trabalho. Estes, segundo Marx (1999b), são as coisas retiradas da natureza (os peixes que são pescados; a madeira derrubada da floresta etc.) tratando-se das condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho que, sem elas, fica total ou parcialmente impossibilitado de se consolidar. Para Marx (Ibid.), a terra é ainda o meio “universal” de trabalho, pois fornece o local ao trabalhador proporcionando o desenvolvimento do processo de trabalho.

mais capaz de desenvolvimento [...]”. Para eles, o trabalho automático, sendo o primeiro pressuposto da grande indústria, é o mecanismo do capitalista para ampliar a produção de mercadorias pela substituição parcial do trabalho humano (e a apropriação do excedente do trabalho dos que se mantêm nas estruturas produtivas, como abordaremos mais para frente) e a sua destituição das estruturas produtivas.

A maquinaria, expressão do trabalho morto, é o símbolo latente da destituição da natureza do trabalho enquanto atividade essencialmente humana, pois o homem deixa de ser o sujeito mediador do seu ambiente natural que reproduz suas condições materiais e seus próprios instrumentos, em benefício próprio, para acumular riqueza para o capitalista (Ibid.). A maquinaria revela-se um dos antagonismos entre o capital e o trabalho, pois o primeiro, em detrimento do suprimento das necessidades humanas, orienta-se à busca de riqueza, subordinado o segundo aos imperativos da concorrência, que mediante essa “[...]os trabalhadores excluídos da grande indústria vêm-se atirados por ela a uma situação ainda pior do que a dos trabalhadores da própria grande indústria [...] (Ibid., p. 95-96).

Essa assertiva marxiana adquire força em Theotônio dos Santos (2000), quando esse analisa a industrialização latino-americana apontando as consequências do trabalho morto sobre a população trabalhadora:

[...] ao basear-se numa tecnologia poupadora de mão-de-obra, a industrialização dependente não criava emprego *suficiente* para incorporar os trabalhadores liberados do campo e das atividades de autoconsumo. Os trabalhadores abandonavam o campo a caminho das metrópoles em consequência da destruição dessas economias de autoconsumo, em razão do avanço das relações capitalistas no campo, mas não encontravam os meios de converter-se, na sua maioria, em operários urbanos [...]. Estava aí o germe do que na época já se chamava marginalidade urbana (Ibid., p. 127-128 grifo do autor).

Como o agravante da desaceleração das exportações primárias provocou o desemprego massivo, Prebisch (1963) entendia que o aumento do progresso técnico no campo deu mais impulso a essas migrações, ou seja, o deslocamento dessa população em idade ativa de trabalhar para as cidades. Entretanto, essas não deixariam de ser uma frustração aos trabalhadores latino-americanos, pois ao se deslocarem para as cidades enfrentava dificuldades de acesso a condições de vida dignas que, conforme Prebisch (Ibid., p. 27):

[...] lejos de integrarse en la vida de las ciudades, de asimilarse a formas mejores de existencia, improvisa tugurios miserables y vegeta en toda esa gama de servicios personales de muy precario ingreso, con lapsos de franca desocupación.

Além dos trabalhadores provenientes das atividades de bens primários, havia os que viviam nas cidades que se encontravam excluídos das estruturas produtivas ali desenvolvidas. Segundo Prebisch (Ibid., p. 28), isso provocou a explosão do desemprego urbano e da informalidade que têm acentuado a pobreza e as disparidades da distribuição de renda na América Latina:

No toda la mano de obra que se expele proviene de la agricultura y otras actividades primarias. Hay, generalmente, en las ciudades una plétora de mano de obra de muy inferiores ingresos: además de la gente desocupada, todos los servicios personales no calificados, desde el servicio doméstico hasta el ínfimo comercio callejero, así como las actividades artesanales de carácter precapitalista. Toda esta gente está al margen del progreso técnico; pero a medida que se desenvuelven las actividades absorbentes, también tiende a desplazarse hacia ellas el incremento de la población activa y aun de la población existente en aquellos grupos inferiores, en busca de mayor remuneración.

Aníbal Pinto (1998a)<sup>34</sup>, complementa os diagnósticos de Prebisch acerca da insuficiência de incorporação da força de trabalho na atividade industrial. Referindo-se à natureza e as consequências da heterogeneidade estrutural para a América Latina, esse intelectual cepalino defende o argumento de que a heterogeneidade estrutural está atrelada à disparidade da inserção da força de trabalho que reside entre o setor primário-exportador e a indústria latino-americana<sup>35</sup>.

Conforme Pinto (Ibid.), quanto à proporção da força de trabalho incorporada nos chamados setores não-industriais e industriais, se verifica que o incremento dos trabalhadores varia entre essas estruturas produtivas. Enquanto que nas atividades não industriais a proporção da população ativa é baixa, na indústria esse nível se mostra relativamente superior. Mediante isso se esperava que a industrialização na América Latina cumprisse a função de homogeneizar os níveis de produtividade entre as atividades orientadas para a exploração de recursos naturais e as orientadas para a fabricação de produtos manufaturados, bem como impulsionar a inclusão de um contingente de população em idade de trabalhar nos segmentos de maior produtividade.

---

<sup>34</sup> Esse documento foi originalmente publicado como: “[...] *El trimestre económico*, vol.37 (1), N°145, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, enero-marzo de 1970” (CEPAL, 1998a. p. 547).

<sup>35</sup> Aníbal Pinto (Ibid.) faz um esboço dos componentes da heterogeneidade estrutural na América Latina. Para esse autor, basicamente, pode-se dizer que entre esses elementos se incluem as diferenças entre regiões “desenvolvidas” e “não desenvolvidas”, que sendo consequências de suas atividades produtivas, são verificadas num mesmo país como no Brasil onde há o contraste do desenvolvimento econômico e industrial entre o nordeste brasileiro e São Paulo; a coexistência num mesmo setor de atividades “tradicionais” e técnicas modernas, como ocorre na agricultura; a dependência da América Latina pela exportação de matérias-primas oriundas das atividades de exploração de recursos materiais, o que contrasta com a sua produção industrial.

Porém, segundo esse autor, durante esse processo se verificou que “[...] grandes segmentos de la población, de la estructura productiva y del ‘espacio económico’, han quedado absoluta o sustancialmente marginados del avance registrado en el ‘polo moderno’ [...]” (Ibid., p. 555). Para Pinto (Ibid., p. 551), considerados países de industrialização “tardia”, as nações latino-americanas iniciaram seus primeiros passos da industrialização “[...] con la importación de tecnologías modernas que determinan de partida un ‘corte’ en los niveles de productividad”, e os reflexos desse corte são as demissões e os efeitos antiabsorventes de força de trabalho produzidos por maquinários que poupavam o emprego de trabalho humano.

Para Prebisch (1963, p. 36), a industrialização, pelo tipo de bens em que produzia, pouco estimulava a absorção da força de trabalho:

Análogos efectos antiabsorbentes parecen tener las grandes disparidades en la distribución del ingreso. El consumo en los estratos superiores de la sociedad se dirige también con preferencia a productos de industrias que absorben relativamente poca mano de obra y mucho capital [...].

Essas evidências que se desenrolaram na dinâmica das economias periféricas durante o processo de industrialização substitutiva de importações vieram a confirmar a tese de Celso Furtado (1983) que o desemprego e a informalidade se manifestariam enquanto tendências da industrialização latino-americana, tendo em vista os efeitos nocivos que a elevação da produtividade exercia sobre a força de trabalho da periferia, entre as quais a sua exclusão das estruturas produtivas:

A heterogeneidade técnica [diferença da penetração da técnica moderna entre processos produtivos] se configura mais nitidamente na fase de expansão do setor manufatureiro ligado ao mercado interno. Devendo *substituir* produtos importados, o produtor interno é naturalmente levado a copiar as indústrias com as quais pretende concorrer. Os equipamentos que adquire foram desenhados em função do estágio de desenvolvimento das economias mais avançadas visam a permitir uma grande poupança de mão-de-obra. Desta forma reproduz-se agravado, no setor industrial, o quadro que diagnosticamos no setor exportador: todo esforço visando a elevar a produtividade tende a entorpecer a absorção do excedente estrutural de mão-de-obra. Como o setor industrial cresce em termos relativos e nele a absorção de mão-de-obra por unidade de produto final é relativamente pequena, acentua-se a referida tendência a uma lenta modificação na estrutura ocupacional (Ibid., p. 199-200, grifo do autor).

Ao contrário dos grandes centros industrializados que, em escala mundial, obtiveram melhoras na produtividade, na América Latina o desemprego e a informalidade têm se

acentuado. Depois de décadas de crescimento, boa parte da população permanece às margens dos benefícios do desenvolvimento, que segundo Pinto (1998a, p. 557)

Por desgracia no se supone de antecedentes que permitan apreciar cuál ha sido y es el ritmo de incorporación de las poblaciones al llamado “sector moderno”, aunque sí se comprueba que núcleos claves de ese estrato, como la industria fabril y los servicios básicos, han disminuido sus tasas de absorción en la década de los años 60 con respecto a la década anterior.

Se ao longo dos anos 1960 as taxas de absorção de força de trabalho diminuíram mais com relação aos anos 1950, Theotônio dos Santos (2000) vai dizer que esse fenômeno, com passar dos anos, foi perdurando cada vez mais na América Latina. O aprofundamento e a extensão do desemprego e da informalidade mostraram-se irredutíveis entre os anos de 1960 e a metade da década de 1990, em cujo período “[...] a maior duração do desemprego e do subemprego se transforma em aumento da marginalidade e da exclusão e no surgimento de uma economia informal (Ibid., p. 128)”.

Ao fazer o balanço sobre tal panorama, Bielschowsky (2004), coloca que o desemprego, no início do processo da industrialização latino-americana, apareceu como resultado da incapacidade das atividades de exportação no sentido de absorver o excedente de força de trabalho, agravado, principalmente pelo crescimento demográfico. Sendo, portanto, o aspecto que simboliza a heterogeneidade estrutural, esta incapacidade tende a persistir na América Latina durante o percurso industrial, e esse autor conclui ainda que, enquanto que nos países do centro o progresso técnico é um fenômeno não dissociado das condições de oferta de trabalho e da disponibilidade de capital,

[...] na periferia, ao contrário, ele é independente de ambos, e o fato de que o capital é escasso e o trabalho é abundante não desempenha qualquer papel importante na escolha de técnicas por empresários. Daí resulta que a melhor seleção de técnicas, do ponto de vista macroeconômico e social, raramente é a que ocorre, desperdiçando-se trabalho e persistindo o desemprego. O terceiro fator que contribui para a tendência do desemprego também surge da comparação entre as características de progresso técnico no centro e na periferia. No centro, o progresso técnico tende a criar o desemprego, mas ao mesmo tempo reabsorve os trabalhadores que desloca, através dos investimentos, que elevam o emprego nos setores de bens de capital. Na periferia, entretanto, a inexistência desses setores implica o fato de que a demanda por bens de capital, inerente ao processo de modernização, não opera como absorvedora de mão-de-obra. (Ibid., p. 20).

Com esses exemplos, entendemos que o problema da industrialização para a CEPAL centra-se na sua incapacidade de empreender transformações na América Latina em seus

aspectos econômico e, sobretudo, social pela correção dos desequilíbrios de inserção da força de trabalho entre as atividades não-industriais e industriais, o que era esperado ser viabilizado pelo processo industrial. Não obstante, os desenvolvimentistas, retendo-se pela constatação do contrário, se prendem em fatos visíveis e superficiais da realidade sem, no entanto, empreender uma constatação mais nítida sobre certos aspectos que, manifestos na industrialização, impuseram seus condicionantes à América Latina.

Isso pode ser melhor entendido pela forma com que os desenvolvimentistas cepalinos concebem o efeito do progresso técnico sobre os trabalhadores. Retomando as conclusões iniciais da CEPAL sobre a problemática da heterogeneidade estrutural e seus reflexos sobre o processo de industrialização, temos que os fenômenos antiabsorventes de força de trabalho, impulsionados pelo progresso técnico, são verificados no interior das estruturas produtivas como decorrentes da insuficiência da dinâmica do desenvolvimento latino-americano e, como conclui Prebisch (1963, p. 27), “[...] una proporción sensible del incremento de población activa no se absorbe satisfactoriamente en el proceso productivo: queda al margen del desarrollo económico”.

Em suas análises sobre a natureza da inserção tecnológica e seus impactos sobre o trabalho na América Latina, Marini (2008a, p. 146) rebate essa hipótese dos desenvolvimentistas ao mostrar que o desemprego e a informalidade, decorrentes da introdução do progresso técnico, não se tratam apenas de tendências verificáveis na industrialização na economia periférica:

[...] Los efectos de allí derivados [da difusão do progresso técnico na periferia] para la situación de los trabajadores en los países dependientes no podían diferir en esencia de los que son consustanciales a una sociedad capitalista: reducción de la población productiva y crecimiento de las capas sociales no productivas. Pero estos efectos tendrían que aparecer modificados por las condiciones de producción propias del capitalismo dependiente.

O que Marini quer dizer é que a exclusão dos trabalhadores das estruturas produtivas e o crescimento das camadas não produtivas são condições típicas do capitalismo que, nas economias dependentes, se consubstanciam mediante a intensificação do trabalho dos que prevalecem subordinados ao capitalista.

Se a CEPAL empenhou-se em mostrar que o progresso técnico contribuiu para o agravamento da estrutura social prevalecente nas economias dependentes, como o excedente de força de trabalho, aparentemente seu ponto de vista, quando afirma enfaticamente que a

difusão tecnológica atuaria no sentido de extirpar a pobreza pela penetração acelerada da técnica, se exprime como contraditório. Na realidade, se atentarmos à afirmativa, segundo a qual, a difusão do progresso técnico na América Latina é inibida pela heterogeneidade estrutural, a existência de certas condições colocam em manifesto que a tecnologia, por si mesma, não superará tal heterogeneidade, conforme os seguintes apontamentos de Prebisch (1963, p. 54):

La técnica productiva contemporánea requiere cada vez más esos elementos dinámicos, hombres de iniciativa, empuje y resolución, con aptitud para tomar riesgos y asumir responsabilidades. Los requiere en una vasta gama de funciones, desde los obreros técnicamente capacitados hasta los técnicos superiores y los hombres que tienen la función de organizar y dirigir en las otras actividades humanas. La necesidad de estos elementos dinámicos crece con un ritmo mucho más elevado que el propio desarrollo. En otros términos, la aceleración de éste necesita promover mucho más intensamente el surgimiento y la formación de estos hombres.

Em Prebisch (Ibid.), concluimos que o progresso técnico não empreende por si transformações na estrutura social, pois essas estão em função do surgimento de elementos dinâmicos da sociedade, ou seja, de homens de iniciativa capazes de assumir riscos tanto no processo produtivo como na economia, o que significa que tais iniciativas reclamam por sujeitos capazes de adequar-se às transformações tecnológicas, em cujo panorama a qualificação da força de trabalho funciona como elemento determinante. Entretanto, Prebisch (Ibid., p. 54-55) observa que

esta exigencia no se cumple en América Latina sino en escasa medida, si se tiene en cuenta la magnitud del problema y habida cuenta de notables diferencias entre sus países. Se desperdicia un potencial humano considerable, pues muy pocos son los elementos dinámicos que surgen desde abajo, de los estratos sociales inferiores y medios de la sociedad. Es mayor, naturalmente, la proporción de los que vienen de los estratos medios, si bien su absorción tropieza con serios obstáculos. Esta deficiente movilidad es clara prueba de la estratificación social.

As afirmações de Prebisch (Ibid.) querem salientar que o obstáculo da difusão do progresso técnico e a inserção insatisfatória da força de trabalho nas estruturas produtivas associam-se à falta de qualificação da força de trabalho latino-americana, por esta ter inibido, inclusive, a penetração acelerada da técnica. Não obstante, se a qualificação da força de trabalho é dita como instrumento interventor para o tratamento dessas fraturas expostas que se rompiam no seio das sociedades latino-americanas, é importante assinalarmos que essa ideia prebischiana soou discretamente no desenvolvimentismo, sendo resgatada com afinco pela



CEPAL e Fernando Fajnzylber em sua proposta neoestruturalista da Transformação Produtiva com Equidade (TPE) cujas ideias apresentam a qualificação do trabalho como eixo de tal transformação.

Portanto, o que nos interessa colocar em relevo nesse momento é que para a CEPAL, o desenvolvimento insuficiente do capitalismo na América Latina é a resposta para os desacertos que se entrelaçavam no interior das economias, entre as quais, a não absorção do excedente da força de trabalho no processo produtivo. Como observa Marini (2008a, p. 137):

[...] prosperaron, en la década de 1950, las distintas corrientes llamadas desarrollistas, que suponían que los problemas económicos y sociales que aquejaban a la formación social latinoamericana se debían a una insuficiencia de su desarrollo capitalista, y que la aceleración de éste bastaría para hacerlos desaparecer.

O que Marini (Ibid.) tem a dizer mediante tal constatação? Para o autor, mesmo havendo a aceleração do desenvolvimento que permitisse maior absorção de trabalhadores no emprego, os antagonismos do processo produtivo não se encerrariam, uma vez que esses não afligem, somente, os que estão paralelos às estruturas produtivas. Conforme Marini (Ibid.), na América Latina o progresso técnico não só empreendeu a exclusão da força de trabalho ativa do processo produtivo, como desenvolveu bases industriais que, afetando os que estavam incluídos nas atividades produtivas, ofereciam possibilidades atrativas para a elevação dos lucros dos capitalistas, graças a um mecanismo presente nas estruturas produtivas latino-americanas: a superexploração do trabalho.

Como foi exposto anteriormente, induzida pela crise da economia mundial que se deu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, a industrialização significou para a América Latina a expectativa em superar a queda das exportações primárias recorrendo à produção de bens industrializados para, a princípio, atender a demanda da população pelos produtos manufaturados que, até então, era importados para a periferia. A satisfação dessa demanda era o objetivo do processo industrial de substituição de importações (BIELSCHOWSKY, 2004).

Apontando a especificidade da industrialização substitutiva, Celso Furtado (1983) sintetiza que essa “[...] tendeu a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital” (Ibid., p. 27). Porque, o que estava em questão em tal processo não era somente a aquisição de riqueza por meio da produção industrial, mas o abastecimento do mercado interno latino-americano pelos produtos manufaturados que, até então, eram importados pelos países do centro. Diante disso, de acordo com Furtado (Ibid.), houve a necessidade da produção de mercadorias manufaturadas

nacionais para o abastecimento da demanda do mercado interno e, para tanto, era preciso consolidar um núcleo industrial que estivesse atrelado ao consumo interno que, suficientemente diversificado, produziria parte dos bens de capital que eram importados do centro, tanto para a população local, como para o desenvolvimento da economia.

Sobre essas expectativas a serem cumpridas pela industrialização, Marini (2008a) sintetiza que:

Desde el punto de vista que nos interesa, esto significa que la esfera alta de la circulación, que se articulaba con la oferta externa de bienes manufacturados de consumo, disloca su centro de gravedad hacia la producción interna, pasando su parábola a coincidir *grosso modo* con la que describe la esfera baja, propia de las masas trabajadoras. De esta manera, pareciera ser que el movimiento excéntrico que presentaba la economía exportadora empezaba a corregirse, y que el capitalismo dependiente se orientaba en el sentido de una configuración similar a la de los países industriales clásicos [...] (Ibid., p. 137, grifo do autor).

Não obstante, Marini (Ibid.) vai revelar o porquê de essas aparentes semelhanças encobrirem profundas diferenças que o desenvolvimento capitalista contribuiu para acentuar. Conforme o autor, o consumo da população trabalhadora não era objetivo de uma indústria, como a latino-americana, destinada a abastecer o mercado interno com produtos de consumo luxuosos, e sob tais circunstâncias, a economia industrial dependente deparou-se com sérios problemas, entre eles, a compressão da capacidade de consumo dos trabalhadores pela redução de sua renda incentivada pelo Estado. Por um lado, houve a atuação do Estado no favorecimento do poder de compra do segmento de maior renda da sociedade que reduziu a capacidade de consumo dos trabalhadores mediante o crescimento elevado das indústrias de bens de luxo que se dava em detrimento da produção orientada ao consumo popular. O que não passou despercebido por Prebisch (1963, p. 04) que apontou essa medida distributiva promovida pelo Estado como desfavorável à população latino-americana, por se orientar ao consumo das camadas superiores da sociedade “[...] en contraste con la precaria existencia de las masas populares”<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> De acordo com Prebisch (1963, p. 05): “La prueba de la validez dinámica de un sistema está en su aptitud para imprimir celeridad al ritmo de desarrollo y mejorar progresivamente la distribución del ingreso” [...]. Para o autor, uma das formas para almejar um esforço nesse sentido é promover uma política redistributiva que “[...] se encargaría de hacer llegar el incremento de ingreso obtenido de esa manera a los estratos inferiores del conjunto social. En eso consiste esencialmente la política redistributiva. No es tomar ingresos de la minoría superior para repartilos lisa y llanamente a las masas populares [...]. Por el contrario, si la compresión del consumo de aquellos grupos privilegiados se tradujera en continuo acrecentamiento de la acumulación de capital, iría elevándose con progresiva celeridad el nivel de vida de aquellas masas” (Ibid., p. 05-06).

Para Celso Furtado (1974), a industrialização nos países do centro e da periferia foram dois processos reversos, embora focassem o mesmo objetivo: ampliar a riqueza das suas economias. Enquanto que a reprodução das formas sociais de consumo dos países centrais estava associada à diversificação do consumo, a industrialização na periferia tendia a assumir a forma de manufatura local de bens de consumo previamente importados conforme o que sucedeu no processo de substituição de importações. Para o autor, as primeiras indústrias que se desenvolveram nos países subdesenvolvidos foram produtoras de artigos de amplo consumo como alimentos, tecidos, confecções, etc., que sendo concorrentes da produção artesanal se destinavam ao consumo das camadas da população, todavia:

sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cênicos e, ainda mais, da que nestes prossegue no presente. O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo em massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos (Ibid., p. 45).

Tanto nos desenvolvimentistas como em Marini temos a constatação do divórcio entre o aparato produtivo e as necessidades do consumo da classe trabalhadora. Dessa forma, entendemos que não só os que permaneciam alheios ao processo produtivo enfrentavam as mazelas da desigualdade e da pobreza. Se nas economias do centro, o capital criou o assalariado e ao mesmo tempo o consumidor, na América Latina, a industrialização conduziu-se para atender a demanda das esferas altas por produtos de luxo os quais estavam fora do alcance da população trabalhadora. Nesse patamar, segundo Marini (2008a), a industrialização da América Latina foi se deslocando para dentro, ou seja, para o atendimento da demanda interna que, pela sua natureza e pelo tipo de bens os quais produzia, não incluía, necessariamente, o consumo da população que, em paralelo, se deparava com a compressão de sua capacidade de consumo:

[...] una vez que la comprensión del nivel de vida de las masas trabajadoras pasa a ser condición necesaria para la expansión de la demanda creada por las capas que viven de la plusvalía. *La producción basada en la superexploración del trabajo volvió a engendrarse así como el modo de circulación que le corresponde, al mismo tiempo que divorcia el aparato productivo de las necesidades de consumo de las masas* (Ibid., p. 147-148, grifo do autor).

Com essa menção, Marini (Ibid.) quer dizer que a superexploração da força de trabalho assume-se como combustível do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Sem pretendermos explorar o seu conceito<sup>37</sup>, a superexploração em Marini (Ibid.) pode ser compreendida a partir de uma característica que se desenrolou na industrialização da América Latina: a intensificação da jornada de trabalho mediante a necessidade da periferia de exportar cada vez mais matérias-primas para o centro.

Por um lado, conforme expusemos, a satisfação das necessidades de consumo dos trabalhadores não era contemplada pelo desenvolvimento industrial devido à distância entre o aparato produtivo e o consumo da população. O que reforça o argumento de Marx (1999a; 1999b) de que o suprimento das necessidades humanas não se constitui como o objetivo da produção generalizada de mercadorias, pois essa, em detrimento da satisfação humana, revela-se enquanto uma das contradições do trabalho onde o próprio homem deixa de ser a finalidade dessa atividade humana quando essa se encontra subordinada ao capital. Isso permite apreciarmos que o sentido do trabalho diante da produção generalizada de mercadorias, ao perder seu caráter essencial de suprir as necessidades do homem, passa a se submeter aos anseios de lucratividade do capital.

Perante essas condições, não podemos descartar que essa segmentação não só restringiu o consumo dos trabalhadores, como impôs a esses a negação das condições necessárias da reposição do desgaste da sua força de trabalho incorporada no processo produtivo, e isso se verifica na intensificação da jornada de trabalho mediante a aceleração das exportações de matérias-primas empreendida pelo processo industrial. E essa intensificação foi acolhida por Marini (2008a) em suas interpretações sobre a industrialização latino-americana<sup>38</sup> que, categoricamente, enfatizam a superexploração como um dos ditames mais nefastos enfrentados pelos trabalhadores.

Por ser restrita ao consumo dos segmentos abastados, a industrialização revelou seus pontos de desgaste na América Latina. De acordo com Theotônio dos Santos (2000), buscando satisfazer o consumo da população de maior renda, a produção industrial empreendeu o colapso no crescimento econômico cujos efeitos não seriam suficientemente revertidos pela ampliação do consumo da esfera alta da economia. Em Marini (2008a, p. 148-149), uma das evidências que reforçam a incapacidade da industrialização de empreender por

---

<sup>37</sup> Na *Dialéctica de la dependencia* Marini (Ibid.), respaldado em Marx, define a superexploração enquanto categoria de análise marxiana das contradições da realidade latino-americana.

<sup>38</sup> Nessas abordagens, Marini (Ibid.) tem como referência países como a Argentina, o México e o Brasil que conheceram o processo de industrialização substitutiva.

si mesma o crescimento econômico é a urgência da economia de reorientar-se novamente ao comércio exterior, contando agora com a base industrial:

[...] La exportación de manufacturas, tanto de bienes esenciales como de productos suntuarios, se ha convertido entonces en la tabla de salvación de una economía incapaz de superar los factores disruptivos que la afligen. Desde los proyectos de integración económica regional y subregional hasta el diseño de políticas agresivas de competencia internacional, se asiste en América Latina a la resurrección del modelo de la vieja economía exportadora.

A ressurreição da “velha economia exportadora” simbolizou o naufrágio do “tão sonhado” desenvolvimento econômico e social latino-americano onde a industrialização se lançaria como porta de entrada. Como vimos na seção anterior, essa utopia latino-americana dificilmente se lograria dada as condições preexistentes, entre as quais, a dependência da periferia do capital estrangeiro e o controle deste sobre o processo produtivo latino-americano. A industrialização da América Latina foi financiada pelos investimentos advindos do setor agrário-exportador e, sobretudo, pela mobilização do capital estrangeiro na região, como alude Galeano (2010):

*O crescimento fabril da América Latina, em nosso século, foi determinado no exterior. Não foi gerado por uma política planejada e direcionada ao desenvolvimento nacional, nem coroou a maturação das forças produtivas [...]. A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para responder ao agudo desequilíbrio provocado pela queda do comércio exterior [...] (Ibid., p. 294, grifo do autor).*

Como bem sabemos essa estratégia do capital estrangeiro não foi obra do acaso. Em Marini (2008a) temos que a ressurreição da economia exportadora significou que a industrialização da América Latina foi se desencadeando graças a sua dependência do capital externo que empreendeu a subordinação da atividade industrial à produção e exportação de bens primários para o centro que constituíram “[...] el centro vital del proceso de acumulación [...]” (Ibid., p. 136). Nesses intermédios, a América Latina passa, então, a atender a demanda das nações do centro por matérias-primas modificadas pela própria produção industrial, sem, no entanto, assistir a ascensão às etapas superiores da produção industrial (Ibid.). Verificou-se, também, o impulso, por parte dos países centrais, do processo de industrialização da periferia que, pela exportação de equipamentos sofisticados e substituição de maquinarias obsoletas, objetivava a criação de mercados na América Latina para atender as demandas da indústria pesada das nações do centro. Nesse sentido, um exemplo apontado por Marini

(Ibid.), foi a indústria siderúrgica no Brasil que, pela produção de aço em grande escala, se tornou um setor em potencial para a exportação dessa matéria prima demandada pelo consumo do centro. Em paralelo a esse cenário industrial latino-americano, o centro, contando com um complexo industrial mais avançado, se dedicou à produção de equipamentos eletrônicos, computadores, além de empreender a exploração de fontes de energia como a de origem nuclear.

Las facilidades que América Latina encuentra en el exterior para recurrir a la importación de capital no son accidentales. Se deben a la nueva configuración que asume la economía internacional capitalista en el período de posguerra. Hacia 1950, la economía había superado la crisis que la afectara a partir de la década de 1910, y se encontraba ya reorganizada bajo la égida norteamericana. El avance logrado por la concentración del capital en escala mundial pone entonces en manos de las grandes corporaciones imperialistas una abundancia de recursos, que necesitan buscar aplicación en el exterior. El rasgo significativo del período es que ese flujo de capital hacia la periferia se orienta de manera preferente hacia el sector industrial (Ibid., p. 143).

Galeano (2010, p. 332-333) complementa esse diagnóstico concluindo que a identidade dos países latino-americanos refletida no mercado internacional é o conjunto de recursos naturais ali disponíveis:

O intercâmbio de mercadorias constitui, junto com os investimentos diretos no exterior e os empréstimos, a camisa de força da divisão internacional do trabalho. [...]. Em sua maioria, os países latino-americanos se identificam, no mercado mundial, com uma matéria-prima ou com um só alimento. [...]. A região foi condenada a vender sobretudo produtos primários, para dar trabalho as fábricas estrangeiras, e acontece que esses produtos são exportados, em sua grande maioria, por fortes consórcios com vinculações internacionais [...].

Referindo-se provavelmente a este momento da industrialização latino-americana, Marini (2008a) afirma que a sua representação no seio da economia exportadora e no consumo interno nunca chegou a se converter em uma verdadeira economia industrial que fosse capaz de acarretar uma transformação significativa no desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Se a industrialização veio a acelerar as exportações de bens primários, ela vai impulsionar a produção mais que devida de matérias-primas, fator esse não reconhecido claramente por Prebisch e pelos desenvolvimentistas cepalinos. Isso significa que além de ser fornecedora mundial de alimentos e matérias-primas, a América Latina também passa a atuar para a formação de um mercado de matérias-primas industriais cuja importância

crece em função do próprio desenvolvimento industrial que se desencadeava nas economias centrais.

Esse processo não deixaria de exprimir seu lado obscuro sobre os trabalhadores, uma vez que a intensificação da sua jornada foi uma das condições cruciais para almejar a aceleração das exportações latino-americanas. Se para Prebisch (1963), a compressão do consumo das esferas sociais de maior renda era a panaceia para impulsionar o crescimento econômico da periferia por via da industrialização, em Marini (2008a, p.114-115) a função de produzir cada vez mais matérias-primas para o centro vai se revelar como a mais duradoura para a América Latina, o mais importante, vai determinar a superexploração da força de trabalho enquanto *locus* no processo de produção capitalista:

Lo que importa considerar aquí es que las funciones que cumple América Latina en la economía capitalista mundial trascienden la mera respuesta a los requerimientos físicos inducidos por la acumulación en los países industriales. [...]. Sin embargo, el desarrollo de la producción latinoamericana que permite a la región coadyuvar a este cambio cualitativo en los países centrales, se dará fundamentalmente con base en una mayor explotación del trabajador. Es este carácter contradictorio de la dependencia latinoamericana, que determina las relaciones de producción en el conjunto del sistema capitalista [...].

Isso significa que, mesmo com essa “mudança de direção” da industrialização latino-americana, ainda os antagonismos do processo produtivo perduraram e, nesses trâmites, a integração da América Latina à economia capitalista mundial reafirma a dependência enquanto seu desfecho inevitável. Na pretensão de atender às exigências dos países centrais, a produção latino-americana, estando acirradamente centrada sobre o comércio internacional, não depende da capacidade interna de consumo da população, em outras palavras, a satisfação do consumo individual do trabalhador mais uma vez não interfere na produção e na circulação de mercadorias, pois esses se efetuam no âmbito do mercado externo.

Se nas economias centrais o processo industrial, ao separar o trabalhador assalariado dos meios de produção, atribui a esse a condição de consumir o que produziu, Marini (Ibid., p. 134) conclui que:

En la economía exportadora latinoamericana, las cosas se dan de otra manera. Como la circulación se separa de la reproducción y se efectúa básicamente en el ámbito del mercado externo, el consumo individual del trabajador no interfiere en la realización del producto, aunque sí determine la cota de plusvalía. En consecuencia, la tendencia natural del sistema será de explotar al máximo la fuerza de trabajo del obrero, sin preocuparse de crear las condiciones para que éste la reponga, siempre y cuando se le pueda

reemplazar mediante la incorporación de nuevos brazos al proceso productivo [...].

Dessa forma, se a necessidade de exportar cada vez mais matérias-primas para o centro não se traduz na possibilidade do consumo indispensável para a conservação da força de trabalho, temos ainda que a prolongação da jornada de trabalho ocorre sem o aumento na remuneração. Nas palavras de Marini (Ibid.),

es así como, incidiendo sobre una estructura productiva basada en la mayor explotación de los trabajadores, el progreso técnico hizo posible al capitalista intensificar el ritmo de trabajo del obrero, elevar su productividad y, simultáneamente, sostener la tendencia a remunerarlo en proporción inferior a su valor real. Para ello concurren decisivamente la vinculación de las nuevas técnicas de producción a ramas industriales orientadas hacia tipos de consumo que, si tienden a convertirse en consumo popular en los países avanzados, no pueden hacerlo bajo ningún supuesto en las sociedades dependientes. El abismo existente allí entre el nivel de vida de los trabajadores y el de los sectores que alimentan la esfera alta de la circulación hace inevitable que productos como automóviles, aparatos electrodomésticos, etc., se destinen necesariamente a esta última. En esta medida, y toda vez que no representan bienes que intervienen en el consumo de los trabajadores, el aumento de la productividad inducido por la técnica en esas ramas de producción no ha podido traducirse en mayores ganancias mediante la elevación de la cuota de plusvalía, sino tan sólo mediante el aumento de la masa de valor realizado. La difusión del progreso técnico en la economía dependiente marchará, pues, de la mano con una mayor explotación del trabajador, precisamente porque *la acumulación sigue dependiendo en lo fundamental más del aumento de la masa de valor – y por ende de plusvalía – que de la cuota de plusvalía* (Ibid., p. 146-147, grifo do autor).

Portanto, para Marini (Ibid.) a superexploração, nas condições da dependência, corresponde a intensificação do emprego da força de trabalho empreendida pelo aumento da produtividade decorrente do progresso técnico, no entanto, esse aumento da produtividade não se traduz na elevação da remuneração do trabalhador. Desse modo, a inserção da América Latina na economia capitalista implicou a subordinação da região ao centro favorecendo o desencadeamento da mais-valia relativa entendida por Marini<sup>39</sup> (Ibid., p. 115) “[...] como una forma de explotación del trabajo asalariado que, fundamentalmente con base en la

<sup>39</sup> Marini (Ibid.) faz uma distinção interessante entre a mais valia relativa e a produtividade. Conforme o autor, o conceito de mais valia relativa não é o mesmo que o conceito de produtividade, pois embora a produtividade seja a condição por excelência da mais valia relativa, a maior capacidade produtiva do trabalhador não assegura por si mesma o aumento da mais valia relativa: “[...] al aumentar la productividad, el trabajador sólo crea más productos en el mismo tiempo, pero no más valor; es justamente este hecho el que lleva al capitalista individual a procurar el aumento de productividad, ya que ello le permite rebajar el valor individual de su mercancía, en relación al valor que las condiciones generales de la producción le atribuyen, obteniendo así una plusvalía superior a la de sus competidores – o sea, una plusvalía extraordinaria” (Ibid., p. 115).



transformación de las técnicas de producción, resulta de la desvalorización real de la fuerza de trabajo [...]”. Para Marx (1989), a mais-valia relativa, sendo outro mecanismo de sobre-exploração do trabalho, se desencadeia quando há o aperfeiçoamento da maquinaria pelo incremento de novos métodos, meios e condições de produção que, ao promover a redução do tempo de trabalho socialmente necessário, resulta no aparecimento do trabalho excedente que não é necessariamente pago pelo capitalista.

Curiosamente, a resposta de Prebisch (1963) diante da baixa remuneração da força de trabalho mediante o aumento da produtividade se deve pela ausência da mobilização dos trabalhadores. Ao contrário do que ocorreu nos países cêntricos, onde a acumulação de capital operou-se primeiro, e a redistribuição de renda por segundo, na América Latina não houve tal processo pela falta de iniciativa da população trabalhadora de contestar os ganhos da produtividade e segundo ele, “[...] ambas exigencias se plantean ahora – y tienen que plantearse – en forma simultánea, bajo la creciente gravitación política y sindical de las masas” (Ibid., p. 06).

Entretanto, não é por falta de mobilização sindical que os trabalhadores não participam dos ganhos de produtividade, como supõe Prebisch (Ibid.). Ricardo Antunes (2011) assinala que desde a década de 1930, a transição do mundo capitalista agrário-exportador para o urbano industrial culminou em vários países latino-americanos mobilizações sindicais dos trabalhadores. Todavia, o que ocorreu é que esses movimentos defrontavam-se com a ação do Estado que, pelos organismos sindicais oficialistas, buscava atender os interesses particularistas dos capitalistas contendo as lutas sociais autônomas que se desencadeavam em paralelo ao Estado. O controle estatal sobre os trabalhadores foi se intensificando a partir dos anos 1930 “[...] por meio de uma política que pretendia ‘integrar’ os trabalhadores à ordem burguesa [...]” (Ibid., p. 21).

Ainda em Ricardo Antunes (Ibid.), podemos constatar que nesse período, o padrão de produção do fordismo taylorismo<sup>40</sup>, respaldado na superexploração do trabalho, se expandia pelos variados ramos industriais e de serviços dos países latino-americanos, e que esse induziu a constituição e a expansão da classe operária na América Latina no século XX, emergida nos setores como o têxtil, o metalúrgico e o alimentício. As greves no México, na Argentina e no Brasil, por exemplo, tiveram segundo Antunes (Ibid., p. 22) “[...] a marca

---

<sup>40</sup> Conforme esse autor, o padrão de produção taylorista-fordista, surgida na indústria automobilística norte-americana no século XX, se constitui por elementos, entre eles a vigência da produção em massa; o controle do tempo de execução das tarefas e o trabalho parcial pela fragmentação das funções (Ibid.).

desse proletariado industrial que foi se constituindo ao largo das atividades agrícolas ou manufatureiras [...]”.

Essa concepção prebischiana da população trabalhadora foi acolhida por dois críticos eminentes de Marini: Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978). Em suas censuras à *Dialéctica de la dependencia* de Marini (2008a), esses autores, salientavam que:

[...] nos países industrializados os ganhos de produtividade que decorrem do progresso técnico são apropriados pelos capitalistas e trabalhadores, os primeiros por dirigirem empresas com elevado grau de monopólio e os segundos por disporem de sindicatos fortes, que lhes permitem defender seus salários e forçar seu aumento (acompanhando os incrementos de produtividade). Já nos países periféricos, exportadores de produtos primários, não se dão nas mesmas condições, entre outras coisas, porque os trabalhadores não dispõem de instrumentos político-sociais, e da capacidade para impor níveis salariais cada vez mais elevados (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 43).

A partir dessa colocação, podemos entender o porquê de Prebisch (1963) apontar a ausência de sujeitos dinâmicos e de iniciativa para intervir na economia e na sociedade enquanto obstáculo à transformação da estrutura social. Certamente, Prebisch (Ibid.) anunciava essa ausência se referindo aos trabalhadores latino-americanos que, do seu ponto de vista, não eram compatíveis a esses requisitos, sendo destituídos da capacidade de empreender transformações sociais.

Por questão de conveniência, Cardoso e Serra (1978) evocam Prebisch para mostrar o que Marini (2008a) supostamente não fez: conceber a luta de classes como elemento dinâmico para a explicação do aumento da oferta de alimentos e matérias-primas, vendidos ao centro, e da deterioração do preço dos mesmos. Com relação a esse último, é importante acrescentarmos que essas mercadorias são vendidas aos países centrais a baixo custo, o que evidencia que o fenômeno da deterioração dos termos de intercâmbio, tão bem aludido por Prebisch e Marini, ainda se perfila na América Latina.

Rebatendo Cardoso e Serra (1978), Marini (2008c) esclarece o fundamento central da abordagem marxiana:

Ahora bien: cualquier marxista sabe, con Marx y Engels, que la historia de la humanidad es la historia de la lucha de clases y, con Lenin, que la lucha de clases es el único terreno que un marxista se mueve con firmeza. Sin embargo, esto no quiere decir que la lucha de clases se explique por *sí misma* o, si se quiere, que sea el *Deaux ex machina* que permite explicarlo todo. [...]. Al sostener que la historia es la historia de lucha de clases, Marx no se limitó a describir la lucha de clases: se esforzó por distinguir los modos de

producción que constituyen su fundamento [...] (Ibid., p. 180, grifo do autor).

Se em Marx, a produção capitalista inclui-se entre os fundamentos que explicam a história dos antagonismos entre classes, Marini (2008a; 2008c), ressaltando as particularidades do capitalismo nas condições da dependência, define a superexploração do trabalho enquanto antagonismo crucial entre os capitalistas e os assalariados e, finalmente, motor do desenvolvimento dependente.

Em relação à temática da deterioração dos termos de intercâmbio, basta dizer que mesmo a periferia aumentasse a produtividade por via do progresso técnico, o barateamento dos bens primários<sup>41</sup> conduz os países exportadores a produzirem em maior escala e os capitalistas, na tentativa de reverter a perda das rendas geradas no comércio internacional, não abririam mão de uma maior exploração da força de trabalho nas condições que ora colocamos. Diante disso Marini revela que a elevação da intensidade do trabalho aparece como o aumento da mais-valia, alcançada mediante uma maior exploração do trabalhador e não pelo incremento da sua capacidade produtiva.

Por sua vez, Cardoso e Serra (1978) costumam a conceber a superexploração do trabalho como a camisa de força do capitalismo dependente:

Estabelecida a “lógica de ferro” da superexploração como único mecanismo compensatório para aumentar a massa de valor e a “quantidade de dinheiro” produzida no intercâmbio (sic!) “explicar-se-iam” a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio e o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas. Tão seguro estava Marini da descoberta de sua lei que reiterou rebarbativamente as nações desfavorecidas não procuram corrigir o desequilíbrio entre o preço e o valor, mas sim compensar a perda de renda através de maior exploração do trabalhador (Ibid., p. 48).

Na concepção desses autores, se existe o diferencial de salários em prejuízo do trabalhador, é preciso entender que “[...] o fundamento dinâmico dessa relação é o processo de luta de classes e não uma férrea lei imaginária [...]” (Ibid., loc. cit.). Não obstante, ao definir a superexploração de Marini como a “lógica de ferro” do capitalismo dependente, Cardoso e Serra recorrem a essa expressão amarga na tentativa de nos convencer que o

---

<sup>41</sup> Marini (2008a, p. 124) defende que a contradição do intercâmbio desigual para a América Latina não é, precisamente, a sua desvantagem diante a transferência de valor dos produtos manufaturados vendidos pelos países do centro, “[...] sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedirla en el plano de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el de la producción interna [...]”.

“irreal” converte-se no absurdo quando aceitamos o “imaginável” para desvendarmos o que está sendo ocultado no outro lado da moeda.

Se para os desenvolvimentistas, a superexploração da força de trabalho se detém no campo das ideias, Galeano (2010), ao contrário desses incrédulos cepalinos, aguça a nossa imaginação confirmando o que tanto Marini insistiu em mostrar: que a força de trabalho da América Latina, sendo uma das mais baratas do mundo, atrai o desejo predatório dos que almejam a acumulação de riqueza e que essa se expande sobre a custa da exploração alheia.

Não existe nenhuma relação coerente entre a mão de obra disponível e a tecnologia que se aplica, exceto a que nasce da conveniência de usar uma das forças de trabalho mais baratas do mundo. Terras ricas, solos riquíssimos, homens muito pobres neste reino da abundância e do desamparo: a imensa marginalização dos trabalhadores que o sistema lança à beira do caminho frustra o desenvolvimento do mercado interno e avilta o nível dos salários. [...] As fábricas não oferecem refúgio à mão de obra excedente, mas a existência desse vasto exército de reserva sempre disponível permite o pagamento de salários várias vezes mais baixos do que aqueles que ganham os operários norte-americanos ou alemães. Os salários podem continuar sendo baixos ainda que aumente a produtividade [...] (Ibid., p. 348).

Nessa afirmativa de Galeano podemos compreender o porquê de Marini alertar sobre a existência de certos aspectos da realidade, como a superexploração do trabalho, uma vez confinados aos limites da dependência, dificilmente permitirá a América Latina ascender uma transformação favorável tanto em seu aspecto econômico, como social, tendo em vista as finalidades que a industrialização foi cumprindo na economia dependente, atender o consumo das esferas abastadas latino-americanas de bens suntuosos e, primordialmente, o abastecimento do centro com matérias-primas, o que indica a sua subordinação aos anseios dos capitalistas da periferia, sobretudo, dos que provêm dos grandes centros industriais, como abordamos anteriormente. Pelo menos o que podemos constatar nesse período da história da economia latino-americana, que compreende entre os anos 1930 e o final dos anos 1970, as mínguaes economias dependentes, cedendo-se à soberania irredutível dos países centrais, têm recorrido ao flagelo da força de trabalho alimentando-se da seiva da superexploração latino-americana na esperança, quem sabe, de realizar o frustrado sonho do desenvolvimento. Se nesse período, a CEPAL e seus teóricos desenvolvimentistas, pela aceitação da dependência como desfecho conveniente para a América Latina, buscaram ocultar o lado avesso do capitalismo sobre a força de trabalho, as distorções cepalinas sobre o trabalho na América Latina não se encerram por aqui. É o que mostraremos na abordagem seguinte

salientando que a CEPAL, colocando em curso a sua etapa neoestruturalista, difunde a sua concepção da transformação produtiva atribuindo ao trabalho o papel central dessa transformação e o pilar da coesão social tão desejada na América Latina e no Caribe.

**PARTE II**

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: CRÍTICA À RECENTE ABORDAGEM CEPALINA DO TRABALHO

### 1 Questões preliminares

Essa seção cumpre um papel primordial nas críticas posteriores às formulações recentes da CEPAL acerca do trabalho na América Latina, que compreendem a sua etapa neoestruturalista. Exploraremos os principais documentos da Comissão produzidos durante o período 1990-2010<sup>42</sup>, contemplando suas interpretações que colocam o ajustamento da América Latina à reestruturação produtiva como alternativa para empreender o desenvolvimento econômico favorável à população latino-americana.

Focada na dimensão social do desenvolvimento, a CEPAL tem apontado em seus documentos, utilizando-se de uma expressão bastante significativa – a “transformação produtiva” (associada a termos como “equidade” e “coesão” social) – uma necessária assimilação estratégica do processo de reestruturação produtiva como um alicerce para a consolidação de um desenvolvimento econômico capaz de aliar o crescimento com a redução da pobreza (ou maior “equidade”). Basicamente, parte-se da perspectiva de uma conciliação entre, de um lado, a elevação da produtividade da força de trabalho latino-americana e, de outro, uma maior “coesão social” daí advinda, como um resultado inequívoco do usufruto pelas pessoas de melhores condições de vida proporcionadas pela inserção competitiva de seus países no mercado mundial.

No contexto dessas interpretações, a qualificação do trabalho é concebida como o eixo da transformação produtiva na condição de determinante da difusão do progresso técnico e pilar da coesão social na América Latina e no Caribe. Adotando uma perspectiva crítica a essa concepção da CEPAL sobre o trabalho, confrontaremos as abordagens cepalinas com as contribuições teóricas de diferentes autores cujos apontamentos revelam que, a partir da abertura comercial dos anos 1990, houve transformações no trabalho que, decorrentes da reestruturação produtiva, trouxeram impactos decisivamente regressivos para a população latino-americana e caribenha.

---

<sup>42</sup> Com exceção do documento *Políticas de ajuste y renegociación de la deuda externa en América Latina*, que foi formulado pela CEPAL antes deste período, em 1984. Nesta dissertação, este documento encontra-se com o mesmo título, enquanto parte da coletânea CEPAL (1998c). Todavia, foi publicado originalmente como: “Capítulos II.B (páginas 24 a 39) y III.E (páginas 19 a 89) y apêndice (páginas 95 a 102), en serie Cuadernos de la CEPAL, No. 48 (LC/G. 1332), Santiago de Chile, diciembre de 1984. Publicación de las Naciones Unidas, No. de venta: S.84.II.G.18” (CEPAL, 1998a, p. 733).

Nessas circunstâncias, tentaremos mostrar que a reestruturação produtiva é colocada pela CEPAL enquanto a adequação da força de trabalho às técnicas e novas formas de apropriação de mais-valia. Nessas condições, buscaremos reforçar a hipótese de que a reestruturação produtiva incorpora novas formas de representação da superexploração do trabalho nas economias dependentes, que têm se consubstanciado mediante a flexibilização laboral, a precarização do trabalho e a apropriação das habilidades dos trabalhadores sob o invólucro da produtividade.

## **2 A produtividade do trabalho como elemento impulsionador para o crescimento econômico**

O texto, a seguir, empreende um esforço analítico a respeito da relação de interdependência entre crescimento econômico e a produtividade tendo como ponto de partida as contribuições da teoria econômica sobre tal temática. Esse esforço torna-se necessário na medida em que essa relação de interdependência é colocada pela CEPAL quando a mesma aborda a problemática da heterogeneidade estrutural na América Latina, difundindo a sua perspectiva de transformação produtiva para o enfrentamento da mencionada heterogeneidade. Por si mesmas, as abordagens cepalinas não permitem apreendermos, de forma aprofundada, os sentidos de tal interdependência do ponto de vista da economia, e desse modo esse estudo exploratório formulará uma síntese dos principais mecanismos que regem o crescimento econômico de uma nação.

Cabe mencionar que são amplos os elementos que constitui a relação entre produtividade e crescimento. Entretanto, esse estudo contemplará dois aspectos que, interconectados, são interpretados como condicionantes do desenvolvimento das economias: a inovação tecnológica e a qualificação do trabalho humano. Dando uma atenção especial à última, se buscará resgatar, em seu sentido elementar, as bases que induzem o funcionamento da atividade econômica fundamentada no capitalismo, tendo em conta o lugar que os referidos condicionantes ocupam nas economias e as peculiaridades que apresentam no contexto da América Latina.

A economia capitalista de uma nação é basicamente conduzida por empresas públicas e privadas que impulsionam as economias por meio de suas atividades comerciais, que podem ocorrer num mesmo país e/ou a nível global. Embora as atividades econômicas contem com a atuação das empresas pertencentes ao Estado, essas atividades são essencialmente regidas pela propriedade privada do capital, que sustenta a economia contemporânea ancorada no



capitalismo.

Em Joseph Alois Schumpeter (1985) encontra-se a definição de propriedade de capital privado e a sua função na economia capitalista. Para esse autor, o capital consiste em obter para o empresário os meios com que produzir, atribuindo ao mesmo o poder de compra que se efetiva pelo dinheiro. Sendo um agente na economia de trocas, o capital desempenha sua função de privado quando seus meios de pagamento exercem seu papel nas mãos de indivíduos particulares, sendo esses denominados de capitalistas (Ibid.).

Essa definição de capital schumpeteriana é um dos exemplos das diferentes modalidades de capital que podem ser encontradas nas teorias econômicas, e diante dessa multiplicidade de denominações convém deter-se na significação elementar de capital definida por David Ricardo (1985), Stuart Mill (1985) e Milton Friedman (1985).

Para David Ricardo (1985, p. 82) “[...] o capital é a parte da riqueza de um país empregada na produção, e consiste em alimentos, roupas, ferramentas, matérias-primas, maquinarias etc. necessários a realização do trabalho [...]”. Partindo da mesma ideia, Stuart Mill (1985, p. 69) conclui que o capital é um estoque previamente acumulado da produção que proporciona “[...] cobertura, proteção, ferramentas e matérias-primas que o serviço requer, bem como alimentar e manter os trabalhadores durante o processo [...]”.

Embora sua definição de capital seja semelhante à de David Ricardo (1985), encontramos em Stuart Mill (1985) o esboço de duas modalidades nas quais o capital se subdivide: o capital circulante e o fixo. Segundo Mill (1985), é denominado de circulante o capital que cumpre a totalidade de funções na produção, ou seja, o investimento constante em recursos utilizados para a venda do produto acabado na compra de matérias-primas, no pagamento de salários, entre outros. Já o capital fixo, compreende os instrumentos de produção que podem ser tanto “permanentes”, como substituíveis, não sendo vendidos e sim conservados. A essa categoria pertencem às construções, as máquinas, assim como boa parte dos implementos ou ferramentas (Ibid.).

Essas modalidades de capital não são somente os componentes básicos da atividade da propriedade privada como também são os traços peculiares da economia fundamentada no capitalismo. Ao definir a atividade econômica enquanto essencialmente alicerçada no capitalismo competitivo, Friedman (1985) conclui que um dos papéis desempenhados pela economia de uma sociedade é promover diretamente o capitalismo competitivo que, sendo esse a economia da livre empresa privada, pode ser coordenado pelo mercado. Na percepção desse autor, o mercado é representado pela troca de mercadorias, o que impulsiona a economia do capital privado; este último, em suas características aqui contempladas, é

orientado para a comercialização desses bens produzidos.

A produção e a troca de mercadorias conduzem, portanto, a atividade econômica da propriedade privada. Diferentes empresas dedicam-se a distintas atividades produtivas, no entanto, a troca não constitui o principal atrativo do capital. O que é considerado como o fim último do sistema capitalista é a lucratividade, sendo essa condicionada pela produção de uma determinada mercadoria. David Ricardo (1985) enfatiza que, embora os lucros do capital em diferentes atividades tendem a variar, os lucros adquiridos na produção de uma determinada mercadoria atrairão o capital para tal atividade. Esse mesmo autor evoca o caráter dinâmico e flexível da atividade capitalista, concluindo que “[...] é pela desigualdade de lucros que o capital se movimenta de uma para outra atividade [...]” (Ibid., p. 96).

Com essa flexibilidade que conduz a atividade produtiva do capital, subentende-se então que o objetivo da atividade econômica capitalista é o lucro sendo a empresa privada e o dinheiro os seus elementos importantes. Essa ideia está presente em Friedman (1985, p. 122), que complementa que na economia livre “[...] há uma e só uma responsabilidade social do capital - usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo [...]”. Se em Milton Friedman (1985) e David Ricardo (1985) a propriedade privada desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico de uma sociedade, é preciso compreender o que se entende por desenvolvimento e quais as condições essenciais para que o mesmo ocorra.

Qual é o sentido de desenvolvimento econômico atribuído pelos economistas? Embora desenvolvimento e crescimento econômico sejam concebidos como sinônimos, os mesmos se confundem pelo intercruzamento que envolve esses conceitos, e autores como Paulo César Milone (1998) e Ricardo Feijó (2007) chamam a atenção para as diferenças conceituais que residem entre essas modalidades.

Aqui assinalemos brevemente apenas alguns dos aspectos relevantes que remontam para essas distinções. A princípio, cabe acrescentar que a ideia de desenvolvimento econômico, apesar da sua variedade de significados, expressa a noção de evolução ou mudança que se verifica na economia de uma sociedade num determinado período. A noção de desenvolvimento é empregada pelos economistas a fim de demonstrar, por meio de uma análise comparativa – mediante os índices de renda *per capita*, de desemprego, de pobreza etc. – os aspectos que caracterizam a economia de uma determinada nação. É importante salientar que essa análise tanto engloba a amostra de uma nação, como pode se referir a um conjunto de países, e frequentemente esses dados são comparados com as nações cujas economias apresentam níveis de desempenho relativamente superior.

Certamente, essa comparação de economias a nível global constitui o alicerce de alguns dos conceitos<sup>43</sup> que se associam à noção de desenvolvimento econômico: “países desenvolvidos” e em “desenvolvimento”; “economias do “centro” e “periféricas”. Esses últimos derivam do conceito “centro-periferia” que, conforme já foi assinalado, integra o método empregado pela CEPAL para a análise comparativa do desenvolvimento das economias latino-americanas, tendo como referência o desempenho econômico dos países do centro. De acordo com tal conceito, enquanto que o “centro” tem como principal traço a industrialização avançada com elevados níveis de inserção tecnológica, a “periferia” apresenta uma economia problemática marcada pela baixa produtividade em seu aparato produtivo.

“Economias subdesenvolvidas” é outra alusão que evoca a ideia de desenvolvimento. Existem vários elementos que caracterizam a situação de subdesenvolvimento; contudo, cabe evocar o significado de economia subdesenvolvida colocada pelo Celso Furtado (1983). Para o autor, o subdesenvolvimento é possível de ser apreendido por meio de situações típicas que podem ser verificadas nas economias como as da América Latina, entre elas, desenvolvimento provocado pela expansão de exportação de produtos primários; estagnação associada à retração do desenvolvimento e desenvolvimento alicerçado na substituição de importações. Outro fator que caracteriza o subdesenvolvimento é a heterogeneidade da difusão tecnológica entre os setores da economia, e conforme esse autor, essa fase somente será superada quando seus sistemas econômicos alcançarem homogeneidade técnica, isto é, quando apresentarem o mesmo grau de assimilação do progresso técnico em todos os seus segmentos.

A difusão do progresso técnico norteia a definição de desenvolvimento econômico de Schumpeter (1985). Desenvolvimento e crescimento se confundem na percepção schumpeteriana, a qual delineia que esse processo de crescimento da economia vai para além do aumento da população e de riqueza. Para Schumpeter (1985, p. 48), o desenvolvimento econômico engloba a introdução de um novo bem de consumo ou, ainda, a “introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no próprio ramo da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta científica nova [...]”. Evocando a produtividade enquanto impulso para o desenvolvimento, Schumpeter (Ibid.) argumenta que primeiramente o desenvolvimento consiste no emprego de recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de um crescimento desses recursos.

---

<sup>43</sup> Tais conceitos, sendo frequentemente evocados nas abordagens de economistas e sociólogos, são estabelecidos de acordo com critérios classificatórios que aparentemente sugerem sobre o que é “desenvolvido” e o “primitivo”, sendo essa expressão usada em contraposição ao desenvolvimento.

Essa definição de desenvolvimento em Schumpeter (1985) pautada na produtividade abre espaço para o aprofundamento sobre o papel que a produtividade exerce na economia capitalista, tendo em vista a sua correlação com dois aspectos que regem o crescimento econômico: difusão tecnológica e trabalho.

Se o desenvolvimento, de acordo com a abordagem anterior, remete ao diagnóstico da situação econômica verificável em índices de desempenho dessas economias, o crescimento associa-se à natureza dinâmica desse desenvolvimento impulsionada pelo emprego de recursos e meios que permitem uma nação atingir um grau de desenvolvimento e riqueza. De acordo com Paulo César Milone (1998), para que o crescimento econômico ocorra, é preciso que haja a acumulação de capital (aumento de máquinas, indústrias etc.); a realização de obras de infraestrutura (estradas, energia etc.); e investimentos na qualificação dos trabalhadores.

Por sua vez, Ricardo Feijó (2007) oferece um esboço dos fatores que incidem no crescimento econômico. Para esse autor, embora o crescimento econômico de um país seja variável – pois em certos períodos, enquanto países crescem menos, outros crescem mais – esse pode ser explicado por um de seus fundamentos: o aumento de estoque de capital fixo de um país. Segundo ele, o que torna a economia de uma nação rica é a capacidade de um país de restituir periodicamente o estoque de capital.

Ao lado do acúmulo de capital, o crescimento vegetativo populacional é outro elemento que diferencia as economias ricas e as “periféricas”. Para Feijó (2007, p. 11) o investimento em capital e o crescimento da população são duas variáveis que podem explicar a razão de alguns países serem ricos, outros pobres, pois “[...] os países ricos investem mais enquanto os países mais pobres investem pouco, nos primeiros, a população cresce pouco, nos últimos, ela cresce de modo bem mais acentuado [...]”.

Tendo em vista o panorama da América Latina, qual é a razão que justifica o investimento em capital e o crescimento da população enquanto determinantes do enriquecimento econômico de um país? Retomando Feijó (Ibid.), a restituição periódica do capital depende dos investimentos massivos em poupança e esses investimentos se dão em decorrência tanto da iniciativa das camadas mais abastadas da sociedade, como pelo aumento da produtividade do trabalhador, que do ponto de vista da economia se verifica pelo acúmulo de capital empreendido pelo trabalhador.

A observação de David Ricardo (1985) permite entender o fundamento dessa justificativa colocada. Esse autor parte do princípio que nos países onde o número da população é reduzido, o trabalho torna-se caro por ser um fator escasso e isso, segundo ele, ocorre na medida em que essa escassez de mão-de-obra é o que determina o aumento da

remuneração. Para o autor, os salários são estimulados conforme se dá o aumento da população, pois, segundo ele, se a redução da população permite elevar os salários, o aumento populacional acarreta o processo inverso, ou seja, nos países como os da América Latina, onde a população é abundante, o trabalho é barato o que permite ao trabalhador assegurar apenas a condição de subsistência (Ibid.).

Esse processo influi no investimento dos países no acúmulo de capital, como a aplicação de fundos para a difusão de tecnologias. Se nos países ricos se averigua maior investimento com relação aos países pobres, é porque no caso dos primeiros há um maior estoque de capital por trabalhador. Seguindo o raciocínio ricardiano, esses investimentos massivos ocorrem quando o trabalhador apresenta uma condição “próspera”, pois além de sanar as suas necessidades básicas como o acesso aos bens de primeira necessidade, esse pode ampliar seu capital tanto pela aquisição de bens materiais como pela aplicação em poupança. Para Feijó (2007), ao contrário do que ocorre com as economias do centro, nas periféricas como as da América Latina, o investimento em poupança é aplicado em pequenas proporções, pois ali a disposição de capital *per capita* é muito baixa, o que torna o trabalhador pouco produtivo e com pouca renda já que este não dispõe de um excedente não consumido. Tal fato gera implicações para o crescimento, pois sendo esse dependente da poupança da sociedade, ocorre em decorrência da renda gerada e não consumida pelas diferentes camadas sociais.

Em Feijó (Ibid.) vê-se que a chave para o crescimento econômico é a ampliação dos investimentos na poupança da sociedade, pois a aplicação em poupança depende, principalmente, da renda gerada e não consumida pela sociedade. E essa poupança pode permitir um país à aplicação de recursos para atingir um patamar de riqueza como o investimento em inovação tecnológica, pois é pelo desenvolvimento da tecnologia que as economias podem obter um grau de desenvolvimento “satisfatório”, como se subentende na passagem abaixo (Ibid., p. 17):

O desenvolvimento tecnológico constitui uma via essencial para o crescimento econômico. Só com o acúmulo de estoque de capital não se conseguiria ir muito adiante à direção do mundo de riquezas. É preciso inovar, descobrir e aplicar novas técnicas de produção, experimentar procedimentos inéditos, novos materiais, empregar máquinas, etc. [...].

Portanto, autores como Schumpeter (1985) e Feijó (2007) compartilham da mesma perspectiva: os países dispostos a crescer economicamente devem estar dispostos a propagarem a inovação tecnológica e, do ponto de vista de ambos, a produtividade de um país está consideravelmente associada à ampliação de seu capital, ou seja, à sua capacidade de

difundir o progresso técnico. Mas, de acordo com a passagem anterior, para que essa evolução ocorra, é preciso ir além da aplicação em poupança: o capital humano é uma das condições cruciais para viabilizar a difusão tecnológica de um país.

Sendo o aspecto complementar à inovação tecnológica, o capital humano significa o acúmulo de conhecimentos por parte do trabalhador. Conforme Feijó (Ibid. p. 18), “[...] os trabalhadores acumulam esse tipo de capital à medida que avançam em anos de escolaridade e/ou adquirem novas habilidades técnicas [...]”. Nesse patamar, o trabalho qualificado funciona como uma espécie de tecnologia pela sua capacidade em acrescer o potencial de produção impulsionando, dessa forma, o crescimento da economia onde “[...] o progresso tecnológico e alta taxa de investimento em capital humano (as pessoas acumulando habilidades) representam, portanto, condições *sine qua non* para a realização do sonho do crescimento econômico [...]” (Ibid., loc. cit.). Em síntese, para o autor, além do investimento em poupança, é preciso atingir a meta de elevação tecnológica sem perder de vista a crescente qualificação do trabalhador.

Expandir o progresso técnico tem sido um desafio permanente para as economias latino-americanas. Em paralelo ao que ocorre nos países ricos, onde a tecnologia é constantemente renovada pelos índices elevados de investimentos, nos países menos desenvolvidos essa renovação se depara com o entrave do baixo capital disponível para a aplicação em tecnologias. Entretanto, outro aspecto deve ser salientado: embora a América Latina gere tecnologia, o seu papel principal consiste em absorver tecnologias importadas dos países ricos (Ibid.). Como foi problematizado na seção anterior que aborda o processo de industrialização da América Latina a partir dos anos 1930, a criação e a inserção de tecnologias, desde então, têm enfrentado dificuldades na região, pois o progresso técnico está atrelado à disponibilidade de investimentos e, sobretudo a de trabalho qualificado. Nessa perspectiva, Feijó (Ibid., p. 20) sintetiza que “[...] enquanto nos países ditos centrais o crescimento da tecnologia regula o crescimento econômico de longo prazo, nos países periféricos, o crescimento da qualificação é a variável determinante para a evolução econômica [...]”. Portanto, a prioridade para os países seria estimular as pessoas a acumularem qualificações.

Apesar da sua importância para o desenvolvimento de uma economia, como a da América Latina, o progresso técnico pode resultar impactos negativos para o crescimento econômico, quando o mesmo atua enquanto elemento poupador de trabalho. Quando a produtividade cresce se verifica uma utilização de maior quantidade de capital ou instrumentos de trabalho tecnologicamente mais avançados, e esses instrumentos podem tanto

“substituir” o trabalhador, excluindo-o do processo produtivo, como exigir do mesmo o aperfeiçoamento de suas habilidades para torná-lo mais eficiente. Isso contribui para aumentar o excedente de trabalhadores disponível, com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Esse excedente constitui os elevados níveis de desemprego e informalidade e, conforme Milone (1998) essa situação tem se agravado na América Latina, onde parte dos trabalhadores está desempregada, o que tem sido mais um dos traços das economias periféricas que, como apontaremos, vem sendo salientadas pela CEPAL em seus diagnósticos contemporâneos sobre as transformações econômicas latino-americanas e caribenhas.

### **3 Os ajustes neoliberais na CEPAL: a reestruturação produtiva enquanto alternativa para o desenvolvimento da América Latina**

Os anos 1980 significaram para a CEPAL a adesão de seu pensamento aos ajustes neoliberais, impostos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Aos poucos, essa conformação cepalina tornava-se visível em suas orientações que apontavam transformações nas economias latino-americanas e caribenhas, entre elas, a reestruturação produtiva do capital que, ao longo prazo, culminaria em mudanças drásticas no trabalho assalariado.

A década de 1980 constituiu um período marcado por retrocessos e instabilidade econômica e social para a América Latina. A crise econômica internacional dos anos 1970 e o endividamento externo conduziram os governos latino-americanos a optarem pelo ajuste estrutural neoliberal, concebendo-o como a saída viável para o crescimento e o pagamento da dívida externa. Frente a esse panorama, a CEPAL deparava-se diante da diversidade de transformações que estavam ocorrendo na América Latina, que compreendiam tanto o plano econômico, como o político – que sofria a erupção da ditadura militar nos países latino-americanos, como no Brasil, na Argentina e no Chile (BIELSCHOWSKY, 1998). Sendo o país sede da CEPAL, o Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet, representou um cenário de impasse à Comissão: economistas, sociólogos e técnicos cepalinos evitaram circular no país. Além disso, a CEPAL enfrentava a antipatia ostensiva da ditadura chilena e argentina, e esse clima desfavorável impôs à mesma uma etapa de “sobrevivência” em tais circunstâncias (Ibid.).

As resistências à CEPAL não se restringiam ao plano político. No âmbito do pensamento econômico, a perspectiva desenvolvimentista perdia força nos governos latino-americanos e caribenhos, envolvidos num clima de incerteza perante os sucessivos impasses

em que enfrentavam, entre os quais, o déficit em conta corrente, refletido pelo desequilíbrio no balanço de pagamentos, a retração do crescimento econômico e, o mais crucial, o peso do endividamento externo. Aprofundado pelos empréstimos feitos pela América Latina para o enfrentamento dos efeitos da escassez das economias no plano mundial, provocada pela crise do petróleo dos anos de 1970, o endividamento externo foi a opção aos países dependentes para assegurar o crescimento pela expansão das exportações e boa parte dos países latino-americanos aproveitou o empréstimo para dar continuidade ao projeto de industrialização, iniciado nos anos de 1950.

De fato, nem mesmo as experiências de crescimento da América Latina – os chamados “trinta anos gloriosos” (1951-1981) e o “auge da economia mundial” que compreendeu o crescimento acelerado das economias no período 1973-1974 –, foram suficientes para a região evitar os efeitos da recessão econômica, pois problemas de diversas ordens mostravam que a América Latina encontrava-se distante de uma transformação econômica e de um processo sustentável de desenvolvimento (VITAGLIANO, 2004).

A dívida externa representou o mais crucial desses problemas. Immanuel Wallerstein (2009), destacando alguns dos aspectos verificados durante a década de 1970, aponta que os aumentos dos preços do petróleo refletiram nos países do Terceiro Mundo e no Bloco Socialista problemas de balanço de pagamentos negativos resultantes do enfraquecimento das suas exportações para os países ricos. Em sua particularidade, a América Latina, dependente do capital externo, temia que a desaceleração das exportações e a crise internacional culminassem na retração dos investimentos internacionais, e na tentativa de amenizar os efeitos negativos da desaceleração dos investimentos, a sua opção frente a crise foi optar pela dívida na tentativa de evitar um impacto brusco que abalasse o crescimento da economia, como mostra Bielschowsky (1998, p. 38):

La reacción de América Latina a la recesión mundial que siguió a la “crisis petrolera” de 1973 fue endeudarse para mantener el crecimiento (acentuando su endeudamiento inicial (o, en algunos casos, endeudarse para estabilizar a economía (sic). Para ello, se valió del voluminoso reciclaje de los petrodólares disponibles para en quien quisiera recibirlos [...]).

O endividamento serviu de engrenagem para a expansão comercial da América Latina e, sobretudo, para o processo de industrialização da região. Ao fazer o balanço do desempenho das economias latino-americanas e caribenhas no período 1950-1984, a CEPAL (1998b) destacava o Brasil e o México como os países que souberam aproveitar o



endividamento externo para dar continuidade ao processo de industrialização<sup>44</sup>. Expandindo suas exportações, o Brasil<sup>45</sup> aprimorou sua infraestrutura energética pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu nos anos oitenta, que foi um dos marcos significativamente importantes para o país, e a expansão da infraestrutura industrial. O México ampliou sua produção de petróleo tornando-se, na década de 1980, um dos principais países exportadores de petróleo do mundo. Equador e Paraguai também cresceram nesse período apoiados nos seus recursos energéticos. Neste último, a construção da usina de Itaipu também impulsionou a elevação de seu dinamismo industrial.

Bielschowsky (1998) assume esta análise da CEPAL e, inclusive, também mostra que enquanto o Brasil, o México e outras nações deram continuidade ao processo de industrialização com base no endividamento externo, diversificando suas exportações, os países do Cone Sul (como a Argentina, Chile e Uruguai), abriram mão desta estratégia e beneficiaram-se dos empréstimos para ampliar o seu comércio exterior e suas finanças ao livre movimento de bens e serviços, trajetória que culminou em “[...] una avalancha importadora de bienes de consumo, abaratados por la acentuada valorización cambiaria derivada del gran endeudamiento” (Ibid., p. 38).

Frente a esse quadro estrutural, a reação da CEPAL foi alertar sobre os excessos de endividamento “[...] em função do perigo de elevação dos juros dos empréstimos, e dos possíveis cenários pouco favoráveis quanto à evolução dos mercados de exportação” (BIELCHOWSKY, 2009, p. 24). Entretanto, as advertências cepalinas não foram o bastante para os países latino-americanos atentarem-se para os perigos da dívida: seu peso foi sentido no fim dos anos de 1980 e, cada vez mais, a América Latina situava-se numa encruzilhada diante do endividamento externo tropeçando numa “[...] creciente inestabilidad macroeconómica que perduraría por mucho más de una década [...]” (BIELCHOWSKY, 1998, p. 40). Immanuel Wallerstein (2009) complementa que se o empréstimo aliviou, temporariamente, a situação dos países latino-americanos, nos anos de 1980 a crise da dívida externa fez cair por terra “[...] o custo de suportar dívidas excessivas para os seus fracos

---

<sup>44</sup> Documento intitulado *Transformación y crisis en América Latina y el Caribe, 1950-1984* (CEPAL, 1998b). Originalmente publicado como: “Secciones 3, 4, 5 y 6 (páginas 19 a 39) del capítulo I “Estilos del desarrollo del capitalismo periférico latino-americano desde la pos-guerra hasta la crisis”, en “Crisis y desarrollo: presente y futuro de América Latina y el Caribe” (LC/L.332(Sem.22/3)), vol. 1, Santiago de Chile, abril de 1985” (CEPAL, 1998a, p. 785).

<sup>45</sup> Conforme a CEPAL (1998b, p. 799): “[...] Brasil, que inició el período con un importante déficit comercial, no utilizó el endeudamiento para fomentar una política liberal de importaciones. Por lo contrario, inició un conjunto de grandes proyectos destinados simultáneamente a sustituir importaciones y a expandir exportaciones. Se trataba de la infraestructura energética e industrial y de la industria de bienes de capital [...]. México realizó, durante el período un gran esfuerzo por expandir su producción de petróleo, la que permitiría transformarse en los años ochenta en uno de los principales exportadores de petróleo del mundo [...]” (Ibid.).

tesouros [...]” (Ibid., p. 62).

Ante a urgência da renegociação da dívida, os governos latino-americanos precisavam de novos investimentos para recuperar o crescimento da região e reorientar os investimentos de seu imponente credor, o capital externo, redefinindo o seu papel no desenvolvimento das economias latino-americanas. Nesse contexto, dois organismos internacionais – o Banco Mundial e o FMI – sobrepondo-se da fragilidade financeira dos governos latino-americanos cumpriram o papel de interventores na reorientação dos investimentos externos. Wallerstein (Ibid.) assinala que retendo os lucros obtidos pela produção de petróleo, a Alemanha e os Estados Unidos, este sob o governo de Ronald Reagan, emprestaram dinheiro para os [...] “desesperados países do Terceiro Mundo e do Bloco Socialista [...]” (Ibid., loc. cit.). Estreitando cada vez mais as relações centro-periferia, esses organismos internacionais impuseram suas condições à América Latina para a renegociação da dívida externa por meio de suas políticas de ajustes de curto prazo, o Plano de Ajustes Estruturais (PAE).

De acordo com Vitagliano (2004), entre as estratégias previstas nesse amplo programa de internacionalização das economias, se previa medidas de curto prazo para incentivar o crescimento econômico como o controle cambial, o aumento dos juros e os ajustes fiscais. Já as estratégias de longo prazo diziam respeito à abertura comercial, a desregulamentação financeira, as privatizações, a substituição do capital público investido pelo capital privado dos bancos, e o incentivo às empresas estrangeiras que buscavam investimentos na América Latina (Ibid.).

Essas políticas estruturais, conhecidas como “dez mandamentos”<sup>46</sup> foram pautas das reuniões que, realizados em Washington no ano de 1989, reuniram representantes do Banco Mundial e do FMI, além de líderes governamentais e da iniciativa privada de vários países como os da América Latina. O chamado Consenso de Washington, uma espécie de lista de pontos, resultado dessas reuniões, estabelecia mudanças e políticas estruturais aos países dependentes, tendo como objetivo a elaboração de um pacote de medidas de curto e longo

---

<sup>46</sup> Pierre Salama (2009, p. 225) descreve os “dez mandamentos” do Consenso de Washington : “1º) uma disciplina fiscal; 2º) uma reorientação das despesas públicas visando a adequar as despesas com a infra-estrutura, a saúde, a educação, centradas nas necessidades de base, e isso em prejuízo de uma intervenção do Estado no setor econômico; 3º) uma reforma fiscal a partir de uma ampliação da estabilidade fiscal e uma baixa dos tributos obrigatórios; 4º) uma liberalização das taxas de juros com o abandono das taxas preferenciais, a fim de eliminar a ‘repressão financeira’ e melhorar a seleção dos investimentos graças a uma alta das taxas de juros; 5º) uma taxa de câmbio competitiva sem que seja claramente indicado se esta deveria ser fixa ou flexível; 6º) a liberalização do comércio exterior graças à baixa drástica dos direitos alfandegários, o fim dos contingenciamentos e o abandono de autorizações administrativas; 7º) a liberalização dos investimentos estrangeiros diretos, o que significa o abandono dos procedimentos administrativos, pesados e custosos, de autorização da remessa dos lucros, dos dividendos e de outros *royalties*; 8º) a privatização das empresas públicas; 9º) o abandono das regulamentações cujo objetivo fosse instituir barreiras à entrada e à saída de capitais, favorecendo os monopólios e diminuindo a mobilidade; 10º) a garantia, enfim, dos direitos de propriedade”.

prazo que objetivavam incluir a América Latina no processo da globalização financeira (Ibid.). A liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais e o corte dos gastos públicos estavam inclusos entre essas medidas emergenciais previstas para a América Latina e o Caribe.

Nessas vertentes, o Consenso de Washington, ao elaborar seus “dez mandamentos”, tinha como objetivo intervir no cenário das economias latino-americanas dos anos 1980 marcado pela asfixia financeira e o crescimento da dívida externa. Como vimos, o projeto de industrialização de muitos países latino-americanos resultou o endividamento externo, refletindo uma realidade inexorável aos escassos recursos financeiros da América Latina. Com exceção dos países do Cone Sul, a industrialização ainda constituía a prioridade em boa parte dos países latino-americanos na corrida pelo endividamento externo, e tal processo contou com a forte interferência do segmento estatal fortalecido com a expansão das empresas públicas (CEPAL, 1998b).

Todavia, os resultados de tal interferência produziram efeitos negativos, que se tornaram o centro das atenções do Consenso de Washington em suas críticas sobre o papel do Estado na economia capitalista. Se a década de 1980 anunciava para as economias dependentes um marco de instabilidade econômica, devida, principalmente, a dívida externa, o Consenso de Washington, em seus diagnósticos sobre o quadro das economias latino-americanas e caribenhas pós-1970, alegou que boa parte desses impasses se devia à intervenção do Estado nos assuntos econômicos, o que teria contribuído para os retrocessos da indústria substitutiva de importações. Segundo Vitagliano (2004, p. 199):

O “Consenso de Washington” partia da conclusão de que o programa de substituição de importações era o grande responsável pelos desequilíbrios nas contas públicas, pela inflação e pelo atraso tecnológico. Assim, propunha a diminuição da intervenção estatal na economia, o controle dos preços e a privatização das empresas estatais para reverter o déficit público e abrir possibilidades para a modernização de setores estratégicos [...].

Essa restrição do Consenso sobre o papel do Estado na economia capitalista já estava incluída nas políticas do PAE recomendadas pelo Banco Mundial e o FMI para a inserção das economias dependentes no comércio internacional nos anos 1980, e sendo estritamente pontuais quanto à participação do Estado na organização econômica, esses organismos internacionais, por meio dos ditames do Consenso de Washington, fizeram várias recomendações para os países latino-americanos se recuperarem da crise econômica na década seguinte. Definindo o Consenso de Washington como “o caminho para a terra

prometida”, Immanuel Wallerstein (2009, p. 62), destaca o descrédito do Consenso em relação ao Estado expresso em suas principais prescrições, que foram acolhidas pelo Banco Mundial e o FMI no plano de ajustes estruturais.

Uma nova definição do caminho para a terra prometida – o chamado Consenso de Washington – inverteu a maioria dos dogmas do desenvolvimentismo. A industrialização por substituição de importações era agora definida como um processo de favorecimentos corrupto; a construção estatal, como alimentando uma burocracia inchada; a ajuda financeira dos países ricos, como dinheiro derramado na sarjeta; e as estruturas paraestatais, como barreiras mortais para uma atividade empresarial lucrativa. Os Estados foram impelidos a adiar gastos com a educação e a saúde. E foi realçado que as empresas públicas, consideradas, por definição, ineficientes, deveriam ser privatizadas o quanto antes. O “mercado”, mais do que o bem-estar da população, agora se tornava a medida de toda a atividade adequada do Estado. O Fundo Monetário Internacional fortaleceu essa visão, tornando os seus empréstimos dependentes do “ajuste estrutural”, o que significa essencialmente seguir as prescrições do Consenso de Washington.

Essa concepção do Consenso de Washington sobre a atuação do Estado na economia é a base dos princípios do neoliberalismo, cujos fundamentos, pelo menos os mais importantes, retomaremos nessa abordagem. Definindo o neoliberalismo enquanto doutrina universal do desenvolvimento econômico, Francisco José Soares Teixeira (1998) coloca que, emergido após a Segunda Guerra Mundial, o neoliberalismo ganhou força significativa na década de 1990, tornando-se um consenso entre os capitalistas por pregar a ideia do mercado ser “[...] a única instância a partir de onde todos os problemas da humanidade podem ser resolvidos [...]” (Ibid., p. 196).

Opondo-se ao modelo de desenvolvimento de Keynes, centrado na intervenção do Estado enquanto principal força estruturadora da economia e do processo de acumulação de capital, o neoliberalismo conferiu à mediação do Estado na economia como fator agravante da sua crise, buscando “[...] atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando tal limitação como uma ameaça letal à liberdade econômica e política (Ibid., p. 195).

Esse ataque frenético representou a “ressurreição” de ideias de economistas liberais clássicos, porém, retomadas de modo radical, como no caso de Milton Friedman (1985). Ícone do neoliberalismo, Friedman (Ibid.) proclama o capitalismo como entidade promotora da liberdade econômica e política dos membros da sociedade, sendo a condição necessária, embora não suficiente, à liberdade individual. Para esse autor, sendo a liberdade dos indivíduos condicionada pela organização política que influi na sociedade, o capitalismo deve

empreender o enfrentamento dessa limitação por meio da sua organização econômica, fundada na empresa privada, pois,

vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro (Ibid., p. 18).

Para Friedman (Ibid.), essa ruptura entre o econômico e o político pressupõe a destituição da autonomia dos governos em fazer políticas econômicas de forma soberana, enfraquecendo o poder de decisão do Estado nos assuntos econômicos. Referindo-se ao papel do Estado na sociedade de livre mercado, Friedman (Ibid., p. 12) aponta que seu dever é “[...] proteger a nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos [...]”.

Portanto, em Friedman (Ibid.), o Estado deveria favorecer as atividades econômicas não inibindo o funcionamento das mesmas e, por sua vez, o neoliberalismo resgata essa ideia alegando que o segmento estatal, não podendo interferir no capitalismo competitivo e na solução dos problemas da sociedade, buscaria impulsionar o mercado competitivo, atribuindo a este a tarefa de resolver problemas sociais de natureza política e econômica. Referindo-se ao Estado na sociedade capitalista, Marx e Engels (2002) observaram que, pelo estabelecimento da indústria moderna e do mercado internacional, a sociedade capitalista conquistou no Estado uma “[...] autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (Ibid., p. 12).

Esse acento dado pelo neoliberalismo à função do Estado na liberação da economia capitalista tornou-se um dos pontos de divergência entre a CEPAL e a ortodoxia dominante do Banco Mundial e do FMI. A ortodoxia desses organismos internacionais andava na contramão da perspectiva desenvolvimentista da CEPAL onde o Estado era elevado ao mecanismo norteador do desenvolvimento econômico, situando, para o segundo plano, a atuação do capital privado.

Mas, a resistência ao “desenvolvimentismo” não só ficou confinada no âmbito da ONU e suas instâncias multilaterais. Como vimos, o endividamento da América Latina nos anos 1970 e a crise econômica da região refletida nos anos 1980 diminuíram o otimismo dos governos latino-americanos quanto a esta forma de pensamento econômico. Enquanto a

CEPAL centrava-se na contraposição aos ajustes estruturais no que tange ao papel do Estado, os governos e as economias da América Latina se adequaram aos ajustes econômicos pela inserção no processo de abertura comercial promulgada pela globalização. Chile, sendo um caso à parte, não representou resistências quanto aos ajustes estruturais, que em 1975 estavam sendo levados a cabo durante a ditadura de Augusto Pinochet. O Brasil, por sua vez, buscou retardar o processo de mudança de abertura negando-se, a princípio, em abrir sua pauta comercial e desregulamentar o fluxo financeiro (VITAGLIANO, 2004). Esse país manteve essa posição até os anos 1990, quando o governo de Fernando Collor, cedendo às pressões do FMI e do Banco Mundial – e do próprio empresariado brasileiro – fez valer as propostas liberalizantes de modernização e de desregulamentação da economia, empreendendo, entre outras ações, a privatização massiva de empresas estatais. Essa privatização massiva sinalizava, na prática, a redução da participação do Estado na organização da economia que, sem intervir no seu funcionamento, cedeu espaço ao capital privado, em grande parte internacional, que assumiu desde então um papel cada vez maior na economia nacional.

Em seu importante texto, Atílio A. Boron (2002)<sup>47</sup> expõe que o “keynesianismo de Prebisch” já perdia força nos países latino-americanos, o que era visível pelo cooptação dos governos à ideia de restringir a atuação do Estado na organização econômica, ideia essa que resistia ao paradigma keynesiano da CEPAL o qual, por meio de Prebisch, insistia na planificação e no papel empresarial do Estado na economia:

A fórmula do desenvolvimento econômico latino-americano desde os anos da Segunda Guerra Mundial conferia ao Estado um papel essencial. Foi Raúl Prebisch quem “reinventou” Keynes na América Latina – em um processo criativo cujos influxos foram sentidos durante quase meio século – e estabeleceu os critérios orientadores dos esforços em prol do desenvolvimento realizados desde então. No entanto, sua insistência na planificação, no papel empresarial do Estado e nas bondades de uma política econômica que regulasse o funcionamento das principais variáveis do sistema caiu em desgraça diante da crise dos anos 70 e do que se convencionou chamar “o retorno da ortodoxia” [...] (Ibid., p. 186-187).

Realmente, o “retorno da ortodoxia”, sinalizado pelos ditames do FMI e do Banco Mundial, colocou à prova certos princípios heterodoxos da CEPAL, como o papel do Estado enquanto *locus* do desenvolvimento econômico e, no plano prático, o enfraquecimento da heterodoxia sinalizou-se pela “perda de audiência” das recomendações cepalinas na América Latina. Conforme Vitagliano (2004, p. 165):

---

<sup>47</sup> BORON, Atílio. A razão extraviada: a crítica neoliberal e o Estado nos capitalismo contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

O problema é que essas idéias da CEPAL, especificamente, sobre o papel inovador do Estado, numa situação de planificação, não tiveram o êxito almejado e as economias latino-americanas (sic!) não conseguiram substituir de forma satisfatória o empresariado na ação histórica do desenvolvimento [...].

Desse modo, os descontentamentos dos governos latino-americanos com o desenvolvimentismo e a necessidade de assegurar a ajuda financeira do Banco Mundial e do FMI, conduziram, a CEPAL, pouco a pouco, a reconsiderar em seus documentos a atuação do Estado na organização econômica. Na vertente dessas reconsiderações, o Estado não só deveria dar apoio ao capital privado, por meio de investimentos em melhorias na estrutura produtiva, como também viabilizar os ajustes estruturais empreendendo o corte nos gastos públicos, estabelecendo políticas para diminuir o déficit público e arrecadar recursos para o pagamento da dívida externa. Nesse panorama, o Estado funcionaria como uma espécie de catalisador do processo de ajuste.

A atuação do Estado, nessa última vertente, ganha assim uma determinada relevância nos apontamentos da CEPAL sobre os ajustes neoliberais. Portanto, conforme Bielschowsky (2009), se o “auge” neoliberal converteu-se como dilema do posicionamento da CEPAL enquanto agência da ONU, pois a Comissão estava diante de dois impasses, a oposição ou a submissão ao neoliberalismo, esta última foi acolhida positivamente pela CEPAL e, aos poucos, a submissão cepalina ao neoliberalismo se converte numa “agenda positiva” que compreende propostas de políticas alternativas neoliberais adequadas à realidade econômica e social da América Latina (Ibid.). O que era expressível pela natureza das propostas cepalinas sobre as transformações nas economias latino-americanas e caribenhas, em especial, as que compreendem o trabalho assalariado.

Mudanças no mercado de trabalho não estavam descartadas pela CEPAL. É o que indicavam as propostas cepalinas cujos apontamentos defendiam as políticas alternativas ao neoliberalismo como os caminhos “adequados” à realidade econômica e social da América Latina (Ibid.). Uma dessas agendas positivas foi formulada pela CEPAL em seu documento *Políticas de ajuste y renegociación de la deuda externa*, apresentado no ano de 1984 (CEPAL, 1998c). Ali, a Comissão prescreveu medidas para o enfrentamento da crise e para o pagamento da dívida externa que previam mudanças para o setor público e privado que afetariam substancialmente o trabalho assalariado.

Em prol de um ajuste eficiente, cujos objetivos seriam “[...] reducir el desequilibrio externo y mantener o incrementar los niveles de producción y empleo [...]” (Ibid., p. 741), a

CEPAL assinalava que os investimentos internacionais, permanecendo como impulsionadores do crescimento das exportações latino-americanas, exigiam por meio dos ajustes mudanças em vários setores da economia, como as relações de trabalho, mudanças estas que deveriam ser empreendidas pelo Estado para promover o aproveitamento e a ampliação da capacidade produtiva latino-americana.

[...] un ajuste positivo y perdurable exige, en último término, cambios en las estructuras de la producción y del empleo en el sentido de incrementar la dimensión absoluta y la participación relativa de las exportaciones y de los sustitutos de importaciones. En el corto plazo, esa mayor producción debe lograrse básicamente mediante un uso más intenso de la capacidad instalada de las actividades productoras de bienes transables, la cual en la actualidad se encuentra fuertemente subutilizada en muchos países de la región. A mediano plazo, no obstante, la reasignación de recursos que necesariamente implica el proceso de ajuste exige ampliar la capacidad productiva en dichas actividades [...] (Ibid., p. 740).

A ampliação da capacidade produtiva envolvia trabalhadores dos setores públicos e privados. Quanto aos primeiros, a CEPAL (Ibid.) propôs, para que a América Latina desse continuidade à expansão das exportações sem perder de vista a necessidade do corte dos gastos públicos para o enfrentamento da crise, a adoção de políticas econômicas internas como a redução salarial dos trabalhadores da administração estatal, o que, segundo a Comissão, incidiria significativamente para a consolidação de um ajuste menos custoso e “socialmente equitativo”:

Con todo, en la mayoría de los casos, para disminuir significativamente el déficit del sector público sería preciso reducir los egresos corrientes, y evidentemente esta reducción tendría que ser mayor en la medida en que se procurara mantener la inversión o, por lo menos, no cortarla abruptamente. Esto plantea difíciles problemas de tipo político. En efecto, en la mayoría de los países el principal componente de los gastos corrientes es el de las remuneraciones. Por ende, en la medida que fuera preciso reducir los desembolsos globales del gobierno y se tratara de mantener, al mismo tiempo, el nivel de inversión pública, se necesitaría muy probablemente rebajar las remuneraciones del sector público. Para que ello no afectare directamente a la ocupación, sería a su vez indispensable disminuir en alguna medida los salarios pagados en la administración pública y en las empresas estatales. Aunque difícil desde un punto de vista político, es probable que esta decisión sea preferible, en muchos casos, a su alternativa: el recorte de la ocupación en el sector público [...] (Ibid., p. 742-743).

No entanto, é importante frisar que manter o nível de emprego não era necessariamente a garantia dos ajustes estruturais, pois por meio das políticas internas, os ajustes deveriam



“[...] reducir, hasta donde sea *posible*, sus efectos negativos sobre la producción y el empleo” (Ibid., p. 740, grifo nosso). Certamente, frente a essa condicionalidade, a CEPAL achava cabível a redução salarial ao invés do desemprego, embora, também, não descartasse as demissões no setor público:

Por cierto, las ventajas relativas de reducir los salarios o de disminuir el empleo en el sector público dependen de las circunstancias imperantes en cada país. Así, si la tasa de desocupación global es relativamente baja, si en el sector público hay un número considerable de trabajadores redundantes y los salarios medios pagados en él son muy bajos, puede resultar preferible disminuir el gasto de remuneraciones del gobierno mediante la reducción del número de funcionarios y no de la baja de sus salarios [...] (Ibid., p. 743).

Na realidade, as demissões em massa revelaram-se como tendências presentes nas empresas estatais, principalmente nas que sofreram o processo de privatização. Em seu recente ensaio, Ricardo Antunes (2011) lembra muito bem que esse ajuste, o “receituário neoliberal” em suas palavras, empreendeu a política agressiva de privatização da esfera produtiva estatal, como ocorreu nos setores da siderurgia, telecomunicações, bancário, citando alguns dos segmentos da economia que foram mais afetados. Com esses exemplos das ondas sucessivas de privatizações na administração pública, não fica difícil concluir que, além da deterioração salarial, os trabalhadores não escaparam do desemprego que, com o passar do tempo, alcançou amplas proporções.

Portanto, para a CEPAL (1998c), não somente o rebaixamento salarial, mas a perda da estabilidade no emprego eram tidos como meios lícitos de estimular a competitividade capitalista na América Latina por meio das demissões do setor público. Essas demissões sinalizavam uma das inconveniências das reformas neoliberais: a reestruturação produtiva.

Ao sublinhar os retrocessos da reestruturação produtiva sobre o trabalho assalariado, José Henrique de Faria (2007, p. 213) expressa a ideia da dimensão das suas contradições sobre a sociedade.

A reestruturação produtiva, em termos de seus impactos sobre as unidades de trabalho, isoladas ou em seu conjunto, ou seja, como elos de uma cadeia produtiva ou como rede do complexo de produção, afeta as ocupações tradicionais, o conhecimento de ofício, a organização, o processo e as condições de trabalho. Nos dois primeiros casos, o impacto maior se dá sobre o nível de emprego, o qual depende, em linhas gerais, da forma de desenvolvimento das forças produtivas e de políticas macroeconômicas de governos, de maneira que o desalojamento de ocupações e a diminuição de postos de trabalho podem vir a ser compensados com a criação de novas ocupações e postos, desde que a evolução das referidas forças produtivas e as ações políticas apontem nesta direção.

No sentido dessa compensação, a colocação dos trabalhadores em empregos “emergenciais” decorrente das necessidades das próprias empresas estatais em seus programas de obras públicas e habitação aparece na CEPAL como a saída provisória para evitar o “alto custo econômico e social” do desemprego em massa aos trabalhadores assalariados latino-americanos:

[...] El corte abrupto de los programas de obras públicas y vivienda – decisión que con frecuencia es de una de las primeras en adoptarse en los programas encaminados a reducir el déficit fiscal – producen muy pocos beneficios desde el punto de vista del ajuste, ya que apenas reduce las importaciones [de maquinaria e equipamientos], pero tiene un alto costo económico y social, pues deja sin empleo a numerosos trabajadores que difícilmente pueden encontrar ocupación a corto plazo en las actividades de exportación o de sustitución de importaciones. De allí la conveniencia de mantener inicialmente el gasto en construcción y de *irlo reduciendo sólo gradualmente*, a medida que empiecen a surtir sus efectos las decisiones adoptadas, en materia cambiaría y arancelaria, con miras a elevar los niveles de actividad y empleo de los sectores productores de bienes transables (CEPAL, 1998c, p. 741, grifo nosso).

Essa redução gradual dos gastos estatais em construção implica, em longo prazo, o enxugamento dos postos de trabalho. Tal enxugamento no setor público é outro dos indicativos da reestruturação produtiva refletido pela privatização das estatais e seus impactos sobre o trabalho assalariado, como a instabilidade no emprego e o estabelecimento de contratos temporários de trabalho, em outras palavras, a precarização laboral. Entretanto, essas não foram as únicas medidas previstas: se no setor público a deterioração salarial e o trabalho temporário eram as alternativas para conter as demissões, para a CEPAL os ajustes nos salários dos futuros trabalhadores são definidos como as atitudes positivas do Estado frente à política neoliberal para impulsionar o emprego sendo, portanto, a condição essencial para efetivar as contratações:

A fin de facilitar un proceso de estabilización que evite el peligro de recesión, la política de ingresos debe asimismo tratar de establecer ciertos principios generales en materia de ajustes de salarios, tomando en cuenta que los salarios son a la vez un elemento de demanda y un elemento de costo. Cuando los salarios suben, pero están aún por debajo de su nivel de equilibrio, suele primar el efecto de demanda: su aumento promueve la producción y, por ende, el empleo, en mayor medida que lo que el mayor costo salarial desincentiva a este último. De ahí que en tales coyunturas los salarios reales pueden subir sin perjudicar el empleo ni presionar mayormente sobre los precios [...]. En cambio, cuando los salarios reales están ya en torno a su valor de equilibrio predomina el efecto de costo y su alza tiende a desincentivar la contratación de mano de obra y la producción (Ibid., p. 751).

Diante dessa assertiva da CEPAL convém lembrar que pela oferta de força de trabalho “barata”, a América Latina torna-se um terreno atrativo para os investimentos externos capitalistas. Em David Ricardo (1985), já verificamos que os salários são estimulados conforme a quantidade de trabalhadores ativos que se encontram disponíveis no mercado de trabalho, e no caso da América Latina, onde a população é abundante, o trabalho, não sendo o fator escasso, torna-se barato a ponto de não permitir ao trabalhador assegurar sequer a sua condição de subsistência. O que, inclusive, é agravado pela situação de dependência apontada por Marini (2008a), quando este, analisando o processo de industrialização da América Latina nas décadas 1950-1960, ponderou que o crescimento da produtividade do trabalho nessa região não está atrelado ao aumento do consumo dos trabalhadores que produzem, e sim para aumentar as exportações latino-americanas em bens primários, bem como abastecer o mercado interno com produtos industrializados, destinados aos segmentos sociais abastados.

Se a redução salarial poderia ser concebida como um dos ajustes “eficientes e socialmente equitativos” para os países latino-americanos, a CEPAL em sua adequação às reformas neoliberais, não levou em consideração os resultados negativos dos programas de ajustes manifestados na América Latina nos anos 1980. A esse respeito, Atílio Boron (2002) argumenta que as consequências dos “ensaios ortodoxos” dos organismos internacionais foram calamitosos do ponto de vista social. Vendo como preocupante a implantação dos programas de ajustes sobre a regulação dos salários, o autor, com base no estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), avalia a evolução dos salários reais na América Latina após o emprego dos ajustes estruturais, apontando que entre os anos 1982-1986 “[...] as taxas anuais de crescimento dos salários reais na década de 70 foram de -1,8% para a Bolívia, 2,2% para o México, -2,8% para o Peru, -5,3% para o Uruguai e -0,5% para a Venezuela [...]” (Ibid., p. 194). A partir desses dados, esse autor verifica que durante os anos 1980, as políticas de ajuste do FMI “[...] recortou substancialmente a renda dos trabalhadores e dos grupos mais pobres da população [...]” (Ibid., loc. cit.).

Diante desses indicativos, surge a dúvida: até que ponto a inserção dos trabalhadores no emprego pode empreender a justiça e a igualdade social? Os apontamentos de Boron (Ibid.) sugerem que os benefícios do pleno emprego, por esse ser assentado no rebaixamento salarial, têm seus limites. Esse autor é enfático ao alegar que ao lado da degradação salarial, a distribuição de renda confirmou seu aspecto regressivo na América Latina “[...] cuja vigência acentuou-se consideravelmente a partir da crise da dívida e da implementação de duríssimos ‘programas de ajustes’ [...]” (Ibid., loc. cit.).

Convém assinalar que pela sua própria natureza, os ajustes estruturais propostos pela

CEPAL revelam sua face oculta por meio da reestruturação produtiva que, ao longo dos anos 1990, e na contemporaneidade, tem operado impactos nefastos para o trabalho assalariado na América Latina. De acordo com Ricardo Antunes (2011), o receituário neoliberal dos ajustes, baseado no Consenso de Washington, trouxe profundas consequências para o mundo do trabalho, a mais crucial delas, a reestruturação produtiva que, desenvolvida em escala mundial nos anos de 1970, redefiniu o papel da América Latina frente à nova divisão internacional do trabalho<sup>48</sup>, revelando-se como tendência essencialmente regressiva imposta pelo capital.

Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses (Ibid., p. 39).

Tratando-se, portanto, de um processo amplo, a reestruturação produtiva está associada à difusão internacional das formas flexíveis de gestão da produção e do trabalho verificada nas empresas a partir da crise econômica dos anos de 1970. Sendo ainda uma temática de destaque nos debates e nas análises sobre o capitalismo contemporâneo, a reestruturação produtiva pode ser compreendida como um movimento geral cuja tendência é perfazer um “círculo vicioso”, onde a aplicação das novas técnicas de extração de mais-valia pelas empresas em caráter global é condicionada e até mesmo incentivada por meio de uma combinação perversa entre: de um lado, a flexibilização de leis protetoras dos direitos trabalhistas; e, de outro, a pressão imposta à sociedade como um todo por políticas recessivas e ajustes financeiros pelos governos periféricos, quase sempre atrelados à abertura comercial e planos de estabilização monetária mantidos a todo custo.

Nesse sentido, a CEPAL é um exemplo interessante dentre as instituições que tentaram fazer valer nas sociedades latino-americanas os ajustes recessivos, pois, embora em um primeiro momento ela tenha se mostrado “crítica” aos ajustes, como a destituição da interferência do Estado nas decisões da economia, suas próprias propostas acabaram por

---

<sup>48</sup> Márcio Pochmann (2004) compreende por nova divisão internacional do trabalho a assimetria que se estabelece entre as nações ricas e as pobres no século XX. Esse autor apresenta três fases da divisão internacional do trabalho que marcaram diferentes fases da história do capitalismo: i) a Revolução Industrial e Tecnológica que, ocorrida na Inglaterra entre 1780-1820 até as primeiras décadas do século XX, caracterizou a primeira divisão internacional do trabalho; a segunda surgiu com a ascensão dos Estados Unidos como principal economia do centro capitalista após a Segunda Guerra Mundial; e, por fim, a partir da década de 1970, a reestruturação empresarial pela “nova” Revolução Tecnológica caracterizou a terceira etapa da divisão internacional do trabalho que, pela intensificação da concorrência intercapitalista culminou na “[...] maior concentração e centralização do capital, seja nos setores produtivos, seja no setor bancário e financeiro, o que concede maior importância ao papel das grandes corporações transnacionais [...]” (Ibid., p. 30-31).

revelar, substancialmente, sua adesão às políticas estruturais do Banco Mundial e do FMI, como a redução dos custos do Estado e a flexibilização laboral. Como lembra Sérgio Bitar (1988, p. 49, apud VITAGLIANO, 2004, p. 192), entre as prescrições dos organismos internacionais, como o Consenso de Washington e o Banco Mundial, no contexto dos planos de ajustes, incluíam “[...] el levantamiento de las regulaciones sobre los precios, la apertura financiera y del comercio exterior y la liberalización de los regímenes laborales [...]”. Cabe lembrar que a desregulamentação das leis trabalhistas situava-se entre as orientações do Consenso de Washington para os países latino-americanos e, desse modo, as transformações no nível do emprego, sugeridas pela CEPAL (CEPAL, 1998c), evidenciam que suas ideias não só aderiram aos ajustes neoliberais, como revelavam complacência com a reestruturação produtiva.

Afinal, contando com o auxílio dos próprios Estados, a CEPAL não só sugeria a retração das políticas sociais, como a precarização nos contratos e formas de uso de força de trabalho, a deterioração salarial e até mesmo a elevação (ou manutenção crônica) do desemprego, conforme as prescrições cepalinas sobre o corte dos gastos públicos que previam a redução do número de trabalhadores no funcionalismo público. Sob as circunstâncias dos ajustes neoliberais, a reestruturação produtiva é aceita pela CEPAL como a alternativa para a América Latina alcançar um desenvolvimento econômico satisfatório respaldado no crescimento das exportações, transformação indispensável para assegurar a sua participação no intercâmbio comercial em meio à internacionalização das economias.

Para que isso ocorresse, a expansão das exportações latino-americanas deveria continuar e, por tal motivo, a industrialização reaparece no pensamento cepalino como o segmento da economia que, mais uma vez, requeria mudanças na sua capacidade produtiva, especialmente nas indústrias exportadoras. Apesar dos seus esforços em matéria de industrialização, a participação da América Latina no intercâmbio internacional ainda é dependente das exportações de bens primários aos países centrais, pelo menos essa foi a constatação de Fernando Fajnzylber personagem que deu continuidade à tarefa de Prebisch em atribuir à industrialização o papel central nos debates cepalinos acerca do desenvolvimento latino-americano.

Nascido no Chile em 1940, Fernando Fajnzylber era engenheiro civil industrial dotado de um currículo estimável. Iniciou seu trabalho na CEPAL na década de 1970, como funcionário das Nações Unidas. Por conta das ditaduras, Fajnzylber foi viver no México, retornando ao Chile nos anos 1980, sendo acolhido pelo secretário executivo Gert Rosenthal que, assumindo a CEPAL em 1988, sucedeu Norberto González.

Fajnzylber ocupou o cargo de diretor da Divisão Conjunta CEPAL/ONUDI de Indústria e Tecnologia, exercendo influência de peso no neoestruturalismo cepalino e nos debates sobre as possibilidades da América Latina de seguir novas estratégias de desenvolvimento, como a transformação das suas estruturas produtivas, temática que abordaremos mais adiante, e que era colocada como horizonte para os países latino-americanos diante dos desafios que estavam sendo postos nas economias internacionais sob o patamar da globalização. Segundo Bielschowsky (2010a, p. 29), durante a permanência de Gert Rosenthal, a CEPAL “[...] adoptó las contribuciones de Fajnzylber como base para el diseño de una nueva estrategia de desarrollo productivo, social y de inserción internacional”.

O ensaio *Industrialización en América Latina: de la “caja negra al casillero vacío”* (FAJNZYLBBER, 1998)<sup>49</sup>, sendo um dos últimos trabalhos de Fajnzylber na CEPAL antes da sua morte, em 1991, foi uma das importantes contribuições deste engenheiro na CEPAL que acirrou os debates sobre a industrialização latino-americana nos anos de 1990. Nesse documento, Fajnzylber (Ibid.), partindo do estudo comparado de diferentes países latino-americanos, avaliou o desempenho industrial verificado ali entre os anos 1970-1984, concluindo que a inserção da América Latina no intercâmbio internacional era baseada quase exclusivamente “[...] en un superávit comercial generado en los recursos naturales, la agricultura, la energía y la minería y déficit comercial sistemático en el sector manufacturero (con la excepción a partir de 1982 de Brasil [...])” (Ibid., p. 824). Segundo Fajnzylber (Ibid.), o Brasil foi o único país que alcançou um superávit comercial no setor manufatureiro, elevando em 54% suas exportações aos Estados Unidos, enquanto que a América Latina, em seu conjunto, registrou apenas 7% de aumento nas suas exportações.

Com base nisso, ao esboçar o panorama geral desse quadro da industrialização da América Latina, Fajnzylber (Ibid., p. 824-825) afirmou que:

Después de más de 40 años de industrialización y habiendo tomado temprana conciencia de la tendencia de la relación de precios del intercambio para los recursos naturales [...] respecto de las manufacturas, se advierte que todos los países de la región, sin excepción hasta 1982, presentaban un saldo comercial positivo sólo en la agricultura, la energía, o la minería, según los casos y un déficit en el sector manufacturero. A partir de 1982, Brasil registra un superávit en el sector manufacturero pero los demás países siguen en la misma situación anterior [...].

---

<sup>49</sup> Documento originalmente publicado como: “Capítulos I (páginas 11 a 33) y VII (páginas 165 a 167), en serie Cuadernos de la CEPAL, no. 60 (LC/G.1534/Rev.1-P), Santiago de Chile, 1990. Publicación de las Naciones Unidas, no. de venta: 89.II.G.5” (CEPAL, 1998a, p. 817).

De acordo com o que foi colocado anteriormente, nem todos os países da América Latina optaram em dar continuidade à industrialização, como a Argentina, o Chile e o Uruguai que estavam sobre o poderio implacável da ditadura militar. Essa estratégia adotada pelos países do Cone Sul influenciou no desempenho tímido da atividade industrial da América Latina que, segundo Fajnzylber (Ibid., p. 827), apesar das particularidades de cada país latino-americano, “[...] en todos ellos las exportaciones industriales representan un porcentaje bajo de la producción industrial [...]”.

Respaldada em tal cenário, a CEPAL alegava que para elevar o crescimento das atividades exportadoras industriais que, no período 1970-1984 adquiriu um débil crescimento, o Estado, através dos programas de incentivo às exportações, deveria empreender um maior impulso ao aumento da produção. Para tanto, o segmento estatal contribuiria para promover a elevação do número de jornadas na indústria, sendo essa medida contemplada entre as possibilidades de elevar a produtividade e, ao mesmo tempo, impulsionar a atividade econômica e a expansão do emprego na América Latina:

La importancia de esta última opción [a elevação do número de jornadas] es muy grande, en especial en el corto plazo, pues en la medida en que los aumentos de la producción y el empleo tengan que depender de nuevas inversiones, serán necesariamente lentos. Sin embargo, dado el amplio y generalizado margen de subutilización de la capacidad productiva que se da en la actualidad en muchas economías latinoamericanas, es posible incrementar con rapidez tanto la producción como el empleo mediante un uso más intensivo del capital existente, y una manera expedita de lograrlo es incrementar el número de turnos [...] (CEPAL, 1998c, p. 744-745).

Para a CEPAL (Ibid.), o aumento da quantidade de turnos trabalhados na indústria resolveria a contração da atividade industrial. Respaldada nos estudos empíricos sobre o número de jornadas de trabalho verificados no Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Peru e Venezuela, antes da crise dos anos de 1970, a CEPAL conclui que o baixo número de jornadas trabalhadas é a causa da aguda contração na produção industrial desses países. Assim, o aumento do número de turnos trabalhados na indústria, sendo incentivada pelo Estado, é a possibilidade para aproveitar a “[...] potencialidad para elevar significativamente el empleo productivo, y lo que es más importante, para hacerlo con un muy bajo costo en términos de inversiones [...]” (Ibid., p.745).

Já sabemos que com a menção ao baixo custo, a CEPAL (Ibid.) lança mão de propostas de pauperização salarial, que do seu ponto de vista é o caminho para assegurar uma “melhor justiça social”. Com relação a este último aspecto, podemos acolher a hipótese de que, se diante da renegociação da dívida externa pelos ajustes estruturais, a CEPAL,

insistindo na urgência de a América Latina expandir suas exportações, colocava em jogo a ampliação da capacidade produtiva da força de trabalho, certamente, tal ampliação não se orienta, precisamente, na reversão das desigualdades sociais e sim ao pagamento da dívida externa pela arrecadação de recursos adquiridos na atividade exportadora. Em outras palavras, para assegurar os investimentos do capital externo e renegociar a dívida, a América Latina deveria elevar suas exportações e, para tanto, era preciso a ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores, sob as condições já referenciadas.

Theotônio dos Santos (2000, p. 109), referindo-se à ofensiva neoliberal na América Latina nos anos 1980, pondera que a região era exportadora de excedentes e de poupança:

A geração deste excedente cada vez maior, que não se converte em investimento interno e sim se destina ao pagamento de juros e outros tributos coloniais, obrigou a um aumento da distribuição negativa da renda. Para gerá-lo foi necessário um rebaixamento brutal dos níveis salariais e da participação dos salários nas rendas nacionais. Portanto, também aumentaram a marginalização social, a pobreza e, de forma mais drástica, a indigência do Terceiro Mundo e na América Latina.

Seria cômico se não fosse trágico. O custo da “lápide” da dívida externa esvaziou os “bolsos” dos trabalhadores latino-americanos que enfrentaram o arrocho salarial ou, a pior das hipóteses, o desemprego.

Atílio Boron (2002) faz um levantamento sobre o impacto da dívida externa na América Latina ponderando a abundância de recursos que a região transferiu ao centro. De acordo com o autor, a América Latina “[...] transferiu para os centros a incrível quantidade de 203 bilhões de dólares entre 1982-1989 [...] (Ibid., p. 198)” que, segundo o autor, “[...] se tivesse sido aplicado em programas de desenvolvimento econômico e social teria melhorado substancialmente nossa condição atual [...]” (Ibid., loc. cit). O que podemos constatar com Atílio Boron é que a dívida externa serviu de engrenagem para os esforços empreendidos em matéria de ampliação das exportações e da capacidade produtiva. Para pagá-la, a América Latina precisou produzir cada vez mais, às custas do sacrifício dos trabalhadores assalariados, sob o desemprego e a redução salarial. E essa ideia já se confirmava nos argumentos cepalinos nos anos de 1984, os quais se moldavam aos ajustes neoliberais, dando-lhes um verniz, para adquirirem a aparência de favoráveis e socialmente equitativos.

Nessas circunstâncias, seria possível sustentar a ideia de uma expansão da capacidade exportadora da América Latina pelo estímulo do pleno emprego? Isso, porventura, resolveria os problemas da desigualdade social? Para responder estas questões, temos de levar em conta um aspecto crucial: a superexploração do trabalho. Retomando a abordagem crítica de um dos



principais pensadores da teoria da dependência em sua vertente marxista, Ruy Mauro Marini (2008a; 2008c), as condições para a superexploração do trabalho vigentes na América Latina se dão pela negação ao trabalhador pelo acesso aos bens básicos que, produzidos pela sociedade, asseguram a sua sobrevivência, permitindo recompor o desgaste da sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, a superexploração consubstancia-se pela intensificação da força de trabalho que, empreendida pelo aumento da produtividade não implica a elevação na remuneração do trabalhador.

Se num tom de desdém os intelectuais cepalinos, como Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978), definiram a superexploração como a “lógica de ferro”, a encarando como a explicação inadequada, a CEPAL, em prol da flexibilização e da pauperização laboral, confirma a existência concreta desse mecanismo por excelência do capitalismo periférico, já que mais uma vez, a necessidade de produzir ainda mais para o centro se impôs para garantir o intercâmbio internacional e, por fim, o pagamento da dívida externa ao seu credor - o FMI e o Banco Mundial. E essa necessidade dificilmente cessará, pois mesmo com as exportações, a dívida latino-americana não deixou de crescer, como podemos confirmar em Atílio Boron (2002, p. 195-196), que a define como uma verdadeira lápide para os esforços de todas as gerações latino-americanas:

[...] Se considerarmos a relação entre a dívida externa e as exportações de bens comprovamos que – apesar da interrupção dos empréstimos dos bancos credores a partir de 1982, os severos programas de ajuste fiscal e o enorme esforço exportador realizado por vários governos da região – não há um único país onde a dívida externa tenha deixado de crescer muito acima das exportações. Inclusive no caso brasileiro, sem dúvida sobressalente pela agressividade de sua ofensiva exportadora [...]. Em resumo: nossos países devem quase tanto o que produzem em um ano e vastos segmentos da América Latina – não somente os setores de menores ingressos, mas a antiga pequena burguesia e as outrora florescentes camadas médias de profissionais e técnicos – se encontram em um processo de crescente pauperização. Neste continente o problema já não é a pobreza, mas a pobreza extrema [...].

Frente a uma concepção de desenvolvimento econômico fundamentalmente neoliberal, o que podemos averiguar é que a transformação da realidade social latino-americana não constitui, precisamente, o foco das prioridades da CEPAL, haja vista que a sua acomodação positiva a favor do esfacelamento do bem estar social dos trabalhadores revelou a especificidade dos seus próprios ajustes estruturais previstos para a América Latina. Diante disso, urge perguntarmos: quais são as perspectivas contemporâneas da CEPAL para o trabalho assalariado? É o que tentaremos compreender recorrendo às propostas ulteriores da

Comissão para o desenvolvimento da América Latina.

#### **4 A relação capital-trabalho na economia dependente: a produtividade é a saída para reverter a vulnerabilidade social?**

Nesta última parte, esboçaremos a ideia cepalina do trabalho o como eixo da transformação produtiva e pilar da coesão social na América Latina, que pressupõe a capacitação dos trabalhadores como um requisito fundamental para a competitividade capitalista e, ao mesmo tempo, meio de viabilizar a justiça social nos países latino-americanos e caribenhos<sup>50</sup>.

Fundamentada nesse horizonte, a CEPAL defende que uma das condições para a economia tornar-se competitiva no mercado internacional é elevar a produtividade dos trabalhadores pela adaptação dos mesmos aos padrões de eficiência vigentes no mundo, sob a atual reestruturação produtiva. Na concepção cepalina, uma economia competitiva não só deve ampliar sua participação no intercâmbio comercial, como viabilizar uma melhor inserção da população nos benefícios do crescimento econômico como o acesso à renda e ao emprego. Desse modo, a competitividade, na visão cepalina, implica o inter cruzamento entre os aspectos econômicos e sociais, em que a empresa capitalista deve promover a inclusão dos trabalhadores nas suas atividades produtivas, cabendo a estes acompanharem as tendências e transformações ocorridas na economia capitalista.

Ao conceber o trabalho como pilar da coesão social, a CEPAL parte do princípio de que a competitividade do capital e o assalariamento do trabalho podem, reciprocamente, empreender transformações favorecedoras à população latino-americana e caribenha, como a redução da pobreza e uma distribuição de renda mais “equitativa”. Partindo dessa relação inusitada de “mutualidade”, nossa reflexão se processará problematizando duas vertentes, que articuladas, convergem para a relação capital-trabalho no capitalismo contemporâneo: i) a qualificação do trabalho enquanto requisito para elevar a produtividade e, por fim, a competitividade; ii) o capitalismo competitivo enquanto *locus* para dirimir a pobreza e a vulnerabilidade social na América Latina e no Caribe. A partir dessas duas vertentes, propomos debater uma questão, de natureza simples, que é o referencial para a contraposição às abordagens cepalinas recentes sobre o trabalho: dada a lógica da produtividade e da

---

<sup>50</sup> A capacitação para o trabalho envolve três grupos de trabalhadores: i) a dos jovens que buscam o ingresso no primeiro emprego; ii) a dos trabalhadores ativos no mercado de trabalho; iii) e a dos trabalhadores que se encontram desempregados ou na informalidade. Contemplaremos os dois últimos grupos, dada a ênfase da CEPAL em torno de tais segmentos.

competitividade no capitalismo dependente, que se perfila sob o eixo da reestruturação produtiva, a subsunção do trabalho ao capital, nos últimos tempos, tem se orientado a dirimir as desigualdades sociais?

Esse esforço analítico se conduz ao cumprimento de um objetivo primordial: desmistificar a produtividade do trabalho no capitalismo da atualidade enquanto condição inerente para intervir na redução da pobreza e da vulnerabilidade social nos países latino-americanos e caribenhos. Frente a esse pressuposto difundido pela CEPAL em seus documentos recentes, resgataremos as contribuições de diferentes autores cujos apontamentos mostram que o capitalismo competitivo, por via da reestruturação produtiva, implicou resultados decisivamente regressivos sobre as condições de vida dos trabalhadores assalariados. Nessas condições, reforçaremos a hipótese da reestruturação produtiva enquanto a nova dimensão da superexploração do trabalho na América Latina, em sua articulação à elevação da produtividade do trabalhador sob a moldura da competitividade capitalista.

A CEPAL, na tentativa de recuperar a atenção dos governos latino-americanos e caribenhos, inicia os anos 1990 a sua etapa neoestruturalista, o que coincidiu com o auge da globalização das economias. Tendo à frente Fernando Fajnzylber, a Comissão apresenta nessa década sua nova proposta de desenvolvimento econômico e social para os países latino-americanos e caribenhos: *Transformación Productiva con Equidad (TPE)*.

Sendo o carro-chefe do neoestruturalismo na década de noventa, o documento *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*<sup>51</sup> (CEPAL, 1990), formulado por Fernando Fajnzylber<sup>52</sup> e Gert Rosenthal, presidente da CEPAL na época, é uma das mais importantes “agendas positivas” cepalinas para a América Latina, que adaptadas às particularidades dos países latino-americanos e caribenhos, propunham transformações em diferentes segmentos

---

<sup>51</sup> A TPE apresenta uma antologia de propostas que se destinam a diferentes âmbitos: macroeconômico, política fiscal, política comercial e cambiária, política industrial (financiamento e apoio a pequena e a média empresa), criação de empresas, articulação intersetorial, recursos naturais e articulação produtiva, serviços básicos de apoio e articulação produtiva, sistemas financeiros, interação entre agentes público e privado, reestruturação do setor público, integração econômica. Além dessa multiplicidade setorial, há orientações quanto a política tecnológica e a formação de recursos humanos.

<sup>52</sup> Segundo Bielschowsky (2010a, p. 29), Fajnzylber elaborou sete ideias-força que se converteram como suas importantes contribuições na CEPAL servindo como embasamento da ideia da transformação das estruturas produtivas: “[...] 1) la equidad se considera necesaria para mejorar la competitividad; 2) el progreso técnico es fundamental para incrementar la productividad y la competitividad; 3) se distingue la competitividad auténtica de la espuria: la auténtica surge de la aplicación constante y creciente del progreso técnico, la calificación del capital humano y la equidad, mientras que la espuria se basa en ventajas cambiarias, salariales y de recursos naturales; 4) la industria es vital para el progreso técnico pero debe articularse con los demás sectores [...]; 5) se propone una concertación social amplia para la innovación y el progreso técnico; 6) se considera clave el papel de las instituciones; y 7) se valora la democracia como marco para concretar la transformación productiva y social”.

da economia, entre eles, a atividade industrial e, por fim, a força de trabalho, a fim de preparar a região à abertura comercial promulgada pela globalização<sup>53</sup>.

A globalização confirmou o intercâmbio internacional das nações do mundo como traço inerente do capitalismo, e embora tenha explodido nos anos 1990 esse fenômeno não era uma novidade na formação da economia mundial. De acordo com Theotônio dos Santos (1999, p. 33), na expansão marítima europeia no século XVI já presidiam os esforços em vincular os vários “universos” econômicos regionais “[...] num mercado mundial que irá se consolidar no século XIX, sob a hegemonia da Inglaterra industrial-capitalista”. Pautados nesse cenário que faz parte da história do capitalismo, bem como da formação econômica dos países, Marx e Engels (2002, p. 14) aludiam à globalização das economias como a tendência da expansão do capitalismo, que pela necessidade da ampliação constante do mercado “[...] precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares”.

Essa hipótese de Marx e Engels adquire forma com a acentuação do intercâmbio comercial que ganha força no século XX. Ao fazer o balanço das inter-relações comerciais estabelecidas entre as economias capitalistas, Anita Kon (1997, p. 62) explica que a internacionalização econômica no século XVI caracterizada pelo intercâmbio de mercadorias se intensificou no século XIX “[...] passando da esfera da circulação de mercadorias para a da produção, com o desenvolvimento da indústria na Europa e o processo extremamente rápido de concentração da produção [...]”.

Outros aspectos também foram decisivos para dar novos contornos à mundialização do capitalismo sob a égide da globalização firmada no século XX. A internacionalização do capital financeiro, resultante do excedente de capital dos bancos enquanto monopólios de dinheiro e de meios de produção deu apoio às empresas no processo produtivo em vários países (Ibid.). Essa participação dos bancos impulsionou a entrada de empresas transnacionais em várias economias, como nas latino-americanas, onde consolidaram a privatização de setores públicos, como o bancário, e a desregulamentação do uso de recursos naturais, como veremos adiante ao abordarmos sobre a desnacionalização de empresas estatais vinculadas à

---

<sup>53</sup> Carlos Eduardo Martins (2011, p. 113) chama a atenção para o significado de globalização. Conforme esse autor, a globalização geralmente tem sido entendida como “[...] uma nova era controlada pelo capital, na qual se afirma um sistema produtivo global dirigido pelo capital financeiro [...]; pode significar a etapa avançada de uma longa continuidade de desenvolvimento do sistema mundial; pode designar uma nova etapa a ser dirigida por regimes internacionais baseados na hegemonia compartilhada entre os Estados mais poderosos na economia-mundo; ou ainda representar a mundialização do capital financeiro que submete a economia mundial a um regime de depressão permanente [...]”. Concebendo esses significados como “inapropriados” para compreender a globalização, Martins (Ibid.) designa a globalização “[...] como um processo dialético que articula e confronta estruturas de produção e forças produtivas radicalmente distintas [...]” (Ibid., loc. cit.).

exploração de recursos naturais.

No cenário da globalização, os países latino-americanos cediam seus espaços à internacionalização das economias, ao mesmo tempo, davam encaminhamento às recomendações neoliberais do Banco Mundial e do FMI. Autores como Orlando Caputo Leiva (2009) observam que a globalização significou para as sociedades latino-americanas um marco de profundas e amplas transformações, e não sendo possível contemplá-las em sua totalidade, podemos sublinhar as transformações concernentes à relação capital-trabalho cuja dinâmica estabelecia um maior domínio do primeiro sobre o segundo “[...] que se expressou grandemente na flexibilidade do trabalho e no fracionamento dos processos produtivos [...]” (Ibid., p. 148).

Nessa relação de dominação, a reestruturação produtiva representou a significativa expressão das contradições vivenciadas pelos trabalhadores assalariados no contexto da globalização. Iniciado mundialmente a partir dos anos de 1970, a reestruturação produtiva, como vimos anteriormente, é um complexo processo que inclui inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho, tendo como resultado o aumento nos índices de produtividade (SANTANA; RAMALHO, 2004). Sendo encarada como um grande impulso na concorrência intercapitalista, a reestruturação produtiva conduziu as empresas a recorrerem à inovação tecnológica, decorrentes “[...] da necessidade de aumento da produtividade e da eficiência no uso dos recursos [...]” (KON, 1997, p. 61).

Em sua singularidade, a América Latina, desde o início dos anos 1980, estava empreendendo modificações no trabalho assalariado (redução salarial, flexibilização dos contratos, prolongamento da jornada de trabalho etc.), o que mostrava que a região ajustava-se, aos poucos, à reestruturação produtiva, que adquiria formas diferenciadas<sup>54</sup> em vários países da região. A CEPAL, acreditando na possibilidade de viabilizar um ajuste neoliberal “favorável” aos países latino-americanos e caribenhos, concebeu esse mesmo contexto como a base para um oportuno desenvolvimento econômico, pois como já averiguamos em Bielschowsky (2009), a crítica cepalina ao neoliberalismo se converteu numa “agenda positiva” ao próprio neoliberalismo por meio de suas políticas alternativas. E a proposta da transformação produtiva inclui-se entre essas políticas orientadas sob as formulações neoliberais, como a própria CEPAL (2006, p. 55) declara:

---

<sup>54</sup> No Brasil, por exemplo, a reestruturação produtiva do capital assumiu formas diferenciadas em várias atividades da economia, como a indústria automotiva, o setor de comunicações, bancos, fábricas de confecções e metais, serviços de telemarketing, entre outros (ANTUNES, 2006).

La propuesta de la CEPAL se presentó de manera casi paralela a la formulación neoliberal esbozada a partir del llamado Consenso de Washington y, en muchos aspectos estas dos propuestas [da transformação produtiva e do Consenso de Washington] compartían similitudes de forma [...].

Desse modo, uma das semelhanças se expressa na ideia do capitalismo competitivo – a empresa privada – como o núcleo das transformações econômicas e sociais. Como foi sublinhado anteriormente, os ajustes neoliberais do Consenso de Washington, reduzindo a função do Estado na economia, atribuíram ao capitalismo competitivo a responsabilidade por coordenar e empreender as soluções dos problemas da sociedade, conferindo ao mesmo a tarefa de resolver questões de natureza política, econômica e social, como a geração de emprego. Essa ideia da empresa privada em intervir na distribuição de renda, bem como no mercado de trabalho aparece na CEPAL como a base para as transformações socioeconômicas na América Latina e no Caribe:

[...] En el mercado internacional compiten economías donde la empresa constituye un elemento que, siendo crucial, está integrada a una red de vinculaciones con el sistema educativo, la infraestructura tecnológica, energética y de transportes, las relaciones entre empleados y empleadores, el aparato institucional público y privado y el sistema financiero: es decir, está integrada a todo un sistema socioeconómico. Desde esta perspectiva, impulsar la transformación productiva requiere esfuerzos decididos, persistentes y sobre todo integrales (CEPAL, 1990, p. 14).

Partindo de exemplos sobre a subsunção do trabalho ao capital no pano de fundo da reestruturação produtiva, apontaremos, aos poucos, que essa possibilidade tem seus limites, pois não só impõe condições aos cidadãos para o acesso ao emprego: a subordinação estrutural dos países latino-americanos no quadro da divisão internacional do trabalho, especialmente da subsunção da força de trabalho ao capital, traz oculto os mecanismos mais nefastos que podemos desvelar sobre a superexploração do trabalho na América Latina. Portanto, sendo a dimensão contemporânea da superexploração, a reestruturação produtiva reafirma o que Marx e Engels (2002, p. 09) sublinharam sobre o aspecto renovador dos antagonismos da sociedade capitalista, que não os abolindo “[...] estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas”.

Como foi colocado na seção anterior, sob a luz dos ajustes estruturais a CEPAL previa a elevação da capacidade produtiva da atividade industrial pelo incentivo ao pleno emprego. Contudo, tal elevação dependia do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis – equipamentos e força de trabalho – frente à exigência da abertura comercial: a

competitividade. O “imperativo” da competitividade requeria uma maior produtividade do trabalho assalariado pelo incremento de equipamentos *high-tech* (de alta tecnologia<sup>55</sup>) e de novas técnicas de produção e de gestão de produção para melhorar a eficiência e, enfim, obter “vantagens” na disputa comercial.

Tendo em vista essas condições, a CEPAL reconhecia que a inserção da América Latina na concorrência internacional nos anos 1990 não seria um processo fácil, uma vez que o ajustamento da região à reestruturação produtiva se deparava com a “heterogeneidade estrutural”. Esta foi enfaticamente apontada nos diagnósticos de Fajnzylber e da CEPAL em sua TPE, e nos documentos recentes da Comissão, como um dos retrocessos em matéria de desenvolvimento econômico e social verificados na América Latina e no Caribe nas últimas décadas.

Nos anos 1980, denominados pela CEPAL (1990) de “década perdida<sup>56</sup>”, a heterogeneidade estrutural resistia no interior das estruturas produtivas, por um lado, pela debilidade da incorporação do progresso técnico, por outro, pelo não aproveitamento da capacidade produtiva dos trabalhadores assalariados traduzido pelo despreparo dos mesmos no recebimento de técnicas “modernas”. No plano social, a heterogeneidade estrutural culminou para o problema da equidade na América Latina, pois não só acentuou o desemprego como contribuiu para o aumento do excedente de força de trabalho confinado às margens do processo produtivo.

De acordo com Fajnzylber (1998) a heterogeneidade estrutural, confirmava a incapacidade dos países periféricos em “abrir a caixa preta” do progresso técnico. Essa incapacidade indicava que a debilidade do progresso técnico ainda representava o impasse crucial para o desempenho da atividade industrial, sendo a causa, segundo Fajnzylber (Ibid.) do seu fraco desempenho entre as décadas de 1970-1980. De acordo com as abordagens desse autor, embora as exportações latino-americanas baseadas na atividade industrial tenham crescido em ritmos significativos nos anos 1980, “[...] el sector manufacturero, en vez de aportar impulsos dinámicos al crecimiento, contribuyó a agravar el panorama recesivo [...]” (CEPAL, 1990, p. 27). Conforme a CEPAL (Ibid.), as exportações sofreram uma perda de dinamismo na América Latina, tanto as de produtos industrializados como, por outro lado, as de bens primários, o que comprovava que o fenômeno da baixa demanda por produtos

---

<sup>55</sup> Para Moreira e Queiroz (2007, p. 10), “o termo tecnologia deriva do grego *techne* (artefato) e *logos* (pensamento, razão), significando, portanto, o conhecimento sistemático transformado ou manifestado em ferramentas”. Essas ferramentas, continuam os autores, derivam do conhecimento humano para se conduzirem a propósitos humanos.

<sup>56</sup> Conforme a CEPAL (Ibid., p. 21): “[...] se acuñó el término de ‘década perdida’ para ilustrar la magnitud del retroceso que sufrió el desarrollo en la vasta mayoría de los países de la región [...]”.

primários continuava persistindo na região.

Quanto ao fraco dinamismo da industrialização, para a CEPAL (Ibid.) esse se associa ao progresso técnico. O esforço parco no desenvolvimento tecnológico explica, segundo a Comissão (Ibid., p. 65), o entrave da América Latina na abertura da sua “caixa preta”.

[...] Ello se manifiesta en la menor ponderación de las actividades de más alto contenido tecnológico, tanto en las estructuras de la producción como de las exportaciones; en el ritmo más lento de cambio de dichas estructuras; en el menor esfuerzo de investigación y desarrollo tecnológico a nivel nacional, particularmente en el sector empresarial; en el nivel educativo, que es relativamente más bajo, y por último, en el más lento crecimiento de la productividad.

Em relação ao baixo desenvolvimento tecnológico, é importante frisar que isso indica a incapacidade da América Latina de elaborar e difundir tecnologias apoiada em seus próprios recursos. Embora existam esforços para a irradiação tecnológica – podemos citar a mobilização das universidades<sup>57</sup> no incremento da ciência e da tecnologia –, a América Latina não conta com recursos suficientes para produzir e difundir de forma ampla o progresso técnico porque para efetivá-la a região depende do capital externo. A redução do financiamento das empresas estrangeiras pode explicar, por um lado, o débil desenvolvimento tecnológico, pois a dívida externa reduziu os investimentos do centro na região, que na década de 1990 sentia o peso da “lápide” da dívida externa, sofrendo uma série de retrocessos, como a fuga de capitais, os desequilíbrios macroeconômicos, a obsolescência de capital e de infraestrutura física.

Em seu *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*, Ruy Mauro Marini (1996) explica que desde a década de 1950, a industrialização na América Latina ampliou-se através de novos conjuntos produtivos, graças a introdução de equipamentos importados do centro. Dada a velocidade tecnológica no centro, esses equipamentos tornavam-se obsoletos, resultando na “[...] su transferencia a los países más atrasados, donde podrían seguir siendo utilizados [...]” (Ibid., p. 03). Isso contribuiu para a disparidade tecnológica entre a região e os centros industriais, sendo essa uma forte evidência dos contrastes do desenvolvimento entre os países centrais e as economias dependentes.

---

<sup>57</sup> Segundo Eduardo Galeano (2010, p. 344-345): “as universidades latino-americanas formam, em pequena escala, matemáticos, engenheiros e programadores que, no entanto, não encontram trabalho a não ser no exílio: nós nos damos ao luxo de proporcionar aos Estados Unidos nossos melhores técnicos e os cientistas mais capazes, que emigram atraídos pelos altos salários e pelas grandes possibilidades que, no norte, abrem-se para as pesquisas [...]”.



Un análisis más detallado nos muestra, empero, que los países desarrollados conservan dos triunfos en la mano. El primero es su inmensa superioridad en materia de investigación y desarrollo, que es lo que hace posible la innovación técnica; tenemos allí un verdadero *monopolio tecnológico*, que agrava la condición dependiente de los demás países. El segundo es el *control que ejercen en la transferencia de actividades industriales* a los países más atrasados, tanto por su capacidad tecnológica como de inversión, el cual actúa de dos maneras: una, transfiriendo prioritariamente a estos últimos industrias menos intensivas en conocimiento [...] (Ibid., p. 06, grifo do autor).

Esses contrastes justificam que, diferentemente do centro que cria suas próprias tecnologias, a América Latina e o Caribe se situam numa posição de dependente e subordinada, pois segundo Theotônio dos Santos (1999, p. 79-80):

[...] Eles não participam na criação e no desenvolvimento da revolução científico-técnica<sup>58</sup>. Eles recebem suas influências sob a forma de importação de tecnologias e de conhecimentos científicos, dispondo de um aparelho mínimo de produção de conhecimento científico. Dentro de suas limitações, a região vem realizando, contudo, um esforço para inserir-se na produção contemporânea de conhecimentos científicos e das novas tecnologias que terão enorme impacto nas futuras estruturas produtivas [...].

Como já vimos em Florestan Fernandes (2009), os fracos investimentos na América Latina relegaram a sua dependência ao capital estrangeiro para a transplantação maciça de tecnologia. Frente a esse legado, a CEPAL (1990) não poderia deixar de concluir que, as orientações e esforços da América Latina para a difusão do progresso técnico dependerão da disponibilidade do capital externo, que influenciará no desempenho destas economias no mercado internacional, sobretudo, em um contexto de economia aberta.

En definitiva, el acceso a los mercados más dinámicos supone incorporar tecnologías cuyo control está altamente transnacionalizado. Sin un esfuerzo regional en el campo de la investigación y desarrollo, apoyado o vinculado a la cooperación técnica internacional y, a veces, a la inversión directa extranjera, será difícil participar dinámicamente en la expansión de estos mercados (Ibid., p. 43-44).

---

<sup>58</sup> O conceito Revolução Científico-Técnica (RCT), ganhando expressão significativa nas obras do tcheco Radovan Richta, é empregado por autores como Carlos Eduardo Martins e Theotônio dos Santos. Para Martins (2011, p. 115) “a revolução científico-técnica se inicia quando a ciência se torna uma forma predominante no crescimento econômico [...]”. Essa concepção de Martins (Ibid.) converge com as formulações de Theotônio dos Santos (1999), autor que tem difundido importantes contribuições teóricas acerca da RCT, enquanto variável fundamental da economia capitalista. Segundo Dos Santos (Ibid., p. 26), a RCT é um conceito que busca abranger “[...] a natureza das mudanças que vêm ocorrendo na fase atual do desenvolvimento das civilizações e culturas contemporâneas [...]”. Para ele, essas transformações devem-se ao papel que o conhecimento científico tem exercido enquanto elemento-chave para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas da contemporaneidade (Ibid.).

Porém, Theotônio dos Santos (1999) alerta que as coisas não são tão simples como aparentam ser. Esse autor salienta que embora a América Latina esforce-se no rumo do desenvolvimento tecnológico,

[...] é evidente que não se pode esperar grandes resultados neste setor enquanto a região não dispuser do controle de sua própria economia e não puder aplicar uma política de desenvolvimento voltada para suas próprias necessidades, superando a dependência estrutural, as sobrevivências oligárquicas de sua classe dominante e sua condição subordinada, antinacional e antipopular, as fortes concentrações de renda e de propriedade [...] (Ibid., p. 80).

Isso significa que para conseguir realizar o “tão desejado” desenvolvimento tecnológico apoiado em seus recursos próprios, a América Latina teria que abrir mão de um velho legado – a dominação das “antigas” oligarquias. Conforme já expusemos na primeira parte desse trabalho, com base em Florestan Fernandes (2009), os setores sociais oligárquicos preferiram subordinar-se à dominação externa do que empreender o esforço para a construção de uma economia e, por fim, de um desenvolvimento tecnológico “autônomo” e “independente”. Na contemporaneidade, essa subordinação ainda é prevacente e, embora esteja assentada em condições históricas diferentes, ela se confirma pelo contraste tecnológico entre as economias centrais e a América Latina e a forma com que as suas atividades produtivas, principalmente as associadas aos recursos naturais, têm servido para a ampliação do capital internacional, como mostraremos adiante.

Retomando Fajnzylber (CEPAL, 2006, p. 75), a “caixa preta” do progresso técnico na América Latina “[...] plantea el imperativo de abrirla con el fin de que la región logre una dominancia tecnológica como parte de una estrategia industrial eficaz”. Para que esse domínio ocorra, não só é preciso contar com investimentos maciços para o desenvolvimento tecnológico: o preparo dos trabalhadores para manipular tecnologias e equipamentos “modernos” influi, significativamente, na eficácia que tais transformações podem representar na atividade industrial para melhorar sua eficiência acirrando, dessa forma a competitividade capitalista.

Se por um lado, a América Latina deve empreender investimentos no campo da investigação e do desenvolvimento tecnológico, por outro, o recebimento das técnicas modernas na atividade produtiva requer a disponibilidade e a qualificação da força de trabalho cujo nível educativo condiciona a difusão e o incremento do progresso técnico.

Com relação a esse último aspecto, a preocupação da CEPAL era: de que forma a América Latina reencontraria o caminho do desenvolvimento nos anos de 1990 tendo em vista

a necessidade de abrir a “caixa preta” do progresso técnico? Os apontamentos iniciais da TPE alertavam que para reencontrar o rumo do desenvolvimento, a América Latina teria que cumprir certas exigências.

[...] La transformación productiva presupone la existencia de recursos humanos capaces de adaptarse a las cambiantes necesidades del sector productivo. En tal sentido, la educación<sup>59</sup> y el readiestramiento continuo de la fuerza laboral constituyen una condición necesaria para que la economía avance por una senda de sostenido crecimiento y equidad. A su vez, un desarrollo económico dinámico estimula a los trabajadores a capacitarse e induce también una mayor movilidad laboral, lo que contribuye a la difusión de las calificaciones, incrementando la productividad general de la economía (CEPAL, 1990, p. 121).

Conforme a passagem anterior, uma dessas exigências é a adequação dos trabalhadores às transformações do modo de produção capitalista. Na percepção cepalina, o trabalho é concebido como “eixo” da transformação produtiva, pois como determinante do progresso técnico deve se adaptar às mudanças das atividades produtivas, acompanhando a dinâmica das transformações tecnológicas com vistas para o aumento da produtividade.

Na percepção cepalina da transformação produtiva, a produtividade implica a capacidade do trabalhador em difundir o progresso tecnológico, elevando o crescimento econômico e impulsionando, dessa forma, a competitividade capitalista. Uma vez que a aprendizagem tecnológica constitui o requisito para elevar a participação da América Latina no comércio internacional, a CEPAL entende que a produtividade se associa à mobilização do trabalhador para “[...] la creación, adopción, y difusión del progreso técnico, la innovación de los procesos [...]” (CEPAL, 2008, p. 78). Por meio da qualificação da força de trabalho, as empresas podem elevar a produtividade, pela qual a capacidade do trabalhador é ampliada pelo emprego de conhecimentos e de um “saber-fazer” nas estruturas produtivas, impulsionando a competitividade e contribuindo, assim, para o crescimento da economia.

Além dessa perspectiva cepalina sobre a produtividade, temos exemplos em outros autores que colocam em pauta a qualificação do trabalhador frente às novas formas de organização produtiva apoiadas na tecnologia de base capitalista. Queiroz e Moreira (2007) sublinham que a criação de novas formas de organização industrial tem como engrenagem, tanto a capacidade inovadora das empresas de introduzir novos elementos nas tarefas da organização, no seu sistema de informação ou na produção física ou operações de serviços,

---

<sup>59</sup> Sobre a Influência de Fernando Fajnzylber, a CEPAL passou a incluir em seus documentos a temática educacional, que adquire relevância em vários documentos produzidos pela Comissão, em especial CEPAL (1992; 2000).

como de empreender “transformações nas pessoas” (usando a expressão desses autores) que “[...] dizem respeito a inovações que podem mudar o comportamento ou as crenças das pessoas dentro da organização, via técnicas como educação e treinamento [...]” (Ibid., p. 10). Refletindo sobre a qualificação do trabalhador ante as transformações tecnológicas, José Henrique de Faria (2007) aponta que as novas tecnologias, como a automatização introduzida na produção industrial, provocam “[...] transformações no processo produtivo que, conseqüentemente, se refletem na necessidade de qualificação do trabalhador [...]” (Ibid., p. 207).

Não obstante, constataremos, ainda nessa seção, que a produtividade, por via da apropriação das habilidades dos trabalhadores frente ao incremento do progresso técnico sob o capitalismo, exprime seus antagonismos nas economias dependentes, onde o excedente da força de trabalho e, o mais crucial, a dimensão do desemprego na América Latina e no Caribe nos últimos anos, tem servido de base à redução dos salários, à flexibilidade laboral e à intensificação do trabalho, dando novos contornos à superexploração do trabalho prevalente na atualidade.

Dando continuidade à ideia do trabalho como eixo da transformação produtiva, essa capacidade de adaptação do trabalhador às transformações do modo de produção capitalista carrega consigo o enfoque schumpeteriano de desenvolvimento econômico. Em Schumpeter (1997), o desenvolvimento não é determinado pelas adaptações da economia às mudanças exógenas a ela, e sim pelo seu esforço “autônomo” de intervir, planejar e mobilizar a iniciativa da sociedade para viabilizar as transformações almejadas.

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há *nenhum* desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta [...] (Ibid., p. 74, grifo do autor).

As ideias de Schumpeter influenciaram os intelectuais neoestruturalistas, em especial Fernando Fajnzylber, que trouxe pela primeira vez na CEPAL as contribuições schumpeterianas de desenvolvimento. A importância atribuída por Fajnzylber ao papel do progresso técnico para a competitividade é um dos exemplos da forte presença de Schumpeter

no pensamento estruturalista cepalino, pois seguindo a convicção desse economista, Fajnzylber confere à inovação do aparato produtivo o papel de mecanismo crucial para o desenvolvimento econômico e social.

Em Schumpeter (1961), a inovação pode ser entendida como um conjunto de transformações que ocorrem no interior da estrutura produtiva e que, no entanto, não são permanentes. Em *Capitalismo, socialismo e democracia* (Ibid.), a ideia de inovação de Schumpeter evoca o processo de “destruição criadora”, “[...] que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de *dentro*, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos [...]” (Ibid., p.106, grifo do autor).

Não obstante, a criação do “novo” ou de algo inédito não constitui, necessariamente, a condição para que a inovação ocorra. Para Schumpeter (Ibid.), as inovações podem aparecer também mediante uma combinação nova dos meios de produção disponíveis. Queiroz e Moreira (2007) observam que a inovação tecnológica, enquanto processo, pode ser entendida como a introdução de novos elementos nas operações de produção, como matérias-primas, equipamentos, operações de trabalho que objetivam melhorias no processo produtivo. Sendo parte significativa da renovação das organizações sociais, a inovação tecnológica, segundo esses autores, não precisa ser necessariamente um produto ou processo novo no mundo: o que deve haver como exigência mínima é a melhoria substancial para a empresa, e nesse sentido a inovação tecnológica pode ser entendida como a adoção de uma mudança que é nova para determinadas organizações, pela introdução de meios ou fins que são novos a situações dadas, sem serem inventivos ou inéditos, como um todo.

A partir dessas colocações sobre a inovação, podemos compreender o processo de “destruição criadora” de Schumpeter como novas adequações introduzidas no processo produtivo, pois é a partir dessas transformações constantes que toda a empresa capitalista deve se adaptar para sobreviver, uma vez que:

[...] O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (SCHUMPETER, 1961, p. 105).

Problematizando a “racionalização” e a “destruição criadora” como parte do processo de modernização, Claude Dubar (2006, p. 87) complementa que “[...] a realização de inovações é a lógica dos investimentos técnicos – incluindo a organização – mas também dos humanos [...]”. Esse autor conclui que Schumpeter previu a inovação técnica e humana como

“[...] uma destruição criadora porque ela tende a pôr em funcionamento formas novas de actividades (de produto, de processo de organização, de formação) que permitem adquirir vantagens competitivas [...]” (Ibid., loc. cit.). E essas vantagens competitivas podem ser de curto, médio ou longo prazo prevalecendo ali o domínio da tecnologia, do “saber produzir” (Ibid.).

Dubar (Ibid.) conclui que Schumpeter, tendo como base a “revolução incessante das forças produtivas” de Marx e o “processo histórico de racionalização” de Weber<sup>60</sup>,

[...] encontrará a fórmula mais sugestiva: a destruição criadora que é, segundo ele, esse processo que consiste, através do capital e dos seus detentores, em destruir constantemente as antigas formas de produção e de troca para as substituir por formas mais <<inovadoras>>, isto é, ao mesmo tempo tecnicamente mais eficazes e financeiramente mais rentáveis” (Ibid., p. 86).

Se para Schumpeter (1961), a “destruição criadora” é a condição para a sobrevivência da empresa capitalista tal fenômeno reaviva esta conclusão de Marx e Engels (2002, p. 13): “[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção, e, com elas, todas as relações da sociedade [...]”. Sob o enfoque schumpeteriano do desenvolvimento, a CEPAL (1990) entendia que a inserção da América Latina e do Caribe no comércio internacional está determinada pela capacidade dos países latino-americanos e caribenhos em promover mudanças internas nas suas atividades produtivas disponíveis, a produção primária e, especialmente, a industrial. E tal capacidade está condicionada pela qualificação da força de trabalho.

[...] la capacidad de los países para ingresar sobre bases solidas a los mercados internacionales depende en alto grado de la posibilidad de cada uno para seguir las tendencias tecnológicas internacionales. Penetrar en aquellos mercados exige absorber progreso técnico e innovar de modo de mantenerse en ellos por la única vía que no se agota: la agregación de valor intelectual a los bienes y servicios exportados. Ello supone, a su vez, elevar en forma sostenida la calificación de la fuerza de trabajo [...] (Ibid., p. 77).

É importante frisar que a difusão do progresso técnico é referenciada pela CEPAL como o ajustamento da América Latina à reestruturação produtiva e, embora contemple a

---

<sup>60</sup> Segundo Dubar (Ibid., p. 86): “Marx e Weber perceberam ambos muito bem a novidade radical introduzida pelo capitalismo na história. Aquilo a que o primeiro chamava <<revolução incessante das forças produtivas>>, o segundo fazia dela um aspecto maior do <<processo histórico de racionalização>>. Segundo Weber, este último consiste em difundir por toda a parte, em todas as esferas da actividade, uma nova lógica de pensamento e de acção, uma racionalidade fim-meios que visa a optimização dos resultados, mas também o <<domínio do futuro pela previsão>> [...]”.

importância da empresa no processo inovador das transformações produtivas ou de consumo<sup>61</sup>, Fajnzylber e a CEPAL sabiam que o ajustamento da região à reestruturação produtiva estava em função do preparo da força de trabalho, pois essa era primordial para a difusão do progresso técnico e a elevação da competitividade na América Latina.

Cabe destacar que las nuevas oleadas de progreso técnico no sólo se traducen en la aparición de nuevos productos, sino también en la reestructuración productiva de productos tradicionales a través de nuevos procesos (robotización, control numérico, técnicas de producción “justo a tiempo” (*justo on time*) [...]. Esas tendencias del comercio y la reestructuración productiva internacional constituye el marco de referencia en que deben encuadrarse los esfuerzos de transformación y modernización productiva de América Latina y el Caribe [...] (CEPAL, 1990, p. 43).

Assim, a reestruturação produtiva exprime-se nos apontamentos cepalinos como a tendência tecnológica para a inserção da América Latina no comércio internacional, sendo o caminho para o ajustamento das economias e a incorporação da região às transformações tecnológicas, em que a implantação dos métodos de produção e de gestão do trabalho do toyotismo é encarada como eixo para a transformação das economias dependentes.

O que chama a atenção na passagem da CEPAL (Ibid.) anteriormente expressa é o emprego do termo *just-in-time*<sup>62</sup> e, perante sua menção, cabe acrescentar que esse é um exemplo de expressões que, derivadas do “modelo japonês” de gestão da produção – o toyotismo – fizeram parte “[...] do vocabulário das empresas, que impingem aos trabalhadores um discurso ‘civilizador’ sobre a necessidade de aderir aos novos tempos” (SANTANA; CARVALHO, 2004, p. 09). De acordo com Carlos Eduardo Martins (2011), o toyotismo, embora sua extensão fosse limitada mesmo no próprio Japão – alcançando, nos anos 1990, 30% da força de trabalho –, trata-se de um processo amplo de produção e de gestão do trabalho, tendo como principal característica o aumento da intensidade de trabalho e da massa de valor proporcionada pelo trabalhador, que “[...] consome não apenas seus músculos, mas cada vez mais seu cérebro, criatividade e iniciativa [...]” (Ibid., p.122). Ricardo Antunes (2011) salienta que o toyotismo chega à América Latina especialmente nos anos de 1980 e,

---

<sup>61</sup> Isso pode ser entendido pela importância atribuída por Fajnzylber (1998, p. 835) à capacidade criadora do empresário: “[...] La valorización social y la capacidad creadora del empresario, cualquiera sea el tamaño de la empresa o el régimen de propiedad, es condición ineludible para superar la modernidad de escaparate a la que se ha estado aludiendo [...]”.

<sup>62</sup> De acordo com Carlos Eduardo Martins (2011, p. 122) “[...] o *just-in-time* significa que a produção é determinada pela demanda e se expressa na ausência de estoques, na rapidez da entrega e na garantia da qualidade do que é solicitado [...]”.

embora assumindo formas diferenciadas das verificadas no Japão<sup>63</sup>, esse introduziu, intensamente, a flexibilização, a desregulamentação e novas formas de gestão do trabalho que se mesclaram aos novos processos produtivos.

O *just-in-time* inclui-se no conjunto dos novos procedimentos de gestão e produção inerentes ao “modelo japonês”, implicando a adaptação dos trabalhadores aos ajustes da produção, pois, conforme Martins (2011, p. 122),

[...] eles devem atuar não apenas como operadores de máquinas, mas ser capazes de melhorar produtos e processos por meio de inovações que adaptem as mercadorias às exigências da demanda, controlar sua qualidade, reduzir estoques e desperdícios [...].

Para que essa adaptação ocorresse, a CEPAL (1990), referindo-se aos trabalhadores incluídos nas atividades produtivas, sublinhava que o aperfeiçoamento do trabalhador no próprio posto de trabalho traz o benefício do incremento da produtividade melhorando a eficiência e ampliando as possibilidades de inovação no processo produtivo:

El primer efecto directo de la capacitación es el incremento de productividad del propio trabajador en su puesto de trabajo. Además, mejora la eficiencia de los procesos productivos y la posibilidad de innovación, tanto de procesos como de productos. La capacitación también facilita la creación de nuevas empresas por parte de trabajadores calificados que, a diferencia de los demás, adquieren mayor predisposición a aprender otras técnicas y por lo tanto presentan menor aversión al cambio de la actividad, aspecto clave en coyunturas de acelerado avance tecnológico e intensificación de la competencia internacional (Ibid., p. 121).

A capacitação dos trabalhadores no processo de trabalho implica, por sua vez, o readestramento ou “reciclagem” desses assalariados para ajustá-los às novas tarefas pelo uso de novas técnicas de produção e de gestão do trabalho.

Las funciones de reciclaje de trabajadores al interior de las empresas también han adquirido creciente importancia y amplitud. Abarcan la adaptación de las personas a nuevas tareas, a cambios de rubros de producción, al uso de tecnologías más avanzadas, a técnicas desconocidas de gestión y a módulos

---

<sup>63</sup> Em Carlos Eduardo Martins (2011, p. 123) temos exemplos da implementação do toyotismo verificados no Japão: “o emprego vitalício é um elemento indispensável do toyotismo por três razões. Se o trabalhador torna-se um ativo diferenciado, em cuja formação a empresa investe em toda a duração de sua força de trabalho, faz necessária a sua retenção na empresa para que esta obtenha os resultados do investimento [...]”; o salário por antiguidade que significa para o trabalhador a expectativa de permanência na mesma empresa, caso ele se desligue é penalizado através da redução salarial, perdendo, dessa forma, os anos de antiguidade ingressando em outra empresa; e a aposentadoria precoce (que ocorre entre 55 e 60 anos) que, segundo o autor, significa “[...] um mecanismo que garante a ascensão funcional na organização, estimula a criatividade e evita a monopolização de postos de trabalho por pessoas [...]” (Ibid., loc. cit.).



nuevos de organización del trabajo. En la mayoría de los casos el reciclaje se realiza en la propia empresa [...] (Ibid., p.124).

Para a CEPAL, a formação de trabalhadores ocupados deriva, primordialmente, das necessidades das empresas e de seu nível tecnológico, levando essas ao desenvolvimento de seus próprios sistemas de capacitação profissional. O objetivo das funções de “reciclagem” dos trabalhadores é a adaptação das pessoas a novas tarefas e transformações da produção, o uso de novas tecnologias e as mais avançadas técnicas de gestão e de organização do trabalho.

O que fundamenta esse enfoque cepalino em torno da qualificação do trabalho? O preparo dos trabalhadores mediante o recebimento de técnicas avançadas é incluso pela CEPAL (1990, p. 66) entre “[...] algunas relaciones de causalidad que vinculan la incorporación de progreso técnico con la competitividad [...]”. Se no plano teórico da TPE, a CEPAL (Ibid.) enfatiza a importância da qualificação da força de trabalho para a competitividade internacional, isso indica que a carência desse perfil de trabalhador é uma problemática a ser superada pela América Latina.

Conforme Fajnzylber (1998), o baixo nível educativo dos trabalhadores contribuiu para inibir a abertura da “caixa preta” do progresso técnico na América Latina, onde as dificuldades de adaptação às novas tecnologias demonstraram que a insuficiente qualificação dos trabalhadores determinou o refratário incremento do progresso técnico, portanto, a não abertura da sua “caixa preta”.

Una característica fundamental del desarrollo regional sería entonces que el agregado de valor intelectual a los recursos humanos y naturales disponibles, ha sido particularmente exiguo [...]. Parecería así que el rasgo central del proceso de desarrollo latinoamericano es la insuficiente incorporación de progreso técnico, su escasa aportación de pensamiento original basado en la realidad para definir el abanico de decisiones que suponen la transformación económica y social. El casillero vacío estaría vinculado directamente con lo que podría llamarse la incapacidad para abrir “la caja negra” del progreso técnico, tema en el incide que el origen de las sociedades latinoamericanas, su institucionalidad, el contexto cultural y un conjunto de factores económicos y estructurales [...] (Ibid., p. 823).

Essa falha estrutural que Fajnzylber denomina de “casillero vacío”, indica que a deficiência da difusão do progresso técnico na América Latina está associada à incapacidade de abertura da sua “caixa preta”, incapacidade esta que, segundo o autor, é determinada por dois aspectos que influem decisivamente para essa abertura: a orientação às atividades de alta tecnologia, como foi mostrado, e a falta de qualificação dos trabalhadores que, não conseguindo se adaptarem às sucessivas mudanças no processo produtivo, se depararam

exclusos das atividades produtivas sendo lançados ao desemprego e, muitas vezes, à informalidade.

Essa exclusão dos trabalhadores da indústria, bem como o excedente dos assalariados que buscavam ocupação nas atividades industriais, levou a CEPAL a concluir que o trabalho não qualificado tem agravado a heterogeneidade estrutural, pois esse despreparo vem impedindo às empresas, em seu conjunto, de inovarem suas forças produtivas, reduzindo, por outro lado, a geração de emprego. Conforme a CEPAL (1990, p. 11), essa redução, embora se apresentasse de forma heterogênea nos países latino-americanos, reside mediante“ [...] la frustración de un número ascendente de personas que buscan incorporarse al mercado de trabajo [...]”.

Por esta razão, a CEPAL (Ibid) entende que a heterogeneidade estrutural entrecruza os aspectos econômicos e, sobretudo sociais, que se condicionam reciprocamente e, um dos exemplos apontados pela CEPAL é o problema da equidade na América Latina e no Caribe. A ausência de equidade, por exemplo, inclui-se nos apontamentos da CEPAL (Ibid.) como o retrocesso que, associado à evolução do PIB, interferiu no bem estar material da população latino-americana e caribenha, culminando na deterioração das condições de equidade na região.

Na CEPAL, a equidade, termo presente em vários de seus documentos, é concebida sob diferentes acepções (ARTIGAS, 2003; CEPAL, 2000). No contexto da proposta da TPE<sup>64</sup>, a equidade é condizente com a definição adotada pelo Banco Mundial para o desenvolvimento das economias periféricas, entre as quais, às latino-americanas e caribenhas. Nesse patamar, a equidade diz respeito à relação entre a renda de 40% da população de ingressos mais baixos e a de 10% dos segmentos considerados detentores de rendas mais elevadas. Os países latino-americanos tornar-se-iam equitativos, caso ascendessem à equidade no momento em que seu crescimento econômico fosse conciliado com uma melhor distribuição de renda entre a população da região.

Não obstante, a América Latina no início da década de 1990 apresentava níveis desiguais quanto ao crescimento e a equidade. Fajnzylber em *Industrialización en América Latina: de la “caja negra al casillero vacío”* (1998), apontava a ausência da equidade na América Latina nos anos de 1980. Segundo o autor, entre o período 1970-1984, alguns países latino-americanos (Brasil, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai e República Dominicana) registraram o crescimento do PIB regional, de aproximadamente 73%, enquanto

---

<sup>64</sup> Para a CEPAL (1990), em tal proposta a equidade também é compreendida como o acesso da população a bens e serviços essenciais como saúde, habitação e educação.

que que boa parte dos países da América Latina refletiam “[...] la situación de estancamiento y desarticulación social que se traduce en una distribución inequitativa del ingreso[...]” (Ibid., p. 820)”.

Também, segundo a CEPAL (1990), a América Latina e o Caribe não conseguiram conciliar equidade com crescimento nos anos de 1980, pois em alguns países, houve desempenhos favoráveis quanto ao dinamismo econômico, porém, demonstraram níveis insatisfatórios de equidade. Outros manifestaram resultados insuficientes em ambos os aspectos, e mais ainda, há países que registraram um grau aceitável de equidade, porém acompanhado de um crescimento econômico lento. Conforme a CEPAL (Ibid.), os países desenvolvidos como a Espanha, Portugal, Hungria, Coréia, apresentaram maior dinamismo entre crescimento e equidade de acordo com seus registros quanto ao crescimento do PIB e distribuição de renda, porque a qualificação do trabalhador teria permitido que esses países incrementassem a competitividade, induzindo-os, desse modo, à equidade, enquanto que na América Latina e no Caribe, acentuaram-se os contrastes de equidade com relação aos países europeus e asiáticos.

Para Pierre Salama (2002), a redução da pobreza nos países asiáticos parece confirmar que o crescimento econômico opera para a redução da pobreza. É certo, de acordo com esse autor, que ali o crescimento econômico é elevado há duas ou três décadas, porém a desigualdade de distribuição de renda é moderada, ao contrário dos países latino-americanos dotados de desigualdades elevadas.

Vale observar que as experiências positivas verificadas nos países avançados são frutos de estratégias de longo prazo para empreender o crescimento econômico. Segundo Carlos Aguiar de Medeiros (2001), no período do pós-guerra, esses países empenharam-se nos investimentos públicos em infraestrutura, ampliação dos mercados internos e políticas de pleno emprego. Enquanto na Europa houve uma estruturação dos mercados de trabalho em cada país (um dos aspectos que contribuíram para a redução da pobreza no pós-guerra), nos Estados Unidos elevou-se o crescimento do emprego pela modernização da agricultura e da indústria. A Coréia do Sul, o Japão e Taiwan, por sua vez, combinaram elevados dinamismos, redução da pobreza e baixa desigualdade na distribuição de renda, o que foi possível, principalmente, pela mecanização da agricultura e o crescimento das exportações manufatureiras.

Em Jaime Osorio (2009), podemos compreender que os países mais desenvolvidos são colocados pela CEPAL como “modelos ideais” de desenvolvimento que a América Latina deve seguir. Para o autor, trata-se de uma “[...] transferência mecânica de algum modelo de

desenvolvimento construído a partir da experiência de um ou vários países centrais e/ou alguns países “emergentes” [...] (Ibid., p. 185). Essa transferência tem sido uma praxe no pensamento da CEPAL, onde o conceito prebischiano centro-periferia constitui-se um caso exemplar.

Retomando a questão da equidade, autores como Bernardo Kliksberg (2001) ressaltam que a equidade tornou-se um tema central nos debates sobre o desenvolvimento devido a sua “grande ausência” nos países como os latino-americanos. A CEPAL buscou incluir a equidade nos debates sobre o desenvolvimento e, em sua recente proposta de desenvolvimento econômico *Transformación Productiva 20 años después...* (2008), a Comissão justifica a busca da equidade como a necessidade da integração entre a dimensão econômica e social do desenvolvimento.

A su vez, la falta de equidad obligaba a adoptar una visión integrada del desarrollo. Este enfoque se alejaba de las visiones unilaterales que conciben a las políticas económicas y las políticas sociales como dos mundos separados que, aunque no se toquen tenderían naturalmente a compensarse. Así, se sostenía que, sin un crecimiento que aumentase la demanda de mano de obra calificada y generase oportunidades para las pequeñas y medianas empresas, difícilmente se podrían lograr avances en términos de equidad y la reducción sostenida de la pobreza [...] (Ibid., p. 14).

Para Kliksberg (2001), concebida a região mais desigual do mundo, a América Latina, nos anos 1980, registrou a deterioração na distribuição de renda o que indica os altos índices de pobreza, cujos impactos negativos imprimem grande magnitude e profundidade, e nessas condições o autor aponta que a desigualdade deve, portanto, ocupar o centro dos esforços do desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Um esforço nesse sentido é empreendido pela CEPAL (2000, p. 15), ao conceber a redução das desigualdades sociais na América Latina e no Caribe como o objetivo essencial do desenvolvimento sob o patamar da equidade:

Mas allá de ello, la CEPAL considera que se requiere una reorientación de los patrones de desarrollo en la región en torno a un eje principal, la equidad, es decir, la reducción de las desigualdad social en sus múltiples manifestaciones. Esta es, si se quiere, la vara fundamental para medir la calidad del desarrollo. El objetivo no puede ni debe ser otro cuando se habla en general de los países con peores distribuciones de ingreso del mundo [...].

De acordo com Carmen Artigas (2003, p. 16):

La CEPAL ha efectuado aproximaciones a una definición de equidad a partir de una ausencia de restricciones agudas a la movilidad social o con relación a su opuesto; es decir, considerando a la inequidad como el escaso poder relativo de disposición que ciertos grupos o estratos tienen sobre los bienes que una sociedad produce, sean éstos de tipo económico, social, cultural o político.

Pela ideia da ausência de equidade, a proposta da TPE da CEPAL, pelo intercruzamento entre os aspectos econômicos e sociais, difunde a expressão da dimensão social do desenvolvimento econômico, em cujo panorama a Comissão deu ênfase aos temas de longo prazo: crescimento, progresso técnico, pobreza, distribuição de renda e emprego (BIELSCHOWSKY, 2009). Entre essas vertentes, o aperfeiçoamento dos trabalhadores, incluindo os informais, cumpre um papel relevante para que a competitividade capitalista se traduza na equidade.

A partir de 1990, y sin desatender la necesidad de conquistar y preservar la estabilidad macroeconómica, el foco principal retornó a las transformaciones de largo plazo. El mensaje que orientó el temario de la investigación y la reflexión de la CEPAL, “transformación productiva con equidad”, expresa los objetivos prioritarios abordados por la Comisión, a saber, el desarrollo de una base productiva que conjugue el aumento continuo de la productividad con una inserción internacional competitiva, y la construcción de una sociedad más igualitaria y justa [...] (BIESCHOWSKY, 2010a, p. 17-18).

Jaime Osório (2009) pondera que fatores como fraco crescimento, falta de equidade, polarização social, baixos salários, elevados níveis de pobreza e miséria, etc. e principalmente, a ausência de qualificação no trabalhador, que é a questão que está sendo colocada por Fajnzylber e pela CEPAL, são apontados como características presentes na América Latina. Entretanto, continua o autor, apesar de apontar esses elementos nos seus diagnósticos, a CEPAL não busca saber as razões explicativas para a existência dos mesmos elementos, por preocupar-se em concebê-los apenas como “desvios”, “distorções” e “insuficiências”.

É o que temos visto nas abordagens cepalinas, desde as análises dos desenvolvimentistas às contribuições de Fajnzylber sobre a “ausência” de equidade, todas elas mediadas pela questão da heterogeneidade estrutural. Nessas abordagens, a transformação das estruturas produtivas é colocada como a tarefa primordial para todos os países latino-americanos e caribenhos superarem a ausência de equidade pelo enfrentamento da heterogeneidade estrutural. E para a CEPAL essa transformação constitui o marco da

crecente equidade e justiça social nesses países, onde a capacitação da força de trabalho é o meio e a condição para consolidá-las.

A ideia é que para a América Latina atingir o crescimento, é preciso empreender o marco da equidade social, onde a produtividade, por via do progresso técnico e, por fim, do trabalho assalariado, desempenha papel de protagonista para elevar a competitividade e reduzir a pobreza e a desigualdade social na América Latina e no caribe.

La transformación productiva con equidad ha de lograr-se en el contexto de una mayor competitividad internacional. Dicha competitividad debe sustentarse más en una incorporación deliberada y sistemática del progreso técnico al proceso productivo (con los consiguientes aumentos de productividad), y menos en la depreciación de los salarios reales. Al respecto debe reconocerse la dimensión de aprendizaje y difusión de los conocimientos disponibles a nivel internacional, prerrogativa insuficientemente utilizada por la región en el pasado. Se procura avanzar desde la “renta perecible” de los recursos naturales hacia la “renta dinámica” de la incorporación de progreso técnico a la actividad productiva (CEPAL, 1990, p. 14).

A ênfase cepalina sobre o progresso técnico indica que a CEPAL ainda defende o pressuposto de que os problemas da pobreza e das desigualdades sociais na América Latina se devem ao desenvolvimento insuficiente do capitalismo, refletido pela heterogeneidade estrutural que, segundo a Comissão, tem impedido transformações como a inclusão dos trabalhadores informais ao modo de produção capitalista.

Portanto, tendo em vista a magnitude que a pobreza assume na América Latina e no Caribe, a CEPAL (Ibid.) centra-se nos trabalhadores informais e os desempregados apontando-os como a população que se encontra significativamente vulnerável aos males da pobreza e das desigualdades sociais por estar excluída das atividades produtivas capitalistas:

[...] Estos grupos se han empobrecido paulatinamente y han aumentado en número, teniendo que sufrir además mayor hacinamiento en sus poblaciones, oportunidades decrecientes de empleo asalariado, una inflación que supera el alza de sus ingresos y la rebaja de los servicios y subsidios estatales. Al mismo tiempo, se han vuelto más complejamente integrados que antes en la economía y los sistemas políticos, y por lo menos en algunos entornos han demostrado, en sus respuestas a las crisis, una capacidad de adaptación mayor que la de otros componentes de la población. Los descensos registrados en la producción de las industrias de bienes de consumo “modernos”, en la capacidad de importación y en el poder de compra de los consumidores han dado más margen de maniobra a las pequeñas empresas no reglamentadas que fabrican bienes baratos para el mercado interno o que proviene ciertos servicios, incluso financieros, al margen de las reglamentaciones. Las mismas tendencias probablemente han estimulado a las grandes empresas, incluso a algunas transnacionales, a aprovechar en

forma más amplia al sector informal para la producción a destajo y para la comercialización de productos por medio de vendedores ambulantes (Ibid., p. 60).

É importante destacar que essa “margem de manobra” trata-se de uma das facetas da reestruturação produtiva – a terceirização – que, na América Latina permitiu ao capital o “subaproveitamento” do trabalho informal para a obtenção de vantagens competitivas. Segundo Ricardo Antunes (2006, p. 18), durante a reestruturação produtiva do capital no Brasil nos anos 1990, houve um processo de descentralização produtiva onde indústrias, em busca de maior competitividade internacional, empreenderam a busca de “[...] níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho e incentivos fiscais ofertados pelo Estado”.

A terceirização, sendo uma estratégia dessas empresas, foi introduzida em vários setores da economia brasileira, como o calçadista, por exemplo, que “[...] vivenciou um intenso processo de terceirização por meio da ampliação do trabalho em domicílio, nas pequenas unidades produtivas [...]” (Ibid., p. 22). Sem falar nas condições impróprias da realização do trabalho, pois segundo Antunes (Ibid., loc. cit.) “[...] boa parte desse trabalho é realizada em locais precários e improvisados, dentro e fora das casas, alterando o espaço familiar e as suas condições de vivência”. Já na indústria têxtil, a reestruturação produtiva, decorrente da abertura e liberalização comercial, acarretou demissões em massa, diminuindo “[...] mais de 50% de seu nível de emprego, na primeira metade da década, além de um alto grau de terceirização da força de trabalho” (Ibid., p. 23). Essas são apenas algumas evidências da “margem de manobra” das empresas capitalistas no contexto brasileiro, que resultou na ampliação do trabalho em domicílio e formas “[...] acentuadas de subcontratação e precarização da força de trabalho, pela redução significativa da remuneração da força de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas” (Ibid., loc. cit.).

A CEPAL (1990) reconhece que pela busca de vantagens competitivas, as empresas estrangeiras instalam-se na América Latina buscando força de trabalho de baixa remuneração, o que para elas é uma estratégia rentável:

Así, en la medida en que la competitividad internacional se alcance a expensas de las remuneraciones laborales, su efecto en la estructura distributiva será regresivo. Si, por añadidura, los recursos generados en la fase inicial del auge exportador, en lugar de encauzarse hacia la incorporación de progreso técnico por la vía de la inversión, se desplazan hacia el consumo o hacia el exterior, no sólo la equidad, sino que tarde o temprano la propia competitividad se verán erosionadas a la causa de la pérdida de la importancia del costo de la mano de obra como fuente de competitividad en los nuevos procesos productivos. Se trata en este caso de

*una forma espúrea (sic!) de la competitividad, que no debe confundirse con la competitividad auténtica, que deriva de la incorporación del progreso tecnológico (Ibid., p. 80 grifo do autor).*

Diante de colocações como essa, é possível percebermos que para a CEPAL o problema da natureza regressiva da competitividade capitalista na América Latina não é somente a informalidade e o subaproveitamento da força de trabalho e sim, a ausência do progresso técnico. Nessas condições, a CEPAL vem sustentando o argumento, segundo o qual, a informalidade é uma das provas mais claras de que o progresso técnico não atingiu em proporções significativas a região, já que não se apoia no uso de força de trabalho qualificada e formal, mas precarizada, informalizada e não qualificada.

O que deve ficar claro é a convicção da CEPAL de que os trabalhadores que não participam da difusão do progresso técnico são os mais vulneráveis à pobreza e a desigualdade social, por desenvolverem atividades “rudimentares” que exigem pouca qualificação e, portanto, oferecem menores salários. Prebisch (1963) já sustentava tal hipótese ao alegar a inserção dos trabalhadores às atividades informais definidas como “não qualificadas” ou de “natureza pré-capitalista”, como a exclusão dessa população trabalhadora do progresso técnico.

Embora a informalidade seja apontada pela CEPAL como causa do agravamento da pobreza e das desigualdades de distribuição de renda na América Latina, atrelada à ausência da equidade, isso não significa que a América Latina e o Caribe deveriam banir o trabalho informal. Na realidade, a solução para a CEPAL (1990, p. 82) não é suprimi-lo, e sim incluí-lo ao modo de produção capitalista através da capacitação dos trabalhadores informais, no sentido de articular os setores mais precários aos mais “modernos”:

[...] Dado que no puede esperarse que la transformación productiva absorba en el curso del decenio a toda la población subempleada en los sectores modernos de la economía, habrán de fomentarse condiciones en el sector informal para que se eleven los ingresos, para que haya una estabilidad en el trabajo y una consolidación progresiva en aspectos tales como gestión, organización, administración y comercialización para las empresas que se desempeñan en los segmentos de baja productividad.

A reestruturação produtiva parece, assim, ser anunciada pela CEPAL como o caminho inexorável da produção industrial e, sobretudo, a solução para todos os males resultantes da falta de competitividade, inclusive as desigualdades sociais. É o que podemos constatar na passagem abaixo, que aponta a flexibilização do trabalhador assalariado como alternativa para articular a população ao modo de produção capitalista:



Flexibilizar la contratación laboral no es ciertamente una solución mágica a los problemas de demanda laboral [...]. La existencia de rigideces marcadas en algunos subsegmentos del mercado de trabajo hace conveniente, en cualquier caso, negociar mayores espacios de flexibilidad en la contratación, que faciliten los ajustes en un contexto caracterizado por constantes cambios tecnológicos y necesidades de reestructuración de los sectores productivos [...]. Además hay que promover, a nivel microeconómico, acuerdos entre empresarios y trabajadores que contemplen formas alternativas de flexibilidad, propicias a una mayor adaptabilidad de las empresas al cambio tecnológico y al ciclo económico [...] (CEPAL, 2000, p. 55).

Essa colocação reforça a tese de Adrián Sotelo Valencia (2007) da flexibilidade e precariedade do trabalho consistirem como principais eixos da relação capital-trabalho. Para os capitalistas, o problema da alta contingência da população trabalhadora e do desemprego crônico supostamente pode ser resolvido através da flexibilidade laboral, do trabalho temporário, citando algumas das formas da pauperização do trabalho atenuantes na atualidade. Isso significa que além de qualificar-se, o trabalhador deve adequar-se às condições precárias do capitalismo competitivo.

Na contemporaneidade, a CEPAL reafirma a precarização da força de trabalho, sob a denominação da estratégia de “flexissegurança” enquanto panaceia para a inserção/reinserção do trabalhador ao emprego formal.

Nesse contexto, propõe-se uma estratégia de “flexissegurança” que já foi incorporada com resultados satisfatórios nos países desenvolvidos. Ela consiste em incrementar a flexibilidade do mercado de trabalho – uma necessidade em economias mais abertas e competitivas – com uma segurança que compense o custo humano do ajuste econômico. Essa segurança supõe a aplicação de políticas passivas e ativas no mercado de trabalho, isto é, seguros-desemprego e normas de reeducação profissional [...] (CEPAL, 2007a, p. 66).

Entre os países desenvolvidos que a CEPAL faz referência situam-se os Estados Unidos, a França e o Japão. Entretanto, a verdadeira faceta da flexibilidade laboral revela seus pontos negativos, que foram constatados por Ruy Mauro Marini (1996) ainda em meados da década de 1990. O autor revela que a flexibilidade da força de trabalho foi decorrente das pressões patronais, e que por meio delas,

las empresas recurrieron en gran escala a la *tercerización de su personal*, que implica el despido de trabajadores y su posterior recontratación a través de pequeñas empresas prestadoras de servicios, lo que las exime de gastos con prestaciones sociales. Paralelamente, adoptaron medidas enmarcadas en la llamada *flexibilización*, procedimiento que obliga al obrero, a cambio de la

estabilidad en el empleo, a aceptar modificaciones que afectan desde el puesto de trabajo y el salario hasta la jornada laboral, en su duración e intensidad. Finalmente, acentuaron la diferenciación existente en los mercados de mano de obra, interponiendo una distancia creciente entre el trabajador y el proceso material de producción, contribuyendo a aumentar la jerarquización existente entre ellos de acuerdo al grado de su calificación, tanto desde el punto de vista del empleo como de la remuneración (Ibid., p. 05, grifo do autor).

A flexibilidade laboral pode ser encarada como um elemento de controle do capitalismo contemporâneo sobre o problema da exclusão social. Boaventura de Souza Santos (2002) observa que na contemporaneidade, o capitalismo, ao mesmo tempo em que lança mão de processos que geram desigualdade e exclusão – como o desemprego – estabelece mecanismos que permitam controlar esses processos, na tentativa de impedir que a desigualdade e a exclusão extrema sejam demasiadamente frequentes. Nessas circunstâncias, podemos dizer que isso não implica que o capitalismo competitivo oriente-se na erradicação das desigualdades sociais, como tem se enfatizado amplamente, o que coloca em cheque a possibilidade do enfrentamento da exclusão e das desigualdades sociais no contexto da propriedade privada.

A inviabilidade de tal propósito é confirmada quando a reestruturação produtiva, devido a sua natureza antagônica, é contemplada pela CEPAL entre as novas condições de inserção dos trabalhadores ao emprego, para tirá-los da situação de vulnerabilidade social. Essa possibilidade é acolhida pela CEPAL (2007a), que coloca o enfrentamento das desigualdades no seio do capitalismo competitivo concebendo-o como *lócus* das transformações econômicas e, principalmente, sociais.

O capitalismo competitivo aparece em Milton Friedman (1985) como a via para efetivar transformações na sociedade, como intervir nas desigualdades sociais. Para esse autor, o capitalismo competitivo deve coordenar e empreender as soluções dos problemas da sociedade, encarregando-se da tarefa de resolver problemas sociais de natureza política e econômica, sendo, portanto, “[...] um modelo funcional de uma sociedade organizada sobre uma base de troca voluntária [que] é a economia livre da empresa privada – que denominamos, até aqui, de capitalismo competitivo” (Ibid., p. 22).

Essa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico de Friedman (Ibid.) constitui o horizonte da concepção cepalina de coesão social, pautada na reciprocidade entre o capital e o trabalho. No pensamento cepalino, a coesão social é concebida como um horizonte de desenvolvimento onde a relação capital-trabalho é contemplada como a condição para a igualdade e a justiça social no contexto latino-americano e caribenho (CEPAL, 2007a).

De acordo com a CEPAL (Ibid., p. 25), a coesão social, apesar da variedade de acepções que a envolve<sup>65</sup>, significa “[...] a dialética entre os mecanismos instituídos de inclusão e exclusão social e as respostas, percepções e disposições dos cidadãos diante do modo como tais mecanismos funcionam [...]”. Assim, a viabilidade da coesão social é conferida pela dinâmica entre mecanismos como o mercado de trabalho e membros da sociedade como os trabalhadores, quando ambos convergem-se para as transformações da sociedade. Não obstante, convém sublinhar que foi no capitalismo competitivo que emergiu o que hoje conhecemos por mercado de trabalho que, de acordo com José Paulo Z. Chahad (1998, p. 403) pelo surgimento do sistema capitalista de produção “[...] e conseqüente utilização do trabalho assalariado em larga escala, emerge o mercado de trabalho como uma instituição fundamental ao funcionamento da economia”. De forma ampla, o mercado de trabalho, segundo o mesmo autor, pode ser entendido como a compra e a venda de serviços e força de trabalho representando o vínculo entre capitalistas e trabalhadores (Ibid.).

O mercado de trabalho é contemplado por várias óticas da economia. No plano microeconômico, constitui-se um caso particular da teoria dos preços, sendo imprescindível na determinação dos níveis de salário e emprego, enquanto que no âmbito macroeconômico seu objetivo é contribuir, principalmente, na determinação do produto e do emprego.

Outra ótica a ser observada diz respeito à sua importância sócio-econômica, onde se formam inúmeras variáveis de profunda repercussão sobre o cotidiano dos trabalhadores, tais como salários (reais e nominais), desemprego, rotatividade, produtividade, além de determinadas condições de trabalho e de subsistência dos indivíduos [...] (Ibid., p. 404).

Sendo o modelo ideal de organização contemplado pelos neoliberais, o capitalismo competitivo, isto é, a empresa capitalista, é o fator dinâmico para o desenvolvimento econômico e social. Cabe lembrar que a solução para os problemas do desemprego e da desigualdade social, pela concepção neoliberal dos ajustes estruturais, deve ficar a cargo da propriedade privada, conforme expõe Teixeira (1998, p. 195-196):

---

<sup>65</sup> A coesão social é um conceito complexo que envolve uma multiplicidade de acepções que atribuem ao mesmo várias perspectivas e significações. Frequentemente, esse conceito se confunde com noções como inclusão social e equidade, entre outros que dão a ideia de igualdade de condições e oportunidades para os membros de uma sociedade. Todavia, o uso desse conceito está longe de ser rigoroso: “trata-se de um objetivo ou horizonte político indistintamente associado a vários e desconcertados aspectos do desenvolvimento social que, conforme se afirma, contribuem para a sua realização ou as impelem” (CEPAL, 2007a, p.09).

[...] dá a preocupação básica da teoria neoliberal em mostrar o mercado como um princípio insuperável para estruturar e coordenar as decisões de produção e investimento sociais. Conseqüentemente, mecanismo indispensável para solucionar os problemas de emprego e renda na sociedade.

Por meio do mercado de trabalho, o capitalista converte a força de trabalho em mercadoria a ser comprada e consumida. Em Marx (1999b) encontramos que, para o trabalho aparecer como mercadoria ele deve ser empregado como produtos de valor de uso, produzindo coisas que sirvam para satisfazer as necessidades de consumo sob o emprego das habilidades dos trabalhadores. De acordo com esse autor, se a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho, o comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar e este, ao trabalhar, torna-se força de trabalho em ação, portanto, trabalhador.

Marx (Ibid.) definindo a força de trabalho como o conjunto de habilidades físicas e mentais de um sujeito, que são postas em ação no momento da produção de um valor de uso, esclarece que:

A força de trabalho é mercadoria quando é vendida pelo seu possuidor – o trabalhador. O capitalista e o trabalhador relacionam-se enquanto possuidores de mercadoria, sendo o primeiro o comprador, e o segundo o vendedor. O dono da força de trabalho não pode vender mercadorias oriundas de seu trabalho, sendo forçado “a vender sua força de trabalho”, que só existe nele mesmo (Ibid., p. 199).

Tendo em vista essa relação entre capitalistas e trabalhadores, a CEPAL (2007a, p. 10) acredita que a coesão social diz respeito “[...] não só aos mecanismos de inclusão e exclusão social instituídos [como o acesso ao emprego], mas também ao modo como eles influem e moldam as percepções e condutas das pessoas diante de determinada sociedade ou comunidade”. No entanto, essa forma com que a coesão social está sendo colocada dissimula a natureza perversa do capitalismo competitivo, se acolhermos a hipótese da propriedade privada não se orientar para suprimir as desigualdades sociais, e sim para acentuá-las.

Uma das evidências nesse sentido é o papel do Estado no capitalismo contemporâneo, no que tange ao incentivo da flexibilidade laboral. De acordo com os apontamentos cepalinos, a atuação estatal deve se conduzir à adequação/readequação das capacidades produtivas do trabalhador para a sua inserção/reinserção no emprego, o que implica a capacitação dos trabalhadores e, o mais crucial, o impulso à flexibilidade laboral.

À política de flexissegurança cabe acrescentar mais dois esquemas. O primeiro consiste de um sistema de capacitação de trabalhadores orientado

para o cumprimento de padrões requeridos pelas atividades individuais da economia que seja supervisionado pelo Estado e proporcionado por órgãos técnicos altamente credenciados [...]. Nesse sentido, tal esquema se insere nas políticas ativas sobre o mercado de trabalho orientadas para diminuir o impacto dos ciclos econômicos mediante uma formação profissional de melhor qualidade e mais oportuna que reduz, conseqüentemente, a massa de trabalhadores mais vulneráveis [trabalhadores de nível de educação mais baixo e que são os primeiros a serem demitidos em caso de recessão econômica]. [...] O segundo esquema refere-se aos programas de colocações de emergência que constituem uma resposta freqüente em períodos de contração econômica, oferecendo empregos de curta duração e baixos salários a trabalhadores semi-qualificados ou sem qualificação profissional [inclusão dos trabalhadores informais]. Para que esses programas também sejam um sinal positivo em relação aos direitos do trabalhador, é fundamental que neles se respeite a legislação trabalhista e se evitem tanto o pagamento de salários inferiores ao nível legal quanto a absoluta falta de proteção (CEPAL, 2007a, p. 67-68).

Esse apoio do Estado à “flexissegurança”, ou seja, a flexibilidade do mercado de trabalho, é um dos exemplos que colocam em pauta a atuação estatal na atualidade. A respeito disso, Boaventura de Souza Santos (2002) reflete que, diante das condições transnacionais, de um lado, e locais, de outro, a função do Estado, mais do que assegurar o pleno emprego, tem de assegurar a competitividade capitalista e as condições que a tornam possível, como o apoio à inovação a subordinação geral da política social à política econômica e a flexibilização do mercado de trabalho. O autor conclui que o Estado na atualidade está longe de eliminar a exclusão social por buscar geri-la através da reintegração ou reinserção social por meio de programas de reeducação profissional. Em outras palavras, isso quer dizer que os efeitos da intervenção estatal para diminuir a pobreza e a vulnerabilidade social são relativamente limitados. Pierre Salama (2002) referindo-se as dimensões que a pobreza já atingia no fim da década de 1990, postula que numa região caracterizada pelas altas desigualdades sociais, como os países latino-americanos, é forçoso insistir que a intervenção do Estado, que se limita a alguns setores como a educação, pode diminuir drasticamente a pobreza.

Autores como Bernardo Kliksberg (2001) têm realçado que entre as possibilidades para a redução das desigualdades encontra-se a qualificação dos trabalhadores que, não só constitui-se o acesso à renda, como torna possível viabilizar a equidade na América Latina, pois a qualificação é “[...] considerado hoje fundamental na produtividade e competitividade das nações” (Ibid., p. 22). Esse autor sublinha que a qualificação do trabalho deve-se à importância do conhecimento na competitividade capitalista, pois na contemporaneidade, aquela está cada vez mais associada ao conhecimento que respalda a composição das novas formas de produção, como a informática, a microeletrônica, as comunicações, a robótica etc.

Em *Una agenda para era global*<sup>66</sup> (CEPAL, 2010b), a CEPAL define o conhecimento como o pilar da competitividade e, apoiada em tal ênfase, a Comissão defende que toda a mobilização do desenvolvimento deve se orientar para o “[...] aumento de las inversiones en educación, capacitación laboral y empresarial, ciencia y tecnología [...] (Ibid., p. 121).

Sobre a importância do conhecimento no capitalismo atual, Suzana Murillo (2007) explica que a integração, a flexibilidade e a inovação constantes requerem o conhecimento que se constitui como seu elemento chave, que se assenta nos saberes científicos, como nos saberes da população que passaram a ser encarados como componentes fundamentais para a geração do conhecimento nas empresas.

Entretanto, a introdução de tecnologias, por si mesma, não assegura a diminuição das desigualdades sociais porque isso dependerá do preparo dos trabalhadores para manipulá-las. De acordo com Bernardo Kliksberg (2001, p. 30), ao contrário dos trabalhadores qualificados que saberão lidar com tais tecnologias, os trabalhadores sem qualificação “[...] não terão a possibilidade real de se integrar a elas, o que pode ampliar significativamente as disparidades de remunerações entre uns e outros”. Portanto,

[...] As possibilidades de ter acesso a esse conhecimento, de manipulá-lo, de fazer, a partir dele, a “inovação doméstica” e gerar novos conhecimentos estão fortemente ligados ao nível educacional da população. Se um país melhora sua equidade e permite que amplos setores de sua população possam ter acesso a significativas oportunidades educativas de qualificação, estará construindo a capacidade básica para poder atuar no mundo de novas tecnologias [...] (Ibid., p. 22).

Essa especial importância à qualificação do trabalho significa que a viabilidade produtiva, ou seja, os esforços dos indivíduos para aumentar a produtividade, é um dos critérios para a inserção dos marginalizados na produção capitalista. Sobre a respeito, Mézáros (2002, p. 96) assinala que o capital empreende a incessante busca da submissão da dimensão humana do trabalho que, por sua vez “[...] deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar [...]”. Em outras palavras, isso significa que caberá ao próprio indivíduo esforçar-se para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pelo capitalismo, como o acesso ao emprego, e dessa forma, os trabalhadores assalariados são convocados a serem os senhores de seu próprio destino, responsáveis pela sua sobrevivência e segurança (SOUZA, 2002).

Essa ideia fica clara em Milton Friedman (1985, p. 153), o qual assinala que, embora

---

<sup>66</sup> Documento originalmente publicado como: “*Globalización y desarrollo* (LC/G.2157-SES.29/3), Santiago de Chile, CEPAL, 2002, capítulo IV” (BIELSCHOWSKY, 2010b, p. 105).

seja considerado pela desigualdade na distribuição de renda e riqueza, a “[...] grande contribuição do capitalismo não foi o acúmulo de propriedade, foi ter dado oportunidade a homens e mulheres de estenderem e desenvolverem e aperfeiçoarem suas capacidades [...]”. Essa concepção de Friedman constitui-se o princípio fundante da ideia cepalina do trabalho como pilar da coesão social, pois a CEPAL (2007a, p. 68) entende que as habilidades produtivas dos trabalhadores são determinantes para a inclusão desses no modo de produção capitalista, portanto, fortalecedoras da coesão social que “[...] faz as pessoas sentirem que são parte de um sistema que procura ampliar suas oportunidades e habilidades”.

Assim, enquanto eixo da transformação produtiva e pilar da coesão social na América Latina e no Caribe, o fator determinante para a inserção dos trabalhadores decorre da qualificação dos mesmos, onde:

La capacitación de trabajadores es una actividad que apunta simultáneamente a las dos grandes metas de la transformación productiva: el crecimiento y la equidad. Junto con aumentar la competitividad, amplía las oportunidades de desarrollo individual y colectivo (CEPAL, 1990, p. 121).

Vinte anos depois, a ideia do trabalhador de se adequar às transformações do processo produtivo continua sendo veiculada pela CEPAL (2008, p. 83-84), pela qual o trabalho é concebido como determinante do crescimento econômico e impulsionador do progresso tecnológico:

Este proceso, a su vez, es función de las capacidades para crear, aprender y adaptar conocimientos y técnicas a la esfera productiva y comercial, las posibilidades de capturar el mayor valor creado por esas innovaciones y la disponibilidad de los recursos (materiales, humanos [...]) que requieren las innovaciones [...]. La capacidad de crear, aprender y adaptar conocimientos a la esfera productiva tiene un papel estratégico en los patrones productivos y tecnológicos actuales [...]. Puede afirmarse que, desde el punto de vista de lo crecimiento, un mayor nivel educativo permitiría aprovechar más y mejor las tecnologías disponibles, sobre todo en niveles de desarrollo relativo menor. Sin embargo, la estrategia en este sentido debe partir de una visión sistémica que tome en cuenta las necesidades de la oferta y la demanda de mano de obra educada [...].

Com base nos apontamentos que definem o trabalho como eixo da transformação produtiva e pilar da coesão social na América Latina, podemos concluir que dependerá do trabalhador assalariado a sua inclusão no modo de produção capitalista, como o acesso ao emprego. É desta forma que a América Latina deverá percorrer, segundo a CEPAL, o caminho rumo ao enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade social: o ajustamento dos

trabalhadores às tendências e transformações do capitalismo, como a reestruturação produtiva do capital cujo processo ocorre na contemporaneidade.

Sabemos que mediante a reestruturação produtiva, a América Latina, no decorrer dos anos 1990 e da década de 2000, consolidou sucessivas transformações, em especial as concernentes à relação capital-trabalho. Sendo assim, cabe indagarmos: houve um crescimento econômico conciliado com a redução da pobreza? Diminuíram as desigualdades sociais? Quais foram as principais tendências do emprego na América Latina nos últimos anos?

As evidências da realidade, dando conta de responder essas interrogativas, não deixaram de ser a pauta dos diagnósticos recentes da CEPAL cujas justificativas obscurecem os determinantes que têm servido de engrenagem aos interesses contraditórios entre o capital-trabalho, o que tem sido praxe na história do pensamento da Comissão. Cumprindo mais uma vez o papel de interpretar a dinâmica das economias latino-americanas e caribenhas, a CEPAL (2008, p. 13), ao fazer o balanço do crescimento econômico nos últimos tempos, inicia a introdução de *Transformación productiva 20 años después...* com a seguinte conclusão:

Hace casi 20 años la CEPAL propuso la idea fuerza de la transformación productiva con equidad. Entonces los países de la región venían transitando desde la profunda crisis de los años ochenta, con sus dificultades de estabilización interna y ajuste externo, y se dirigían hacia una década de reformas estructurales siguiendo el llamado Consenso de Washington [...]. La propuesta situaba a la región en el concierto de los países en desarrollo y destacaba su situación desmedrada con la figura de lo casillero vacío, es decir, sus dificultades para conciliar crecimiento y equidad. La transformación productiva aparecía así como la idea clave para promover, simultáneamente y no de manera secuencial, tanto el crecimiento económico como la equidad social. En relación con el crecimiento económico, se partía reconociendo los grandes cambios que estaban ocurriendo en el mundo y la forma en que redefinían un tema recurrente en el pensamiento de la CEPAL: la generación y propagación de progreso técnico. En tal sentido, se sostenía que, para alcanzar el progreso técnico y un incremento de la productividad, era preciso un mayor nivel de apertura de nuestras economías, aunque se distinguía la competitividad auténtica de la espuria y se enfatizaba su carácter sistémico. [...] Desafortunadamente, las características del proceso de apertura de los años noventa poco tuvieron que ver con estos criterios, esenciales para el proceso de transformación productiva.

Os apontamentos acima delatam que a transformação produtiva não obteve o êxito esperado para acirrar a competitividade capitalista e a produtividade, assegurando a inserção da América Latina e do Caribe no intercâmbio internacional. O que deu errado?



[...] La heterogeneidad estructural, característica de los sistemas productivos de la región, se ha acentuado al ampliarse las diferencias de productividad entre las empresas grandes, líderes de los procesos de modernización, y el amplio y variado espectro de actividades rezagadas, que concentra el grueso del empleo. Esto no sólo sienta las bases materiales de mayores desigualdades sociales, al acentuar las brechas internas de productividad e ingresos; también afecta la capacidad de crecimiento, por cuanto limita el enlace entre diversos sectores productivos y la difusión del progreso técnico, así como el arrastre de las exportaciones (CEPAL, 1998d, p. 890)<sup>67</sup>.

Ainda na década de 1990, a heterogeneidade estrutural estava interferindo na dinâmica das estruturas produtivas. Contudo, seu *modus operandi* – a debilidade do progresso técnico e a exclusão da população das forças produtivas – ainda vem se efetivando, conduzindo a economia a um desfecho marcado por entraves e estagnações que comprometem a inserção da atividade industrial da América Latina no comércio internacional.

Em longo prazo, os efeitos de tal heterogeneidade foram sentidos nos anos 1990, década em que a América Latina não obteve o desempenho esperado na inserção comercial. Embora houvesse registros de crescimento das exportações, a participação latino-americana e caribenha no intercâmbio internacional prevaleceu baixa.

Durante la década de 1990 se registraron avances importantes en la incorporación de las economías latinoamericanas y caribeñas a la economía mundial. [...]. La profunda expansión de las exportaciones mexicanas (13.7% anual) explica gran parte de este dinamismo. De hecho, en 1999 dicho país concentró cerca de la mitad de las exportaciones latinoamericanas de bienes. En cambio, Brasil se destaca por el crecimiento relativamente lento de sus exportaciones (3.2% anual)<sup>68</sup>. [...]. El resto de los países muestra, sin embargo, un crecimiento dinámico, cercano al 8% por año. Aun así, la participación de América Latina y el Caribe en el total de exportaciones mundiales sigue siendo muy baja, sólo ligeramente superior al 5% (CEPAL, 2000, p. 28).

Cabe assinalar que no México as maquiladoras responderam por boa parte das exportações industriais, pois “[...] entre los sectores industriales que han tenido un buen desempeño se destacan precisamente la maquila, la industria automotriz, favorecida en

<sup>67</sup> Documento originalmente publicado como: “Resumen y conclusiones (páginas 13 a 20), en *La brecha de la equidad. América Latina, el Caribe y la Cumbre Social* (LC/G.1954/Rev.1-P), Santiago de Chile, 1997. Publicación de Las Naciones Unidas, no. de venta: S.97.II.G.11” (CEPAL, 1998a, p. 887).

<sup>68</sup> A respeito, Pierre Salama (1999, p. 13) observa que, “[...] ainda que o Brasil tenha experimentado uma diminuição de sua taxa de crescimento antes do surgimento dos primeiros sinais da crise financeira, a recessão econômica não é fundamentalmente produto de uma desvalorização insuficiente do capital. [...] Sua taxa de investimento, ainda que levemente crescente nos anos 90, representa três quintos da verificada nas economias asiáticas e não atinge o nível dos anos 70. O temor da fuga de capitais e a própria fuga levam à adoção de políticas profundamente recessivas. O paradoxo chega então ao seu ponto culminante: a retirada do Estado responsabiliza este, mais ainda que no passado, pela profunda instabilidade do nível de atividade. É essa lógica financeira que explica ao mesmo tempo a intensidade das oscilações e a duração limitada da crise”.

México por el acceso al mercado de Estados Unidos [...]” (Ibid., p. 32)<sup>69</sup>. A respeito dessa integração do México ao mercado dos Estados Unidos, Adrián Sotelo Valencia (2007) salienta que enquanto país dependente, o México, integrando-se às transnacionais na década de 1990, se deparou com condições de absoluta desigualdade na competitividade internacional, o que reclamava a necessidade desse país pela liberalização de seus setores energéticos, de telecomunicações e a flexibilização do mercado de trabalho para atingir uma maior competitividade.

Esses breves apontamentos da CEPAL sobre a da dinâmica das estruturas produtivas da América Latina e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico revelam que a heterogeneidade estrutural ainda é um desafio a ser superado na América Latina. A heterogeneidade estrutural é uma das encruzilhadas pelas quais a América Latina vem enfrentando desde a fase inicial da industrialização. Seus impactos sobre o crescimento da economia geraram resultados de longo prazo nos países latino-americanos, pois não só vem acentuando as disparidades no desenvolvimento nas economias dependentes com relação aos países do centro, como também o aumento da brecha da difusão tecnológica entre a América Latina e as economias do mundo.

Sendo apontada pela CEPAL, em meados da sua fase estrutural inaugural, como a característica das economias dependentes, a heterogeneidade estrutural é ainda o centro dos postulados da Comissão acerca dos embates das transformações das economias, pois tem se reafirmado na contemporaneidade enquanto traço permanente do desenvolvimento periférico por agravar a situação do subdesenvolvimento, provocando a estagnação econômica e o aprofundamento da pobreza. De acordo com a CEPAL (2008, p. 78), desde a década de 1990, a América Latina tem demonstrado transformações na sua estrutura produtiva que afetam a sua capacidade de crescimento em longo prazo devido à existência de falhas estruturais que vêm comprometendo o crescimento econômico baseado nas exportações de bens industriais, entre elas, a redução “prematura” da participação do setor manufatureiro no valor conjunto total da economia:

La región ha demostrado cambios en su estructura productiva que, en cierta medida, son similares a los descritos, pero con variaciones importantes que pueden afectar su capacidad de crecimiento a largo plazo. El rasgo más

---

<sup>69</sup> Segundo Irma Balderas Arrieta (2006), “as empresas *maquiladoras* são aquelas que realizam a manufatura parcial, encaixe ou empacotamento de um bem sem que sejam as fabricantes originais. Ou seja, são fábricas de encaixe, manufatureiras e de serviços, destinadas à transformação, elaboração ou reparo de mercadorias de procedência estrangeira cujo destino principal é a exportação para os Estados Unidos [...]” (Ibid., p. 739, grifo da autora). A instalação da Indústria Maquiladora de Exportações (IME) encontra-se na fronteira norte do México, sendo fundada em 1966 com a instalação do primeiro parque industrial no Estado mexicano de Chihuahua.

contrastante con la evolución en países que han crecido a tasas elevadas es la reducción aparentemente prematura – al menos en relación con el producto por habitante – de la participación del sector manufacturero en el valor agregado total, lo que se registra en gran mayoría de los países de la región, pero de manera especialmente acentuada en el Cono Sur y, en cierta medida, en Brasil [...].

Nos países do Cone Sul, a redução da participação da manufatura no crescimento econômico pode ser consequência da estratégia desses países diante do endividamento externo dos anos 1980 de abrirem mão da industrialização, o que já foi colocado nesse trabalho. Entre os países do Cone Sul se destaca o Chile, que conforme Ruy Mauro Marini (1996, p. 06) constitui o caso mais evidente da ausência da industrialização, pois suas exportações consistem “[...] en cobre y otros minerales, frutos del mar, harina de pescado, madera y celulosa, mientras las importaciones suplen buena parte de las necesidades del país en cuanto a bienes de capital y de consumo, en particular los suntuarios [...]”.

Essa estratégia chilena ocorreu pela interferência do capital estrangeiro na desregulamentação dos recursos naturais, que significou a privatização de empresas estatais atreladas à exploração de recursos naturais. Já citamos inicialmente que a desnacionalização de empresas estatais ligadas à exploração de recursos naturais fez parte do processo de privatização do setor público dos anos 1990. De acordo com Orlando Caputo Leiva (2009, p. 148), a privatização dos recursos naturais, como os energéticos, minerais e hídricos, pelas empresas transnacionais revelou uma tendência extrema na América Latina.

A desnacionalização das empresas, o fracionamento dos processos produtivos, as diferentes associações empresariais expressam as novas relações entre diversos capitais. A privatização e a desnacionalização de empresas e recursos naturais expressam as novas relações entre as grandes empresas mundiais e os Estados nacionais.

O mesmo autor oferece ricas referências a respeito. Ele cita a desnacionalização do cobre no Chile que, segundo ele, constituiu um dos casos emblemáticos, pois “[...] as empresas estrangeiras controlam há alguns anos cerca de 70% da produção de cobre chileno. O cobre é a principal riqueza básica, e cerca de 40% das reservas mundiais desse metal se encontram no Chile” (Ibid., loc. cit.). A própria CEPAL (2000, p. 31), apontando a desregulamentação dos recursos naturais como estratégia de intervenção do capital estrangeiro na América Latina, conclui que esse se orientou, predominantemente, para “[...] la desregulación de sectores de uso intensivo de recursos naturales, la privatización de sectores tradicionalmente reservados al Estado [...]”. Como resultado, essa manobra permitiu “[...] un

aumento acelerado de la participación de las empresas extranjeras en la producción y las ventas, especialmente desde meados de la década [...]” (Ibid., loc. cit.).

A desregulamentação contribuiu para a composição das exportações da América Latina e do Caribe no fim dos anos 1990, que segundo a CEPAL (Ibid.) se caracterizou por dois padrões de especialização: i) exportações com alto grau de insumos importados (exportações agrícolas tradicionais, minerais e energéticos) orientadas para os Estados Unidos, como no caso do México e de alguns países caribenhos e sudamericanos; e ii) exportações primárias e industriais apoiadas na exploração de recursos naturais que constitui o caso do Brasil<sup>70</sup>. Com relação aos produtos exportados pelo Brasil, podemos citar os produtos petroquímicos, papel, cimento e metais produzidos nesse país (Ibid.).

Esses padrões de especialização, segundo Pierre Salama (2009, p. 130) indicam que:

[...] a maior parte dos países latino-americanos reestruturou os seus aparelhos produtivos e os seus padrões de acumulação de capital em benefício de setores tradicionais (primário-exportadores) fundado na produção de petróleo, gás, agricultura, gado, minerais, frutas [...] <sup>71</sup>.

Contudo, essa reestruturação pouco requer o emprego de força de trabalho qualificada. Referindo-se às maquiladoras mexicanas, Pierre Salama (1999) observa que, salvo em alguns casos de empresas que se dedicam às atividades de pesquisas, as indústrias de exportação do México, de um modo geral, empregam uma força de trabalho de baixa qualificação e mal remunerada.

Essa redução prematura da atividade industrial na composição de exportações indica que a América Latina vive a desindustrialização<sup>72</sup> da sua economia, levada a cabo em plena globalização. Em Adrián Sotelo Valencia (2007, p. 74), esses componentes, sendo parte do processo de reestruturação produtiva na América Latina, se tratam do processo de

<sup>70</sup> Conferir “Cuadro 1.1. Composición de las exportaciones de América Latina y el Caribe 1998-1998” (Ibid., p. 30). Esse quadro inclui 25 países, entre eles, a Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, Jamaica e México.

<sup>71</sup> Essa reestruturação pode ser considerada a reprimarização da economia na América Latina. Para Pierre Salama (2002), a reprimarização ocorre quando há o impulso às exportações de bens primários, como os energéticos, de cereais, de produtos agroindustriais, que ocorre em detrimento das atividades industriais, incluindo as de transformação.

<sup>72</sup> De acordo com Carlos Eduardo Martins (2006, p. 408), a desindustrialização significa “[...] o processo de desmonte das plantas industriais, levado a efeito na América Latina quando esta foi induzida a abandonar o projeto de substituição de importações, para adequar-se às exigências do capitalismo globalizado. O projeto substitutivista orientou o desenvolvimento econômico do continente entre 1930 e 1970 e as políticas do desenvolvimentismo. Foi abandonado devido ao neoliberalismo, o que expôs às indústrias às assimetrias internacionais [...]”. O processo de desindustrialização se reflete “[...] pela redução da participação da indústria latino-americana no PIB industrial mundial e nos PIBs regional e nacional, ou seja, pela retração dos seus segmentos que proporcionam maior valor agregado [...]” (Ibid., loc. cit.).

desindustrialização, que significa o deslocamento do eixo de acumulação de capital do processo industrial “[...] a actividades como: servicios, maquiladoras, remesas y a sectores primarios exportadores que hoy volven a ser dominantes en otrora países industrializados de América Latina como Brasil, Argentina y Chile”.

A preponderância dos setores atrelados aos recursos naturais em detrimento da atividade industrial é evidenciada pela CEPAL (2008, p. 78) em sua síntese sobre a desindustrialização na América Latina:

Este fenómeno (a redução prematura da manufatura) podría responder a causas de diversa índole. [...] En ese contexto, sobre todo en América del Sur, fue configurándose un patrón de especialización productiva con fuerte preponderancia de las actividades basadas en la explotación de recursos naturales. Un segundo factor de desindustrialización se originó en la reasignación a escala global de actividades con uso intensivo de mano de obra (*offshoring*), lo que habría conducido a un menor crecimiento del sector manufacturero en la región [...].

Para a CEPAL (Ibid., p. 79) o emprego de força de trabalho mal remunerada, especialmente no setor de serviços, foi um dos principais efeitos da desindustrialização da América Latina:

La desindustrialización de la región se había producido cuando el sector manufacturero no había agotado aún su potencial de aumento de la productividad sobre la base de economías de escala y ventajas dinámicas. En ese sentido, la menor participación relativa de la industria y, en ciertos casos, su reducción absoluta, ocasionaron una pérdida de crecimiento potencial. La menor absorción de empleo en ese sector, resultante de la disminución abrupta de su actividad, contribuyó al aumento del empleo en sectores de servicios, en muchos casos de baja productividad.

Se por um lado a desindustrialização provoca a redução da atividade industrial, por outro ela torna cada vez mais aguda a precarização no trabalho assalariado que não só se restringe à informalidade. Conforme Adrián Sotelo Valencia (2007, p. 74), a desindustrialização, associada à privatização de empresas públicas,

[...] impulsa el trabajo flexible y polivalente y desregula el mundo del trabajo; los empleos que llega a crear son generalmente de mala calidad, baja calidad y raquíica remuneración y desarrolla fuertemente la economía informal, aumentan las tasas de desempleo abierto y masivamente reproduce la pobreza y la extrema pobreza sin que existan mecanismos institucionales efectivos y viables de tipo político y social para intentar contrarrestar estos fenómenos agresivos.

Na realidade, a ênfase da CEPAL no processo de desindustrialização recai sobre a desaceleração da produtividade culminada por tal processo, o que desestimulou, portanto, a difusão do progresso técnico. Embora não ignore a extrema heterogeneidade dos estágios de crescimento e desenvolvimento econômico que se verifica em diferentes regiões latino-americanas, pois em algumas há o forte predomínio da exploração de recursos naturais, outros, das atividades industriais como o caso do Brasil e do México, o problema para a CEPAL é que a desindustrialização não se traduz, necessariamente, em maior incremento de progresso técnico.

Podría argumentarse que el cambio en la participación de los sectores con uso intensivo de ingeniería es resultado natural de una mayor especialización de varios países de la región en sectores productores de bienes primarios. Sin embargo [...], la importancia de los sectores con uso intensivo de ingeniería en países que también exhiben una significativa orientación hacia actividades basadas en recursos naturales, como Australia, Canadá, Noruega y Nueva Zelanda, ha sido y es, en general, sustancialmente superior a la de los países de la región [...] (CEPAL, 2008, p. 80).

Esse é um dos contrastes da difusão do progresso tecnológico entre a América Latina e os países desenvolvidos<sup>73</sup>, resultantes da desindustrialização da região. Em suas análises das tendências assumidas pela estrutura industrial na América Latina durante o período 2000 e 2003, a CEPAL (2007b; 2008) aponta que, em relação aos países industrializados, os países latino-americanos pouco ampliaram os setores intensivos de conhecimentos apoiados na tecnologia. Ao contrário de países como os asiáticos e os Estados Unidos que registraram maciços investimentos e forte crescimento nesses setores que, conforme a Comissão, permitiram à sua estrutura industrial obter um alto dinamismo nos últimos anos.

Além de ser o fruto desses investimentos, esse dinamismo, favorecendo o crescimento e a participação dessas economias no comércio internacional, é o indicador da capacidade desses países em empreender uma mudança estrutural contínua, que se viabiliza pela dimensão tecnológica fortalecedora de setores que possuem um grau de progresso técnico mais alto (CEPAL, 2007b). Em Carlos Eduardo Martins (2011, p. 118), podemos entender que esses saltos qualitativos foram possíveis porque o centro busca se “[...] especializar na

---

<sup>73</sup> Ao comparar a evolução tecnológica entre a América Latina e os países de referência, como os Estados Unidos e os Asiáticos, a CEPAL (2007b) classifica os setores produtivos de acordo com o grau de recursos tecnológicos, humanos e naturais que prevalecem entre eles. Os setores considerados de “elevados níveis de conhecimentos” são os de engenharia contidos em indústria de maquinaria, equipamentos de transporte, produtos fabricados em metal, só para citar alguns. Ao lado dessas atividades há àquelas que são “intensivas em mão-de-obra” como as indústrias têxteis, calçados, produtos de couro, etc. Soma-se a essas modalidades de atividades produtivas as indústrias de bebidas, tabaco, alimentos, entre outros, que são consideradas as mais “intensivas em recursos naturais” (Ibid.).

produção de partes e componentes de alto valor agregado e em pesquisa e desenvolvimento para gerar os conhecimentos produtores de inovação tecnológica [...]”. Isso mostra a capacidade do centro em investimentos elevados à renovação tecnológica, pela combinação entre materiais e forças – usando a expressão schumpeteriana – mediante emprego de um método diferente que torne essas estruturas produtivas cada vez mais eficazes.

Por sua vez, na América Latina, citando os casos do Chile, Colômbia, Argentina, México e o Brasil, houve, conforme a CEPAL (2007b, p. 58), “[...] una disparidad mayor con respecto a la estructura industrial estadounidense que en período inicial (1970-1973)”. Se nos Estados Unidos, o crescimento dos setores intensos em conhecimento é muito alto, na América Latina se observa que os setores que aumentaram foram os menos intensivos em conhecimento e com menor potencial de incremento de produtividade, pois seus setores concentradores em engenharia têm uma baixa representação no valor conjunto manufatureiro, e alguns de seus efeitos positivos sobre a produtividade são débeis. Isso pode ser resultado do desaparecimento de algumas empresas onde o incremento do progresso técnico tem mais incidência, pois, como mostra Pierre Salama (2002), enquanto algumas empresas se modernizaram, outras, especialmente às articuladas aos setores de forte progresso técnico, desapareceram no decorrer dos anos 1990.

Ricardo Feijó (2007) sublinha que o desenvolvimento tecnológico é essencial para o crescimento econômico, pois só com o acúmulo de capital não é possível um país atingir um patamar satisfatório de riqueza. É preciso investimentos na aplicação de novas técnicas produtivas, do emprego de novas maquinarias etc. Na América Latina, entretanto, o processo ainda se revela reverso, pois não se verificam investimentos significativos para o incremento da produtividade no setor industrial e essa realidade não é diferente daquela que se apresentava nos primórdios da fase de industrialização onde havia baixo excedente destinado para tal propósito, fato que foi colocado em relevo pela CEPAL e seus desenvolvimentistas.

Se o crescimento econômico dos países é impulsionado por essas constantes transformações e pela criação de tecnologias próprias, a América Latina, como aponta Eduardo Galeano (2010, p. 343 grifo do autor), está confinada ao recebimento de tecnologia dos países avançados<sup>74</sup>, pois até agora “[...] foi incapaz de criar uma tecnologia própria para

---

<sup>74</sup> O autor continua: “[...] o mero transplante da tecnologia dos países adiantados não só implica a subordinação cultural e, em definitivo, a subordinação econômica, como também – após quatro séculos e meio de experiência na multiplicação dos oásis de modernismo importado em meio aos desertos do atraso e da ignorância – pode-se afirmar que não resolve problema algum do subdesenvolvimento. Esta vasta região de analfabetos investe em pesquisas tecnológicas uma soma 200 vezes menor do que aquela que os Estados Unidos destinam para esses fins. [...] É no norte, por certo, que são desenhados os modelos eletrônicos e são criadas as linguagens de programação que a América Latina importa [...]” (Ibid., p. 343-344).

*sustentar e defender seu próprio desenvolvimento [...]*”. Tudo isso mostra que, além da desindustrialização, a América Latina ainda tem o desafio de empreender a ampliação significativa do progresso técnico nas atividades de recursos naturais, pois segundo Pierre Salama (2009, p. 222):

[...] os países que permanecem especializados em produtos primários, agrícolas e minerais são hoje marginalizados no comércio internacional, a menos que eles se voltem para a “industrialização” da sua agricultura, desenvolvendo uma agroindústria que utiliza tecnologias de ponta [...].

A desindustrialização só confirma que a dependência em exportações de recursos naturais é a camisa de força das economias latino-americanas. Embora países como o México e o Brasil demonstrassem aumentos significativos nas exportações industriais, como vimos á pouco, dificilmente esses países reverterão esse quadro problemático assinalado pela CEPAL em seus diagnósticos recentes sobre a dinâmica das economias. Agregado a isso, há o agravante da desregulamentação dos recursos naturais – fruto da reestruturação produtiva do capital e do neoliberalismo, com a privatização – o que permitiu ao capital privado, especialmente o estrangeiro, o controle das atividades associadas à exploração de recursos naturais – situação essa que já ocorria desde que a América Latina era colonizada pelos europeus, o que se repetiu com as oligarquias em sua subordinação ao centro, como esboçamos anteriormente.

Nessas circunstâncias, podemos entender claramente o motivo da CEPAL em *Transformación productiva con equidad...* (1990, p. 14) reconsiderar o papel da industrialização na economia, embora ainda a apontasse como o caminho da transformação produtiva:

La industrialización constituye el eje de la transformación productiva, principalmente por ser portadora de la incorporación y difusión del progreso técnico, pero también porque en las nuevas circunstancias debe sobrepasar el estrecho marco sectorial en que se la ha abordado y enlazarse con las explotaciones primarias y el área de servicios de manera de integrar el sistema productivo y propender a la homogeneización progresiva de los niveles de productividad. La superación del encapsulamiento sectorial es una de las claves de la transformación productiva y de la nueva fase de la industrialización.

Vinte anos depois, a versão cepalina da transformação produtiva reafirma suas considerações iniciais dos anos 1990 sobre a industrialização da América Latina:



[...] A partir de las contribuciones pioneras de Prebisch, la CEPAL ha enfatizado la importancia de identificar y sostener las actividades que, en cada tiempo y lugar, cumplen un cometido fundamental como generadoras y propagadoras del avance tecnológico. En la tradición de la CEPAL, la industrialización se ha percibido como un factor del progreso tecnológico, además de su función en la generación de oportunidades de empleo y mejoramiento de los ingresos. En CEPAL (1990), si bien se mantiene a la industrialización como eje de la transformación productiva, se sostiene que “la industrialización debe sobrepasar el estrecho marco sectorial en que se ha abordado y enlazarse con las exportaciones primarias y el área de servicios de manera de integrar el sistema productivo y propender a la homogeneización progresiva de los niveles de productividad (CEPAL, 2008, p. 33-34).

A desregulamentação dos recursos naturais, a redução da indústria no intercâmbio internacional, o processo de desindustrialização, enfim, esses acontecimentos consumados durante a reestruturação produtiva dos anos 1990 confirmam a tese de Ruy Mauro Marini sobre a dependência da América Latina na produção de bens primários, já exposta em sua *Dialéctica de la dependencia* (MARINI, 2008a). Anos depois da publicação de sua dialética, esse mesmo autor, tendo como referência o panorama das economias latino-americanas na globalização reafirmou a mesma tese em um de seus últimos trabalhos:

Uno de sus resultados [da desindustrialização] visibles es el regreso de países (desde luego bajo métodos de gestión plenamente capitalistas, a diferencia de lo que sucedía antes) a la forma simple de división internacional del trabajo que privaba en el siglo XIX y que involucraba el trueque de bienes primarios por bienes manufacturados. [...] De esta manera la economía globalizada, que estamos viendo emerger en este fin de siglo y que corresponde a una nueva fase del desarrollo del capitalismo mundial, pone sobre la mesa el tema de una nueva división internacional del trabajo que, *mutatis mutandis*, tiende a restablecer, en un plano superior, formas de dependencia que creíamos desaparecidas con el siglo XIX (MARINI, 1996, p. 06, grifo do autor).

As expectativas da CEPAL (2008) para a América Latina nos anos 1990 eram de que pelo impulso da atividade industrial houvesse uma maior integração da região ao mercado internacional, com o aumento da produtividade por meio da reestruturação produtiva – concebida pela CEPAL sob a denominação de transformação produtiva – e, o mais substancial, a redução da pobreza e do desemprego. Se no plano teórico a competitividade capitalista deveria estar aliada à redução da pobreza, na prática a inserção comercial baseada na atividade industrial e as expectativas da redução da pobreza e do desemprego nos países latino-americanos e caribenhos se viram defraudadas.

Em relação à pobreza, para a CEPAL (2000), embora houvesse a redução dos seus níveis de 41% em 1990 a 36% em 1997, a evolução da pobreza e da distribuição de renda, apesar da sua heterogeneidade na América Latina, indica que “[...] la década culminará, en todo caso, con niveles relativos de pobreza superiores a los de 1980 [...]” (Ibid., p. 37). A década de 2000 revelou que a pobreza tem se tornado irredutível na América Latina e no Caribe. Em *Panorama Social da América Latina*, a CEPAL (2009), pela análise do quadro da pobreza e da desigualdade social nos países latino-americanos, incluindo o Brasil e o México, aponta que entre 1980-2008 houve uma desaceleração no processo de redução da pobreza, pois “em 2008, a incidência da pobreza alcançou 33% da população da região, incluindo 12,9% que viviam condições de pobreza extrema ou indigência<sup>75</sup> [...]” (Ibid., p.08). Em 2009, apesar da diminuição da pobreza verificada em alguns países, como o Brasil, Uruguai e Paraguai<sup>76</sup>, “[...] el incremento de la pobreza extrema fue algo mayor y representó 0,4 puntos porcentuales. Tanto el número de pobres como el de indigentes aumentaron en tres millones de personas” (CEPAL, 2010c, p. 11).

Para a CEPAL (2009), as pessoas são consideradas vulneráveis à pobreza quando a renda per capita do seu agregado familiar é inferior ao montante mínimo necessário para satisfazer suas necessidades básicas (alimentares e não alimentares). Esse enfoque cepalino está entre a multiplicidade de significações de pobreza, que segundo Suzana Murillo (2007) é concebida enquanto déficit de moradia, de acesso aos alimentos, à saúde e educação; como a vulnerabilidade às doenças e aos desastres naturais; e a exclusão de um grupo de pessoas da sociedade regida pelo tratamento arbitrário de membros e instituições da sociedade, como o mercado de trabalho.

Quanto à distribuição de renda, embora essa tenha registrado uma melhora nos últimos anos, “[...] a concentração de renda na América Latina continua sendo uma das mais elevadas do mundo [...]” (CEPAL, 2009, p.12). Conforme os dados percentuais da CEPAL (2010c, p. 14), “[...] el ingreso captado por los cuatro deciles más pobres, es, en promedio, menos del 15% del ingreso total, mientras que el decil más rico capta alrededor de un tercio del ingreso captado [...]”. Para a CEPAL (2009), no ano de 2007, o principal fator atrelado à desigualdade na distribuição de renda foi a falta de garantias básicas como seguridade social e as oportunidades de emprego.

<sup>75</sup> Segundo a CEPAL (2009), a indigência é refletida nos custos das necessidades alimentares, ou seja, no aumento do preço dos alimentos que dificulta e inibe o consumo da população dos alimentos produzidos na sociedade.

<sup>76</sup> Para a CEPAL (2010c) “[...] La Republica Dominicana y el Uruguay (área urbana) redujeron la tasa de pobreza en más de 3 puntos porcentuales, mientras que el Brasil, Panamá, el Paraguay y el Perú registraron disminuciones de entre 0,9 y 2,2 puntos porcentuales [...]” (Ibid., p. 12).

Esses breves esboços sobre a pobreza e a desigualdade social<sup>77</sup> na América Latina são apenas algumas das evidências que apontam ter o mesmo problema, identificado por Fajnzylber (1998) na década de 1980, permanecido nos anos 1990: a América Latina não conseguiu conciliar crescimento econômico com a redução da pobreza, o que levou a CEPAL (2007a, p. 42) a concluir ser infausta essa tarefa nos países latino-americanos e caribenhos:

Uma das conseqüências negativas do crescimento insuficiente e da sua alta volatilidade é a impossibilidade constatada nos últimos 25 anos de uma redução significativa do índice da população que vive na pobreza extrema ou indigência – uma das expressões mais eloqüentes da exclusão social.

Para Carlos Aguiar de Medeiros (2001), sendo a pobreza, encarada como situação individual de privação dos indivíduos à renda e outros recursos, a característica dos que estão em situação de pobreza tem sido associada, nos estudos sobre o tema realizados pelo Banco Mundial, à carência de atributos como a formação educacional e a qualificação. Sob o mesmo enfoque, a CEPAL, como já abordamos, assevera que o acesso ao emprego está em função da qualificação do trabalhador e que a falta desta dificulta sua permanência e/ou inserção no modo de produção capitalista contribuindo para o aprofundamento da pobreza na América Latina e no Caribe.

Portanto, a CEPAL concebe a pobreza como decorrente da insuficiência de empregos no modo de produção capitalista, sobretudo, devido aos câmbios tecnológicos e a falta de conciliação entre o crescimento e a geração de oportunidades de trabalho condizentes com as qualificações da população trabalhadora na América Latina e no Caribe.

El crecimiento económico de la región en los últimos años, bajo e inestable, se ha concentrado en muchos países en sectores dinámicos intensivos en capital o en recursos naturales, lo que ha conducido a la exclusión de trabajadores cuyas calificaciones específicas han quedado desvalorizadas. Ello se ha sumado al aún importante incremento de la población en edad de trabajar y de la participación laboral, y a las brechas estructurales entre las calidades de trabajo disponibles y las calificaciones requeridas por las transformaciones tecnológicas y de la estructura productiva (CEPAL, 2000, p.124).

A exclusão e a segmentação social decorrentes da falta de empregos de qualidade [o trabalho formal] são, portanto, fatores determinantes da pobreza e das desigualdades sociais que se reproduzem ao longo do tempo e estão expressas na elevada e persistente concentração da renda prevalecente na

---

<sup>77</sup> Segundo Laura Tavares Soares (2006, p. 407): “Traço mais marcante da questão social na América Latina, a desigualdade tornou-se cada vez mais complexa à medida que se avançaram os processos estruturantes que modificaram a sociedade da região – como a industrialização [...]”. A autora pondera que a partir do advento do neoliberalismo no século XX, houve “[...] a superposição perversa de antigas situações de desigualdade e miséria com uma ‘nova pobreza’ causada pelo aumento em massa e inusitado do desemprego e pela generalização de situações de precariedade e instabilidade no trabalho” (Ibid., Loc. cit.).

Região” (CEPAL, 2007a, p. 64).

[...] hay factores estructurales que han limitado el crecimiento de la región en las últimas décadas. En este sentido, es preciso tener en cuenta lo señalado por la CEPAL acerca de que la dinámica, así como los patrones de inserción internacional, importan para el desempeño a largo plazo. Por ello es esencial la conjunción de las políticas internas orientadas a la dinámica de corto plazo [...] con las políticas que buscan afectar a los determinantes a largo plazo y que impulsen la transformación productiva, tales como el fomento a la innovación y el cambio tecnológico [...] y la acumulación de capital humano en cantidad y calidad [...]. Sin avances en estas áreas [...] será difícil conseguir tasas elevadas y estables de crecimiento y conciliar el crecimiento con avances en materia de equidad y cohesión social (CEPAL, 2008, p. 26).

Quaisquer que sejam os argumentos, contudo, as circunstâncias históricas da subsunção do trabalho ao capital na América Latina e no Caribe têm revelado que a perspectiva cepalina de coesão social, enquanto diminuição das desigualdades sociais a partir da relação capital-trabalho é falaciosa. Primeiramente, a inserção das economias latino-americanas e caribenhas calcada no desenvolvimento do progresso tecnológico não interferiu favoravelmente na redução das desigualdades nesses países. Refletindo sobre os impactos da globalização sobre a população latino-americana, Laura Mota Díaz (2007) sublinha que mesmo a sua inserção na abertura comercial da globalização e o desenvolvimento tecnológico, a América Latina e o Caribe continuam defrontando-se com a desigualdade. Portanto, esse padrão de desenvolvimento via abertura e desregulamentação implementado nos países dependentes há trinta anos, demonstrou

[...] sua ineficácia, no transcurso de sua evolução, para gerar condições de desenvolvimento equitativo e inclusivo, contribuindo, sob todos os aspectos, para o aumento da brecha entre ricos e pobres. Com importantes custos sociais, mantêm-se a concentração da renda e as desigualdades entre os países e no interior deles (Ibid., p. 125).

Se para a CEPAL (2000; 2007a; 2008), a falta de conciliação entre o crescimento econômico e a pobreza deve-se, entre outros, aos fatores educacionais, que interferiram nos ocupacionais, pois as exigências do mercado de trabalho demandavam trabalhadores mais qualificados (o que indica a carência da América Latina e do Caribe desse perfil de trabalhador), não se pode deixar levar em consideração que a pobreza também tem afetado os trabalhadores inclusos no modo de produção capitalista. As especificidades que o capitalismo competitivo, por meio da reestruturação produtiva, vem assumindo nas economias dependentes nos últimos tempos, revelam aos trabalhadores latino-americanos uma era de conflitos em sua subordinação ao capital, sobretudo no que tange à produtividade, por via da

apropriação das habilidades dos trabalhadores, que nas economias dependentes tem determinado as desigualdades entre ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores. É o que mostraremos a partir de agora.

Embora seja consenso que as desigualdades sociais se justificam pela diferença de renda entre trabalhadores qualificados e não qualificados, os trabalhadores inseridos nos empregos formais encontram-se vulneráveis à pobreza, se for levado em conta a tendência da ampliação do desemprego que tem recentemente adquirido força, mesmo nos momentos de crescimento das economias. Pierre Salama (2002, p. 186) argumenta que embora o crescimento econômico seja considerado um “remédio miraculoso” à pobreza, por empreender o aumento do emprego, isso não implica que ele proverá uma redução efetiva da pobreza, pois “[...] a questão da pobreza e de sua erradicação está longe de admitir soluções simples, receitas miraculosas [...]”.

Uma dessas soluções simplistas é esperar que o crescimento opere em favor da população menos favorecida pela oferta de empregos, o que é enfatizado pela CEPAL enquanto suposta contribuição da economia capitalista na América Latina:

O grau de crescimento econômico determina a quantidade e a qualidade dos empregos gerados, bem como as remunerações e rendas das pessoas. O emprego é o vínculo mais importante entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social por ser a principal fonte de renda das famílias [...] (CEPAL, 2007a, p. 63).

Se o crescimento da economia pode estimular as contratações, na prática a ampliação do emprego não tem se revelado como prioridade do capitalismo, pois em âmbito mundial o emprego tem sido reduzido consideravelmente. Em um recente documento sobre as tendências mundiais do emprego em 2010, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011) constata que o desemprego atinge uma parcela considerável da população mundial – 205 milhões –, alcançando a taxa mundial de 6,2% em 2010. A OIT conclui que embora o comércio mundial e os investimentos em capital fixo tenham crescido nesse mesmo ano, ainda assim o elevado nível de desemprego mundial é significativamente contrastante.

Essa assertiva da OIT pode ser compreendida pela retração dos empregos no setor industrial impulsionado pela desindustrialização e pelos investimentos da empresa capitalista nas economias, em especial nas dependentes. Carlos Eduardo Martins (2011) destaca que foram significativas as contribuições da empresa privada para o crescimento econômico da América Latina, pois entre 1950-1994, o capital foi responsável por 49% do crescimento da economia dessa região “[...] sendo 35% relativos ao aumento de capital físico e 14% a

avanços tecnológicos [...]” (Ibid., p. 308). Contudo, isso não foi acompanhado pela ampliação dos empregos, pois segundo o autor, esses investimentos têm se refletido “[...] pelo aumento da contribuição de maquinarias e equipamentos e pela redução no incremento do emprego” (Ibid., loc. cit.). Essa redução reflete-se em âmbito mundial, que Segundo a OIT (2011, p. IX), a geração de empregos na indústria foi a mais afetada, porque “[...] el total del empleo mundial en la industria se redujo ligeramente en 2009, lo que lo aleja sustancialmente de la tasa de crecimiento anual histórica del 3,4 por ciento registrada durante el período comprendido entre 2002 y 2007” [...].

Essas estratégias das empresas capitalistas vêm interferindo na evolução dos tipos de empregos na América Latina e no Caribe. De acordo com a OIT (Ibid., p. 39), desde a década de 2000, a América Latina e o Caribe registraram o crescimento do setor de serviços, onde foi gerado grande parte dos empregos, que “[...] desde 2000, la proporción del sector de los servicios del total de empleos ha aumentado en 3,4 puntos porcentuales, situándose en un 61,6 por ciento en 2009 [...]”. Ao mesmo tempo, na América Latina houve uma diminuição dos empregos no setor industrial entre 2008 e 2009, que conforme a OIT (Ibid.), é reflexo da crise econômica de 2008.

Entretanto, se para a OIT a crise econômica explica a retração dos empregos na indústria, na realidade, mesmo em momentos de crescimento das economias a expansão do desemprego tem sido frequente nos países da América Latina, principalmente nos industrializados. Conforme Ricardo Antunes (2011), praticamente em todas as nações da América Latina dotadas de áreas industrializadas houve o enxugamento dos trabalhadores por meio de uma enorme redução da força de trabalho. Esse enxugamento pode ser justificável pelo papel que o progresso tecnológico, posto em curso pelos ditames da acumulação de capital, tem cumprido nas economias dependentes, pois o próprio progresso técnico tem reduzido cada vez mais a inserção do trabalhador no processo produtivo e a sua participação no crescimento econômico.

Conduzido para agravar o desemprego, o progresso técnico, engendrado pela acumulação capitalista, tem revelado sua capacidade de geração de “desemprego”, pois de acordo com Carlos Eduardo Martins (2011, p. 308), as novas tecnologias, produzidas no centro, não demandam significativamente força de trabalho qualificada, sendo que, por outro lado, atuam concorrencialmente para a destruição de setores retrógrados, ainda que mais intensivas em força de trabalho.

O aumento da dependência tecnológica faz prever um aumento da contribuição do capital no crescimento econômico. Portanto, a tendência é de que o desenvolvimento capitalista imponha perdas de mais-valia aos diversos setores produtivos, as quais dificilmente poderão ser compensadas pela qualificação e intensidade de trabalho, por ser sua pouca expressão no crescimento econômico [...].

Esses exemplos indicam que os investimentos em progresso técnico se orientam à poupança de força de trabalho, o que indica que a introdução de novas tecnologias nem sempre requer trabalhadores especializados. José Henrique de Faria (2007), referindo-se aos impactos da automação sobre os trabalhadores assalariados, destaca que as novas tecnologias empregadas no processo produtivo, embora exijam a qualificação do trabalhador, têm destituído esses do seu “saber fazer” por apresentar menor número de operações manuais e a redução do conteúdo das tarefas. Assim, o trabalhador se reduz a um executor de tarefas mecânicas que dispensa os conhecimentos adquiridos por ele durante sua qualificação, exteriorizadas nos resultados de seu trabalho.

Esse autor observa que não se trata de uma perda absoluta da qualificação, e sim uma perda relativa associada à redução da importância do papel do trabalhador perante as máquinas automatizadas.

Com efeito, essa desqualificação é observada na maioria dos processos de trabalho em que as máquinas automatizadas são introduzidas. Os novos equipamentos dão origem a novas tarefas para um menor número de trabalhadores, exigindo destes novos conhecimentos que não eram utilizados anteriormente, mais propriamente maior especialização em áreas como eletrônica, computação e mecânica. Isso ocorre principalmente com os trabalhadores da manutenção e com aqueles que desenvolvem o *software* e o *hardware*, reduzindo a qualificação do trabalhador coletivo e exigindo maior qualificação dos trabalhadores individuais em certas unidades da indústria [...] (Ibid., p. 208 grifo do autor).

A redução da importância do trabalhador qualificado é um dos indícios de que o progresso técnico tende a propagar o desemprego massivo nas economias, tanto nas centrais como nas dependentes. Carlos Eduardo Martins (2011) observa que fatores tecnológicos do capital buscam aumentar sua participação no crescimento das economias nos próximos anos destituindo, portanto, a participação dos trabalhadores no processo produtivo. O desemprego por via do progresso técnico, enquanto tendência do capitalismo, já foi levantado por Ruy Mauro Marini (1996) que, baseado em estatísticas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta o aumento das taxas de desemprego entre as décadas de 1970-1990 em países industrializados, concluiu que “particularmente notable es el

hecho de que, en las nuevas condiciones, el crecimiento económico ha dejado de corresponder a la ampliación del empleo” [...] (Ibid., p. 04).

O que queremos mostrar com esses apontamentos é que se essa destituição coloca em questão a contribuição do trabalho no crescimento econômico – cuja temática merece uma atenção especial –, podemos acolher o fato de que mesmo se atinja um patamar de crescimento com base na difusão do progresso técnico, o desemprego emerge inexoravelmente. Portanto, a natureza crônica desse fenômeno contrapõe-se à tese cepalina, segundo a qual o problema da pobreza e da vulnerabilidade social nos países latino-americanos e caribenhos se justifica pela heterogeneidade estrutural ou, em outras palavras, pelo desenvolvimento insuficiente do modo de produção capitalista nesses países devido à ausência de progresso técnico em certos segmentos da economia.

Se do ponto de vista cepalino, as dificuldades dos trabalhadores de expandir o progresso técnico explicam a exclusão destes das estruturas produtivas, ele oculta que, mediante a tecnologia, a empresa capitalista expande o desemprego e a informalidade. Sobre essas implicações geradas pelo progresso técnico no terreno das economias dependentes, Carlos Eduardo Martins (2011, p. 306-307) sintetiza que:

A crescente absorção de tecnologias intensivas em ciência e subjetividade, associadas à convergência microeletrônica e à revolução científico-técnica, substitui o dispêndio físico e industrial de força de trabalho. Isso gera um aumento do excedente da força de trabalho que se torna dramático com os entraves à sua qualificação proporcionados por uma regulação econômica fundada na depreciação de seu valor. A maior produtividade trazida pelas novas tecnologias transforma-se em grande parte em desemprego aberto ou oculto sob a forma de desalento ou da precarização do trabalho. Esse movimento é acompanhado por um profundo processo de flexibilização da legislação trabalhista que busca eliminar os direitos do trabalhador para reduzir seu fundo de consumo e aumentar a rotatividade do emprego.

A tendência do aprofundamento do desemprego mediante o progresso técnico, especialmente na atividade industrial, coloca em evidência o crescimento econômico e o capitalismo competitivo, mediante a apropriação dos trabalhadores qualificados, enquanto saídas para o enfrentamento da pobreza. Nas economias dependentes o capitalismo competitivo vem se conduzindo pelo aprofundamento das desigualdades sociais, se desvendarmos a forma com que a produtividade, em sua articulação à superexploração do trabalho, tem se manifestado na atualidade imprimindo seus antagonismos pelo domínio da capacidade produtiva dos trabalhadores.

Antes de apontarmos tais antagonismos, convém compreender qual é o sentido da



produtividade<sup>78</sup> conferido pelos capitalistas. F. W. Taylor, em sua clássica obra *Princípios de administração científica* (1989), define a produtividade do trabalho enquanto o rendimento máximo do trabalhador no processo de produção capitalista, que com a introdução da maquinaria empreende uma melhor intensidade de seu trabalho, decorrente como resultado do máximo de produção. Nessas condições, a maximização da produção depende do maior rendimento do trabalhador assalariado, que conforme Taylor (Ibid., p. 32) “[...] atinge sua maior prosperidade isoladamente quando alcança o mais alto grau de eficiência, isto é, quando diariamente consegue o máximo rendimento [...]”.

Para Taylor (Ibid.), associada ao rendimento máximo do trabalhador no processo de produção capitalista, a produtividade requer do trabalhador uma busca incessante do rendimento máximo de produção, mesmo com o emprego da maquinaria. Assim, fica entendido em Taylor (Ibid.) que a introdução da maquinaria visa intensificar o ritmo de trabalho do assalariado e não aliviar sua labuta<sup>79</sup>. Marx (1999b) já havia concebido o papel da maquinaria dessa forma, ao ponderar que o objetivo do capital em incrementá-la é extrair o trabalho excedente<sup>80</sup>, a mais-valia, para encurtar o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadoria, ampliando, ao mesmo tempo a outra fração do trabalho que o sujeito deverá ceder gratuitamente ao capitalista.

Em outras palavras, isso significa que a maquinaria, sendo considerada por Marx (Ibid., p. 371) como um dos meios de extração de mais-valia, não implica a redução da jornada de trabalho e sim elevar o rendimento do trabalhador, que passa a produzir mais para o capitalista.

Poupança de trabalho por meio do desenvolvimento da produtividade do trabalho não tem como fim atingir, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho requerido para produzir determinada quantidade de mercadoria. Que o trabalhador, em virtude da elevação da força produtiva de seu trabalho, produza agora, em uma hora, 10 vezes mais mercadorias que antes, precisando de 10 vezes menos tempo de trabalho para produzir cada unidade [...].

Teóricos contemporâneos como José Paulo Z. Chahad (1998, p. 422) assinalam que no patamar das relações entre capital e trabalho, a produtividade é considerada fundamental

<sup>78</sup> A produtividade evoca diferentes enfoques, entretanto, não é nossa intenção resgatá-los.

<sup>79</sup> Em *O Capital* (1999b, p. 427), Marx, cita esta assertiva de John Stuart Mill: “[...] é duvidoso que as invenções mecânicas, feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano [...]”.

<sup>80</sup> Para Marx (1999b, p. 273): “Não foi o capital quem inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção”.

pela sua importância como item de negociação coletiva, “[...] porque a incorporação dos ganhos de produtividade aos salários é necessária para que mantenha inalterada a distribuição de renda entre salários e lucros [...]”. Entretanto, na prática, a produtividade, pela intensificação do trabalho, não implica o aumento na remuneração como o autor acima aponta. Tomas Gounet (1999) salienta que apesar dos trabalhadores produzirem os ganhos na produtividade, esses não são incrementados da remuneração. Isso quer dizer, conforme Gounet (Ibid.), que mesmo havendo a maior intensificação do trabalho, pela maior produção de mercadorias, não há aumento no salário, pois esse permanece igual, assim, o trabalhador “[...] produz mais mercadorias, mas sua remuneração permanece igual. O patrão obtém um lucro extra ao vender essas mercadorias ao preço do mercado [...]” (Ibid., p. 91).

Os lucros dos capitalistas na venda das mercadorias não são repassados aos trabalhadores. É dessa forma, segundo José Henrique Faria (2007, p. 212) que a produtividade está atrelada à ampliação do capital assentada na obtenção de valor excedente, concluindo que a produtividade do trabalho relaciona-se “[...] com a própria geração do excedente e, portanto, com a esfera da acumulação”. Se verificarmos em Marx (1999b, p. 372), a geração do excedente é o objetivo da produtividade no capitalismo competitivo que se apropria do tempo de trabalho não pago ao trabalhador.

O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista.

Dessa forma, podemos dizer que pela produtividade, o capitalismo competitivo orienta-se para a lucratividade e para a ampliação da riqueza, portanto, sua peculiaridade aponta que sua lógica não é beneficiar os trabalhadores e sim a ampliação da riqueza dos que detêm o controle sobre os meios de produção. Nessas condições, de que forma a produtividade tem sido utilizada no capitalismo competitivo na contemporaneidade, dada a especificidade das economias dependentes?

Para José Paulo Z. Chahad (1998) a produtividade associa-se ao emprego das habilidades dos trabalhadores no processo de trabalho. Ao sublinhar que a produtividade cresce pela utilização de uma maior quantidade de capital ou instrumentos de trabalho tecnologicamente mais avançados, o autor coloca que a produtividade também depende da disposição de trabalhadores treinados e capacitados para se tornarem mais eficientes, caso em que suas habilidades visam o melhoramento do seu desempenho e, desse modo, “[...] a

produtividade da mão-de-obra é um importante indicador do mercado de trabalho não só de modo isolado, mas porque vincula-se diretamente com os níveis de rendimento do trabalhador” (Ibid., p. 422).

Essa forma com que a produtividade está situada indica uma das mudanças verificadas no trabalho no patamar do capital. Para Ricardo Antunes (2011), entre as mudanças no trabalho assalariado na atualidade, encontra-se a apropriação da propriedade privada capitalista das habilidades dos trabalhadores frente à introdução de novas tecnologias, a fim de prover o aumento da produtividade, enfim, elevar a competitividade capitalista. Essa apropriação ocorre quando os trabalhadores se submetem aos imperativos da produtividade como o emprego de um “saber fazer” no processo produtivo e, pelo temor do desemprego, se vêem forçados a ampliarem suas capacidades produtivas se submetendo às intensas jornadas de trabalho e baixas remunerações.

O temor do desemprego é justificável: o elevado contingente da população que se encontra desempregada tem servido de válvula de escape aos capitalistas que, pela escassez de emprego, impõe condições para a contratação, bem como para manter os trabalhadores no emprego com a oferta de baixos salários, o que vem afetando os trabalhadores qualificados. De acordo com Theotônio dos Santos (2000, p. 135-136),

Todos sabemos que nossas ruas estão cheias de camelôs, pedintes e prestadores de todos os serviços possíveis; que nossas casas continuam cheias de serviçais [...]. E todos sabemos que o peso que representa essa mão-de-obra desqualificada na baixa do padrão salarial dos países subdesenvolvidos e dependentes [...]. Dessa forma, a massa de subempregados concorre não só com o trabalhador empregado não qualificado. Ela afeta inclusive o poder de barganha do trabalhador qualificado, que aceita em nossos países, salários muito inferiores ao padrão internacional, devido ao medo de recuar à situação de miséria que observa ao seu redor.

O medo do desemprego e a baixa remuneração tem sido alguns dos dilemas enfrentados pela população latino-americana em sua relação com o capitalismo competitivo. O excedente da força de trabalho na América Latina tem sido um oponente aos trabalhadores, incluindo os qualificados, em sua luta para a inserção no emprego. Porém, a perversão do capitalismo competitivo não se encerra por aqui: os trabalhadores também vêm concorrendo com o progresso técnico. Conforme Adrián Sotelo Valencia (2009, p. 113), o progresso técnico expande a informalidade, atingindo, ao mesmo tempo, os trabalhadores que permanecem ocupados nas estruturas produtivas ampliando a produtividade desses, sem, no entanto, aumentar a remuneração dessa força de trabalho.

[...] A introdução e a aplicação de nova tecnologia trazem como resultado a extensão do desemprego e do subemprego, o que provoca um aumento da exploração dos trabalhadores ocupados, através do aumento da jornada de trabalho, de sua intensificação, assim como da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, elementos que hoje são avaliados praticamente na maior parte das estruturas produtivas do mundo.

Os que estão inclusos no emprego formal enfrentam com frequência a ameaça do desemprego caso não elevem sua produtividade, ou seja, não se encontrem aptos para manipular a tecnologia, intensificar seu trabalho em troca de uma parca remuneração. Isso tem sido uma praxe das empresas privadas nos países latino-americanos e caribenhos, tanto as nacionais como as estrangeiras, que se deslocam aos países dependentes e, em nome da lucratividade, ampliam sua riqueza à custa do emprego de força de trabalho de baixa remuneração, que não se restringe somente aos trabalhadores não qualificados. Sobre a respeito, Ricardo Antunes (2006, p. 19) lembra que,

Para os capitais produtivos (nacionais e transnacionais) interessa, portanto, a mescla entre os equipamentos informacionais e a força de trabalho “qualificada”, “polivalente”, “multifuncional”, apta para operá-los, porém percebendo salários muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores das economias avançadas [...].

Apesar de existirem determinantes que influem no estabelecimento do piso salarial – podemos incluir a intervenção do Estado através de políticas de ajustes salariais –, mesmo quando há o aumento nos salários na América Latina este expressa um número irrisório. Segundo um informativo da CEPAL/OIT, em 2009 a evolução dos salários do setor formal nos países latino-americanos, afetada pela inflação, não ultrapassou o percentual de 2% apesar das diferenças entre os países da região. No ano seguinte, “[...] algo similar ocurrió con los salarios mínimos que, en la mediana de las variaciones en 19 países<sup>81</sup>, crecieron levemente por debajo del 2% en términos reales [...]” (CEPAL; OIT, 2011, p. 05).

Esses indicativos servem de referências para mostrar que a baixa remuneração simboliza a luta desigual entre os capitalistas e trabalhadores. Estes últimos têm empobrecido paulatinamente pela redução salarial que tem comprometido suas condições de sobrevivência, engrossando as estatísticas dos que reafirmam ser a América Latina a região mais desigual no mundo. Por sua vez, os capitalistas, na condição de detentores dos meios de produção,

---

<sup>81</sup> Entre os países analisados se incluem: Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Guatemala; México; Nicarágua; Paraguai; Peru; Uruguai; Venezuela e República Boliviana.

dispõem de uma posição de poder com relação ao trabalhador, obrigando-o a se submeter aos seus anseios, sob o risco de perecer na pobreza extrema (GOUNET, 1999).

A apropriação do capitalista sobre as habilidades dos trabalhadores – mediante o imperativo da produtividade que se dá pela intensificação do trabalho em troca de baixos salários –, o desemprego massivo provocado pelas novas tecnologias – que disputam com a população seu lugar no modo de produção capitalista –, e a flexibilização laboral são os resultados da reestruturação produtiva do capital nos países dependentes que confere a nova dimensão da superexploração do trabalho no século XXI. É o que Ruy Mauro Marini (1996), em um de seus últimos trabalhos, constatou ao observar os impactos da globalização das economias sobre os trabalhadores assalariados latino-americanos.

La contrapartida de esta situación es que aumenta la importancia del trabajador *en tanto que fuente de ganancias extraordinarias*. Aunque naturalmente, su calificación y destreza varían de nación a nación, su intensidad media se eleva a medida que se vale de tecnología superior, sin que necesariamente esto se traduzca en reducción significativa de las diferencias salariales nacionales. Se entiende, así, que se venga acentuando la internacionalización de los procesos productivos y la difusión constante de la industria hacia otras naciones, no ya simplemente para explotar ventajas creadas por el proteccionismo comercial, como en el pasado, sino sobre todo para hacer frente a la agudización de la competencia a nivel mundial. En ese movimiento desempeña papel destacado, aunque no exclusivo, la superexplotación del trabajo. Esto es así porque a ejemplo de lo que pasó en Europa a fines del siglo XVIII y principios del XIX la introducción de nuevas tecnologías está implicando la extensión del desempleo, de manera abierta o disfrazada, mientras se estruja a la fuerza de trabajo que permanece en actividad. En efecto, es propio del capitalismo privilegiar la masa de trabajo impago, independientemente de sus portadores reales, es decir, de los trabajadores que la proporcionan; su tendencia natural, pues, es la de buscar la maximización de dicha masa al menor costo que pueda representar. Para ello se vale tanto del aumento de la jornada laboral y de la intensificación del trabajo como, de manera más burda, de la rebaja de salarios sin respetar el valor real de la fuerza de trabajo [...] (Ibid., p. 09, grifo do autor).

Por conseguinte, a reestruturação produtiva é a nova “roupagem” da superexploração do trabalho na América Latina por imprimir transformações drásticas e negativas sobre a população assalariada. Autores como Ricardo Antunes (2011) reforçam que:

Dado o enorme contingente de força de trabalho sobranete, o processo de reestruturação em nosso continente apresenta um traço particular proveniente da *superexploração da força de trabalho* e dos reduzidos níveis salariais, articulados, em alguns ramos produtivos, a um razoável padrão tecnológico. Isso acontece porque os capitais produtivos que atuam na América Latina buscam mesclar a existência de uma força de trabalho “qualificada” para operar com os equipamentos microeletrônicos com padrões de remuneração muitos inferiores aos dos países centrais – onde a

empresa tem suas sedes – tudo isso acrescido das formas de desregulamentação, flexibilização e precarização da força de trabalho [...]. (Ibid., p. 39, grifo do autor).

Esses processos acima colocados são características do capitalismo competitivo presentes nas economias dependentes cuja concorrência e lucratividade se assenta sob as piores condições, como assinalamos á pouco, sobre a superexploração da população trabalhadora. Carlos Eduardo Martins (2011, p. 307), ao fazer o balanço das novas dimensões da superexploração<sup>82</sup> do trabalho na América Latina da atualidade, conclui que assim como o enxugamento da força de trabalho provocado pela abertura comercial dos anos 1990, no mesmo sentido atua

[...] a ampla capacidade de geração de desemprego que a absorção das novas tecnologias produz em um ambiente de baixa qualificação da força de trabalho. Ambos os fatores impulsionam as formas mais agudas de superexploração que se realizam através da incorporação da redução do fundo de consumo do trabalhador, feita pela redução dos salários ou da massa salarial.

Já sabemos, com base nos exemplos apontados até aqui, que o crescimento econômico latino-americano e caribenho durante a liberalização comercial e a competitividade internacional mostrou seu lado obscuro aos trabalhadores mantidos no emprego sob a reestruturação produtiva. Para Pierre Salama (2002), esse panorama da economia globalizada conduziu as empresas, em sua busca de competitividade, a optar por tecnologias intensivas de capital, e os empregos gerados ali refletem seus antagonismos: a precariedade e a intensidade do trabalho aumentam acentuadamente. A precariedade do trabalho tem sido marcante aos trabalhadores, assim como os temores de não encontrarem outro emprego, em caso de demissão, nas mesmas condições de salário e de trabalho. O *stress* aumenta devido às novas condições de trabalho e o temor constante de cair na pobreza, que segundo Salama (Ibid.) é mais forte do que antes. Nessas circunstancias apresentadas, o autor (Ibid., p. 219) conclui que:

A retomada do crescimento por si só não é suscetível à diminuição da pobreza de maneira significativa, tanto em nível de sua amplitude como de

---

<sup>82</sup> Não podemos dizer que a superexploração seja genuína das economias dependentes, pois ela tem se estendido aos países centrais. Conforme Marini (1996, p. 09): “[...] de este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo (aunque no privativo) de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia (que era su causa) es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos [...]”.

sua profundidade. Ela é muito profunda, extensa e o crescimento é excludente, criando cada vez menos emprego; também repousa num regime de acumulação, particularmente frágil e pobre em criação de emprego. [...] A nova inserção internacional dessas economias e a maneira pela qual ela se realiza tendem a ampliar a pobreza e acentuar as desigualdades sociais [...].

Portanto, a precarização do trabalho por via da flexibilização laboral, o desemprego massivo pela expansão do progresso técnico, a lógica da produtividade no capitalismo na atualidade, enfim, esses resultantes da reestruturação produtiva representam a nova prisma da superexploração do trabalho na América Latina na atualidade, sob a forma de novas engrenagens para a inserção das economias dependentes na liberalização comercial da globalização. Nessa altura do campeonato, podemos afirmar que esse exemplo das tendências do trabalho faz cair por terra a ideia amplamente difundida pela CEPAL de que o capitalismo competitivo deverá intervir nos problemas da pobreza e da vulnerabilidade social, empreendendo a coesão social entre os povos latino-americanos e caribenhos.

Nas condições do capitalismo competitivo, como pensar a coesão social sob o patamar da relação capital-trabalho se o primeiro, dada as condicionalidades assinaladas há pouco, expressa sua dominação à custa da vulnerabilidade e da pauperização do segundo? Aos que insistem na importância do capitalismo competitivo, ou seja, da empresa privada para dirimir os problemas de ordem econômica e, sobretudo, social, vale conferir esta passagem de Milton Friedman (1985, p. 123) na qual podemos desmistificar o objetivo da empresa capitalista na sociedade:

[...] há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma sociedade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas [...].

Não foi nossa pretensão oferecer respostas prontas para a superação dos desafios e conflitos enfrentados pelos trabalhadores. Tendo como respaldo os acontecimentos e as mudanças sofridas no seio das economias dependentes, sem perder de vista seus impactos negativos produzidos sobre a população latino-americana e caribenha, buscamos lançar luz sobre a impossibilidade de se pensar na coesão social, na erradicação da pobreza, da desigualdade e da vulnerabilidade social, tendo por base a produtividade do trabalho, sob as condições em que essa se manifesta no capitalismo. Resgatando a importância da luta dos trabalhadores, enfaticamente defendida por Marx, Marini (1996, p. 09) afirma a inviabilidade de empreender transformações significativas e favoráveis à população sob o invólucro do capitalismo competitivo:

Estamos, pues, llegando a un punto en que, del mismo modo que en el siglo XIX, la cuestión central pasa a ser la lucha de los trabajadores para poner límites a la orgía a la que se entrega el capital (para emplear una expresión de Marx) y someter a su control las nuevas condiciones sociales y técnicas en que pueden desplegar su actividad de producción. No se trata, naturalmente, de detener el aumento de la productividad del trabajo y ni siquiera de su corolario natural, el aumento de intensidad, sino de distribuir de manera más equitativa el esfuerzo de producción, lo que implica reducir la jornada de trabajo en una proporción compatible con el avance de la capacidad productiva [...].

Enquanto isso não ocorrer, a competitividade capitalista continuará se imprimindo como um campo de batalha dos interesses contraditórios entre o capital-trabalho: o primeiro, almejando a ampliação de riqueza, se apoiará sempre na maximização da exploração do trabalhador pela precariedade do trabalho; o segundo empenhando-se na incessante busca de condições dignas de vida, ainda se submeterá aos anseios mesquinhos dos capitalistas em sua luta pela sobrevivência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disparidades na distribuição de renda, a exclusão de um excedente inestimável dos trabalhadores do emprego, a pobreza, enfim, esses agravantes do quadro crônico da pobreza e da vulnerabilidade social na América Latina e no Caribe podem ser considerados resultantes do desenvolvimento insuficiente do capitalismo nas economias dependentes?

Ao longo desse trabalho, procuramos mostrar que a CEPAL, tanto no seu pensamento estruturalista desenvolvimentista dos anos 1950, como no pensamento neoestruturalista neoliberal dos anos 1990, vem sustentando a hipótese de que o desenvolvimento insuficiente da economia e, por fim, do modo de produção capitalista nos países dependentes, é a causa dos problemas da pobreza e das desigualdades sociais operantes na América Latina e no Caribe. A heterogeneidade estrutural, consistindo-se um traço peculiar das economias dependentes, é concebida pela CEPAL como o caso exemplar das insuficiências e deformações do capitalismo, por implicar a debilidade da difusão tecnológica e a exclusão do excedente da população trabalhadora das atividades produtivas, como as associadas à industrialização.

Em sua fase substitutiva de importações, a industrialização revelou-se problemática na América Latina por tropeçar no débil incremento de progresso técnico e no excedente da população trabalhadora, composto por desempregados e os trabalhadores informais. A tendência da redução das exportações de bens primários para os países centrais reclamava a necessidade da América Latina de ampliar as atividades industriais, o que foi enfaticamente salientado por Prebisch e pelos desenvolvimentistas na década de 1950. Nessas condições, a CEPAL entendia que para que o crescimento econômico ocorresse, a industrialização deveria, por um lado, proporcionar à América Latina o intercâmbio internacional com base no processo de industrialização, sendo esta uma forma de reduzir sua “dependência” das exportações de bens primários e, por outro, intervir nos males da pobreza e da exclusão social que atingiam boa parte da população latino-americana e caribenha.

Para tanto, certas condições deveriam ser cumpridas, entre elas o não rompimento com o capitalismo, tampouco com a condição da dependência traduzida pela subordinação da América Latina às economias centrais. Embora o Estado keynesiano, colocado à frente da economia, fosse concebido pelos desenvolvimentistas como impulsionador da industrialização e do desenvolvimento, os investimentos e a intervenção do capital estrangeiro para a difusão do progresso tecnológico não estavam descartados. Sob a moldura da dependência, a CEPAL atribuiu à industrialização o papel chave para intervir nas

desigualdades sociais, concebendo a qualificação da força de trabalho como alternativa para dirimir a pobreza e, substancialmente, a heterogeneidade estrutural.

Não obstante, essa saída apontada pela CEPAL não considerava que a integração da América Latina no intercâmbio internacional pressupunha a pobreza e a exclusão social enquanto suas imposições e que, portanto, a industrialização não reverteria tais enlaces. É o que Ruy Mauro Marini aludia em seus discernimentos sobre a dinâmica do desenvolvimento das economias dependentes em sua articulação com os países centrais. Focado na relação de dependência da América Latina com o centro, Marini desvelou que a pobreza e a vulnerabilidade social não são consequências do desenvolvimento insuficiente do capitalismo, e sim da subordinação dos países latino-americanos e caribenhos aos anseios das economias desenvolvidas, como a produção ancorada na superexploração dos trabalhadores. Em paralelo ao desenvolvimentismo e, sobretudo, do pensamento estruturalista que ainda perdura nas interpretações cepalinas na contemporaneidade, Marini desmistificou um dos fundamentos da dependência regida pelo capitalismo mundial: o próprio trabalho. Portanto, salientar a superexploração do trabalho como engrenagem do capitalismo dependente é um dos méritos, certamente o mais importante, de Marini.

O paradoxo da superexploração levou Marini a afirmar a seguinte tese: o fruto da dependência não pode ser outra coisa senão a própria dependência. Marini estava certo. As décadas de 1970-1980 confirmaram a subordinação da América Latina aos países centrais enquanto um desfecho inevitável. A crise econômica internacional dos anos 1970 e o peso da “lápide” da dívida externa nos anos 1980 conduziram a CEPAL, enquanto agência da ONU, a conceber os ajustes neoliberais do FMI e do Banco Mundial como alternativas favoráveis para a América Latina superar a crise e renegociar a dívida. Não obstante, esse posicionamento colocou a CEPAL numa saia justa: a concepção neoliberal dos organismos internacionais e do Consenso de Washington entendia que para enfrentar a crise era preciso abolir a intervenção do Estado nos assuntos econômicos, ideia essa que andava na contramão do desenvolvimentismo que exaltava a intervenção do Estado no desenvolvimento econômico. Além disso, os governos latino-americanos já olhavam com desconfiança as recomendações cepalinas sobre o incentivo do Estado à industrialização, porque o projeto de industrialização substitutiva de importações foi duramente criticado pelo Consenso de Washington devido à forte interferência do Estado em tal projeto que, do ponto de vista dos tecnocratas do Consenso, custou à América Latina a escassez das contas públicas, o atraso tecnológico e, por fim, o impasse da dívida externa.

A privatização massiva das empresas públicas já sinalizava que o Estado estava, aos

poucos, cedendo lugar ao capitalismo competitivo pela assunção desse último como o determinante do desenvolvimento econômico. Essa troca de papéis surtiu efeitos nefastos sobre o trabalho, como a redução salarial do funcionalismo público, as demissões massivas, o trabalho temporário, citando alguns dos eufemismos da reestruturação produtiva encarados pela CEPAL como estratégias para a ampliação das exportações latino-americanas, incluindo as baseadas na atividade industrial. Do ponto de vista da CEPAL, os trabalhadores assalariados precisavam ser sacrificados, ora pelo desemprego, ora pela redução salarial e o aumento das jornadas de trabalho, e nessas circunstâncias a “lógica de ferro” da superexploração se reaviva como engrenagem por excelência do capitalismo dependente, já que mais uma vez, a necessidade de produzir cada vez mais para o centro se impõe para garantir o intercâmbio internacional e, por fim, o pagamento da dívida externa aos credores FMI e Banco Mundial.

No contexto da reestruturação produtiva do capital, a CEPAL, com as contribuições de Fernando Fajnzylber, inicia os anos 1990 apresentando uma das mais importantes “agendas positivas” para a América Latina e o Caribe – Transformação Produtiva com Equidade. Sendo produto das reformas neoliberais, a TPE assinalava que a participação da América Latina na liberalização comercial requeria certas exigências, entre as quais, a adequação dos trabalhadores à reestruturação produtiva. No contexto de tal reestruturação, a qualificação do trabalhador era situada como eixo da transformação produtiva e embora Prebisch já a apontasse como componente importante do desenvolvimento, a CEPAL e Fajnzylber resgataram essa concepção prebischiana transplantando-a à TPE definindo o trabalho como o eixo da transformação produtiva, portanto, determinante da difusão do progresso tecnológico na América Latina.

Se no desenvolvimentismo a industrialização constituía o elemento-chave do desenvolvimento, os sucessivos acontecimentos verificados nos anos de 1980 conduziram a CEPAL a reconsiderar o seu papel na América Latina. Enquanto que os desenvolvimentistas argumentavam que a industrialização era o meio para promover a difusão do progresso técnico e a superação da pobreza para assegurar uma melhor mobilidade social, os neoestruturalistas, como Fajnzylber, conferem essas funções ao trabalho exaltado-o como determinante do crescimento econômico e da difusão do progresso técnico na América Latina.

Nesse sentido, o ponto de partida da CEPAL na sua proposta da transformação das estruturas produtivas centrou-se nos problemas que a industrialização ainda enfrentava, entre eles, a debilidade da difusão do progresso técnico e o excedente de força de trabalho na América Latina que vem agravando a pobreza e a vulnerabilidade social na região. Esse

impacto da heterogeneidade sobre o patamar social tornou-se oportuno para a CEPAL colocar a conciliação entre crescimento econômico e redução da pobreza como horizonte de desenvolvimento orientado para reduzir as desigualdades sociais. Nessa vertente a CEPAL aproveita-se para lançar a sua concepção de equidade cuja definição se respalda a partir do seu oposto, a inequidade, que significa a presença de restrições potenciais à mobilidade social, como a falta de acesso da população aos bens produzidos pela sociedade, seja elas de natureza social, econômica ou cultural. Sendo encarada como inseparável do desenvolvimento econômico, em sua articulação com os aspectos sociais, a equidade é projetada pela CEPAL como o eixo de convergência das estratégias e políticas de desenvolvimento, ou seja, de todas as tentativas e esforços que se pretendem empreender em matéria econômica e social.

É certo que essas ideias da CEPAL seriam acolhidas positivamente se desconsiderássemos as contradições que vêm sendo produzidas sobre a vida dos trabalhadores ao longo da história da incorporação da América Latina ao capitalismo mundial, especialmente nos séculos XX e XXI marcados pela globalização das economias. A globalização representou para a região, do ponto de vista de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI, a oportunidade de uma inserção internacional favorável ao desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, uma questão de sobrevivência para a América Latina, uma vez que sua economia precisava de uma solução emergencial para adequar-se às novas demandas e exigências do comércio internacional. Entre essas soluções previstas, estava o aumento da produtividade pela conformação do trabalhador a um padrão de organização do trabalho com vistas a elevar ao máximo seu rendimento no processo produtivo, como o toyotismo ou acumulação flexível cujos mecanismos – *just-in-time*, qualidade total etc. – firmavam-se nos anos 1990 enquanto processos tecnoprodutivos aos quais os países deveriam aderir diante da universalização do capital, sendo impostos, sobretudo, aos países dependentes enquanto estratégias de “sobrevivência” para as suas economias.

Com a globalização, o capitalismo, mais uma vez revelou seu lado avesso nas economias dependentes tendo em vista as contradições da relação capital-trabalho, no panorama da reestruturação produtiva. Temos testemunhado que o ajustamento das economias latino-americanas tem requerido medidas emergenciais para a elevação da lucratividade das empresas, como a reestruturação produtiva do capital. Ao lado da introdução de tecnologias, a reestruturação produtiva foi se consolidando pela banalização da flexibilização do trabalho, em síntese, pelas formas contemporâneas da precarização do trabalho.

Os resultados da reestruturação produtiva também foram sentidos na década de 2000: a desindustrialização, o aumento do excedente da força de trabalho, o desemprego generalizado e a intensificação do trabalho. Para a CEPAL, esses desacertos anunciam a dificuldade da América Latina em incorporar a técnica moderna, trazendo à tona o despreparo da força de trabalho na incorporação do progresso tecnológico, conduzindo as empresas a promoverem demissões em massa, o que tem gerado desemprego e informalidade crescentes nos últimos anos. A informalidade, no pensamento cepalino, é definida como fator agravante do enfraquecimento da dinâmica das economias latino-americanas provocada pela baixa produtividade, bem como da situação da pobreza e da vulnerabilidade social.

Entretanto, a solução da CEPAL não é banir a informalidade na América Latina e sim integrar os trabalhadores informais ao modo de produção capitalista. Guiando-se sob esse horizonte, a CEPAL apresenta a sua definição de “coesão social”, a qual pressupõe que, sob o patamar da produtividade, os problemas da pobreza e da vulnerabilidade social podem ser resolvidos a partir da relação capital-trabalho. Porém, essa concepção cepalina exprime seus limites mediante os acontecimentos consumados na atualidade. O excedente da força de trabalho tem servido de válvula de escape para os capitalistas estabelecerem suas regras aos trabalhadores, entre as quais, o aumento da produtividade do trabalho por via da intensificação da jornada e a redução salarial, aos quais atingem, inclusive, os trabalhadores mais qualificados.

A frenética competitividade capitalista assenta-se nas desigualdades nas economias dependentes, se levarmos em conta a magnitude do desemprego que, reflexo do progresso técnico, tem se alastrado nos países latino-americanos e caribenhos nas últimas décadas. A exclusão do trabalhador qualificado no modo de produção capitalista frente ao progresso técnico desmonta a ideia cepalina, segundo a qual, a qualificação é a via para o trabalhador ter acesso aos benefícios do crescimento econômico como a garantia do emprego. Porque mesmo com a ocorrência desse crescimento, o desemprego expandiu-se significativamente na América Latina em virtude, principalmente, do progresso técnico que tem disputado o espaço no modo de produção capitalista com os trabalhadores que, nessa luta desigual, acabam submetendo-se à precarização laboral, a intensificação do trabalho por via da produtividade, a redução salarial, enfim, esses mecanismos empregados pelos capitalistas em busca de maior competitividade.

Desde os desenvolvimentistas até os neoestruturalistas, procuramos assinalar, com base nos postulados de Marini, (que ganham força expressiva na literatura de pesquisadores contemporâneos), que a concepção da América Latina como economia dependente, ou seja,

enquanto engrenagem do capitalismo mundial fundamentada, sobretudo, na superexploração da sua força de trabalho, não aparece na CEPAL como elemento fundante para desvelar os contrastes econômicos e sociais. Ao contrário, pressupondo o não rompimento com a condição de dependência, a CEPAL defende a possibilidade de um crescimento econômico e social através do desenvolvimento “pleno” do capitalismo na América Latina e no Caribe a partir do ajustamento dessas economias à reestruturação produtiva do capital e a articulação dos trabalhadores informais ao modo de produção capitalista.

No decorrer do desenvolvimento dependente da América Latina, a superexploração afirma-se, em diferentes contextos históricos e sob variadas formas, como a face mais nefasta da realidade latino-americana, que reduz em expectativas defraudadas quaisquer tentativas e esforços para reverter o dramático quadro da vulnerabilidade humana e social. A exploração do homem pelo homem em detrimento do bem-estar coletivo parece minar as esperanças que brotam e aspiram ao sonho dos latino-americanos pela obtenção de condições humanas e dignas de existência. Todavia, a esperança resiste renascendo entre as ruínas da devastação, seja suavemente ou com mais força. Assim como a esperança, a dúvida, um poder inerente do ser humano, se renova construindo e desconstruindo convicções derivadas de diferentes concepções e visões de mundo. Na particularidade dessa pesquisa, o poder da dúvida, servindo como o guia para trilharmos os caminhos repletos de certeza e obscuridade, se reaviva reacendendo velhas inquietações que não se cessam: o desenvolvimento dependente é a solução para o trabalho na América Latina?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). A era da informatização e a época da informalização. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARRIETA, Irma Balderas. Maquiladoras [Verbetes]. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. *Latinoamericana*. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, Editorial; Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2006.

ARTIGAS, Carmen. *La incorporación del concepto de derechos económicos, sociales y culturales al trabajo de la CEPAL: reseña de algunas lecturas pertinentes*. Santiago, Chile: CEPAL / Naciones Unidas, set. 2003

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *A evolução do pensamento da CEPAL: 1948-2008*. Documento base da conferência ministrada na FUNAG/IPRI, jul. 2009. Disponível em <<http://www.eclac.org/brasil/noticias/noticias/4/36604/RicardoFUNAGjulho2009.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. In: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sesenta años de la CEPAL y el pensamiento reciente*. In: \_\_\_\_\_. (Comp.). *Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2010a.

\_\_\_\_\_. (Comp.). *Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2010b.

BORON, A. A. A razão extraviada: a crítica neoliberal e o Estado nos capitalismo contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. 2. ed. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, E; DOS SANTOS, T.. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior. *Diretoria de avaliação, Área interdisciplinar, Modalidade acadêmica, 2009* [Documento de área]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 04 maio 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na*

*América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos CEBRAP*, n. 23, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 1978. Disponível em:

<[http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?area=7&pagina=31&item\\_biblio=338&lang=pt](http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?area=7&pagina=31&item_biblio=338&lang=pt)>. Acesso em: 15 out. 2011.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Educación, y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*. CEPAL, 1992.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998a. 2 v.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Políticas de ajuste y renegociación de la deuda externa en América Latina. In: \_\_\_\_\_. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998c. v. 2.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Transformación y crisis en América Latina y el Caribe, 1950-1984. In: \_\_\_\_\_. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998b. v. 2.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Una agenda para la era global. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Comp.). *Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2010b.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago, Chile: Naciones Unidas, 1990.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. La brecha de la equidad: América Latina, el Caribe y la cumbre social. In: \_\_\_\_\_. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998d. v. 2.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Equidad, desarrollo y ciudadanía: versión definitiva*. S. l.: CEPAL, 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/4425/lcg2071.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2010.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Fernando Fajnzylber: una visión renovadora del desenvolvimiento de América Latina*. Santiago, Chile: CEPAL, 2006. (Serie Libros de la CEPAL). Disponível em: <[http://biblioteca.cepal.org/search~S0\\*spi?XUna+vision+renovadora&SORT=D/XUna+vision+renovadora&SORT=D&SUBKEY=Una+vision+renovadora/1,2,2,B/1856~b1096287&FF=XUna+vision+renovadora&SORT=D&2,2,,2,0](http://biblioteca.cepal.org/search~S0*spi?XUna+vision+renovadora&SORT=D/XUna+vision+renovadora&SORT=D&SUBKEY=Una+vision+renovadora/1,2,2,B/1856~b1096287&FF=XUna+vision+renovadora&SORT=D&2,2,,2,0)>. Acesso em: 30 out. 2010.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Coesão social: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe*. Santiago, Chile. CEPAL (2007a).



Disponível em: < <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/29354/CohesionPortugues.pdf>>  
Acesso em: 06 Dez. 2009.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Progreso técnico e cambio estructural en América Latina*. Santiago, Chile. CEPAL (2007b) Disponível em:  
<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/32409/LCW136.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2010.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *La transformación productiva 20 años después: viejos problemas, nuevas oportunidades*. Santiago, Chile: CEPAL / Naciones Unidas, maio, 2008. (Trigésimo segundo período de sesiones de la CEPAL, Santo Domingo, República Dominicana, 9 al 13 de junio de 2008). Disponível em:  
<[http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/33277/2008-117-SES.32-latransformacion-WEB\\_OK.pdf](http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/33277/2008-117-SES.32-latransformacion-WEB_OK.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2009.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Panorama social da América Latina*. CEPAL (2009). Disponível em:  
<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/37859/PSP2009-Sintesis-lanzamiento.pdf>>. Acesso em: 06 Dez. 2009.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *La CEPAL hoy*. CEPAL (2010a). Disponível em: < <http://www.eclac.org>>. Acesso em: 10 Out. 2010.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Panorama social de América Latina*. CEPAL (2010c). Disponível em:  
<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/41799/PSE-panoramasocial2010.pdf>>. Acesso em: 23 Fev. 2011.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe; OIT – Organización Internacional del Trabajo. *Conyuntura laboral en América Latina y Caribe*. Naciones Unidas, 2011. Disponível em:< [http://www.oitchile.cl/oit-cepal/jun\\_09\\_es.pdf](http://www.oitchile.cl/oit-cepal/jun_09_es.pdf)>. Acesso em: 20 Fev. 2012.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: MONTORO FILHO, André Franco et. al.. *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

DÍAZ, Laura Mota. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, D. A. CATTANI, Davi, A. et. al.. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Trad. Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial. Clacso, 2007. Disponível em:  
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/cattapt.pdf>>. Acesso em: 08 Dez. 2009.

DOS SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.  
\_\_\_\_\_. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DUBAR, Claude. A crise das identidades profissionais. In: \_\_\_\_\_. *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Trad. Catarina Matos. Edições Afrontamento: Porto, 2006.

- FAJNZYLBBER, Fernando. Industrialización en América Latina: de “la caja negra al casillero vacío”. In: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años del pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998. v. 2.
- FARIA, José Henrique de. Trabalho, tecnologia e sofrimento: uma análise da transição do taylorismo-fordismo para a gestão flexível. In: \_\_\_\_\_. *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. Curitiba: Juruá, 2007. v. 2.
- FEIJÓ, Ricardo. O que leva ao crescimento econômico. In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.
- FOLEY, Duncan. Força de trabalho [Verbetes]. In: In: BOTTOMORE, Tom; HARRIS, Laurence V. G.; et. al.. *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Trad. Luciana Carli. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas).
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.  
\_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.
- GARZA, Gutiérrez Estela. La teoría de la CEPAL. In: \_\_\_\_\_. *Teorías del desarrollo en América Latina*. México: Trillas: UAML, 2009.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.
- HARRIS, Laurence. Forças produtivas e relações de produção [Verbetes]. In: BOTTOMORE, Tom; HARRIS, Laurence V. G.; et. al.. *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. 2. ed. Trad. Sandra T. Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.
- KON, Anita. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, L.; IANNI, O. et. al.. *Desafios da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LEIVA, Orlando Caputo. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. In: SADER, E; DOS SANTOS, T. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependência. In: \_\_\_\_\_. *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales* – Ruy Mauro Marini. Antología y presentación: Carlos Eduardo Martins. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre – CLACSO, 2008a. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: \_\_\_\_\_. *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales* – Ruy Mauro Marini. Antología y presentación: Carlos Eduardo Martins. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre – CLACSO, 2008c. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/06razones.pdf>>. Acesso: em 30 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: \_\_\_\_\_. *La teoría social latino-americana: tomo IV, cuestiones contemporáneas*. México, D.F., Unam: El caballito, 1996. Disponível em: <<http://lahaine.org/amauta/b2-img/Mariniglobalizacion.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Desindustrialização [Verbetes]. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. *Latinoamericana*. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, Editorial; Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 11. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999a.

\_\_\_\_\_. *O manifesto comunista*. 11ª ed. Trad. Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. *O capital*. Crítica da economia política. 17 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b. v. 1.

\_\_\_\_\_. *O capital*. 12 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v. 2.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. In: FIORI, José Luís (Org). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. Em direção a uma teoria da transição. Trad. Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILL, Stuart John. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas). v. 1.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et. al.. *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

MONTORO FILHO, André Franco et. al.. *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOREIRA, Daniel Augusto; QUEIROZ, Ana Carolina S. Inovação: conceitos fundamentais. In: \_\_\_\_\_. (Orgs). *Inovação organizacional e tecnológica*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MURILLO, Susana. Produção de pobreza e construção de subjetividade. In: CIMADAMORE, D. A; CATTANI, Davi, A. et. al.. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Trad. Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial. Clacso, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/cattapt.pdf>>. Acesso em: 08 Dez. 2009.

OIT – Organización Internacional del Trabajo. *Tendencias Mundiales del Empleo 2011: el desafío de la recuperación del empleo*. OIT (2011). Ginebra. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_elm/---trends/documents/publication/wcms\\_150442.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_elm/---trends/documents/publication/wcms_150442.pdf)>. Acesso em: 04 Mar. 2012.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SADER, E; DOS SANTOS, T.. *América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, Aníbal. Naturaleza e implicaciones de la “heterogeneidad estructural” de la América Latina. In: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998. v. 2.

POCHMANN, Márcio (Org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998a. v. 1.

\_\_\_\_\_. Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. In: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998b. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

RAMALHO, R. J; SANTANA, A. M. Mundo do trabalho em mutação. In \_\_\_\_\_. *Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas).

RUSHDIE, Salmam. *Cruze esta linha*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SALAMA, Pierre. Novas formas da pobreza da América Latina. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 180-219.

\_\_\_\_\_. Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. A abertura revisitada: crítica teórica e empírica do livre-comércio. Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a mais-valia absoluta. In: SADER, E; DOS SANTOS, T. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova cultural, 1997. (Coleção Os economistas).

\_\_\_\_\_. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SOARES, Laura Tavares. Desigualdade [Verbete]. In: In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. *Latinoamericana*. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, Editorial; Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TAVARES, Conceição Maria da. Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. In: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Cincuenta años del pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998. v. 1.

TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. 7. ed. Trad. Arlindo V. Ramos. São Paulo: Atlas, 1989.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza: Ceará, 1998.

TONET, Ivo. A questão dos fundamentos. In: \_\_\_\_\_. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí, RS. Editora Unijuí, 2005.

VALENCIA, Adrián Sotelo *El mundo del trabajo en tensión: flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. México: Plaza y Valdés, 2007.

\_\_\_\_\_. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, E; DOS SANTOS, T. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VITAGLIANO, L. F. *A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Dissertação de mestrado (Unicamp), 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In: SADER, E; DOS SANTOS, T.. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.